

Intelectuais, cultura e pensamento social no Brasil



Marcelo Augusto Totti
Rodrigo Czajka
(Orgs.)



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Quando se fala em pensamento social como campo de estudos pressupõe-se a existência de instrumentos universais aplicáveis a conjunturas específicas, ainda que considerando as particularidades locais. O livro *Intelectuais, cultura e pensamento social no Brasil* contempla também essa concepção clássica do métier do sociólogo, mas vai além e considera a possibilidade de formulação de métodos próprios à análise da realidade nacional.

Os organizadores do livro, Marcelo Augusto Totti, da Unesp/Marília, e Rodrigo Czajka, da UFPR, dividiram-no em duas partes. Na primeira parte, buscase reunir reflexões da área sobre as trajetórias individuais de Antonio Candido, Leandro Konder, Francisco de Oliveira, Roberto Schwarz e Caio Prado Júnior. Essas trajetórias, no entanto, não são contempladas tão-somente da perspectiva biográfica dos intelectuais brasileiros, mas a partir de temas centrais que atravessam a constituição do pensamento social, entre eles a formação da sociologia brasileira, suas relações com as ideias socialistas, a importância da dialética na construção do pensamento marxista, também a inserção dos intelectuais em instituições voltadas para a promoção (prática e teórica) do desenvolvimento nacional.

A segunda parte da obra também contempla essas trajetórias intelectuais, as de Ênio Silveira e de Hannah Arendt, por exemplo, mas buscam relacioná-las à conjuntura política nacional. Nesse

INTELECTUAIS, CULTURA E
PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL



MARCELO AUGUSTO TOTTI
RODRIGO CZAJKA
(ORGANIZADORES)

INTELECTUAIS, CULTURA E
PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2021



CULTURA
ACADÊMICA 
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - FFC
UNESP - campus de Marília

Diretor

Prof. Dr. Marcelo Tavella Navega

Vice-Diretor

Dr. Pedro Geraldo Aparecido Novelli

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

Parecerista

Prof.^a Dr.^a Meire Mathias

Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ambos da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Ilustração capa: Alice Curti Czajka

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

161 Intelectuais, cultura e pensamento social no Brasil / Marcelo Augusto Totti, Rodrigo Czajka [organizadores]. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2021. 241 p. : il. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5954-055-6 (Impresso) ISBN 978-65-5954-056-3 (Digital) DOI <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-056-3>

1. Ciências sociais – Filosofia. 2. Intelectuais – Atividades políticas. 3. Ativistas políticos – Brasil. 4. Partidos de esquerda. 5. Movimentos sociais. 6. Sociologia. I. Totti, Marcelo Augusto. II. Czajka, Rodrigo.

CDD 305.5520981

Copyright © 2021, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i> -----	7
---------------------------	---

PARTE I

"SOCIOLOGIA E PENSAMENTO SOCIAL NA CONCEPÇÃO DOS INTELLECTUAIS DE ESQUERDA"

Sociologia e socialismo nos marcos dos Parceiros do Rio Bonito <i>Marcelo Augusto Totti</i> -----	15
Leandro Konder, um senhor dialético <i>Marco Antonio Rossi</i> -----	29
Um ornitorrinco no pensamento social brasileiro: a trajetória do sociólogo Francisco de Oliveira <i>Flávio Mendes</i> -----	47
Teoria crítica à brasileira: Roberto Schwarz entre passado e presente <i>Fabio Mascaro Querido</i> -----	65
O Sentido da Colonização e a contribuição de Caio Prado Júnior à Revolução Brasileira <i>Anderson Deo</i> -----	87

PARTE II

"TEORIA SOCIAL E MILITÂNCIA POLÍTICA NA FORMAÇÃO DAS ESQUERDAS CULTURAIS"

Intelectuais pela liberdade: cultura, política e o delito de opinião na ditadura militar Brasileira <i>Rodrigo Czajka</i> -----	117
Hannah Arendt em detrimento da questão social: algumas considerações sobre a repercussão de sua obra na esquerda brasileira <i>Maria Ribeiro do Valle</i> -----	137
Brasilidade e modernidade em foco: visões sociais do Brasil no Cinema Novo e no cinema paulista dos anos 1960 e 1970 <i>Caroline Gomes Leme</i> -----	163
Impasses ideológicos e memória estudantil no cinquentenário da obra O Poder Jovem de Arthur José Poerner <i>Thiago B. Castro</i> -----	193
Os efeitos da modernização agrícola implantada pelos militares pós-64: a proletarianização do trabalhador rural e o acirramento dos conflitos no campo <i>Vitor Machado</i> -----	213
Sobre Autores -----	237

APRESENTAÇÃO

As pesquisas no campo do pensamento social brasileiro, como linha de pesquisa que integra a área de sociologia, há muito tem um espaço importante e necessário nos Programas de Pós-Graduação, nos eventos científicos e na ampliação do escopo dos trabalhos de pesquisa. São consolidados os Grupos de Trabalho sobre Pensamento Social Brasileiro junto à Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e à Associação Nacional em Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), que contam tanto com os chamados “estudos clássicos”, que possibilitam desnudar diferentes aspectos da realidade brasileira, mas também com a ampliação temática e recomposição metodológica, abrindo novas frentes de pesquisa para a sociologia. Nesse sentido, pesquisas no campo do pensamento social abarcam não apenas a história intelectual das ciências sociais, mas constituem uma tradição e uma “linhagem” capaz de refletir sobre a estrutura social do país e suas contradições formativas.

Por isso, o fortalecimento da linha de pesquisa contribuiu com a autonomia de produção e diversificação dos temas e objetos abordados por cientistas sociais que, como podemos observar na leitura dos capítulos que compõem esse livro, não se restringem aos métodos tradicionais já consagrados pelos estudos dos “clássicos”, mas propõem um redesenho do campo de pesquisa, estabelecem novos vínculos com outras áreas de

conhecimento e possibilitam uma relação metodológica profícua com as investigações nas áreas da história, filosofia, educação, literatura e as artes.

Entretanto, vale frisar que esse abordagem não resulta de um consenso. O processo de renovação e ampliação temática – que inclui também a proposição de novos objetos e construção de problemas originalmente estranhos ao pensamento social – tem sido um movimento gradual que coincidiu (e ainda coincide) com a consolidação da sociologia no Brasil, a partir da segunda metade do século XX; e os recortes metodológicos de cunho nacional, bem como as contribuições de outras áreas foram e continuam a ser objeto de inúmeros debates. A exemplo da conhecida polêmica surgida no I Congresso Brasileiro de Sociologia, em 1954, entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, que deu mostras dessa relação entre uma sociologia com métodos adequados à realidade nacional comparada a outra que concebe os métodos como instrumentos universais e passíveis de serem aplicados em conjunturas específicas, guardadas as devidas particularidades de cada região. Aliás, polêmica longe de chegar a um ponto pacífico e que levou Renato Ortiz a chamar conceitualmente a “sociologia com seus diversos sotaques”.

Nesse sentido, falar em Pensamento Social no Brasil hoje tem impellido pesquisadores a expandir os limites teóricos e metodológicos da sociologia na busca de uma abordagem mais pormenorizada do trabalho intelectual, artístico, da militância cultural e da chamada arte engajada. Isto é, além de empreender análises em torno das “teorias do Brasil”, as pesquisas sobre pensamento social têm voltado a atenção sobre as condições diversas nas quais essas “teorias” foram lidas, interpretadas e colocadas em debate, seja por intelectuais ou pelos movimentos sociais aos quais eles estavam atrelados.

E corroborando com o propósito ensejado pelas históricas Jornadas de Ciências Sociais, realizadas pelo Curso de Ciências Sociais da Unesp de Marília há alguns anos, marcou época aquilo que ficou conhecido como “teorias do Brasil”, com debates intensos sobre intérpretes do pensamento social e da realidade brasileira. Em vista desse legado das Jornadas, faltava ao Laboratório Editorial da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília a edição de um trabalho que abordasse essa temática. Foi quando o Grupo de Pesquisa “Intelectuais, Esquerdas e Movimentos Sociais” (CNPq) reuniu um conjunto de colaborações e reflexões de vários pesquisadores.

Inseridos com suas pesquisas no campo do pensamento social e sua relação com a cultura, as artes nesta coletânea contribuem para uma análise crítica da intelectualidade e de sua atuação política no espectro político da esquerda.

O leitor constatará que o livro está organizado em duas seções. A primeira, intitulada “Sociologia e pensamento social na concepção dos intelectuais de esquerda” e fundamentalmente versa sobre as bases teóricas do pensamento social no Brasil e sua relação com uma sociologia engajada, transformadora e sintonizada com pensamento político de esquerda.

O capítulo de Marcelo Augusto Totti, “Sociologia e socialismo nos marcos dos Parceiros do Rio Bonito” trata da contribuição de Antonio Candido à formação da sociologia brasileira e sua relação com as ideias socialistas. O autor retoma a trajetória de Candido, sua amizade com Florestan Fernandes, sua participação em grupos de oposição ao Estado Novo até adesão ao Partido dos Trabalhadores e destaca a importância do livro *Parceiros do Rio Bonito* e a influência de Marx na obra.

Marco Antonio Rossi em capítulo intitulado “Leandro Konder, um senhor dialético” tematiza sobre a importância da dialética no interior do pensamento marxista. Ao enfatizar a dialética no Konder como revigoramento do marxismo, o autor destaca a trajetória de Konder, suas influências e debates com as correntes dogmáticas do marxismo e como a dialética abre a possibilidade de compreender a realidade e possibilitar a construção de uma teoria revolucionária.

O capítulo seguinte, de autoria de Flávio Mendes, “Um ornitorrinco no pensamento social brasileiro: a trajetória do sociólogo Francisco de Oliveira” discute o percurso intelectual de Chico de Oliveira, as dificuldades de sua formação acadêmica marcada pelo provincianismo não foram impeditivas para alicerçar sua interpretação do Brasil. A curta e rica experiência na Sudene ceifada pelo golpe civil/militar, a passagem pela Cepal até ser convidado a trabalhar no Cebrap e publicar a *Crítica da razão dualista*, em 1972, quando conquista reconhecimento dentro do Centro, o engajamento pela redemocratização nos anos 1980, da esperança à crítica aos movimentos sociais e ao partido dos trabalhadores, o combate ao neoliberalismo, fazem parte do itinerário traçado por Flávio Mendes, destacando algo sempre permeou o pensamento de Chico de Oliveira: o desenvolvimento como centro do debate nacional.

Em “Teoria crítica à brasileira: Roberto Schwarz entre passado e presente”, de autoria de Fabio Mascaro Querido propõe uma análise sobre a trajetória de Roberto Schwarz desde sua origem familiar de posição de esquerdas até ser convidado a participar do seminário Marx e sua mudança para o campo da crítica literária. Ao contrário do que convencionalmente é denominado de uma sociologia dos intelectuais que privilegia a biografia dos autores, aqui o leitor debruçará sobre as relações entre a conjuntura histórico-social e as lutas culturais, políticas, intelectuais e as mudanças de visão de mundo sofridas por Roberto Schwarz.

Fechando essa primeira parte, Anderson Deo, com o capítulo “O Sentido da Colonização e a contribuição de Caio Prado Júnior à Revolução Brasileira”, analisa a conceito de sentido da colonização descrito em *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia* como forma ideocategorial da particularidade do capitalismo brasileiro. Esse ponto é fundamental para entender a forma como o capitalismo brasileiro está engendrado dentro das tramas do capitalismo mundial, baseado nas teses lukacsianas das relações entre universal e particular, o autor nos mostra como as teses caiopradianas oferecem uma importante visão sobre o caráter periférico e subordinado de nossa formação econômica.

Já a segunda parte da obra, denominada “Teoria social e militância política na formação das esquerdas culturais” visa ampliar os temas e objetos no campo do pensamento social. Textos que demonstram uma preocupação com a abrangência do escopo de pesquisa, possibilitando uma interseccionalidade entre sociologia dos intelectuais, sociologia da cultura e história das ideias. O capítulo que abre essa seção de autoria de Rodrigo Czajka, intitula-se “Intelectuais pela liberdade: cultura, política e o delito de opinião na ditadura militar brasileira”. Neste capítulo o autor aborda a atividade intelectual do editor Ênio Silveira (proprietário da Editora Civilização Brasileira) e analisa como sua atuação política, na condição de militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), produziu condições para a formação de uma rede de intelectuais de esquerda em torno da sua casa editorial.

Maria Ribeiro do Valle em “Hannah Arendt em detrimento da questão social: algumas considerações sobre a repercussão de sua obra na esquerda brasileira” analisa a obra da filósofa contextualizando o ponto de partida de suas argumentações a partir da crítica da Revolução

Francesa e enaltecimento da Revolução Americana. A sua recusa à tradição hegeliana-marxista, a crítica ao contexto de protesto nos anos 1960 e a repercussão de sua obra no âmbito acadêmica brasileiro são a tônica do ensaio de Maria Ribeiro.

Em “Brasilidade e modernidade em foco: visões sociais do Brasil no Cinema Novo e no cinema paulista dos anos 1960 e 1970”, Caroline Gomes Leme investiga as diferentes fases do Cinema Novo paulista e o cerne do debates ao qual estava inserido em torno da chamada questão nacional, com a abordagem de determinada fração do cinema dos “paulistas do entre-lugar” que, menos centrada no “povo” e na “nação”, apresenta perspectiva crítica em relação à modernidade urbana capitalista

No capítulo intitulado “Impasses ideológicos e memória estudantil no cinquentenário da obra *O Poder Jovem* de Arthur José Poerner”, Thiago Bicudo Castro toma como objeto a obra *O Poder Jovem* de Poerner. Essa obra analisada por Thiago Bicudo traz elementos importantes para refletir sobre a memória do movimento estudantil, de grande importância na década de 1960 a obra em tela teve enorme ressonância e amparo dentre membros da UNE.

Encerrando a segunda parte da obra, o capítulo “Os efeitos da modernização agrícola implantada pelos militares pós-64: a proletarização do trabalhador rural e o acirramento dos conflitos no campo”, de autoria de Vitor Machado, discute o que denomina de modernização agrícola implementada pelos militares impulsionada pela financeirização do processo tecnológico no campo em detrimento de uma agricultura camponesa de pequeno porte. Tal fato ampliou os laços com o capital externo criando complexo agroindústrias e impulsionando a proletarização do homem do campo como o êxodo rural amplificando os conflitos de terras, a desigualdade e a condição de miserabilidade do homem do campo.

Marcelo Augusto Totti
Rodrigo Czajka
(Organizadores)

PARTE I

"SOCIOLOGIA E PENSAMENTO SOCIAL NA CONCEPÇÃO DOS INTELECTUAIS DE ESQUERDA"

SOCIOLOGIA E SOCIALISMO NOS MARCOS DOS PARCEIROS DO RIO BONITO¹

Marcelo Augusto Totti

*Percebi que havia no Brasil um
veio radical que seria interessante explorar,
para poder tentar aquilo que
sempre foi a aspiração da minha geração:
pensamento socialista que não fosse
tributário das normas impostas pela URSS*

Antônio Candido

Quando pesquisamos sobre a construção de uma sociologia no Brasil inúmeros autores se sobrepõem através de estudos e pesquisas, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes são dois exemplos de como

¹ Parte das reflexões desse texto foram apresentadas na mesa redonda Antônio Candido: sociologia e crítica literária, realizada no ano de 2017 na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília.

suas pesquisas redimensionaram a perspectiva sociológica brasileira. Fernando de Azevedo com estudos mais teóricos nos anos 1930 e 1940, *Princípios de Sociologia*, *Sociologia Educacional* e *A Cultura Brasileira* são livros marcantes de um ponta pé inicial. Florestan Fernandes discípulo de Fernando de Azevedo segue esse caminho adaptando a pesquisa empírica com as formulações teóricas, denominado pelo próprio autor de estudos empíricos-indutivos, ambos sociólogos representativos de períodos de desenvolvimento dos estudos sociológicos no Brasil.

Fernando de Azevedo seria o representante de um período intermediário que corresponde dos anos 1930 a 1940, uma fase de “consolidação e generalização da sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação” (CANDIDO, 2006, p. 271). Florestan Fernandes consolidaria a institucionalização e os padrões científicos dessa disciplina nos anos 1950 como representante da denominada escola de sociologia paulista.

Outros textos e autores² também contribuíram de modo decisivo para esse desenvolvimento e fazem parte de um rol de estudos que poderíamos situar em um amplo campo denominado de pensamento social brasileiro, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre, *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. fazem parte desse rol de uma geração, constituindo em subsídios fundamentais para análises da sociedade brasileira.

Um texto pouco lembrando e até digamos esquecido pelos intérpretes da história das Ciências Sociais e que o próprio Antônio Candido (2006) em seu artigo sobre a sociologia no Brasil não faz referência é *Os Parceiros do Rio Bonito*. Esse livro tem uma poesia e estética própria ao recuperar o homem do campo, seus modos de vida e sociabilidade, a trajetória é exemplar do início das pesquisas de campo na sociologia e está imerso dentro de outros tantos estudos, como um dos principais livros de formulação de uma sociologia. Segundo Santos (2002, p. 34) a seção que discorre sobre o método é ímpar na sociologia e pede uma leitura crítica do seu próprio texto, o ato crítico inaugurado por Candido é sugestivo de “um movimento interpretativo aberto e pautado por alguma fluidez,

² A referência aqui será feita para os autores pós anos 1930.

em contraposição à adesão irrestrita a este ou aquele aparato teórico-conceitual.”.

Procuraremos retomar a importância dos *Os Parceiros do Rio Bonito* como instrumental analítico de construção da sociologia tendo caráter crítico e radical e com uma influência marxista, uma leitura “que prevaleceu em nosso pensamento social até meados dos anos quarenta, especialmente em autores e obras marcados pelo ‘radicalismo’ de esquerda”. (JACKSON, 2002, p. 81) ou como definiu Cardoso (2013, p.170) ao comentar a obra de Candido, “o essencial da contribuição de *Os parceiros do Rio Bonito* se mantém: o sentido de problema na relação entre natureza e cultura e na relação entre diferentes modos de produção (o caipira e o capitalista)”, ou seja, o sentido da contradição dialética que move o pensamento radical de Antônio Candido.

AMIZADE COM FLORESTAN FERNANDES E A TRAJETÓRIA SOCIALISTA³.

Antonio Candido nasceu no Rio de Janeiro em 24 de julho 1918 e posteriormente mudou-se com sua família para a cidade de Santa Rita de Cássia, sua família tinha forte formação humanística e com alto grau de capital cultural, algo pouco usual no período, as mulheres liam muito (JACKSON, 2002) isso lhe rendeu uma condição bastante favorável, contando ainda o tempo que morou em Paris tendo contato com as artes, a literatura e a história. O contexto ao desenvolvimento de um amplo aspecto cultural e intelectual foi muito fértil e “amparada por uma excelente biblioteca doméstica em Poços de Caldas (MG), onde residiu durante a infância e a primeira juventude” (AGUIAR, 2014, p.279).

Os anos 1930 foram de grande efervescência política e cultural, a própria Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas colocava fim na política oligárquica dos coronéis e ao domínio paulista, que tentaram dar o golpe com a malfadada “Revolução” Constitucionalista em 1932. Logo após a derrota em 1932, os paulistas procurariam fazer oposição ao governo varguista sem o tom belicista, mais por outras vias, a criação das elites e quadros dirigentes com alta capacidade técnica e intelectual seria

³ Löwy (2018, p.122) destaca a dificuldade de Antonio Candido falar de si, fazer uma autobiografia: “só com dificuldade, em entrevistas diversas, conseguiam seus interlocutores obter alguns fragmentos sobre sua vida”.

a saída para enfrentar Vargas e regenerar a nação. Em 1934 é fundada a Universidade de São Paulo com as seguintes expectativas,

As expectativas dos mentores da Faculdade de Filosofia quanto a seus resultados sobre a vida cultural e política do país, ainda que não fizesse menção específica à recuperação da posição política perdida pelos paulistas, nem por isto deixavam de ser grandes. Tratava-se, a seus olhos, de obra imensa e de significação sem igual na história das iniciativas culturais no Brasil. (LIMONGI, 1989, p. 158).

Em 1935, Antonio Candido conclui a escola secundária e em 1937 já militava num grupo de oposição ao Estado Novo⁴. No ano de 1939 “ingressou no curso de direito, que não concluiu, e na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da também recém-criada USP, no curso de Ciências Sociais, que concluiria e seria sua entrada na vida acadêmica” (AGUIAR, 2014, p. 279). Em 1941 funda em conjunto com outros intelectuais a revista *Clima* e no ano seguinte começa a atuar como professor assistente na disciplina de Sociologia II, do catedrático Fernando de Azevedo cargo que ficou até o ano de 1958.

Justamente nesse período nasce uma intensa e fraternal amizade que perdurou até os anos finais da vida de Florestan Fernandes, conforme relata o sociólogo

Falar ou escrever sobre Antonio Candido é para mim extremamente difícil. A geração à qual pertencço não seria a mesma sem a sua presença e influência. Eu próprio não seria o mesmo se a vida não me pusesse em contato com Antonio Candido, o seu carinho, a sua severidade íntegra, a sua modéstia e orgulho intelectual – enfim, a sua personalidade de educador, que se erradia irresistível, como uma exigência de perfeição e de compromisso crítico.

Uma existência fecunda, devotada ao estudo, ao cultivo do talento dos jovens, ao ensino, ao florescimento da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Universidade de São Paulo, à

⁴ Como lembra Roberto Schwarz (2018, p.11) a militância de Antonio Candido não era meramente política, era de uma estética avançada e de princípios: “a militância antifascista e o antistalinismo compunham uma atitude minoritária e esclarecida, que a passagem do tempo não fez envelhecer. Em seu momento, quando a ditadura Vargas perseguia a esquerda e quando os comunistas, embora perseguidos, perseguiam por sua vez, a posição de Antonio Candido exigia coragem. Assim, por exemplo, ao saudar a autobiografia de Trotsky em 1943, com um ensaio chamado ‘Uma vida exemplar’, o jovem crítico corria risco de represália pelos dois lados”.

contestação socialista constante e à esperança de que o Brasil venceria, através dos mais humildes e dos trabalhadores, as tragédias de sua dependência e subdesenvolvimento. (FERNANDES, 1995, p. 94-95).

A relação com Candido era para Florestan Fernandes mais que uma amizade, “sinto orgulho por sermos colegas fraternos. Eu nunca tive irmãos, elegi em Antonio Candido a figura do irmão” (FERNANDES, 1995, p.184). Dessa amizade ocorre um fato inusitado e de grande importância para o desenvolvimento da Sociologia brasileira. Como se sabe, Florestan Fernandes teve uma origem humilde e inúmeras dificuldades para finalizar e concluir os estudos conciliando a carreira acadêmica com o trabalho que não era das tarefas mais fáceis⁵.

Fernando de Azevedo então catedrático da cadeira de sociologia II tomou conhecimento por intermédio de Roger Bastide, tanto do talento como das dificuldades de Florestan, ali iniciou-se um contato entre eles. Fernando de Azevedo ofereceu-lhe sua biblioteca, orientação e as condições financeiras necessárias para enfrentar as dificuldades, Florestan agradece a oferta e diz que se fosse preciso procurá-lo-ia. O contato acadêmico ocorria mais frequentemente com reuniões constantes, em certo momento, em uma dessas reuniões Fernando de Azevedo pergunta se Florestan Fernandes gostaria de ser professor da Faculdade de Filosofia, Florestan responde que sim, mas nunca mais tocaram nesse assunto.

Quando se aproximava da finalização do curso de Ciências Sociais, Florestan havia terminado o curso do professor Paul Hugon realizando um trabalho sobre comércio exterior no Brasil entre 1822 a 1940. Impressionado com o trabalho e vislumbrando que ali poderia render um ótimo de trabalho de doutoramento, Paul Hugon deixa o convite em aberto para Florestan Fernandes trabalhar como seu assistente.

⁵ No segundo semestre de 1941, Florestan Fernandes entrega um trabalho de finalização de curso para a disciplina de Sociologia I do catedrático Roger Bastide, a disciplina ministrada pela assistente Lavinia Costa Villela pois o Bastide se encontra ausente. Florestan faz um trabalho empírico de recomposição do folclore paulista e da cultura popular e entrega a professora, que não considerou que levou o enfoque sociológico do folclore longe demais e atribuiu nota nove. Inconformado com os comentários da assistente, Florestan Fernandes procura o catedrático da disciplina Roger Bastide que dissera não abandonar tal abordagem e sim aprofundá-la, “na ocasião, Bastide tomou conhecimento das dificuldades econômicas do estudante e encaminhou-o a Sérgio Millet, contato que teve por resultado uma colaboração regular no jornal *O Estado de São Paulo*, iniciada em 1943.” (GARCIA, 2002, p. 83).

Nesse ínterim, para sua surpresa, recebe um telefonema de Fernando de Azevedo convidando-o para uma reunião, o tema era a possibilidade de ser segundo assistente na cadeira de sociologia II. Nessa reunião é que a perspicácia e a sutileza de Antonio Candido afloraram de modo preciso, conforme relato de Florestan Fernandes:

Dr. Fernando, o senhor tem toda a responsabilidade neste convite. O senhor está convidando um aluno... eu não sou um professor. O senhor deveria chamar um professor, essa é a sua responsabilidade. Se eu falhar, aí o senhor não pode transferir a culpa para mim. Ele levou um susto. Acho que, pela primeira vez na vida, se deu conta que não se convida um assistente aleatoriamente. E quem me salvou foi Antonio Candido. Não sei se Antonio Candido lembra, mas ele naquela perplexidade, estava mais ou menos inclinado a dizer: 'Acho que você tem razão, é melhor procurar outro assistente'. Aí Antonio Candido disse: 'Olha, Dr. Fernando, nós todos sabemos muito bem que o Florestan é burro, que não sabe nada, que incompetente não pode ser assistente'. Dr. Fernando deu uma gargalhada e o convite ficou acertado. (FERNANDES, 1995, p. 189).

Esse episódio é de fundamental importância para o desenvolvimento da Sociologia brasileira, visto que a partir da condição de segundo assistente Florestan Fernandes passa a liderar inúmeras pesquisas que remodelaram a sociologia no Brasil. Por sua vez, não apenas no plano subjetivo é ressaltada a importância de ambos, mas de uma perspectiva contestadora e radical como expoentes do pensamento progressista. Para Mota (1980, p. 174) nos anos 1950 toda a intelectualidade progressista ingressou em projetos de cunho reformista e nacionalista, “exceções – e elas não foram poucas – podem ser encontradas em posições teóricas (e práticas) assumidas por representantes do pensamento progressista, como Antonio Candido e Florestan Fernandes”.

Ainda nos anos 1940, Antonio Candido participa do primeiro Congresso Brasileiro de Escritores de caráter nitidamente de oposição ao governo varguista, mais precisamente no ano de 1947, em conjunto com Sérgio Buarque de Holanda adere à Esquerda Democrática, que daria origem ao Partido Socialista Brasileiro pelo qual foi candidato a deputado estadual em 1950, mas não teve sucesso no pleito. Em 1966, depois de uma

temporada em Paris, retorna acenando apoio ao MDB contra o regime civil/militar e no final dos anos 1970 assina o manifesto dos intelectuais pedindo o fim da censura.

Nos anos 1980, juntamente com Sérgio Buarque participa da fundação do Partido dos Trabalhadores. Florestan Fernandes irá aderir mais à frente em 1986⁶ e se candidataria a deputado constituinte, apesar de trabalhar arduamente nas duas investidas vitoriosas de Florestan tanto para deputado constituinte como para o mandato parlamentar, “Antonio Candido conta que, então, comentou com Gilda de Melo e Souza a coragem do amigo. Com a saúde fragilizada pelos dez anos de hepatite e por outras complicações, Florestan decidira ‘morrer lutando’” (SEREZA, 2005, p.175).

A entrada de Antonio Candido ao Partidos dos Trabalhadores que representava naquele momento a expressão de um partido de massas, formado por trabalhadores e intelectuais, resgatava simbolicamente os ideais de um projeto socialista, democrático e de ruptura com o status quo vigente, algo que fora vislumbrado por ele na esquerda democrático dos anos 1940. Löwy (2018, p. 127) salienta que Antonio Candido permaneceu fiel ao Partido dos Trabalhadores, para ele os governos do “PT, de 2012 a 2015, não corresponderam a essa expectativa, mas Antonio Candido, apesar de suas críticas não deixava de reconhecer as importantes conquistas sociais obtidas nesse período pelas camadas mais pobres da população”

Em visita a Antonio Candido, Michel Löwy relata como ficou impressionado com a síntese lúcida da história do Brasil feito por Antonio Candido

Nosso país, dizia Antonio Candido, concebeu três grandes Homens de Estado: Dom Pedro II, que conseguiu manter a unidade lusófona e aboliu a escravidão; Getúlio Vargas, que inaugurou a industrialização do país e introduziu as primeiras leis trabalhistas; e Lula, que permitiu à maioria do povo conquistar importantes direitos sociais. (LÖWY, 2018, p. 127).

⁶ Segundo Sereza (2005) Florestan apesar da simpatia tinha resistência ao que denominava ser um caráter um tanto “light” do Partido dos Trabalhadores e irá aderir após uma reunião com Lula, José Dirceu e Eduardo Suplicy.

Antonio Candido faleceu em 2017 aos 98 anos de idade, sua lucidez e fidelidade às ideias do socialismo democrático que incorpore os debaixo permaneceu até os últimos dias de sua vida. Esses ideais estavam nas críticas ao Partido dos Trabalhadores, que ao longo de seus anos no governo distanciou-se desse ideário. A avaliação de Antonio Candido colocando o ex-presidente Lula no rol de grande estadista está mais próxima de uma fidelidade ao Partido dos Trabalhadores superestimando a figura de Lula, na avaliação de Löwy (idem) “é um grande elogio ao presidente Lula, mas... bastante ambíguo, considerando que a bandeira do PT em seus primeiros tempos era a autoemancipação dos trabalhadores”, ambíguo e até contraditório com as origens petistas, mas consonante e coerente com a personalidade de Antonio Candido.

O SOCIALISMO PRESENTE EM OS PARCEIROS DO RIO BONITO

Antes de adentrarmos propriamente na obra *Os Parceiros do Rio Bonito*, cabe para fins de análise retomar um estudo feito por Candido em 1943 coordenado por Roger Bastide, com os assistentes das cadeiras de Sociologia I e II da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. O trabalho de campo tinha como intenção levantar material folclórico sobre os batuques na cidade de Tietê, Antonio Candido “se ofereceu para ficar alguns dias a mais, o grupo voltou a São Paulo na manhã seguinte à festa, e fez uma série de entrevista para a verificar a repercussão do batuque.” (JACKSON, 2002, p. 33).

Essa pesquisa foi salutar ao perceber a distribuição praticamente estratificada entre as classes em Tietê;

[...] a importância da situação social para definir a classe a que pertence o indivíduo, e a dependência em que o sentimento deste se encontra relativamente ao consenso coletivo. Daí, portanto, o valor dado, pelos indivíduos em ascensão, às maneiras, hábitos e atitudes da classe mais elevada. E daí a tenacidade com que se, opõem a qualquer vislumbre de confusão com o povo. ‘A ideologia de um dado período é a ideologia das suas classes dominantes’ ensina Marx. (CANDIDO, 1947, p. 103).

A pesquisa em Tietê evidenciava que nas sociedades de baixa mobilidade vertical ocorre um sistema rígido de classes, Antonio Candido identificou três classes sociais: classe social I – do vértice da pirâmide, formada por setores aristocratas e família tradicionais, a Classe II, uma espécie de “classe média baixa” que conseguiu alguma ascensão econômica, mas mantinham valores e práticas plebeias e Classe III – o setor subalterno formado principalmente por negros e mulatos.

As formas de distinção criadas pela classe I davam o tom do que Antonio Candido chamou de “situação de classe”, o pertencimento a uma determinada classe não requer apenas posses, mas prestígio, estética e comportamentos que evidenciam a distinção de uma classe a outra. Nesse sentido, o preconceito e o racismo foi algo constatado na pesquisa delimitada pela expressão cultural dos negros; o batuque.

A repulsa assumia, igualmente, motivos variados: humilhação (‘será que não há em Tietê outra coisa para mostrar, além dessa negrada’), revolta (‘é o cúmulo explorar esses pobres negros, fazendo-os de palhaços’), sentimento de insegurança (‘daqui a pouco os rapazes de família vão cair no batuque’), preconceito moral (‘onde já se viu arranjar oportunidade para negra dar umbigada’; ‘daqui a pouco vamos ter negrinha deflorada’) preconceito religioso. (CANDIDO, 1947, p. 99).

Tal evento, a batucada, fora patrocinado pela prefeitura e esse fator causava revolta e aflorava o preconceito de raça, inclusive e mais perniciosamente dos membros da classe II e os membros do grupo eclesiástico. Os intelectuais da cidade independente do pertencimento a classe II ou III revelaram determinada autonomia de opinião, descolando da posição majoritária da classe de origem. Esse foi o primeiro artigo de Antonio Candido na Sociologia e revela os prenúncios de sua abordagem com ênfase às classes subalternas, buscando analisar as contradições da sociedade e partindo “do fato concreto em direção à teoria – foram os dados obtidos nas entrevistas que conduziram à interpretação” (JACKSON, 2002, p.33).

Essas condições também estão presentes em *Os parceiros do Rio Bonito*, obra que nasce sobre uma poesia manifesta no Cururu – expressão artística e cultural dos caipiras paulistas. A pesquisa demonstrou uma

complexidade e o senso de realidade em que se inscrevia o cururu suscitaria um trabalho especial. A partir desse contexto, que começa a pesquisa sobre os caipiras, segundo Fernandes (1995, p.97)

A pesquisa foi feita com enorme sacrifício pessoal e a elaboração do livro foi lenta e exigente. Por seu intermédio, um tipo de homem pobre 'livre'⁷ ganhou espaço na estante dos clássicos, iluminou-se uma parcela do Brasil dos de baixo, o que eles são, como gente e portadores de uma civilização excluída e de uma sociedade subalternizada. Ampliou-se a área dos nossos contemporâneos que não são coetâneos da história oficial, mas que apresentam um desafio: eles não podem ser apenas 'objeto' da reforma agrária ou dos movimentos libertários e humanitários da sociedade civil.

Além de revelar um outro sujeito social na sociedade brasileira, branco, pobre e com um tipo cultura subalternizada, Candido lança aspectos de remodelação do fazer sociológico porque alia a escrita ensaísta, avançando nos aspectos descritivos, sem deixar de lado a influência da análise sociológica ao qual alerta o “leitor verá que aqui se combinam, mais ou menos livremente, certas orientações do antropólogo a outras mais próprias do sociólogo” e mais adiante ratifica “a Antropologia tende, no limite, à descrição dos casos individuais, enquanto a sociologia tende à estatística” (CANDIDO, 2010, p.21).

Essa característica não era predominante na sociologia, com a vinda dos professores franceses na Universidade de São Paulo, o ensaísmo vinha sendo superado pela ênfase aos estudos empíricos e os trabalhos de campo. A importância do rigor metodológico era uma forma de orientar e garantir a cientificidade da pesquisa, sem cair em achismo e suposições equivocadas. Na realidade, Antonio Candido alia a escrita ensaística com o rigor sociológico fazendo uma mescla e possibilitando um olhar mais sutil sobre o objeto pesquisado.

⁷ Essa relação do homem pobre e livre também foi explorada por Maria Sylvania de Carvalho Franco em seu livro *Homens livres na ordem escravocrata* (FRANCO, 1997), fruto de sua tese de doutorado, ao qual um dos membros da banca foi Antonio Candido. Em seu livro, inclui a violência como forma de sociabilidade do caipira, que poderia soar com uma crítica aos Parceiros do Rio Bonito. Em entrevista concedida a Luiz Carlos Jackson (2002, p.137-138) ao ser questionado sobre essa crítica, Antonio Candido é categórico: “Não creio que haja crítica. Maria Sylvania sempre foi simpática ao livro. Pode-se dizer que ela aborda aspectos que não abordei, como a violência. Aliás o seu livro não é exatamente sobre o caipira pobre, dependente, como o meu, mas engloba a classe dominante rural, fonte principal de violência”.

A sutileza é perceptível quando analisa a rusticidade do caipira, ao relatar uma influência marcante do indígena e do bandeirante, que pode ser demonstrada na rudeza de tratamento como sendo muito valentes e resistentes. Essa influência bandeirante pode ser notada no caráter nômade do caipira, na transmissão de sua cultura que passava de geração à geração.

Outro aspecto analisado foi a economia fechada, de um trabalho isolado resultante de uma agricultura extensiva e itinerante, “foi um recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico: recursos para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra” (CANDIDO, 2010, p.55). Apesar dessa dificuldade técnica, o caipira tinha o seu domínio, mesmo rudimentares e sem grande produtividade, esse domínio técnico refere-se à sua ligação com a terra e a natureza, que incluía uma relação de respeito e cuidado mais ligada ao trabalho concreto nos termos de Marx, conforme descreve no prefácio:

[...] devo a obra de Marx a consciência da importância dos meios de vida como fator de dinâmico, tanto de sociabilidade, quanto da solidariedade que, em decorrência das necessidades humanas, se estabelece entre o homem e a natureza, unificados pelo trabalho consciente. Homem e natureza surgem como aspectos indissolúvelmente ligados de um mesmo processo, que se desenrola como História da sociedade. (CANDIDO, 2010, p. 15).

Ao observarmos de maneira descontextualizada o caipira, pode nos levar ao entendimento da utilização de uma técnica retrograda em relação a natureza: a queimada. Porém, sua relação umbilical com a terra e com a natureza era bem distinta, a relação com o tempo não era marcada pelo cronômetro, a colheita e a plantação eram regidas pelas festas religiosas, essa relação com o tempo e com a natureza não tem como fundamento o processo de acumulação e passa ao largo das relações capitalista. Esse contraponto as relações capitalistas são expressas por uma dieta rudimentar, pobre e uma agriculturade pouco acúmulo, de subsistência e uma vida de precariedade.

Antonio Candido faz uma análise de uma sociologia da subsistência, esse camponês pobre que vivia em casas de palha, cheia de animais peçonhentos, não paravam em local específico devido sua

mobilidade contínua, inerente ao seu modus de vida e sociabilidade, que é oposto da noção de propriedade privada.

A mudança na vida do caipira começa a ocorrer com o avanço da economia capitalista, que muda sua relação com a terra e o trabalho, da cooperação de uma economia doméstica, visto que o caipira não tinha como horizonte a poupança, basicamente o que ele tinha trocava com outros produtos. Isso fica mais evidente quando o caipira se vê na necessidade de trabalhar com a noção de compra e venda e desponta a ideia de regularidade e irregularidade. A perspectiva doméstica da compra dos insumos para o plantio e a irregularidade da venda gerava um desbalanceamento da relação entre receita e despesa afetando diretamente seu trabalho no mundo rural. Esse processo força o trabalho individualizado, que multiplica o esforço físico do caipira e atrofia qualquer forma coletiva de trabalho, agregasse o avanço da empresa capitalista no campo levando esse caipira ao processo de proletarização.

Outro fator que marca profundamente esse modus de vida é a densidade demográfica, o espaço urbano começa invadir o meio rural e diminuir a quantidade de terras disponíveis, mesmo as pequenas propriedades passam a enfrentar a concorrência da grande empresa capitalista do campo extinguindo a cultura do nomadismo e contribuindo para a própria extinção da cultura do caipira,

Em momentos como o nosso, quando vemos as possibilidades de ação sobre a Natureza e a sociedade aumentarem em número e eficiência, podemos realmente compreender, segundo as expressões centenárias de Marx, que a 'cidade resulta da concentração de população, dos instrumentos de produção, do capital, dos gozos, das necessidades, enquanto o campo mostra justamente o contrário, o isolamento e a separação. A oposição entre campo e cidade só pode existir no quadro da propriedade privada. É a expressão mais grosseira da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho e a uma determinada atividade que lhe é imposta. Subordinação que faz de um, um animal limitado da cidade, de outro, um animal limitado do campo, reproduzindo cada dia o conflito dos seus interesses. (CANDIDO, 2010, p. 259).

A implementação da lógica capitalista aniquila a cultura do caipira restando-lhe algumas alternativas: um processo de resistência ou assimilação e incorporação da cultura capitalista ou tentar uma assimilação mista. Evidente que o caipira acaba aderindo e assimilando esse novo modus de vida, que foi difundida e implementada por políticas governamentais nos anos 1950, tais políticas demonstravam nenhum apreço e respeito pela cultura caipira e de sua relação com natureza. A política de levar o homem do campo para a cidade culminou em processo de urbanização do campo e de barateamento dessa força de trabalho na cidade. Assim, Antonio Candido (2010, p. 257) defende a tese de reforma agrária, “a situação estudada nesse livro leva a cogitar o problema da reforma agrária”.

Antonio Candido recupera um marco civilizatório e alerta para um problema estrutural da sociedade brasileira, a urbanização do campo levou ao um traumatismo econômico e social. Essa grande empresa capitalista gestada no campo não produz alimentos para saciar a fome do povo, o intuito é uma produção em larga escala, com alta produtividade e lucratividade com fins de exportação. Certamente crítico dessa vertente, Antonio Candido aponta uma saída civilizatória para a sociedade brasileira e para a sobrevivência de culturas tradicionais.

O livro *Os Parceiros do Rio Bonito* pode ser inserido no rol dos clássicos do pensamento social, a tese de Antonio Candido é inovadora em vários sentidos, mas em um período em que a sociologia e o pensamento social brasileiro pouco abordavam as classes subalternas, Antonio Candido faz aparecer na literatura o caipira, sua cultura, seu modus de vida. Homem pobre de cultura rústica que pouco interessava à sociologia, mas era elemento fundamental da referência de Antonio Candido para a construção do socialismo; o sentido da relação entre homem e natureza não passa apenas pelo lucro e os anseios do capital e sim pelos processos de sociabilidade construído por esse homem simples.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Flávio. Antonio Candido. In: PERICAS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p.275-286.

- CANDIDO, Antonio. Opinião e classes sociais em Tietê. *Sociologia*: revista didática e científica, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 97-112, 1947.
- CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *Tempo Social*: Revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 1, jun. 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- FERNANDES, Florestan. *A contestação necessária*: retratos de intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ática, 1995.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- GARCIA, Sylvia. *Destino ímpar*: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida*: os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: FAPESP, 2002.
- LIMONGI, Fernando. Mentores e clientela da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Idesp, 1989. v.1. p. 111-187.
- LÖWY, Michael. Teresina etc.: o socialismo de Antonio Candido. In: FONSECA, Maria Augusta; SCHWARZ, Roberto. *Antonio Candido 100 anos*. São Paulo: Ed. 34, 2018. p.122-127.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.
- SANTOS, Luiz Antônio C. A radicalidade de Os parceiros do Riobonito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.
- SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan*: a inteligência militante. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SCHWARZ, Roberto. Antonio Candido 100 anos. In: FONSECA, Maria Augusta; SCHWARZ, Roberto. *Antonio Candido 100 anos*. São Paulo: Ed. 34, 2018. p.11-13.

LEANDRO KONDER, UM SENHOR DIALÉTICO

*Marco Antonio Rossi*¹

*Ninguém vai me tirar
o coração
O mundo vai mudar
com as nossas mãos
Wander Taffo*²

Em aula magna³ na PUC-Rio, em 2003, para referendar sua elevação à titularidade acadêmica, Leandro Konder aborda as tensas

¹ Sociólogo e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR).

² Trata-se de refrão de uma canção, muito tocada nos shows de Wander Taffo, mas nunca gravada. Leandro Konder costumava abrir os capítulos de seus livros com trechos de canções da MPB.

³ Proferida em 28 de março de 2003, na Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro, sob título “A dialética e o marxismo” e publicada na Revista *Chronos* n. 02, da UNIRIO, dedicada, na íntegra, a Leandro Konder.

relações entre o marxismo “oficial” e a dialética. Apostando no que chama de “inesgotabilidade do real” ou “irreduzibilidade da realidade ao conhecimento”, o autor de *A questão da ideologia* traça um panorama fecundo e ao mesmo tempo preocupante da história da dialética, dando ênfase aos desafios que lhe estão à frente.

Para superar o determinismo a que foi condenada pelo movimento operário e comunista, entre fins do século 19 e início do século 20, a dialética precisaria dedicar-se à própria reconstrução, esforçando-se por ampliar a *desconfiança* em relação às ideologias deformadoras da consciência humana e alimentar a *autoconfiança* que se encontra no conceito de *práxis* e se qualifica nas subjetividades autocríticas.

Afirma Konder (2006, p.96):

A construção do conhecimento necessita de desconfiança em relação a si mesma e também de autoconfiança. Em que a dialética, na concepção de Marx, pode contribuir para a satisfação de cada uma dessas necessidades? [...] A contribuição para a desconfiança vem pela ligação com o conceito de ideologia: a distorção ideológica pode ser tão sutil que eu não a perceba infiltrar-se em meu ponto de vista, em minhas razões, em minha ciência, em minhas intuições. [...] A contribuição para a autoconfiança vem pela ligação com o conceito de *práxis*, a atividade do sujeito que de algum modo aproveita algum conhecimento ao interferir no mundo, transformando-o e se transformando a si mesmo. [...] Se a *práxis* não se ligar a uma constante crítica das ideologias, ela irá degenerar em pragmatismo.

A dialética, então, requer uma contumaz crítica às ideologias, cujo eixo deve orientar-se pela *práxis*. Pensar e agir deixam de ser verbos divorciados e passam a existir em conjunto, num movimento que articula ideias, emoções e condutas revolucionárias. É nesse sentido que a subjetividade surge na dialética, para combater o determinismo das “causas objetivas” e, na mesma intensidade, encarar a necessidade de acolher a diferença, o surpreendente, o novo.

Hegel, explica Konder, embora reconhecesse as contradições do mundo que se manifestam diante do espírito, acreditava numa dialética que orbitava uma *razão constituída*, na qual os sujeitos não têm condições

de interferir. Para Marx, a dialética é exatamente o que resulta do conhecimento humano e sua interface com aquilo que os sujeitos fazem na realidade. Por isso, Marx vê a história como um produto possível da razão humana, obstruída em Hegel pela *irrazão* obsessiva dos fatos absolutos. A dialética em Marx, portanto, preconiza uma *razão constituinte*, em nome da qual os seres humanos se posicionam diante de seus limites, enfrentam as circunstâncias e abrem o campo da mudança à ação previamente pensada e elaborada, ou seja, à *práxis*.

No desenvolvimento de sua exposição, Leandro Konder atesta que, na história do marxismo, essa compreensão da dialética como *razão constituinte* foi denegada. Se o ímpeto de Marx era estabelecer “uma crítica implacável contra tudo que existe”, as urgências da luta política impuseram outra questão: em nome de alguns avanços na vida partidária e de uma suposta influência nos movimentos de massa, que os socialistas julgavam necessário preservar e ampliar, os partidos, sindicatos e associações de inclinação “marxista” (as aspas simbolizam o excesso de contravenções cometidas por essa expressão) enrijeceram as ideias e se entregaram a variações da teoria evolucionista, do mecanicismo sociológico e do determinismo econômico. Alheia à abertura inerente a um mundo real dinâmico e contraditório, a dialética se fechou e se empobreceu. Perdeu, destaca o autor de *A derrota da dialética*, sua conexão com a dialógica.

Não há dialética quando se torna impossível estabelecer uma relação franca entre interlocutores de diferentes pontos de vista. Fechada em si mesma, a dialética perde elasticidade, capacidade de produzir a velha síntese dos contrários, superando as aparências e caminhando rumo às essências dos fenômenos sociais. Sob os cuidados do “marxismo oficial”, a dialética não estimulava reflexões, não induzia a dúvidas, não valorizava o pensamento do oponente nos então obstruídos debates. Assim, convertia-se naquilo que Karel Kosik⁴, em *A dialética da moral e a moral da dialética*, advertiu ser a perigosa escolha entre uma “Bela Alma” – defensora de uma falsa pureza que a desvia dos riscos da ação, imobilizando-a – e um “Comissário” – que crê possuir uma “Verdade” inquestionável e capaz de orientar tudo e todos.

⁴ As referências a Karel Kosik por Leandro Konder são constantes. O marxista brasileiro se aproveitava das ideias do filósofo tcheco para refletir, sobretudo, acerca das possibilidades de construção de uma ética marxista. As orelhas da edição brasileira de *A dialética do concreto* (Editora Paz & Terra), principal obra de Kosik, foram escritas por Konder.

Para superar a crise que a mergulhou em dogmatismo e irracionalidade, a dialética requer, como postula Konder (2006, p. 98), assumir um recomeço:

Cabe-lhe resgatar a força da dialógica, que chegou a desempenhar um papel tão importante nos escritos de Platão, abrindo espaço no movimento do pensamento para a incorporação necessária do discurso do outro como pré-requisito para a elevação da filosofia em direção ao mundo das ideias. [...] Cabe-lhe associar a radicalização de sua vocação crítica [...] a uma modéstia metodológica e a uma vigilância autocrítica que lhe permitam enxergar suas próprias limitações e a estimulem a buscar naquilo que surge de novo no campo de seus interlocutores/contraditores elementos que podem – surpreendentemente – ensinar a ampliação de seus horizontes.

Leandro Konder enfatiza ainda as possíveis relações que a dialética tem com a mística. Por estar aberta ao novo, a dialética não prescinde da admissão de que o real é maior do que suas habilidades de apreendê-lo, significá-lo no conjunto dos conhecimentos existentes. Na busca por mediações para abordar certa transcendência da realidade, a dialética deve ter modéstia e muita serenidade. No escopo do “marxismo oficial” – um eufemismo para *marxismo vulgar* e *a-histórico* –, esse tipo de reflexão seria considerado heresia.

A *natureza*, em si, não define a vida em sociedade. Do modo como foi interpretada pelos não dialéticos, a história era portadora de uma condição inquebrantável, cujos contornos eram de total domínio de seus representantes legitimados pelos partidos e órgãos instituídos. Até meados do século 20, quando a obra de marxistas de nova cepa ganha espaço público (textos de Antonio Gramsci, Georg Lukács e Walter Benjamin, por exemplo), a dialética era vista e utilizada como método puro ou doutrina superior, um receituário de explicações irreplicáveis da realidade. Esse engessamento produziu inúmeros equívocos à esquerda, os quais, de diferentes maneiras, impulsionaram dolorosas derrotas ao pensamento progressista. Recomeçar, para a dialética, seria também reivindicar uma *revanche*⁵ na batalha das ideias.

⁵ *Leandro Konder, a revanche da dialética* é título de uma compilação de textos apresentados durante a VI Jornada de Estudos da UNESP/Marília-SP (1998), dedicada ao autor de *Marx: vida e obra* e publicada em parceria com a Boitempo Editorial em 2002. O nome do evento não poderia ser mais indicativo e oportuno.

**

O nascimento de Leandro Augusto Marques Coelho Konder foi registrado em 03 de janeiro de 1936⁶, na cidade de Petrópolis-RJ. Em 12 de novembro de 2014, após duas décadas de pugna contra o Mal de Parkinson, faleceu na capital fluminense. Em suas *Memórias de um intelectual comunista*, obra lançada em 2008, Konder revela que se tornou comunista aos 15 anos, em grande medida por influência direta do pai Valério Konder, médico sanitarista, militante histórico do PCB. Ao longo de mais de 60 anos, renovou sua aposta filosófica no marxismo e na capacidade de os seres humanos superarem o capitalismo e organizarem uma sociedade justa, livre e fraterna. É importante endossar: *renovou* sua aposta filosófica. O autor de *Bartolomeu*⁷ assegura em seus escritos autobiográficos que ser comunista não é repetir no século 21 propostas programáticas e juízos políticos formulados por Marx no século 19. Para não se tornar uma *monstruosidade*, todo programa político deve ser revisitado periodicamente, atendendo às exigências de seu tempo, aos desafios do momento histórico. É oportuna, aqui, a lembrança de Gramsci e de seu historicismo absoluto: é preciso um esforço a mais na tarefa de pensar a realidade *historicamente*.

A geração de intelectuais⁸ da qual Konder fez parte fortaleceu-se na luta teórico-política após a famosa *Declaração de Março de 1958*, do PCB (uma sinalização de novos rumos após as estremecedoras denúncias do secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Nikita Krushev, em 1956, contra Joseph Stalin). O autor de *A democracia e os comunistas no Brasil* foi desde sempre crítico contumaz da opção “marxista-leninista” do Partido Comunista do Brasil, de sua enorme

⁶ É curiosa e bem-humorada a história que Leandro Konder conta sobre a divergência entre a sua data de nascimento e a de seu registro: “Durante muito tempo, achei que tinha nascido no dia 3 de janeiro de 1936. Um dia, meu filho Caíto, que devia ter uns 8 anos, estava fazendo um horóscopo chinês e perguntou à minha mãe em que ano eu nascera, e ouvi quando ela respondeu: 1935. Estranhei a informação. Foi então que ela me contou a verdade: eu nasci, de fato, no dia 31 de dezembro de 1935, às 23h30. Perplexo, indaguei por que ela nunca me havia dito isso. E minha mãe, candidamente, alegou: ‘Você nunca perguntou...’” (KONDER, 2008, p.13).

⁷ É digna de nota a incursão de Leandro Konder pela literatura como escritor de romances. Ele publicou dois livros: *Bartolomeu* (Relume-Dumará, 1995) e *A morte de Rimbaud* (Companhia das Letras, 2000).

⁸ A geração de 1958 saiu fortalecida do 5.º Congresso do PCB. Orientada pela perspectiva democrática do chamado “marxismo ocidental” e também pela reivindicação de um *eurocomunismo* pelo Partido Comunista Italiano, menos centralista e mais aberto aos movimentos políticos da sociedade civil, a geração de 58^a teve, no Brasil, a participação/produção de intelectuais como Carlos Nelson Coutinho, Michael Löwy, Marco Aurélio Nogueira, Armênio Guedes, entre muitos outros.

resistência aos horizontes da democracia. Em busca de explicações e ilustrações para o raquitismo democrático na cultura brasileira, Leandro Konder encontrou em seus estudos um país de sociedade civil gelatinosa, além de uma estrutura de poder que assumiu inteiramente os processos de mudança social, dirigindo-os por cima, sem participação popular e apoiada em sucessivos golpes de violência institucionalizada contra os trabalhadores.

A partir de 1958, Konder entendeu que havia espaço no PCB para sua leitura de Marx e do Brasil. Nos debates internos do partido, de modo singular, apostou na *democracia radical* para enfrentar e superar o legado quase nada dialético dos comunistas brasileiros. Konder reverenciava a coragem e o desprendimento da maioria dos lutadores do PCB no país, ainda que se sentisse no dever de indicar seu voluntarismo e sua carência da compreensão do marxismo e das ricas dinâmicas da história.

Sobre a postura de Leandro Konder nas disputas internas do PCB, escreve Marcos Del Roio (2002, p. 135):

Leandro Konder exercia a crítica da tradição comunista no Brasil, crítica do ‘marxismo-leninismo’, mas ao mesmo tempo vasculhava o passado em busca de vestígios e brotos do tema da democracia. Explicava a débil cultura democrática dos comunistas pela forte influência do meio histórico: uma sociedade civil fraca e um desenvolvimento capitalista pela ‘via prussiana’, entrecruzaram-se com a ideologia “marxista-leninista” (melhor seria dizer “stalinista”) que veio a predominar no PCB. O resultado foi um discurso e uma cultura carregados de doutrinário e uma prática política que resvalava para o ‘golpismo’.

No livro *A democracia e os comunistas no Brasil*, publicado em 1980, Konder (1980, p.16) sublinha o profundo desacerto que produzia na cultura brasileira a debilidade da sociedade civil. Acostumado a criar pontes entre a realidade e a literatura, entre a ciência e a arte, ele cita o personagem Fabiano, de *Vidas Secas*, do mestre Graciliano Ramos, para ilustrar o modo como se inseria na experiência cotidiana a tragédia da onipresença estatal, coercitiva e violenta:

A fraqueza da sociedade civil marca a própria *psiquê* dos brasileiros, em geral. Uma poderosa imagem disso se encontra no romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Fabiano, o personagem principal, encontra por acaso, no interior do Nordeste, o ‘soldado amarelo’ que o tinha humilhado e espancado um ano antes, quando o camponês fora à cidade; o soldado está perdido, Fabiano está armado, é uma excelente ocasião para vingar-se. O camponês hesita, mas acaba dando ao soldado a informação que este pede para poder sair do local. Fabiano poupa o ‘soldado amarelo’ porque – explica para si mesmo – ‘governo é governo’. Se o seu universo conceitual fosse mais rico, Fabiano poderia ter dito: ‘o Estado é sempre o Estado’.

Logo à frente, no capítulo subsequente, Konder (1980, p. 17) expõe as vísceras do controle estatal brasileiro, cujo centralismo nos processos sociais de mudança produz no país uma das mais agressivas expressões da “via prussiana”:

O Estado é sempre o Estado: é da sua própria natureza que ele se faça envolver por uma névoa destinada a produzir na maioria da população a impressão de que ele é um poder misterioso, inacessível, inexpugnável. No Brasil, essa névoa, mesmo sem conseguir ser densa, tem sido historicamente muito eficaz, desarmando no espírito de homens simples como Fabiano qualquer esperança (e minando na base o ânimo crítico-revolucionário). Quando a máscara de intocabilidade não basta e algum Fabiano se subleva, o braço da repressão o esmaga. Foi o que aconteceu com os quilombolas no final do século 17; com o Tiradentes na impropriamente chamada “inconfidência mineira”; com João de Deus do Nascimento, Luís Dantas de Amorim Torres, Manoel Faustino dos Santos Lira e Luís Gonzaga das Virgens, na Bahia, em 1799; e com Joaquim Nunes Machado, na revolta “praieira”, em 1849.

A “modernização conservadora” foi a regra da condução política no Brasil. Essa estratégia – que Lenin denominava “via prussiana” e Gramsci encarava como “revolução passiva” – visava conter impulsos populares e retóricas revolucionárias, promovendo pelo alto transformações que distribuíssem migalhas aos mais pobres, dando-lhes a entender que o

Estado é o Estado, ou seja, realiza aquilo que é necessário sem interferências nem cobranças.

Konder notou que essa ideologia pouco afeita à *práxis* não era privilégio exclusivo das classes dominantes. No decurso do tempo, essa aversão ao diálogo – e, no limite, à dialética – contaminava também os estratos sociais mais progressistas e a mentalidade daqueles que se julgavam representantes históricos das classes subalternas. O esforço do autor de *Marxismo e alienação* por compreender as dinâmicas internas da luta política dos comunistas lhe permitiu constatar que a dialética havia sido, parafraseando Sérgio Buarque de Holanda⁹, um enorme mal-entendido no Brasil. Como “renovador”, nos quadros do PCB, Konder sofreu sucessivas derrotas no embate contra espíritos refratários aos ideais democráticos. Nas conferências e congressos do PCB, a opção democrática era descartada em nome de perspectivas centralistas e autoritárias, quando não apoiadas em sombras do inoportuno culto à personalidade. Após décadas de militância e defesa da democracia como opção para os comunistas do Brasil, Leandro Konder deixa o PCB, oficialmente, em 1982. Percorreria outros partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e terminaria como um dos fundadores do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A decisão por se dedicar à educação, à escrita de livros e à história das ideias socialistas, no entanto, sobressaiu. A dialética, ao lado da *democracia como valor universal*¹⁰, seria então a protagonista de sua inserção no debate público, como, verdade seja dada à luz, jamais deixara de ser.

A dialética, na visão de muitos marxistas, tinha um caráter épico, como lembra Konder em um dos capítulos de suas memórias. Exatamente por acharem que ela não poderia ser nunca derrotada, a dialética deixou de

⁹ Em *Raízes do Brasil*, livro publicado em 1936, o historiador paulista afirma que, capturada por uma elite semifeudal, a *democracia* havia sido desde sempre *um lamentável mal-entendido*.

¹⁰ Lançado em 1979, um pouco antes de *A democracia e os comunistas no Brasil* (1980), o ensaio *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho – amigo fraterno e parceiro de ideias e lutas de Konder por mais de 40 anos – provocava um controvertido e pioneiro debate sobre as relações nem sempre amistosas entre o socialismo e a democracia, no Brasil e no mundo. Sua premissa, a de que democracia e socialismo são siameses, permanece muito atual.

travar as batalhas nas quais sua presença era tão necessária. Em seu lugar, comparecia uma mistura mal-ajambrada de positivismo e evolucionismo, algo bem próximo a um método invencível de avaliação da realidade, repleto de superpoderes.

Na verdade, esse apego cego às vicissitudes indestrutíveis da dialética acabava, na prática, se convertendo em profundo desprezo por suas efetivas possibilidades. Como já apontado, a dialética requer o desnudamento das ideologias à sua volta e a confiança nos postulados da *práxis*, ou seja, de um conhecimento que tencione a realidade (objeto) e a consciência (sujeito) ao mesmo tempo. Assim, a dialética deve se valer de si mesma para compreender suas condições de entendimento da vida sob o capitalismo. É nesse momento que entram em cena duas destemidas palavras-chave: *mediações* e *fluidificação dos conceitos*.

O conhecimento possui dimensões prontas e ainda por se realizarem. Nesses termos, pode-se falar em contatos imediatos e mediatos entre sujeito e objeto. O *imediato* é aquilo que se dá no encontro entre o que vive e o já vivido: trata-se de um saber já experimentado, rapidamente percebido. O *mediato*, de outra maneira, depende de circunstâncias e condições que variam no tempo e no espaço. A melhor utilização de um objeto depende da relação que se tem com ele. Assim, quanto mais questões são formuladas pelo sujeito da ação, melhores são suas disposições diante daquilo que almeja conhecer. Um instrumento musical, por exemplo, se apreciado de modo meramente prático (*imediato*, para tocar uma música) deixa de se revelar em sua historicidade. Afinal de contas, quem o inventou? A quais estilos serve de forma mais efetiva? Quais musicistas o dominam de forma mais virtuosa? Em que álbuns musicais aparece executado de exímia maneira? Que arranjos outras culturas musicais fazem de sua sonoridade? Para cada uma dessas questões, uma série de mediações se torna necessária para a construção de respostas. Viajar no tempo, percorrer inúmeros espaços, buscar variadas fontes e compará-las, tudo isso requer apoio em conhecimentos já elaborados, a fim de esboçar novos saberes sobre as práticas cotidianas. O uso dialético das mediações, portanto, impede que se atribuam fundamentos eternos ao conhecido, ao uso imediato de tudo que existe. O que há pode vir a ser diferente – e o que virá será alterado outras vezes, de acordo com as mediações eleitas subjetivamente.

Em *O que é dialética*, livro que Konder publica em 1981, em seus derradeiros momentos como militante do PCB, “derrotado” pelos adversários do conhecimento *mediatizado*, há novo recurso às relações entre Hegel e Marx na tentativa de elucidar as diferenças entre o que cogitavam os dois filósofos a respeito das possibilidades da dialética. Analisa Konder (2003, p. 51):

É compreensível [...] que até hoje existam muitas discussões sobre a dialética de Marx. Quais são, precisamente, suas características essenciais? Quais são, precisamente, suas relações com a dialética de Hegel? (...) Hegel descrevia o processo global da realidade da seguinte maneira: a Ideia Absoluta assumiu a imperfeição (a instabilidade) da matéria, desdobrou-se em uma série de movimentos que a explicitavam e realizavam, para afinal, com a trajetória ascensional do ser humano, iniciar – enriquecida – seu retorno a si mesma. Essa descrição – que é claramente *idealista* – supõe o conhecimento do ponto de partida e do ponto de chegada do movimento da realidade. Quer dizer: é a descrição do processo da realidade como uma totalidade fechada, “redonda”. Marx, como *materialista*, não podia aceitar essa descrição: para ele, o processo da realidade só podia ser encarado como uma totalidade aberta, quer dizer, através de esquemas que não pretendessem “reduzir” a infinita riqueza da realidade ao conhecimento.

Algum tempo mais tarde, recuperando as investigações que havia iniciado durante o exílio na Europa, entre 1972 e 1978, e que resultariam em sua tese de doutoramento, *A derrota da dialética*, defendida em 1987, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Leandro Konder entende que, embora se declarassem *materialistas*, os comunistas do início do século 20 defendiam uma visão romântica e *idealista* da dialética, “redonda”, “imediate”, avessa ao caráter inexoravelmente surpreendente da realidade. Na abertura de sua tese, na seção intitulada *Nota preliminar sobre a dialética*, Konder (1988, p.09) assevera:

O modo de pensar dialético [...] implica um esforço constante da consciência no sentido de ela se abrir para o reconhecimento do novo, do inédito, das contradições que irrompem no campo visual do sujeito e lhe revelam a existência de problemas que ele não estava enxergando. A exigência do reconhecimento

de todas as contradições pode entrar em choque (e, de fato, com frequência entra) com exigências de outro tipo, que são as exigências ligadas às tarefas práticas urgentes que a luta política apresenta aos revolucionários. Em determinadas circunstâncias, o reconhecimento da complexidade e da contraditoriedade do quadro da ação pode paralisar – ou ao menos entorpecer – a intervenção eficaz do sujeito no combate; em tais circunstâncias, os dirigentes políticos das forças pragmaticamente comprometidas com a mudança tendem a mobilizá-las através de fórmulas não dialéticas, cujo efeito lhes parece ser mais direto e imediato.

Certo “irrealismo político”, portanto, aprisionava os marxistas às suas próprias circunstâncias, forçando-os a desviar os sentidos do fluxo do tempo. A questão passava a ser mais a defesa de uma determinada visão de mundo, com suas particularidades e intransigências, e (bem) menos a aceitação de que nada há fora dos eventos históricos. “Marx não reconhece a existência de nenhum aspecto da realidade humana situado acima da história ou fora dela” (KONDER, 2003, p.53). O que, então – para além do exagerado apego ideológico às suas causas e vantagens políticas –, induzia os marxistas a essa postura não dialética?

Konder (1988, p.09) suspeita ter encontrado o *fió de Ariadne*¹¹:

[...] não podemos esquecer o fato de que os revolucionários são seres formados pela própria sociedade que estão negando, de modo que estão sempre marcados pelo mundo que desejam modificar. Com a divisão social do trabalho, com a hipercompetitividade estimulada pelo mercado capitalista, a insegurança se generaliza e atinge todas as pessoas: não só aquelas que temem mudanças históricas como aquelas que, em princípio, estão empenhadas em promovê-las. A insegurança penetra na “alma” do combatente e o leva a se apoiar em certezas, a procurar fundamentar suas opções em valores inquestionáveis.

É pelo juízo de que a dialética necessita de si mesma para enfrentar o congelamento da realidade e libertar os revolucionários das teses

¹¹ *O fió de Ariadne*, expressão pertencente ao vasto universo mitológico dos gregos, representa, metaforicamente, o cordão que conduz os sujeitos pelos labirintos da alma humana e os traz de volta à realidade, com as respostas necessárias aos desafios da existência.

“redondas” e “imediatas” de explicação do mundo e das relações sociais, conduzindo-se, portanto, pela humildade humana diante da grandeza da história, que a *fluidificação dos conceitos* se apresenta com pertinência.

Comparando Hegel a Marx, no uso de categorias conceituais para capturar as mudanças qualitativas das ideias e dos fenômenos da vida, Konder (2003, p.51-53) relata:

Para dar conta do movimento infinitamente rico pelo qual a realidade está sempre assumindo formas novas, os conceitos com os quais o nosso conhecimento trabalha precisam aprender a ser “fluidos”. Hegel [...] lançou as bases para a “fluidificação” dos conceitos; em Hegel, no entanto, a “fluidificação” ficava limitada pelo caráter excessivamente abstrato do quadro global (totalidade) da história humana. Isso se vê, por exemplo, no uso do conceito de *natureza humana*: em Hegel, o ser humano que promovia o movimento da história era uma abstrata “autoconsciência”, ligada à tal da Ideia Absoluta, praticamente desvinculada dos problemas que afetam o *corpo* dos homens, de modo que a “natureza humana”, tal como Hegel a entendia, era idealizada, tinha muito pouco de “natureza” e por isso lhe faltava uma dimensão histórica mais concreta. Marx, por sua vez, conseguiu “fluidificar” muito mais radicalmente o conceito de *natureza humana*. Para Marx, o homem tinha um corpo, uma dimensão concretamente “natural”, e por isso a *natureza humana* se modificava materialmente, na sua atividade física sobre o mundo: “ao atuar sobre a natureza exterior, o homem modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. O movimento autotransformador da *natureza humana*, para Marx, não é um movimento espiritual (como em Hegel) e sim um movimento material, que abrange a modificação não só das normas de trabalho e organização prática de vida, mas também dos próprios órgãos dos sentidos: o olho humano passou a ver coisas que não enxergava antes, o ouvido humano foi educado pela música para ouvir coisas que não escutava antes, etc. “A *formação* dos cinco sentidos” – escreveu Marx – “é trabalho de toda a história passada.”

Leandro Konder insiste que é na história que o conceito de dialética proposto por Marx tem suas melhores chances de desenvolvimento. Nesse sentido, a *natureza humana* se faz e refaz em face das mediações escolhidas pelos sujeitos do pensamento e da ação. Ao se relacionar com o mundo, o

ser humano cria uma realidade à sua imagem e semelhança, reinventando a si mesmo, aprimorando os sentidos, abrindo oportunidades para que sua “natureza” se altere profundamente. Essa síntese entre dialética objetiva – a força arbitrária das circunstâncias – e dialética subjetiva – o poder das escolhas articuladas com o desejo de mudança – acusa a realidade de ser vertiginosamente instável, imprevisível. Os processos revolucionários que se pretendam mais avançados e abrangentes não podem prescindir da constatação de que as mediações corretas, unidas ao desprendimento de deixar que os conceitos “fluam” no tempo e no espaço, definem os atributos do conhecimento e, em alguma medida (provisória e imperfeita, é claro), o curso dos fenômenos. Afinal, *os homens fazem a sua própria história* (abertura dada pela *práxis*), *mas não exatamente como querem* (por conta de impedimentos ideológicos).

O *otimismo ativo* é uma característica da conduta pessoal de Leandro Konder. Seus estudos sobre os sucessivos mal-entendidos que a dialética despertou na mentalidade dos revolucionários no Brasil e no mundo poderiam levá-lo ao desespero ou à condenação do marxismo como opção teórica e prática. A ausência da dialética nas contribuições dos bravos combatentes da história, contudo, não significa que ela não existe. Ao contrário: simboliza sua força, ao passo que alerta sobre sua complexidade. Por ser exigente, a dialética não se afeiçoa aos espíritos acomodados, dispostos a converter em verdade palavras feitas e lugares-comuns. E por se revelar excessivamente caprichosa, ela não se permite acompanhar de doutrinarianismo e mesquinhaia teórica – a dialética, numa palavra, como enfatiza Konder (2003, p.87), lembrando o argentino Carlos Astrada, *é semente para alimentar dragões*¹².

A dialética insiste em dotar as consciências do senso de que as mudanças são o epicentro da realidade. Sem parecer óbvia, ela quer

¹² A imagem da dialética como *semente lançada aos dragões*, que Leandro Konder reproduz em *O que é dialética*, é uma resposta à acusação de José Guilherme Merquior contra o método de Marx. Segundo o ensaísta liberal, em *As ideias e as formas*, a dialética não passa de uma *dama de prazeres fáceis*, com a qual se obtém resposta para tudo. Pensada *dialeleticamente*, contudo, a própria dialética é exigente e não se presta a delírios gratuitos, fora do tempo histórico e das limitações impostas pelas ideologias hegemônicas.

ser insubmissa. Para tanto, exige que a crítica que os sujeitos em seu nome dirigem ao mundo seja também direcionada à sua própria atuação. Para estarem efetivamente habilitados a contestar, os indivíduos e grupos dialéticos têm o dever de se autocriticarem, direta e impiedosamente. A máxima de Terêncio continua profícua: “Nada que é humano deve parecer estranho”.

Konder (2003, p.85, 87) assegura:

A dialética não dá “boa consciência” a ninguém. Sua função não é tornar determinadas pessoas satisfeitas consigo mesmas. O método dialético nos incita a rever o passado à luz do que está acontecendo no presente; ele questiona o presente em nome do futuro, o que está sendo em nome do que “ainda não é” [...]. Um espírito agudamente dialético como o poeta Bertolt Brecht disse uma vez: “O que é, exatamente por ser tal como é, não vai ficar tal como está”. Essa consciência da inevitabilidade da mudança e da impossibilidade de escamotear as contradições incomoda os beneficiários de interesses constituídos e os dependentes de hábitos mentais de valores cristalizados.

E recorrendo a *razão constituinte* com a qual deve ser preenchida a dialética como modo de ver o mundo, Konder (2003, p.87) interpõe o caráter incômodo do *método de dar sementes aos dragões*:

A dialética intranquiliza os comodistas, assusta os preconceituosos, perturba desagradavelmente os pragmáticos ou utilitários. Para os que assumem, consciente ou inconscientemente, uma posição de compromisso com o modo de produção capitalista, a dialética é “subversiva”, porque demonstra que o capitalismo está sendo superado e incita a superá-lo. Para os revolucionários românticos de ultraesquerda, a dialética é um elemento complicador utilizado por intelectuais pedantes, um método que desmoraliza as fantasias irracionalistas, desmarca o voluntarismo e exige que as mediações do real sejam respeitadas pela ação revolucionária. Para os tecnocratas, que manipulam o comportamento humano (mesmo em nome do socialismo), a dialética é a teimosa rebelião daquilo que eles chamam de “fatores imponderáveis”: o resultado da insistência do ser humano em não ser tratado como uma máquina.

A dialética, ensina Konder, desagrada a gregos e troianos. Seu espírito rebelde põe em xeque todas as tentativas de congelamento da história – negação da *práxis* – e todas as crenças que se julgam imunes às deformações ideológicas presentes em seu âmago. *Negar, conservar, superar*: o movimento dialético é ousado, não oferece concessões e reivindica o direito de transformar o mundo, para muito além de apenas interpretá-lo, como vaticina Marx na famosa 11.^a tese sobre Feuerbach.

Dialética tem duplo significado em sua origem etimológica no grego: em *dia*, tem-se a ideia de *reciprocidade, diálogo*; para *logos* (substantivo) ou *logein* (verbo), atribuem-se tanto o significado de *palavra, discurso*, quanto o de *razão*. Desdobramento de diálogo, a expressão dialética pressupõe que a vida em sociedade seja intercambiável, transada, repartida entre suas distintas partes. Isso é da palavra (do enunciado da existência) e da razão (da capacidade humana de criar e recriar a si e o mundo).

Konder em sua obra dá centralidade à dialética não apenas em termos teórico-conceituais, como em *O que é dialética* e *A derrota da dialética*, publicações inteiramente dedicadas à compreensão de suas *desventuras* na história, mas, essencialmente, no modo como aborda os objetos vivos de sua investigação filosófica. Em seus escritos sobre a arte, a alienação, o fascismo, a educação, a ideologia, entre inúmeros outros, o autor de *Sobre o amor* inebria-se da dialética como instrumento de análise e, também, visão de mundo, *historicizando* tudo à volta, contextualizando personagens, cenários e enredos. Os livros dedicados a protagonistas da história do socialismo – como Charles Fourier, Flora Tristan, Walter Benjamin, Georg Lukács e o poeta Bertolt Brecht, para citar alguns – ilustram bem o caso: muito mais do que inventariar vida e obra, Konder posiciona seus biografados nas lutas de seu tempo, nas dificuldades de enfrentamento das questões ligadas ao poder e às mentalidades e culturas hegemônicas. A dialética, portanto, aparece nas linhas e entrelinhas de suas narrativas.

Para o historiador Lincoln Secco (2002, p. 120-121), a influência de Antonio Gramsci e Walter Benjamin sobre o pensamento de Konder, sintetizada na consolidada opção *luckacsiana* de juventude, é fundamental para entender sua adesão à dialética e à superação de eventuais visões *etapistas* da história. Gramsci convenceu-o a colocar tudo na história e a destacar o papel da cultura nas formações sociais de tipo “ocidental”, com fortes sociedades civis e complexas “guerras de posição”, em detrimento à perspectiva “oriental” de “guerras de movimento”¹³. O espírito democrático em sua visão de mundo advém, certamente, dessas convicções, que se somam ao desejo, tal qual em Benjamim, de fugir à linearidade da ideia de progresso e, assim, “escovar a história a contrapelo”.

A tarefa de *negar* o que está dado, *conservando* seus aspectos positivos e, por isso, mais duradouros e relevantes, *superando* as experiências sociais alicerçadas na exploração humana, está na dialética de Marx e se enriquece no chamado “marxismo ocidental”¹⁴, do qual fazem parte autores e obras que moldaram a consciência de Leandro Konder. A opção do autor de *O futuro da filosofia da práxis* pela arredia dialética só se tornou possível porque uma geração de marxistas, dentro e fora do país, encarou o desafio de oferecer veias democráticas ao sangue socialista, contagiado pelos malogros dogmáticos que assaltaram a cena mundial no curso do século 20. *A aposta dialética* de Konder, portanto, fez-se lufada de ar fresco na luta pela renovação do marxismo e na reivindicação da democracia como valor inegociável entre os comunistas. Como ele mesmo insistia em

¹³ Para o comunista sardo Antonio Gramsci há dois tipos de processos revolucionários, que ele analisa no 7.º de seus *Cadernos do Cárcere*: aquele que se desloca por irrupções e tomadas do poder (“guerra de movimento”) e aquele que depende do fortalecimento da sociedade civil, num caminho aberto e democrático para a oposição de ideias e visões de mundo (“guerra de posições”). O primeiro tipo ocorre onde a sociedade civil é fraca e desarticulada, carente de maturidade política (“oriental”, em alusão a Revolução de Outubro, 1917). A segunda é típica das sociedades europeias, nas quais as lutas políticas se efetivaram no curso do tempo e propiciaram a maturidade da luta de classes e a busca por consenso e hegemonia (“ocidental”). Vale ressaltar que Gramsci não faz referências a parâmetros geográficos para definir sociedades de um tipo ou de outro: a questão é, portanto, política e cultural.

¹⁴ A defesa de um “marxismo ocidental” em oposição às correntes orientadas pela influência soviética aparece, de modo precursor, em Perry Anderson (*Considerações sobre o marxismo ocidental*, 1976) e, antes, em Merleau-Ponty (*As aventuras da dialética*, 1955). O termo e o tema são controversos. Domenico Losurdo, por exemplo (em *Marxismo Ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*, 2017), aponta que a separação do marxismo em “duas partes” renega as contribuições valiosas que cada lado poderia aproveitar do outro. Ainda assim, os representantes do “marxismo ocidental”, como Gramsci, Benjamin e os *frankfurtianos*, foram lidos de modo *ligeiro*, buscando-se neles mais do que se podia ler em suas obras, o que os desvirtuava funcionalmente em benefício de interesses específicos e, como tais, limitados. Isso, de acordo com Losurdo, levou a vertente “ocidental” do marxismo ao colapso. Apesar dessas polêmicas, a ideia de “marxismo ocidental” é aqui empregada para fortalecer a perspectiva dialética contra os engessamentos dogmáticos do nominado “marxismo oficial”.

afirmar, sempre de bom-humor, tratava-se mesmo e uma aposta, de um ato de fé.

Numa época em que a esperança¹⁵ anda tão combalida, é bom saber que passaram pelo mundo sujeitos como Leandro Konder, que não perderam a fé.

REFERÊNCIAS

- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- DEL ROIO, Marcos. Leandro Konder, um capítulo da história dos intelectuais. In: PINASSI, Maria Orlando (org.). *A revanche da dialética*. São Paulo: UNESP, Boitempo, 2002. p.127-142.
- KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- KONDER, Leandro. A dialética e o marxismo. *Revista Chronos*: publicação cultural da UNIRIO/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 2006.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KONDER, Leandro. *Hegel, a razão quase enlouquecida*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KONDER, Leandro. *Memórias de um intelectual comunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- KONDER, Leandro. *Walter Benjamin, o marxismo da melancolia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- KOSIK, Karel. A dialética da moral e a moral da dialética. In: VOLPE, Galvano Dellaet al. *Moral e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 99-117.
- LOSURDO, Domenico. *O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SECCO, Lincoln. Leandro Konder, leitor de Gramsci. In: PINASSI, Maria Orlando (org.). *A revanche da dialética*. São Paulo: UNESP; Boitempo, 2002. p. 102-114.

¹⁵ É sintomática a frase de Walter Benjamin que Leandro Konder escolhe para concluir a apresentação do livro em que biografou o autor das *Passagens*: “A esperança só nos é dada por consideração àqueles que não têm mais esperança”.

UM ORNITORRINCO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: A TRAJETÓRIA DO SOCIÓLOGO FRANCISCO DE OLIVEIRA¹

Flávio Mendes

Num famoso prefácio que escreveu a *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido cunhou uma clássica definição da importância da chamada “Geração de 1930” na história do pensamento social brasileiro. Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. teriam estabelecido as bases a partir das quais o país passou a ser interpretado, num contexto em que Getúlio Vargas ampliava os esforços pela construção do Estado nacional. Em suas obras, aqueles três autores “parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado

¹ Este trabalho apresenta alguns resultados de pesquisa de doutorado em sociologia realizada na UNICAMP com o apoio da FAPESP (MENDES, 2015).

pelo Estado Novo” (CANDIDO, 2011, p. 9). A geração que se formou naquele período – que tem a chegada de Getúlio Vargas à presidência, em 1930, e o golpe militar, em 1964, como marcos – espelhou-se na obra e na conduta intelectual dos clássicos.

Sob essa influência e em meio ao auge do ciclo desenvolvimentista, período em que a construção da nação parecia cobrar o engajamento de todos, nomes importantes do pensamento social brasileiro apareceram. Na sociologia o destaque em geral recai sobre o eixo Rio-São Paulo: a Escola Paulista, liderada por Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo (USP), que revelou nomes como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni; e os intelectuais ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), do Rio de Janeiro, como Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe. Havia diferenças entre ambas as escolas: na USP prevalecia a busca por um elevado padrão científico, algo que influenciava até mesmo os marxistas do famoso Seminário Marx, criado em 1958 por alunos da Faculdade de Filosofia; já o ISEB era marcado por um engajamento mais nítido de seus pesquisadores no debate político nacional, sobretudo em torno de questões relacionadas ao desenvolvimento. Independente do lado, o clima do período chamava à ação política. Tanto que em 1961 os paulistas criaram o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), também liderado por Florestan Fernandes. Revelava-se, assim, uma transição do sociólogo e de seus alunos: as pesquisas sobre temas culturais, que predominavam na década anterior, abriam espaço para um envolvimento maior com o clima político do período.

Essa breve introdução serve para começar a traçar uma diferença. A trajetória do sociólogo Francisco de Oliveira, tema deste trabalho, destoa um pouco desse padrão mais conhecido. Sua formação se deu em outro espaço – no Recife, sobretudo – e a partir de outros referenciais teóricos. Apenas mais tarde, já no final dos anos 1960, ele passou a fazer parte de um círculo intelectual formado majoritariamente por representantes da Escola Paulista. Esse caminho, reconstruído a seguir, fornece valiosas pistas para compreender algumas das especificidades de seu pensamento.

RECIFE, O “OLHO DO FURACÃO”

Nascido no Recife, em 1933, Francisco de Oliveira se formou em Ciências Sociais na mesma cidade durante os anos 1950. Ao longo do curso, recém-criado, ele não teve muito contato com textos dos três autores clássicos do pensamento social brasileiro. Nem mesmo Gilberto Freyre, seu conterrâneo, frequentava as bibliografias das disciplinas, reflexo de seu baixo prestígio no meio universitário recifense.² Também estavam ausentes do curso três pilares da formação sociológica: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Àquela altura a grade curricular dos cursos de sociologia do país ainda variava muito. Só mais tarde um padrão de trabalho acadêmico e determinadas linhas de pensamento se tornariam referências em nível nacional, em grande medida a partir do exemplo da Escola Paulista. Há, portanto, uma diferença fundamental entre a formação de Francisco de Oliveira e aquela de seus futuros colegas intelectuais, quase todos formados na Faculdade de Filosofia da USP. Ao refletir sobre esse fato décadas depois, o sociólogo afirmou:

Se pudesse escolher o que gostaria de saber aos 21 anos, escolheria saber mais sobre minha área acadêmica. Meu curso era fraco, de província. Os professores eram improvisados. Queria ter tido acesso a uma bibliografia mais rica. Queria ter estudado mais Marx naquela época. Para ler Marx ou se falava alemão ou se comprava as edições panfletárias publicadas pelo Partido Comunista. Depois de formado, aos poucos fui lendo e supri minhas carências. (OLIVEIRA, 2009).

À parte certa injustiça que há em se cobrar uma igualdade entre os currículos àquela altura, ainda antes da imposição de um padrão, é interessante notar que Oliveira não compartilhou a mesma formação básica de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, autores com os quais manteria um diálogo constante a partir dos anos 1970. Ambos também se envolviam em leituras aprofundadas de *O Capital*, de Marx, no final dos anos 1950. Se as Ciências Sociais ainda não os aproximavam era o clima político e ideológico do país que cumpria essa

² Freyre estava ligado ao Instituto Joaquim Nabuco, mais dedicado à valorização da cultura regional, enquanto a Universidade do Recife, atual Federal de Pernambuco, alinhava-se ao projeto de modernização e centralização executado por Getúlio Vargas. Francisco de Oliveira falou sobre o tema em uma entrevista (MONTERO; MOURA, 2009, p. 149-150).

tarefa: o nacional-desenvolvimentismo e as esperanças de modernização da sociedade brasileira estavam presentes em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, embora de formas diferentes. Por outros caminhos, portanto, Francisco de Oliveira se encontraria igualmente inspirado por aquele sentimento progressista, que tinha o centro-sul do país como polo irradiador. Desde a periferia ele pode identificar e viver as contradições desse programa.

Distante das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda ou Caio Prado Jr., Oliveira encontraria em Celso Furtado as bases para construir sua visão sobre o Brasil. Foi também pelas mãos do economista que ele entrou no debate e na luta política por transformações estimuladas pelo ciclo desenvolvimentista no Brasil. Sobre a importância de *Formação econômica do Brasil*, maior obra de Furtado, Oliveira afirmou:

Furtado converte-se – é forte o termo – em *demiurgo do Brasil*. Ninguém, nestes anos, pensou o Brasil a não ser nos termos furtadianos. Essa obra tem uma imensa significação na história brasileira. Coloca-se, seguramente, ao lado de *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil contemporâneo* de Caio Prado Jr. – obras que explicaram o Brasil aos brasileiros. A obra de Furtado, no entanto, vai além: não porque seja teoricamente superior, senão porque foi escrita *in actione*. Enquanto as anteriores explicaram e ‘construíram’ o país do passado, a de Furtado explicava e ‘construía’ o Brasil dos seus dias: era contemporânea de sua própria ‘construção’. Nenhuma obra teve a importância ideológica de *Formação econômica do Brasil* em nossa recente história social. (OLIVEIRA, 2003b, p. 19, grifos do autor).

O primeiro contato entre o jovem sociólogo pernambucano e o já consagrado economista paraibano ocorreu em 1959. Oliveira, que trabalhava na área econômica em órgãos de desenvolvimento regional, teve a oportunidade de participar de um curso de formação organizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no Rio de Janeiro, liderado por Furtado. Em seguida somou-se ao restrito grupo que atendeu ao chamado do economista para participar da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Lançada com o apoio entusiasta do então presidente Juscelino Kubitschek, a SUDENE foi concebida como

um órgão de planejamento que tinha a tarefa de levar o desenvolvimento ao Nordeste através da industrialização. O programa do órgão se inspirava nos trabalhos de Celso Furtado sobre a economia mundial e as disparidades entre as nações chamadas subdesenvolvidas e as desenvolvidas. Esse modelo dualista foi transposto para o contexto nacional, marcado por uma grande desigualdade na divisão inter-regional do trabalho. Na SUDENE, sediada no Recife, Francisco de Oliveira foi o braço direito de Celso Furtado e viveu o “olho do furacão” da política nordestina:

Foi a melhor experiência pessoal que tive. Trabalhar no olho do furacão. Porque estava no Nordeste, eram as Ligas Camponesas de um lado, o “diabo-a-quatro” de outro, a pressão sobre a SUDENE era violentíssima. A gente estava no meio de quatro ou cinco fogos, não era apenas um lado. Tinha a Liga Camponesa de um lado e a Igreja Católica, que era muito ativa, do outro. E um movimento estudantil muito forte. A burguesia açucareira – que estava querendo retomar o tempo perdido – foi importante, os latifundiários. O Partido Comunista era forte, com um pé atrás: desconfiava do Celso [Furtado], mas apoiava. Então era um pau só. (JINKINGS et al., 2007, p. 18-19).

Apesar de Furtado ser uma referência intelectual incontornável, os jovens servidores da SUDENE também viviam sob a influência da agitada política pernambucana, onde as contradições do nacional-desenvolvimentismo eram sentidas de modo intenso. A força da esquerda naquele estado era considerável: com o apoio do PCB, Miguel Arraes, do Partido Social Trabalhista, fora eleito governador em 1962. Antes ele já ocupava a prefeitura do Recife. Ele era amigo de Francisco de Oliveira, que o visitava para discutir a política nacional após as viagens que fazia pela SUDENE ao Rio de Janeiro e à Brasília. Sem dúvida o programa de Celso Furtado para a região também animava suas conversas. Outros servidores de destaque da Superintendência também eram próximos de Arraes ou do PCB. Era o caso de Jader Andrade, membro do grupo inicial do órgão e responsável por sua diretoria de política agrária. Andrade deixou a SUDENE para assumir a Secretaria de Agricultura de Pernambuco na gestão de Arraes. Ele era amigo de Francisco de Oliveira desde o período em que trabalharam juntos no Banco do Nordeste, ainda antes da criação da SUDENE. Outro funcionário próximo dos comunistas

era Nilton Santos, irmão do geógrafo Milton Santos, responsável pelo setor de recursos humanos.³ As relações políticas, sobretudo com setores da esquerda, ajudavam a moldar Francisco de Oliveira. Formado a partir de militância católica na juventude, o sociólogo se sentia mais próximo do Partido Socialista. Porém, apesar de nunca ter se filiado ao PCB, era através das publicações deste partido que ele tinha acesso a obras de Marx.

A rica experiência na SUDENE durou pouco: em 1964, o golpe civil-militar cassou os direitos políticos de Celso Furtado, que deixou o Brasil. A Superintendência passou a sofrer a intervenção dos militares e Francisco de Oliveira acabou preso. Quando deixou a prisão, após dois meses, o sociólogo tentou regressar ao trabalho, mas percebeu que não havia mais espaço ali para ele, um “subversivo”. As atividades dos servidores se desenvolviam sob rigorosa vigilância e a permanência no Recife se tornou arriscada. O sociólogo deixou então sua cidade natal e passou pelo Rio de Janeiro e por Santiago do Chile, onde já estavam Furtado, Cardoso e outros intelectuais brasileiros. Sem espaço na capital chilena ele seguiu para a Guatemala, convidado pela CEPAL para atuar numa missão de assistência técnica, na qual trabalhou por um ano. Depois foi para o México, onde atuou no Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos por mais dois anos. Regressou ao país apenas no final daquela década e, em seguida, recebeu o convite de Octavio Ianni para participar do recém-criado Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o CEBRAP.

O CEBRAP: DA CRÍTICA MARXISTA À LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO

Fundado em São Paulo sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, o CEBRAP foi criado com o objetivo de abrigar pesquisadores atingidos pela repressão. A maioria compartilhava uma formação comum na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Muitos perderam seus cargos nessa instituição após o AI-5. Francisco de Oliveira era um estranho

³ Essas informações foram coletadas em entrevistas com antigos funcionários da SUDENE. Também me baseio em páginas de Inquérito Policial Militar nas quais são citadas as relações de Oliveira com os servidores comunistas do órgão. Este documento é repleto de exageros. Para os militares, o sociólogo era um dos responsáveis pela “cubanização da SUDENE” e por acolher as “reivindicações ‘subversivas’ dos funcionários esquerdistas e das Associações dos Servidores”. O documento ainda fala de um conflito entre Oliveira e Furtado a respeito dos mecanismos de isenção fiscal concedido ao capital do centro-sul do país, nos quais se baseava boa parte da receita do órgão. Este Inquérito pode ser acessado no arquivo digitalizado pelo projeto Brasil Nunca Mais. (BRASIL: NUNCA MAIS, processo 266, p. 5154).

no grupo, sem trajetória acadêmica e com poucos trabalhos publicados.⁴ Ele entrava para a equipe do CEBRAP graças ao seu amplo conhecimento técnico, sobretudo na área de economia, e por sua experiência vinculada ao desenvolvimento regional. Duas aptidões valorizadas por um Centro que pretendia realizar uma revisão crítica do modelo nacional-desenvolvimentista e de seu colapso a partir de uma perspectiva mais ampla, que não se restringisse a São Paulo.

Assim como Paul Singer, Francisco de Oliveira era considerado um economista no CEBRAP, onde a maioria dos pesquisadores tinha formação em sociologia.⁵ Porém, a partir da publicação do ensaio *Crítica à razão dualista*, em 1972, Oliveira rompeu qualquer tipo de barreira que a princípio pudesse existir entre ele e os mais destacados pesquisadores do Centro. Tanto que em 1974 ele passou a integrar o conselho deliberativo do CEBRAP. Seu ensaio foi muito bem recebido nos “mesões”, reuniões onde os textos dos pesquisadores do Centro eram debatidos com a participação de convidados ilustres. A discussão sobre *Crítica à razão dualista*, por exemplo, contou com a participação de Caio Prado Jr. O ensaio consolidava a ruptura de Francisco de Oliveira em relação ao nacional-desenvolvimentismo, alvo maior de sua crítica. Conceitos marxistas – como mais-valia, acumulação primitiva, luta de classes e imperialismo – apareciam como suportes para aprofundar análises que, em boa medida, os autores desenvolvimentistas já tinham esboçado sem, contudo, levá-las às últimas consequências. Era o caso da desigual divisão internacional do trabalho, tão bem percebida por Celso Furtado e Raúl Prebisch, mas incompreendida, segundo Oliveira, graças à ausência do conceito de imperialismo. Do diálogo entre seu passado desenvolvimentista e o marxismo, com o qual tinha maior contato no CEBRAP, surgiu um trabalho que parece ao mesmo tempo próximo e distante de cada um dos polos.⁶ O ensaio não se enquadra na escola da CEPAL, com a qual a ruptura é bem explícita, mas mantém um pé nela. Quanto ao marxismo, apesar do uso de muitas de suas categorias,

⁴ Seus textos de maior importância até aquele momento eram dois artigos publicados na Revista Civilização Brasileira (OLIVEIRA, 1965, 1966). No primeiro o autor critica o plano econômico dos militares ainda a partir de um referencial nacional-desenvolvimentista. No segundo, publicado um ano depois, já é notável uma ruptura em relação à Escola da CEPAL através de uma análise dos limites do planejamento econômico em sociedades capitalistas. Neste caso ele escrevia sob a influência de teses pecebistas.

⁵ “Chico era tido como economista, era um dos economistas do CEBRAP” (SINGER, 2006, p. 16).

⁶ Sobre o ensaio, Oliveira afirmou: “A *Crítica à razão dualista* tenta apanhar esses caminhos cruzados: como crítica, ela pertence ao campo marxista, e, como especificidade, ao campo cepalino.” (OLIVEIRA, 2003a, p. 128).

o autor não chega a atingir a rigidez metodológica perseguida por alguns de seus colegas de CEBRAP, entre os quais havia muitos ex-membros do Seminário Marx. Isto se deve, em parte, ao apelo à forma ensaística.

Crítica à razão dualista se tornou um clássico por agrupar num só documento o esforço de revisão crítica do passado populista-desenvolvimentista que inspirava os intelectuais de esquerda do Brasil nos anos 1970 e, também, o clima de desesperança que se sentia sob o auge da ditadura no país. No ensaio, o autor apresenta o capitalismo brasileiro como um sistema rígido, cuja dinâmica de acumulação parece determinar todos os aspectos da sociedade. A luta política, abafada pelo regime autoritário, mostrava-se incapaz de fazer frente ao avanço de um modelo de desenvolvimento que combinava crescimento econômico com aumento da desigualdade social e da concentração da renda. Para o autor, o futuro da sociedade brasileira naquele instante apontava para os extremos opostos do *apartheid* ou da revolução social (OLIVEIRA, 2003a, p. 119).

O mesmo diagnóstico é encontrado no livro *Elegia para uma re(li)gião*. Publicado em 1977, o trabalho é dedicado a avaliar a experiência da SUDENE e os seus resultados. Para Oliveira, a Superintendência desempenhou um papel fundamental para a entrada do capital do centro-sul do Brasil na região Nordeste, o que ocorreu graças a mecanismos de isenção fiscal criados ainda no pré-1964 e ampliados durante a ditadura. O processo de industrialização imaginado por Celso Furtado avançou, portanto, porém subordinado ao capital dos estados do Sul e do Sudeste, o que redefiniu a divisão inter-regional do trabalho do país sem eliminar as desigualdades regionais.

Ao longo dos anos 1970, a mudança no cenário político do país influenciaria os trabalhos de Francisco de Oliveira. O fim do milagre econômico e o anúncio da “distensão lenta, gradual e segura” revelavam fragilidades do regime autoritário e exigiam uma atuação mais firme e organizada da oposição. Foi nessa conjuntura que um dos líderes do MDB, Ulysses Guimarães, procurou intelectuais ligados ao CEBRAP e pediu o apoio para a elaboração do programa de sua anti-candidatura à presidência da república, em 1974. Entre os que aceitaram o convite estavam Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna, Maria Hermínia Tavares e Fernando Henrique Cardoso. Apesar da cautela em relação à repressão, durante aquela década muitos pesquisadores do Centro se

abriram à vida pública e à militância. Mais uma vez a atividade intelectual era atravessada pela esfera política, sobretudo dentro da esquerda. Entre os veículos que faziam a ponte entre esses dois espaços estavam os jornais da chamada imprensa alternativa, com destaque para o *Opinião* e o *Movimento*, em cujas redações se encontravam militantes comunistas ou ex-comunistas, envolvidos na luta armada, emedebista e intelectuais de diferentes lugares. Francisco de Oliveira teve intensa participação em ambos e fez parte do grupo que rompeu com *Opinião* para fundar *Movimento* (AZEVEDO, 2011, p. 145-157). Os artigos que publicava nesses jornais revelavam uma aposta cada vez maior na luta política pela democratização.

OS ANOS 1980 E A BUSCA PELO NOVO

No final daquela década, a Lei da Anistia e a permissão para o registro de novos partidos políticos agitariam ainda mais a conjuntura do país. A volta de antigas lideranças, como Miguel Arraes, animava parte da oposição. Mas a grande novidade seria mesmo a criação do Partido dos Trabalhadores, impulsionado pelos movimentos sociais que ganhavam espaço em meio à crise do regime autoritário. O novo partido reunia boa parte das forças políticas de esquerda organizadas no país: alas progressistas da Igreja; ex-militantes da luta armada, distantes do tradicional PCB; e o novo sindicalismo paulista, liderado por Luiz Inácio Lula da Silva. A essas forças se somaram políticos já estabelecidos do MDB e muitos intelectuais que, àquela altura, apostavam na criação de uma organização mais alinhada à esquerda.⁷ Francisco de Oliveira seguiu este caminho, à revelia de alguns de seus colegas de CEBRAP, como Fernando Henrique Cardoso, que defendiam a unidade da oposição no MDB. Naquele momento, porém, a divergência ainda não era um empecilho ao convívio intelectual. Ao contrário: havia respeito e apoio mútuos.⁸

O engajamento de Francisco de Oliveira e muitos outros intelectuais na luta pela democratização provocou mudanças importantes nas Ciências Sociais brasileiras. A aposta na política tirou um pouco o foco

⁷ Para uma discussão sobre as forças políticas e sociais que contribuíram para a criação do PT, ver Secco (2012, p. 26-31).

⁸ Poucos anos depois, Francisco de Oliveira publicaria um artigo em que defendia a criação de um partido capaz de representar os interesses da classe média brasileira e de disputá-la mais à esquerda. Entre as lideranças sugeridas para fundar a nova organização estava o nome de seu colega, Fernando Henrique Cardoso. O texto exaltava o projeto do PSDB, fundado logo em seguida (OLIVEIRA, 1987b).

da estrutura econômica, privilegiada nas análises dos anos 1970, e deu maior destaque às discussões sobre o Estado e suas instituições, os novos movimentos sociais e partidos. Muitas referências foram revistas: uma vertente do marxismo, considerada mais dura, cedeu espaço para autores conhecidos por privilegiarem a análise da superestrutura em detrimento da infraestrutura.⁹ Francisco de Oliveira viveu a seu modo essa transição. Sua mudança de referencial se consolidou durante um estágio de pesquisa realizado na França, entre 1982 e 1984. Naquele biênio o autor se dedicou à leitura de trabalhos da Teoria da Regulação, de nomes como Michel Aglieta e Robert Boye. Também teve contato com textos de Jürgen Habermas e Claus Offe, estudiosos das mudanças no mundo do trabalho e na sociabilidade durante o século XX; e Adam Przeworski, pesquisador dedicado à história da social-democracia. A mudança teórica era inspirada pela nova conjuntura política do Brasil, mas não só: no breve período em que esteve na França, Oliveira conheceu e se surpreendeu com as virtudes da social-democracia, no exato momento em que o socialista François Mitterrand chegava à presidência do país. Sobre aquela experiência, ele resumiu:

Não foi, portanto, um intercâmbio intelectual com a universidade francesa, mas foi esse impacto do Estado de bem-estar. A questão dos direitos dos trabalhadores e desse Estado de bem-estar, que é, na maioria das interpretações, visto como uma concessão. Eu tentei revirar a página, quer dizer: isso tudo é produto de uma luta de classes histórica, acumulação. Foi um impacto, e você precisa estar aberto para entender as novas experiências. Eu via alguns amigos meus lá, brasileiros, que tiravam o que podiam do Estado francês. Eu não tirava porque eu era acanhado. Até férias eles tiravam. Aquilo realmente me impactou. Foi uma visão completamente nova, e eu comecei a prestar atenção. (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 611).

Aquela realidade inspirou uma ousada transformação nos textos de Oliveira. Antes mais preocupado com o peso das determinações econômicas sobre a estrutura social, o autor passou a destacar o peso das lutas políticas sobre o avanço do capitalismo. No caso europeu, a pressão dos trabalhadores permitira o surgimento do Estado de bem-estar social, enquanto, no Brasil, o autoritarismo e uma estrutura de classes particular

⁹ Entre eles, os de maior destaque talvez sejam Edward P. Thompson e Cornelius Castoriadis.

travaram a possibilidade de um processo semelhante. Esse é o tema do livro *O elo perdido: classe e identidade de classe* (1987a), dedicado à formação da estrutura de classes e de sua representação política na Bahia. Escrito durante o estágio de pesquisa na França, o texto tenta decifrar quais elementos históricos, comuns a todo o Brasil, impediram um desenvolvimento da luta de classes nos moldes dos países em que a social-democracia deu certo. Para o autor, as marcas da escravidão e da precoce financeirização da economia baiana tornaram obscuros o conflito e a identidade de classes. A criação da Petrobrás nos anos 1950 transformou a estrutura social do estado, mas impediu novamente o reconhecimento do conflito de classes, obscurecido pelo consenso nacionalista e estatista. O avanço do mercado informal de trabalho a partir de 1964 aprofundou o abismo entre a estrutura de classes e sua representação política. O mesmo assunto foi retomado em “Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática” (1988b), artigo no qual Oliveira apresenta a hipótese de que a complexa estratificação social brasileira favorece uma super-representação política dos setores médios.

Além de debater a estrutura de classes, Oliveira deu destaque a aspectos econômicos, mas com um novo olhar: ele lançou o polêmico conceito de antivalor, usado para definir o modo como o fundo público controlado pelo Estado entrava na equação da acumulação capitalista (OLIVEIRA, 1988a). Mais tarde o autor sugeriu, também de modo controverso, que existiria um modo de produção social-democrata (1993a). Em ambos os casos seu objetivo era provocar um debate no interior da esquerda, segundo ele ainda muito atrelada à teoria do capitalismo monopolista de Estado, que não enxergava neste nada além de um agente inteiramente subordinado à lógica da acumulação capitalista. O que o sociólogo propunha, numa ruptura com a abordagem que ele mesmo adotara na década anterior, era que a ação do Estado como regulador de processos sociais e econômicos que não poderiam ser administrados privadamente abria uma importante brecha política. E esta deveria ser explorada pela esquerda: “A dialética do processo resulta em que ele [o Estado] é urdido para assegurar os interesses privados, mas só o pode fazer, somente se torna eficaz se eles se transformarem em interesses gerais, públicos” (OLIVEIRA, 1993a, p. 138). Daí a possibilidade de que sua ação fosse disputada pelos trabalhadores a favor da ampliação de direitos sociais, tal qual ocorrera em parte dos países europeus ao longo do século

XX. Por trás de sua reflexão estava o conceito de fundo público, tomado de empréstimo da Teoria da Regulação:

O conceito de fundo público tenta trabalhar essa nova relação na sua contraditoriedade. Ele não é, portanto, a expressão apenas de recursos estatais destinados a sustentar ou financiar a acumulação de capital; ele é um “*mix*” que se forma dialeticamente e representa na mesma unidade, contém na mesma unidade, no mesmo movimento, a razão do Estado, que é sociopolítica, ou pública, se quisermos, e a razão dos capitais, que é privada. O fundo público, portanto, busca explicar a constituição, a formação de uma nova sustentação da produção e da reprodução do valor, introduzindo, mixando, na mesma unidade, a forma valor e o antivalor, isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivalor, que por não buscar valorizar-se *per se*, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor. Mas só pode fazer isso com a condição de que ele mesmo não seja capital, para escapar, por sua vez, às determinações da forma mercadoria e às insuficiências do lucro enquanto sustentação da reprodução (OLIVEIRA, 1993a, p. 139).

As posições que Francisco de Oliveira defendia em seus textos guardavam relação com sua militância política no PT. Para o sociólogo, o partido deveria ter um papel fundamental na organização da luta pela disputa do Estado e do fundo público, por reformas sociais e pela criação de um modelo mais próximo da social-democracia, distante, portanto, do “Estado de mal-estar social” que prevalecia na história do país. Para ele a redemocratização abria uma chance inédita neste sentido.

A aposta de Francisco de Oliveira neste caminho era ainda grande em 1993, quando o autor expressou seu otimismo em relação à experiência da câmara setorial da indústria automobilística da região do ABC paulista. Em meio à crise econômica que prejudicava as empresas montadoras e seus trabalhadores, ameaçados de demissão, empresários e sindicatos se reuniram com representantes do Estado para pensar um plano de resgate do setor, o que levou ao chamado Acordo das Montadoras. Dele faziam parte o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de São Paulo, vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao PT, os empresários do ramo automobilístico e os governos estadual e federal.

As primeiras medidas propostas pelo acordo revelavam uma postura defensiva de ambos os lados. Prevalciam as isenções fiscais oferecidas pelo Estado para impulsionar o reaquecimento do setor. Diante do sucesso quase imediato dessa primeira iniciativa, o acordo avançou no sentido do que Oliveira batizou de “antagonismo convergente”, ou seja, o reconhecimento da parte de trabalhadores e empresários de que o diálogo e o conflito poderiam ser mutuamente benéficos. As novas negociações “passaram a incluir metas pactuadas de expansão da produção, criação de novos empregos, modernização do parque produtivo, popularização dos produtos e abertura comercial do setor” (1993b, p. 5). Para além dos ganhos econômicos, o que o autor destacava de positivo nessa experiência era o reconhecimento do conflito como constituinte das relações capital-trabalho. Como tudo ocorria no setor mais dinâmico da indústria nacional e com bons resultados, esperava-se que pudesse influenciar iniciativas similares em todo o país. Porém aquela experiência, que parecia transformar em realidade as esperanças de Francisco de Oliveira, não durou muito.

O “DESMANCHE NEOLIBERAL”

Em 1994, a eleição de seu ex-colega Fernando Henrique Cardoso para a presidência definiu um rumo diverso para a política econômica do país. A disputa entre os que defendiam a manutenção do modelo nacional-desenvolvimentista, em crise desde os anos 1970, e aqueles que preconizavam uma linha mais liberal na área econômica parecia finalmente vencida por este segundo grupo. O controle da inflação, grande vilã do período, era a maior prioridade da política econômica de Cardoso. Sua execução exigiu uma onda de privatizações e cortes no orçamento do Estado, além de arrocho salarial e estagnação. Aquelas medidas seguiam na contramão da aposta de Francisco de Oliveira na ampliação do espaço público, do conflito legítimo entre trabalhadores e empresários e na garantia do papel do Estado como financiador não apenas da acumulação capitalista, mas também de um conjunto de direitos sociais.

A decepção diante do governo de Fernando Henrique Cardoso transformou Francisco de Oliveira num dos mais destacados críticos de seu mandato e do avanço do neoliberalismo no país. As diferenças

entre PT e PSDB faziam eco no interior do CEBRAP, dividido entre pesquisadores que apoiavam cada um dos partidos. Oliveira, que ingressara como docente no Departamento de Sociologia da USP em 1989, deixou o CEBRAP em 1995.¹⁰ No mesmo ano, ao lado de Maria Célia Paoli, Vera Telles e outros pesquisadores, ele participou da fundação do *Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania* (NEDIC).¹¹ A produção desse grupo privilegiava o debate sobre o espaço público, a cidadania, a participação política e a democracia. O filósofo francês Jacques Rancière era uma grande influência, sobretudo a partir de seu livro publicado no Brasil com o título *O descentendimento* (1996), do qual era retirada a noção de anulação da política que sustentava boa parte da crítica ao neoliberalismo no Brasil. Para Francisco de Oliveira, o avanço dessa agenda teria provocado um desmanche do espaço público e reduzido o debate político a questões que não tocavam no modelo econômico. Ao contrário do que ele esperava no final dos anos 1980, não foi a política que dominou a economia, mas o contrário: ao final dos anos 1990, era a economia que parecia ter colonizado todos os aspectos da vida social e política do país. Algo que ele batizou de “totalitarismo neoliberal” (OLIVEIRA, 2000).

Ao término dos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, a decepção de Francisco de Oliveira em relação às promessas da Nova República era enorme. Nem mesmo a eleição de Lula para a presidência, no final de 2002, foi capaz de lhe inspirar algum otimismo. Ao longo da campanha eleitoral o sociólogo já enxergava muitos sinais de que o PT estava disposto a fazer muitas concessões para conquistar o Palácio do Planalto. No final de 2003, seu distanciamento em relação às ideias do partido culminou no seu desligamento da organização.¹²

A resignação política veio acompanhada pelo estranhamento sociológico. Para Oliveira, o Brasil chegara aos anos 2000 marcado por

¹⁰ Sobre a divisão política e intelectual no interior do CEBRAP, Oliveira afirmou: “Eles não admitiam – o Giannotti, a Elza Berquó – que alguém do CEBRAP, que tinha convivido com o Fernando Henrique, não votasse nele. E aí se abriu um conflito, ficou aberto. E foi uma fase péssima do Giannotti, porque ele assumiu um antimarxismo militante, que não é o caso dele. Ele conhece bem Marx, muito melhor do que eu. O Fernando Henrique já estava fora, em 1995, então a luta, que era surda e bastante encoberta, ficou descarada. E o Giannotti tomou a si a tarefa de expulsar o grupo marxista do CEBRAP. Era um grupo que eu coordenava não como grupo, coordenava intelectualmente. Fazia discussões” (RIDENTI; MENDES, 2012, p. 612).

¹¹ Em 1999 o “núcleo” passou a ser chamado de “centro” (CENEDIC).

¹² O ato foi anunciado em carta publicada pelo jornal Folha de S. Paulo em 14/12/2003.

profundas contradições, sublinhadas num ensaio em que recorreu à metáfora do ornitorrinco (2003a). O país, já moderno, apresenta alto índice de urbanização combinado a um dinâmico *agrobusiness*; um setor industrial completo, nos moldes da Segunda Revolução Industrial, apoiado num mercado de trabalho majoritariamente informal; estrutura de serviços variada para os setores de alta renda e primitiva para os de baixa renda; um sistema financeiro atrofiado, mas responsável por uma parcela significativa do PIB. Tudo isso combinado com uma dívida externa e interna elevada. A democracia se consolidou, mas manteve distante da política a maior parte da população, presa a um mundo do trabalho reestruturado que trava o reconhecimento da identidade e a passagem ao conflito. Assim, ao contrário dos tempos da teoria do subdesenvolvimento, quando ele enxergava uma porta para a transformação, a realidade do Brasil moderno aparece ao autor como um tempo de incertezas e pouca ou nenhuma capacidade de escolha. Um impasse evolutivo.¹³

Os últimos trabalhos de Francisco de Oliveira expressam um difícil equilíbrio entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade. Eles apontam para a busca de novos referenciais teóricos em meio a uma “era de indeterminação” (OLIVEIRA, 2007), na qual um governo de esquerda parecia defender os interesses da classe dominante, numa espécie de “hegemonia às avessas” (2010). Seus ensaios, repletos de novos conceitos e provocações, não escondiam o desejo de identificar quais atores e formas de participação política poderiam se manifestar na sociedade brasileira do século XXI. Neste contexto, partidos e sindicatos em crise abriam espaço para outros modos de organização, os quais teriam a difícil tarefa de incluir e representar setores que vivem à parte da política tradicional, como a grande massa de trabalhadores informais. O diagnóstico da crise da esquerda e a busca por caminhos para superá-la eram objetivos que moldavam seus últimos ensaios. Esse horizonte é compartilhado por outros pesquisadores do CENEDIC, espaço onde o sociólogo, falecido em 2019, permanece como uma referência intelectual importante.

¹³ O texto também traz uma sugestão polêmica: a de que as capas mais altas dos trabalhadores sindicalizados assumiram a forma de uma nova classe, responsável pela administração de volumosos e lucrativos fundos de previdência (2003a, p. 146-150). Essa hipótese provocou um importante debate no interior da esquerda brasileira, não obstante as inúmeras ressalvas levantadas a respeito da ideia de uma “nova classe”.

CONCLUSÃO

A trajetória de Francisco de Oliveira resume bem vários momentos da atuação dos intelectuais de esquerda no Brasil durante o século XX. O engajamento nos esforços nacional-desenvolvimentistas, no pré-1964, e a crítica posterior ao seu colapso; a luta contra a ditadura civil-militar e o envolvimento na campanha pela redemocratização da sociedade; a esperança em torno dos novos movimentos sociais e do PT; o combate ao avanço do neoliberalismo; e, por fim, a tentativa de compreender as transformações que a própria esquerda sofreu ao longo de sua trajetória até a chegada à presidência com Lula, em 2003, e a crise de suas formas tradicionais de organização. No caso de Oliveira, cada um desses momentos parece ter conduzido a decepções, inevitáveis para alguém que neles se engajou com tanta paixão. Essa sucessão de projetos políticos e intelectuais interrompidos à sua revelia, pela força da história, imprime sua marca na produção sociológica do autor, que para ele mesmo é “assistemática”, com pistas exploradas e outras abandonadas (JINKINGS et al., 2007, p. 37). Cada momento de frustração colocou em xeque projetos de nação que Oliveira nunca abandonou por completo, algo natural para um intelectual formado no calor do ciclo nacional-desenvolvimentista. Para Roberto Schwarz, seu amigo e crítico, o tema do desenvolvimento talvez nunca tenha desaparecido por completo do horizonte de Francisco de Oliveira, mesmo depois de deixar a pauta dos debates nacionais:

Nada mais distante do Autor que os sonhos de Brasil-potência e que o desejo de passar a perna nos países vizinhos. Contudo é possível que, em versão sublimada, o seu recorte permaneça tributário do aspecto competitivo dos esforços desenvolvimentistas. Por outro lado, como não seria assim? Num sistema mundial de reprodução das desigualdades, como não disputar uma posição melhor, mais próxima dos vencedores e menos truncada? (SCHWARZ, 2003, p. 20).

Sua obra espelha uma série de evoluções truncadas da sociedade brasileira. Como tal, talvez ela também se assemelhe a um ornitorrinco. Suas imperfeições não impedem, porém, que ela seja um exemplar valioso dos desafios e acidentes que marcam a trajetória do pensamento social de esquerda no Brasil. Se este comumente se desenvolve a partir da tensão entre

a razão e a paixão, entre um lado cognitivo e outro normativo (BASTOS; RÊGO, 1999), o exemplo de Francisco de Oliveira não foge à regra.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Manifesto, 2011.
- BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria Domingues Leão. *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- BRASIL: NUNCA MAIS DIGITAL. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 9-21.
- JINKINGS, Ivana; RIDENTI, Marcelo; MAAR, Wolfgang Leo. Entrevista: Francisco de Oliveira. *Margem Esquerda*, São Paulo, Boitempo, n. 10, nov. 2007.
- MENDES, Flávio da Silva. *O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2015.
- MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (org.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. A economia política da social-democracia. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, 1993a.
- OLIVEIRA, Francisco de. A longa espera de Giovanni Drogo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 19, dez. 1987b.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003b.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A noiva da revolução: elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. Condições institucionais do planejamento. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 39-47, 1966.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003a.
- OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, Cibele Saliba (org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-28.

- OLIVEIRA, Francisco de. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. In: REIS, Fabio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988b. p. 282-295.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987a.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Plano de Ação Econômica do Governo Castello Branco: por que não terá êxito. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 114-128, 1965.
- OLIVEIRA, Francisco de. O sociólogo Francisco de Oliveira fala o que queria saber aos 21 anos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 23 nov. 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 22, out. 1988a.
- OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (org.). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 15-45.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (org.). *Os sentidos da democracia*. São Paulo: Vozes, 2000. p. 55-81.
- OLIVEIRA, Francisco de. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 36, jul. 1993b.
- RIDENTI, Marcelo; MENDES, Flávio da S. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 601-622, set./dez. 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-23.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- SINGER, Paul. Crítica e rememoração. In: RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner Melo. *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 15-19.

TEORIA CRÍTICA À BRASILEIRA: ROBERTO SCHWARZ ENTRE PASSADO E PRESENTE¹

Fabio Mascaro Querido²

“O passado leva consigo um índice secreto pelo qual é remetido à redenção... Se assim é, um encontro [...] está então marcado entre gerações passadas e a nossa”. Walter Benjamin.

EXPERIÊNCIA E TRAJETÓRIA INTELECTUAL NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Nacional e internacionalmente reconhecido, Roberto Schwarz é, sem dúvida, uma das figuras mais importantes da vida intelectual brasileira

¹ Em outro contexto argumentativo, alguns tópicos esboçados nesse texto foram desenvolvidos em “Pensamento ao quadrado: Roberto Schwarz e o Brasil”, publicado na revista *Lua Nova* (n.107, p.235-261, 2019). Agradeço a Michael Löwy e a Isabel Loureiro pela leitura e pelos comentários ao texto - pelo qual, é claro, sou o único responsável.

² Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na UNICAMP. Autor do livro *Crise civilizatória e utopia anticapitalista em Michael Löwy* (Boitempo/Fapesp, 2016).

da segunda metade do século XX. Sua obra e sua trajetória resumem, de um ângulo singular, as experiências da esquerda intelectual e política brasileira, desde a aposta algo otimista (sobretudo quando vista em retrospectiva) nas possibilidades implícitas na radicalização do processo de modernização do final dos anos de 1950 e começo dos 1960, até o estágio contemporâneo do desenvolvimento capitalista, quando as esperanças no progresso moderno – na periferia e no centro do capitalismo – passam, na melhor das hipóteses, por uma ilusão dogmática, e, na pior, pela legitimação de uma história que caminha na direção da catástrofe.

Nascido em Viena, em 1938, quando os seus pais – judeus e com posições políticas à esquerda - já estavam com passagens compradas para deixar o país em direção à Argentina, Roberto Schwarz fará parte da primeira geração de jovens imigrantes judeus oriundos da Europa Central que entrarão para o ensino superior brasileiro. Após passar por Budapeste, pela Iugoslávia, pela Itália e pela França, em seguida à anexação da Áustria pela Alemanha nazista, a família Schwarz chega ao Brasil – através de atestados falsos - em 1940, instalando-se em São Paulo, cidade que receberia, entre 1926 e 1942, o afluxo de mais de 50 mil judeus oriundos sobretudo da Europa Central. Nas duas décadas seguintes, o jovem Roberto – beneficiando-se da ancoragem intelectual e do alto grau de capital cultural de sua família, a julgar pelos padrões brasileiros da época – daria início à sua integração intelectual à sociedade brasileira, que se desdobraria na opção, na segunda metade da década de 1950 (através da mediação de Anatol Rosenfeld, amigo do seu pai e muito importante no seu processo de formação), pelo curso de Ciências Sociais na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da USP da Rua Maria Antônia. Ao lado de outros jovens filhos de imigrantes judeus – dentre os quais, por exemplo, seu “velho amigo” Michael Löwy – o jovem Roberto fará parte de uma geração para a qual, sobretudo no plano intelectual, ser judeu era em certa medida um trunfo.

Na FFCL-USP, em 1958, Roberto Schwarz fora convidado a participar do assim chamado “Seminário Marx”, ao lado de alguns outros poucos alunos, como o já citado Michael Löwy, estudante de ciências sociais como ele, o estudante de filosofia Bento Prado Jr. e o estudante de economia – este um pouco mais velho que os outros - Paul Singer. Sem dúvida, a participação nos seminários quinzenais de leitura d’*OCapital*,

organizados por professores como José Arthur Gianotti (filósofo), Fernando Novais (historiador) e os dois assistentes de Florestan Fernandes na cadeira de Sociologia, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, constituiu um momento decisivo da formação do então jovem estudante Roberto Schwarz, situando-o desde cedo na órbita de uma certa tradição marxista-acadêmica brasileira que, dali em diante, seria a matriz teórica de um conjunto de reflexões intelectuais críticas sobre o país.

Mais tarde, nas décadas subsequentes, já de mudança para o campo da crítica literária³, domínio no qual seria professor da Unicamp entre 1978 e 1992, Roberto Schwarz foi responsável por uma das mais importantes reflexões intelectuais sobre o processo de “má-formação nacional”, opondo-se tanto ao nacionalismo estreito dos defensores da “originalidade” irredutível do país, quanto ao universalismo abstrato, que transplanta mecanicamente para a periferia modelos de desenvolvimento histórico filtrados de outras realidades nacionais. Na contramão dos esquemas simplistas que almejavam “encaixar” a sociedade brasileira em algum modelo universal e supra-histórico do desenvolvimento (ou do “progresso”) histórico, Schwarz exploraria, sob a influência de alguns dos seus professores também membros do seminário, as tensões (e o sentimento de desajuste daí decorrente) entre a vida ideológica local e os modelos europeus (inclusive o marxismo) que nos serviram como parâmetro analítico, transformando-as, essas tensões, em problemas fecundos para a reflexão nacional, cuja experiência periférica permitiria retomar sob outra perspectiva – mais problematizada - algumas das questões desenvolvidas pela teoria crítica oriunda do centro do sistema.

Nessa perspectiva, o objetivo desse texto é apresentar, à luz das transformações do contexto histórico-social da época, alguns aspectos centrais da trajetória e da obra intelectual de Roberto Schwarz. Toma-se como ponto de partida (e de chegada) a hipótese de que foi essa desconfiança crítica em relação às ideologias modernizadoras e desenvolvimentistas, a partir do final da década de 1960, que possibilitou (se não estimulou) a Roberto Schwarz “antecipar”, por assim dizer, situando-se na periferia do

³ Já a partir do segundo ano da graduação em Ciências Sociais, Roberto Schwarz diz que começou “a ficar abatido com o lado empírico da pesquisa sociológica” (Florestan Fernandes!); em suas palavras: “o levantamento e as tabulações não eram comigo” (2012, p. 284). Nessa mesma época, a literatura já passara ao centro dos interesses do jovem Schwarz, que escrevia pequenos artigos de crítica literária nos suplementos literários de jornais como a Última Hora e, depois, *O Estado de São Paulo*.

capitalismo, a exaustão histórica dos processos de modernização, exaustão mais tarde apontada por Robert Kurz no livro – não por acaso muito apreciado por Schwarz – *O Colapso da Modernização*. A inescapável “má-formação nacional” do Brasil – de onde a emergência do “ornitorrinco” de que fala Francisco de Oliveira –, estimulou, assim, uma crítica não apenas das deformações intrínsecas a uma formação histórica “retardatária”, senão também uma crítica da própria da própria “normalidade” burguesa em seus centros especificamente “modernos” – já que, na periferia do sistema, a exceção já era regra há muito tempo. Através de um ensaísmo centrado na crítica literária e cultural, Roberto Schwarz logrou, então, na melhor tradição do marxismo ocidental à qual se vincula (Adorno, Benjamin, Lukács, Brecht), elaborar uma das mais originais análises sociais do processo de modernização e de formação nacional à brasileira, elaborando aspectos decisivos do que se poderia designar uma “teoria social crítica à brasileira”.

À diferença das modalidades de sociologias dos intelectuais que privilegiam a análise das trajetórias biográficas dos autores – como se estas, articuladas aos dispositivos internos da vida intelectual, determinassem o conteúdo de suas produções e de suas obras, assim como, por consequência, suas posições materiais e simbólicas no interior da estrutura social –, pretende-se aqui restabelecer a importância das ideias como força social reflexiva, investigando-as em sua relação com as transformações do contexto histórico-social, das lutas culturais, intelectuais, políticas e, tão importante quanto, das mudanças sofridas pela “visão de mundo” à qual se filia o intelectual em questão⁴. Tratar-se-á, portanto, no caso aqui em

⁴ No Brasil, tal sociologia dos intelectuais focada na análise biográfica encontra nas formulações de Sérgio Miceli sua expressão mais completa. Em “Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-45)”, de 1979, Miceli atribui um privilégio metodológico central à análise da biografia dos intelectuais em questão, enfatizando a compreensão do “perfil de seus investimentos na atividade intelectual, em detrimento do conteúdo de suas obras, tal como aparece reificado na história das ideias” (MICELI, 2001, p.210). Em texto sobre Roberto Schwarz, Miceli defende essa mesma perspectiva, afirmando que “a sua [de Schwarz] inserção na sociedade brasileira – como a experiência de sentir-se prensado entre o alemão e o português, entre dois universos culturais de expressão e pensamento – me parecem bem mais esclarecedoras do feito assumido por seu projeto intelectual do que a toada de filiação teóricas e sintonias militantes” (MICELI, 2007, p.61). Para uma excelente crítica à perspectiva de Miceli em relação à sociologia dos intelectuais, e ao pouco espaço que ela reserva à produção intelectual propriamente dita, ver Bastos e Botelho (2010).

análise, de investigar a relação entre a produção intelectual de Roberto Schwarz, as lutas políticas, as mudanças na visão de mundo marxista, e as transformações da sociedade brasileira das últimas décadas, com ênfase nas modificações (políticas e culturais) do processo de modernização à brasileira e dos debates intelectuais sobre a “formação” de uma “nação moderna” no país.

Parte-se do pressuposto de que entre ideias, trajetórias intelectuais e contexto histórico-social e político configura-se uma relação complexa e não-determinista, no âmbito da qual a produção teórica resguarda sua importância na definição das conexões de sentido que percorrem a realidade social em seus antagonismos e tensões. A sociedade não constitui, assim, elemento “externo” condicionante à reflexão teórica, mas sim um aspecto “internalizado” pela produção intelectual do autor. Analisar a trajetória e a obra de Roberto Schwarz significa, portanto, analisar a forma através da qual ele “internalizou” os debates intelectuais e políticos em torno da formação nacional nos diferentes momentos do processo de modernização. Os dados “biográficos” são importantes apenas na medida em que inseridos nesse conjunto mais amplo de determinantes, que se condensam no texto e cuja apreensão é tarefa da “crítica imanente”.

ENTRE CRÍTICA LITERÁRIA E ANÁLISE SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA INTELLECTUAL À BRASILEIRA

Em seus estudos de crítica literária, além da influência fundadora do marxismo acadêmico paulista, bem como de um conjunto de referências do “marxismo ocidental” europeu (Lukács, Benjamin, Brecht e, sobretudo, Adorno), Roberto Schwarz inspira-se nos trabalhos de Antônio Candido sobre a literatura brasileira, mais precisamente, na sua forma particular de articular dialeticamente análise estético-literária e reflexão histórico-social. Em seu memorial para concurso, apresentado em 1990 na Unicamp, Roberto Schwarz destacou que seus estudos sobre os ajustes e desajustes entre a forma do romance brasileiro e a estrutura social de um país de extração colonial repousava sobre um amálgama de quatro vertentes: 1) a visão do romance brasileiro de Antônio Candido; 2) o marxismo desenvolvido pelos integrantes do seminário d’*O Capital*; 3) as análises de Lukács, Adorno e Benjamin sobre o conceito de forma artística, com

sua ênfase na dimensão histórica e social; 4) o procedimento expositivo de Erich Auerbach, através da articulação entre análise de texto e explanação histórica⁵.

Cândido lhe serve como parâmetro para a incorporação da obra dos clássicos da análise cultural marxista a partir das implicações histórico-concretas específicas da realidade social brasileira. Os autores europeus – especialmente Lukács e seu modelo do “realismo crítico” – são, portanto, visualizados antes de tudo como termos diferenciais, cujos procedimentos analíticos devem ser necessariamente transfigurados à luz do desenvolvimento muito mais complexo do romance em uma formação social bastante distinta: a brasileira (RICUPERO, 2013, p. 526). Nos ensaios de Antônio Candido sobre o processo de “formação” da literatura brasileira – que serão o ponto de apoio “nacional” de sua tese de doutorado *Ao vencedor e as batatas*, e, mais tarde, de suas análises sobre o segundo Machado de Assis contidas em *Um mestre na periferia do capitalismo* –, Roberto Schwarz visualiza em ato a existência de um tratamento refinado da “reversibilidade” entre análise literária e análise social, em oposição tanto ao “conteúdismo” simplista do marxismo vulgar – que começa sempre pela contextualização do panorama da época para em seguida inserir, se não “encaixar”, a obra que se pretende explicar –, quanto do formalismo abstrato, cuja afirmação da autonomia absoluta do estético liquida qualquer possibilidade de análise histórica do objeto em questão. Tal como ele demonstra no ensaio “Adequação nacional e originalidade crítica” (de 1992), que toma como ponto de partida o ensaio de Candido (1991) sobre *O Cortiço*, de Aloísio Azevedo, a chave para a compreensão dialética simultânea das dimensões literárias e extraliterárias (quer dizer, histórico-sociais) encontra-se na própria noção de “forma”, entendida como uma “forma objetiva”.

No campo dos estudos literários, a noção de “forma objetiva” – desenvolvida, no plano teórico, na *Teoria Estética* de Adorno – procura dar conta da articulação heterogênea de relações histórico-sociais, “que faz da historicidade, a ser decifrada pela crítica, a substância mesma das obras” (SCHWARZ, 1999, p.30); as consistências ou inconsistências formais destas últimas são portadoras da “historiografia inconsciente” do tempo

⁵ Sobre a presença de Auerbach nas reflexões de Schwarz, tema que aqui não será tratado, remetemos ao texto de Leopoldo Waizbort (2007).

(SCHWARZ, 2012, p.46). A realidade social “extraliterária” não constitui um elemento “externo”, cujas grandes linhas as obras ilustrariam, mas sim um aspecto “internalizado” pela própria operação de “formalização estética”, de modo que o vínculo entre forma artística e história social deve ser analisado caso a caso pela crítica, a fim de revelar a experiência social modelada pelo escritor. À diferença das tentativas de fixar um modelo *apriorístico* de análise, Candido – que também formulara, praticamente em paralelo a Adorno, uma noção materialista da forma literária - destaca a pluralidade de relações possíveis entre o romance e a realidade, ou seja, a multiplicidade de momentos miméticos que tão-somente a *crítica imanente* é capaz de captar.

Partindo dessa perspectiva, Schwarz descortina, pelo prisma da literatura, um aspecto importante do processo de formação de uma “consciência nacional”, revelando, ao mesmo tempo, as tensões inevitavelmente presentes nos esforços de adaptação às singularidades do país dos esquemas romanescos oriundos de outro contexto histórico e geográfico – o contexto europeu. Em sua tese de doutorado, defendida em 1976, na França, e depois publicada sob o título *Ao vencedor as batatas*, analisando “a importação do romance” em José de Alencar, assim como nos primeiros romances de Machado de Assis, Roberto Schwarz demonstra os impasses da apropriação dos modelos europeus e das tentativas de adaptá-lo diretamente à realidade social brasileira.

Não por acaso, o primeiro capítulo da tese é constituído pelo texto clássico – que acabou ganhando vida própria – “As ideias fora do lugar”, no qual essas tensões entre a “norma” europeia-moderna e a realidade nacional são analisadas sob a ótica do sentimento intelectual de desajuste que demarcava as condições de possibilidade da vida cultural do país no século XIX e, sob outras condições, também no XX. A partir da aparente contradição entre o raciocínio econômico e os princípios do liberalismo e a realidade nacional determinada pelo trabalho escravo e pela lógica do favor, Schwarz destacava o funcionamento específico desses princípios no Brasil, país no qual “adotávamos sofregamente os [argumentos] que a burguesia europeia tinha elaborado contra [o] arbítrio e [a] escravidão” (SCHWARZ, 2000, p.17). De modo que, por aqui, as ideias e razões europeias “podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor” (2000, p.18).

Criava-se, assim, uma situação paradoxal em que “as ideias liberais não se podiam praticar” inteiramente, “sendo ao mesmo tempo indiscartáveis”, na medida em que diziam respeito aos princípios de funcionamento ‘moderno’ do capitalismo europeu ao qual o país, queira-se ou não, estava indissociavelmente atrelado. Esse desajuste é o ponto de partida, como matéria e como problema, para a literatura e a vida cultural como um todo. Engendra, na verdade, uma experiência intelectual específica.

A constatação dessa tensão e/ou desajuste entre realidade local e modelo europeu resultava de uma reflexão intelectual na qual a sociedade brasileira era compreendida em sua relação com o desenvolvimento global do capitalismo, e cujo caráter periférico era “necessário” ao movimento e à reprodução do centro “moderno” do sistema. Por isso mesmo, no fundo, ao contrário das leituras que se recusaram a enxergar a ironia do título do texto, para Schwarz as ideias burguesas-liberais estavam e não estavam “no lugar” na sociedade brasileira do século XIX, tal como ele enfatizou mais recentemente, em uma conferência proferida em Buenos Aires, em 2009, na qual sustenta – em contraposição às críticas de Maria Sylvia de Carvalho Franco e de Alfredo Bosi - que o título aludia, à época, mais a uma sensação comum de desajuste e de dissonância do que a uma opinião ou prognóstico, uma vez que, no limite, as “ideias têm sempre alguma função, e nesse sentido sempre estão no seu lugar” (2012, p.170)⁶. Assim como o capitalismo pode muito bem conviver com a escravidão, o liberalismo sempre “se adaptou” sem grandes problemas à convivência subordinada de relações sociais e mesmo institucionais “não-modernas”. É no processo dessa “adaptação” que se encontra o sentimento de desajuste: num país

⁶ Dentre as críticas à tese de Schwarz sobre as “ideias fora do lugar”, as mais conhecidas provêm de Carlos Nelson Coutinho, de Alfredo Bosi e, sobretudo, de Maria Sylvia de Carvalho Franco, curiosamente – como se verá - a principal inspiração da atenção dada pelo crítico ao papel do favor na sociedade brasileira do século XIX. Para Maria Sylvia, “as ideias estão no lugar” porque centro e periferia formam parte de um mesmo modo de produção, cuja “conteúdo essencial” é o “lucro” (1976, p.621), malgrado o fato de constituírem momentos distintos do processo de produção e reprodução do capitalismo; não haveria, portanto, um choque frontal entre capitalismo e escravidão, e tampouco uma relação de “exterioridade” entre ideias (deslocadas) e ambiente social. Na conferência de 2009, intitulada, não por acaso, “Por que ‘ideias fora do lugar?’”, Roberto Schwarz (2012, p.165-167) insistiu que, para ele, “nunca [...] ocorreu que as ideias estivessem no lugar errado, nem aliás que estivessem no lugar certo”. Em sua opinião, o fato das ideias terem funcionalidade para a opressão local, como indica Bosi (1992), não exclui o sentimento de desajuste que, numa realidade periférica, elas possam ter, e tampouco a sensação, partilhada mesmo por seus adeptos, de deslocamento e de aparente inadequação. Foi a partir desse “estranhamento brechtiano” que o autor concebeu ironicamente o título do ensaio. Para uma confrontação entre os argumentos de Schwarz e o de seus críticos, ver os dois ótimos textos de Bernardo Ricupero (2008, 2013).

como o Brasil do século XIX, as ideias “têm função e dão a impressão de estarem fora do lugar – ao mesmo tempo” (2012, p.154).

As inspirações centrais no campo da reflexão histórico-social, como reconhece o próprio Schwarz, eram as teses do seu antigo professor e prócer do seminário d’*O Capital*, Fernando Henrique Cardoso e, em menor medida, o trabalho da própria Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os *Homens livres na ordem escravocrata* (1983). Da primeira tese de Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1997), Schwarz retomava a ideia, fundamental no seu texto, de que a escravidão não era exatamente contraditória com a “norma” internacional capitalista, funcionando, ao contrário, como face oculta de muita utilidade à sua reprodução. As “taras” da sociedade brasileira, escreve ele, “objetivadas em sua estrutura sociológica ou de classes, não devem ser concebidas como *resquícios* do passado colonial”, e tampouco como meros “*desvios* do padrão moderno (coisa que entretanto elas também o são)”, e sim como “partes integrantes da atualidade em movimento, como resultados funcionais ou disfuncionais da economia contemporânea, a qual excede os limites do país” (SCHWARZ, 1999, p. 95). É isso o que explica que, “atrás da fachada liberal havia [no século XIX] um mundo mental quase clandestino, sobretudo do ângulo europeu oficial” (SCHWARZ, 2008, p. 149), um mundo assentado sob a vigência da escravidão, mas que era complementar e historicamente necessário ao desenvolvimento “burguês-liberal” de alguns países do centro capitalista.

No trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco, cuja documentação de base eram os processos-crime da comarca de Guaratinguetá, no interior de São Paulo, Schwarz visualizara, do mesmo modo, como até mesmo o caipira - o homem livre e pobre brasileiro -, talvez o mais localista de nossos tipos sociais, era estruturalmente complementar a uma certa forma de desenvolvimento do capitalismo, no âmbito de um modo particular de propriedade com objetivos econômicos. Em seu livro, “Maria Sylvia salientava o vínculo de estrutura entre a categoria mais relegada e confinada do país – os homens pobres do interior – e a configuração da riqueza e do poder mais avançados, tal como se haviam desenvolvido na civilização do café” (SCHWARZ, 1999, p. 97). Na interpretação de Schwarz, no país da ordem escravocrata, os donos da terra (e do poder) relacionavam-se com moradores e dependentes “ora como

apadrinhados, com os quais têm obrigações morais, ora como estranhos, sem direito a morada ou proteção”, a depender dos interesses econômicos do momento (SCHWARZ, 1999, p.97). Longe de infirmar a possibilidade do progresso, essa situação de aparente paradoxo traduzia um leque de opções e de liberdade às classes dominantes muito bem explorado pela lógica do desenvolvimento capitalista da época, inclusive e sobretudo pelos países pretensamente “liberais” do centro do sistema, que se beneficiavam da superexploração do trabalho na periferia.

A grandeza do segundo Machado de Assis, posterior ao clássico *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), estaria, nesse contexto - como Roberto Schwarz buscava demonstrar em *Um mestre na periferia do capitalismo*⁷-, na sua capacidade de “internalizar”, via construção de uma forma literária específica, as condições histórico-sociais do país no século XIX. Machado de Assis, em um momento em que havia se completado a “formação da literatura brasileira” (no dizer de Antônio Candido), soube tirar proveito da complexidade da vida social do país, reiterando em nível formal o deslocamento próprio da vida ideológica e cultural brasileira em relação à Europa. Nas *Memórias...*, por exemplo, as satisfações do narrador decorrem exatamente - a partir da mimetização da “volubilidade” das classes dominantes brasileiras - do “desacato ao sistema das virtudes burguesa, invocado para isso mesmo, o que entretanto não impede que ele tenha vigência” (1987, p. 124). Com isso, conforme a interpretação do crítico, em Machado de Assis, é como se as ideias (no caso, a literatura), enfim, deixassem de estar fora do lugar, adaptando-se - sem renegar os ganhos da “importação” alguns dos procedimentos formais do romance europeu - às complexidades do país periférico. Na composição de sua forma literária, Machado foi capaz de desvendar a forma social constitutiva do país, forma esta que veio a servir de alicerce fundamental para que o próprio crítico (Roberto Schwarz) pudesse sistematizar o método dialético de uma crítica literária que era ao mesmo tempo uma interpretação do Brasil (QUERIDO, 2010, p. 81).

⁷ O título *Um mestre na periferia do capitalismo* remete à fórmula de Walter Benjamin sobre Charles Baudelaire, *Um lírico no auge do capitalismo*.

AS IDEIAS EM SEU LUGAR: “AUTOCONSCIÊNCIA DIALÉTICA” E NOVA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

Nessa empreitada, Roberto Schwarz valeu-se do alto valor histórico-cognitivo da análise literária para a compreensão da experiência (e da “má-formação”) nacional de um país periférico como o Brasil. Por aqui, a literatura significou, durante muito tempo, o principal instrumento de revelação da experiência nacional. À diferença da situação europeia, na qual o ensaísmo de esquerda ancorava-se na presença de uma teoria social avançada, “no contexto brasileiro [da época], pobre em reflexão crítica sobre a sociedade, o rendimento extraliterário dessa potência de revelação [literatura] das formas oferece campo e tem oportunidade excepcional” (SCHWARZ, 1999, p.44), como se vê nos ensaios de Antônio Candido, que lançou à visão histórico-sociológica do país “um olhar atravessado pela experiência e pela análise literárias, em cujo alto valor de revelação ele acredita e a que deve as suas descobertas” (SCHWARZ, 2012, p.287).

À luz e a partir da literatura, Candido formulou uma reflexão original sobre a experiência histórica do Brasil. A crítica assume, aqui, em sintonia com “jovem” Walter Benjamin de *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*, um papel ativo, construtivo, “complementar”, almejando visualizar as múltiplas conexões de sentido (que não são óbvias e muitas vezes independem da intenção explícita do escritor) entre literatura e sociedade, e isso no interior da obra mesma. Uma vez que a figuração literária é um modo substantivo de pensamento, cabe à crítica dialética “reconstruir” o modo pelo qual a experiência histórico-social do país é engendrada “objetivamente” na configuração estética da obra, de forma que a análise literária seja ela mesma, embora mediatizada pela autonomia relativa da arte, uma interpretação intelectual da realidade brasileira.

É sob essa ótica – legada por Candido, de quem ele assistiu ao último curso de sociologia, em 1958 – que Roberto Schwarz logrará, a partir de meados da década de 1970, elaborar umas das mais sofisticadas análises do processo de “má-formação” nacional, em oposição tanto ao universalismo abstrato implícito na transplantação mecânica, inclusive e sobretudo à esquerda do espectro político e intelectual, dos modelos europeus de desenvolvimento (modernizador), quanto aos defensores da originalidade irredutível da nação periférica. Em um contexto no qual as ilusões associadas à aposta no papel integrador que resultaria da

modernização nacional-desenvolvimentista se mostravam cada vez mais anacrônicas, Schwarz foi capaz de dar umas das mais valiosas contribuições para a compreensão dos dilemas do progresso à brasileira, o qual, longe de significar um avanço linear que deixaria pra trás o atraso nacional, na linha dos próceres da “razão dualista”, revelava, na verdade, uma reposição permanente dos aspectos do passado profícuos à reprodução “moderna” do capitalismo no país.

Para isso, foi de fundamental importância a constatação – que contrariava “a previsão dos progressistas” – de que ao golpe conservador de 1964 seguiu-se um intenso surto industrial, sem que, porém, se cumprissem minimamente as promessas integradoras e civilizatórias a que se acostumava associar o progresso econômico. Com a implementação da ditadura, e seu relativo sucesso no plano do desenvolvimento econômico do país, é como se o progresso outrora almejado pela esquerda já estivesse em marcha, de modo que a condição do subdesenvolvimento significava já o “futuro” no presente, que não cessava de repor em novas bases aspectos aparentemente insuperáveis do “atraso” vinculado ao passado. Assim, na contramão das formulações – até então bem respaldadas na esquerda política – de que só poderia haver efetivo desenvolvimento econômico se este estivesse atrelado ao progresso social integrador do país, a ditadura brasileira mostrava que era, sim, possível o desenvolvimento de um país subdesenvolvido como o Brasil, sem que para isso fosse absolutamente necessária a superação efetiva do seu travejamento social “arcaico”.

Aprendendo esse conjunto de complexidades “dialéticas”, por assim dizer, Roberto Schwarz logrou constituir, já em meados da década de 1970, uma visão crítica em relação à aposta da esquerda política e intelectual na radicalização desenvolvimentista da modernização a fim de superar o “atraso” do subdesenvolvimento. Embora de forma muito mais refinada do que nas versões “tradicionais” do nacional-desenvolvimentismo “dualista” (do PCB, do ISEB ou da CEPAL, por exemplo), esse “progressismo” estava igualmente presente nas perspectivas dos autores que participaram do “seminário d’*O Capital*”, uma vez que, ali também, em correspondência àqueles anos de desenvolvimentismo, “o foco estava nos impasses da industrialização brasileira, que podiam até empurrar na direção de uma ruptura socialista, mas não levavam à crítica aprofundada da sociedade que

o capitalismo criou e de que aqueles impasses faziam parte” (SCHWARZ, 1999, p.104).

À luz de uma ótica de análise centrada na percepção do desenvolvimento desigual e combinado (para retomar a célebre fórmula de origem trotskista) - na qual, sob o capitalismo, nenhum país pode ser compreendido isoladamente, abstraindo-se suas relações com a reprodução “global” do sistema -, Roberto Schwarz atinou com a necessidade de uma crítica mais radical e profunda da própria lógica da modernização em que a esquerda almejava pegar carona, como se, aproveitando as suas brechas, fosse possível desviá-la num sentido progressista, de verdadeira integração nacional. A emergência da mundialização, associada ao congestionamento histórico da modernização em sua feição “clássica”, coincide com o fim do ciclo da busca pela “construção nacional”, cujas travas (ou “obstáculos”, na linguagem sociológico-weberiana de Florestan Fernandes) seriam uma decorrência dos limites do desenvolvimento e do progresso no país. A congênita e persistente “má-formação nacional” não seria senão, portanto, um momento “necessário” da lógica de reprodução mundializada do capitalismo, de tal forma que, de agora em diante, “o mito da convergência providencial entre progresso e sociedade brasileira em formação (ou latino-americana) já não convence” (1999, p.161).

Nesse contexto, em que a mercantilização - sob a forma de “progresso” - da vida social e natural avançava (e continua a avançar) a passos largos, seria preciso enfrentar, mesmo e sobretudo em país da periferia do capitalismo, “na plenitude complicada e contraditória de suas dimensões presentes, que são transnacionais”, as relações de “definição e implicação recíproca entre atraso, progresso e produção de mercadorias, termos e realidades que se tem de entender como a precariedade e a crítica uns dos outros, sem o que a ratoeira não se desarma” - tarefa inconcebível até mesmo para os participantes do “seminário de Marx”, que restavam pautados pela “estreiteza da *problemática nacional*, ou seja, pela tarefa de superar o nosso atraso relativo, sempre anteposta à realidade” (1999, p.104-105). Em outras palavras, trata-se da necessidade de retomada da crítica de Marx ao fetichismo da mercadoria, cuja *negatividade* - na contramão da *positivação* modernizadora - Roberto Schwarz encontrará em termos renovados na obra de Robert Kurz sobre “o colapso da modernização”, o

que lhe permitiria reatar em forma atualizada com a crítica adorniana da modernidade.

No livro de Kurz, do qual ele foi responsável pelo prefácio da edição brasileira (de 1991), Roberto Schwarz reteve uma crítica atualizada do capitalismo contemporâneo, em um momento em que, após a emergência da chamada “terceira revolução industrial”, os processos de modernização (seja no “terceiro mundo” ou nos países ditos “socialistas”) entram em colapso. Para Kurz (1991), o “socialismo de caserna” da ex-URSS e do leste europeu teria servido, acima de tudo, como cobertura ideológica a um esforço retardatário e monumental de industrialização nacional, de modo que a sua derrocada explicita tendências e impasses do próprio capitalismo global contemporâneo. Assim, como diz Schwarz, a *débâcle* do “socialismo”, assim como dos empenhos de modernização dos países retardatários de uma maneira geral, representariam “o início da crise do próprio sistema capitalista, bem como a confirmação do argumento básico de *O Capital*” (1999, p.182), uma crise, aliás, sobre a qual o chamado terceiro mundo têm muito a dizer e a mostrar. O “colapso da modernização”, ou melhor, daquela modernização vinculada aos impulsos da segunda revolução industrial, procede da periferia para o centro, “ou seja, começou pelo terceiro mundo, foi aos países socialistas e já chegou a regiões e bairros inteiros nos países ricos” (SCHWARZ, 1999, p.183).

Em nível proporcional às esperanças nas consequências (sociais, políticas e culturais, mais além de meramente econômicas) aí depositadas, o colapso da modernidade fez-se sentir, na periferia do sistema, como um duro golpe nas expectativas de que o país, afinal, *tinha de dar certo*. No Brasil, de uns tempos pra cá, malgrado a persistência aqui e ali de perspectivas “neo-desenvolvimentistas” retocadas, pode-se notar que os “subsídios, endividamentos e decênios de sacrifício humano brutal não trouxeram a prometida modernização da sociedade, quer dizer, a sua reprodução coerente no âmbito do mercado global, agora mais remotas do que nunca” (SCHWARZ, 1999, p.185). A partir dos anos 1980, esgotado o “milagre econômico” do decênio anterior, “ficava claro que o nacionalismo desenvolvimentista”, mesmo aquele reapropriado pela direita a partir de 64, “se havia tornado uma ideia vazia, ou melhor, uma ideia para a qual não havia mais dinheiro”, uma vez que, nas novas condições de tecnologia, “as inversões necessárias para completar a industrialização e a integração social

do país se haviam tornado tão astronômicas quanto inalcançáveis”. Assim, “o nacional-desenvolvimentismo entrava em desagregação – e começava o período contemporâneo, que [...] poderíamos chamar de ‘nosso fim de século’” (SCHWARZ, 1999, p.158).

É este o dilema “trágico” ao qual o país entrou nas últimas décadas, dilema bem representando pela metáfora – alcunhada por Francisco de Oliveira, sob a inspiração de algumas das ideias de Schwarz⁸ – do “ornitorrinco”, “bicho que não é isso nem aquilo” e que exprime uma situação na qual não há mais possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas propiciadas pela segunda revolução industrial, e tampouco de avançar sob o imperativo do conhecimento técnico-científico associado à chamada “terceira revolução industrial”. Nesse contexto, restariam apenas as novas formas de “acumulação primitiva”, tais como as privatizações que, por outro lado, sob o domínio do capital financeiro, “são apenas transferência de patrimônio” não constituindo, a bem dizer, processos de acumulação.

A FRATURA BRASILEIRA DO MUNDO: A ATUALIDADE DO “PONTO DE VISTA DA PERIFERIA”

Em seus textos mais recentes, muitos dos quais inseridos no volume *Martinha versus Lucrecia* (2012), Roberto Schwarz buscará repensar, à luz das novas condições de possibilidades, a relação entre centro e periferia, chegando a desdobramentos cuja originalidade talvez ainda não tenha sido totalmente apreendida. Se, fiel à negatividade adorniana, e forjando sua experiência político-intelectual em meio ao início desse processo de desagregação – sobretudo a partir da década de 1970 -, Roberto Schwarz jamais alimentou muitas ilusões quanto às virtudes (para a esquerda) emancipatórias vinculadas à radicalização do ciclo nacional-desenvolvimentista - sem, ao mesmo tempo, desmerecer suas potencialidades -, desde o início dos anos 1990, com a descoberta do livro de Robert Kurz e com a emergência brasileira do neoliberalismo, essa visão crítica da modernização desdobra-se em uma análise cujo escopo vai muito

⁸ Nas palavras de Oliveira (2007, p. 149), “o *Ornitorrinco* muito deve a ele (Schwarz). Em ‘Fim de século’, ensaio que está em *Sequências Brasileiras*, o animal está lá”.

além da periferia do sistema, transformando-se em uma crítica da própria modernidade capitalista realmente existente como um todo.

Nas últimas décadas, as “patologias” (como diria Habermas) da modernidade periférica revelam alguns dos aspectos inesperados da própria “normalidade” moderna dos países centrais que, até então, nos servia de referência e de horizonte regulador. Assim, se por muito tempo “tendemos a ver a inorganicidade, e a hipótese de sua superação, como um destino particular do Brasil”, de agora em diante, cada vez mais, “ela e o naufrágio da hipótese superadora aparecem como o destino da maior parte da humanidade contemporânea, não sendo, nesse sentido, uma experiência secundária”, nas palavras de Schwarz (1999, p.58) em uma conferência de 1998 sobre *Formação da literatura brasileira*, de Antônio Candido (1993). Assiste-se, assim, ao que se denomina uma “brasilianização” (ou “periferização”, na linguagem de Paulo Arantes) do mundo, mas não no sentido de uma assimilação entre centro e periferia, e sim no de uma certa universalização (desigual, é claro) dos problemas normalmente exclusivos a esta última.

Não se trata, portanto, de um afrouxamento das relações de subordinação entre os países. O “alívio” provocado pela “desconstrução” meramente conceitual do primado da origem e das hierarquias entre centro e periferia – tão presente em Derrida e seus discípulos – não anula o processo de subordinação concreta entre os países. A periferia continua periferia, “Martinha [continua estando] para Lucrecia como o Brasil para os países adiantados” (SCHWARZ, 2012, p.40). Ocorre que, em ritmo crescente, sem amenizar as desigualdades de praxe, os países do centro do sistema testemunham a proliferação de dilemas e dramas sociais que, até então, pareciam confinados ao lado desvirtuado – e subdesenvolvido – da reprodução capitalista. Em tempos de acumulação flexível, a fluidez ordem-desordem, típica da formação social brasileira, transforma-se em algo como o “estado de exceção permanente” de uma periferização do mundo, de tal forma que o Brasil pode ser visto hoje como um “laboratório do desenvolvimento desigual e combinado de um capitalismo que parece continuar o mesmo” (ARANTES, 2004, p.77).

Essa situação “universaliza”, carregando-as de atualidade, as teorias críticas produzidas na periferia do sistema. Dos elos mais débeis da reprodução capitalista, com os problemas que lhes correspondem,

aparecem de forma mais aguda as mazelas e os limites do “progresso” até outrora modelo. Isso explica porque, a partir do que poderíamos denominar “ponto de vista da periferia”, surgiram respostas intelectuais e artísticas profundamente originais, difíceis de visualizar quando situadas sob o ângulo da linha evolutiva do progresso de alguns países centrais. O sentimento de descompasso aqui presente abre novas possibilidades cognitivas, permitindo um olhar para além das categorias normativas do “centro” do sistema. Ele estimula, assim, um esclarecimento dos seus alcances e limites, quer dizer, o caráter risível da sua pretensão de universalidade. “Fora do seu lugar” de origem, é como se as ideias adquirissem potência de revelação (CEVASCO, 2007, p.20).

Em ensaio de 2006, “Leituras em competição”, no qual analisa os impactos da “canonização” internacional de Machado de Assis, Roberto Schwarz reafirma a marca eminentemente nacional do escritor brasileiro, não para restringi-lo aos limites do país, mas sim para destacar a sua capacidade de, a partir da filiação a uma experiência local, constituir uma obra de grandeza “universal”. “Foi no ambiente de injustiças nacionais [...] que o achado universalista adquiriu a densidade e o impulso emancipatório indispensáveis a uma ideia forte de crítica” (SCHWARZ, 2012, p. 29). Ao contrário das leituras internacionais contemporâneas, para as quais Machado seria um “escritor plantado na tradição do Ocidente, e não em seu país” (2012, p.21), como se no Brasil ele próprio fosse alguém “fora do lugar”, Schwarz sustenta que um escritor como Machado só poderia existir, com a grandeza que lhe é peculiar, em um país da periferia do capitalismo como o Brasil (o mesmo se poderia dizer, *mutatis mutandis*, do próprio Roberto Schwarz)⁹. Trata-se, então, de uma pequena “vantagem do atraso”, intelectual e simbólica, que Machado soube bem aproveitar, e que serviu mais tarde – e a obra de Roberto Schwarz o testemunha – de propedêutica para antecipar algumas das tendências pelo capitalismo contemporâneo, quando a fratura social não é mais privilégio da periferia (QUERIDO, 2013). Agora, é como se o “presente [fizesse] ver no passado

⁹ Para Antônio Candido, em consonância ao sentimento de dualidade da vida intelectual de um país como o Brasil, Roberto Schwarz elaborou uma forma de análise crítica a partir de um “olhar duplo”, de “dentro e de fora”, que se vinculava à sua história pessoal de brasileiro de origem austríaca (de cultura alemã). Segundo Candido (2007, p.16), essa condição permitiu-lhe “ver o Brasil como quem é de dentro e de fora por natureza, o que produz uma combinação *sui generis* de estranhamento e familiaridade, a qual deve ter contribuído para o cunho singular da sua lucidez analítica”, inclinando-o para os temas e as ideias de oposição e contraste, tão decisivas para entender um país como o Brasil.

sobretudo o prenúncio do impasse atual, impugnando as evidências externas do progresso” (SCHWARZ, 2012, p.136)¹⁰.

RUPTURA DE ÉPOCA E ATUALIZAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA À BRASILEIRA

Desde o fim da década de 1960, à luz de uma relação aberta e inventiva com uma visão de mundo específica, situada à esquerda do espectro político e intelectual (o marxismo), Roberto Schwarz fez de suas reflexões um testemunho ativo das transformações históricas pelas quais passava o Brasil. Mesmo tendo “abandonado” a sociologia profissional, para se dedicar à análise literária, seus ensaios constituem, no limite, uma das mais fecundas interpretações sociais do Brasil das últimas décadas, até os dias contemporâneos. *Et pour cause*. Através do prisma da crítica literária, o ensaísmo de Schwarz concentrou-se quase sempre na análise concreta de temas e situações, demonstrando um respeito pela singularidade e, em certa medida, pela irreducibilidade do objeto, na contramão do apego a um método previamente definido, abstrato e apriorístico, o qual tratar-se-ia de “aplicar” à análise de um assunto particular.

Assumindo plenamente os desafios associados à uma experiência intelectual na periferia da modernidade capitalista, Roberto Schwarz esquivou-se, assim, da “prisão conceitual” à qual se detinham muitas interpretações “sociológicas” do país, cujas tentativas de “encaixar” o objeto em algum modelo de análise abstratamente definido acabavam por tergiversar a concretude do país e suas contradições específicas. Através de um ensaísmo que, na linha adorniana (2003), pretendia-se uma “dialética em ato”, na qual os conceitos se tornam mais precisos à medida que se relacionam entre si, Schwarz mobiliza os autores que lhes servem de referência (Marx, Adorno, Lukács, Benjamin, Brecht, Candido, Kurz, dentre outros) a partir dos contornos concretos da experiência social brasileira – a qual impõe sempre o ritmo do andamento da apreensão

10 No dia 25/06/2012, por ocasião de um debate realizado no âmbito do Projeto Temático Fapesp “Formação do campo intelectual e indústria cultural no Brasil contemporâneo”, coordenado por Sergio Miceli e subcoordenado por Marcelo Ridenti, Heloísa Pontes e Maria Arminda do Nascimento Arruda, tivemos oportunidade de debater com o próprio Roberto Schwarz algumas dessas hipóteses vinculadas à “atualidade do ponto de vista da periferia”.

conceitual, respeitando, então, o princípio materialista do “primado do objeto”.

A reflexão ensaística sobre a literatura, ou sobre a cultura em geral, impôs-lhe – no que diz respeito à análise social – uma espécie de “autoconsciência dialética”, como diria Fredric Jameson, profícua à apreensão de uma sociedade complexa como a nossa, uma vez que, além da compreensão do objeto, interroga-se permanentemente sobre o lugar da atividade e da experiência intelectual aí possível, assim como sobre a forma de exposição mais adequada à elaboração de um conteúdo determinado. Roberto Schwarz logrou, desse modo, constituir alguns elementos que, pensados em conjunto, formam o que poderíamos chamar uma “teoria social crítica à brasileira”, fundada em uma atualização permanente que, se parece perder em consistência “científica”, ao menos escapa das tentações do sociologismo reducionista (“marxista”, weberiano ou outro). Ele próprio conseguiu, assim, elaborar parcialmente aquilo que, a seu ver, faltava às reflexões dos membros do seminário d’*O Capital*, a saber, o “alcance histórico-mundial” do subdesenvolvimento e de suas articulações, “capaz de sustentar, suponhamos, algo como as *Minima moralia* referentes ao que é sem dúvida uma das feições-chave do destino contemporâneo” (1999, p.104). Se, nas décadas de 1950 e 1960, até meados dos anos de 1970, a esquerda intelectual estava engajada em encontrar uma solução positiva para o país, nas últimas três décadas não restaria à teoria crítica do país senão a reconstrução da negatividade indispensável para uma crítica da modernidade à brasileira contemporânea e, por conseguinte, da modernidade capitalista em sua totalidade, da qual somos parte.

Empenhando-se nessa tarefa, Roberto Schwarz assumiu um papel de *passseur*, quer dizer, de elo entre duas gerações políticas e intelectuais, entre aquela marcada pelas esperanças positivadoras da modernização dos anos 1950, 60 e meados dos 70, e aquela que, crescendo sob as desilusões da transição democrática incompleta (e, por outro lado, sob as esperanças de uma retomada das lutas sociais das classes subalternas, com a criação do PT), já não podia mais visualizar uma saída para o país nos limites do progresso modernizador. Em entrevista realizada há pouco mais de uma década (2004), quando questionado sobre os seus atuais interesses de trabalho, Roberto Schwarz respondeu: “Gostaria de tirar algumas consequências do que já fiz, especialmente à luz do que aconteceu

depois” (SCHWARZ, 2012, p. 302). Para ele, “a reflexão hoje tem que se redimensionar através do mundo que está se formando à revelia do discurso oficial sobre a modernização e o progresso” (SCHWARZ, 2012, p. 300).

O crítico brasileiro, ainda ativamente presente nos debates intelectuais, nos lega, portanto, para as novas gerações, um inventário crítico decisivo para uma reconstrução de uma teoria crítica no país, embora mais como indicação de um impasse do que como resposta pronta para os dilemas do “novo tempo do mundo”, como diria Paulo Arantes (2014) em livro recente – dilemas que ainda estão por serem decifrados, à luz de uma ruptura de época cujos contornos concretos resistem à mera aplicação das categorias e conceitos herdados. É bem verdade que, no âmbito desse impasse, o próprio crítico chega a conclusões passíveis de questionamento, tal como, por exemplo, seu pendor pela tese “kurziana” (e, no fundo, previamente adorniana) da inatualidade do “marxismo da luta de classes”. Seja como for, para enfrentar os novos desafios que emergiram e ainda continuam a emergir em meio ao “amontoado de ruínas” do capitalismo contemporâneo, Roberto Schwarz compartilha sua obra e sua trajetória intelectual singular, sabendo que, como disse certa vez Walter Benjamin, um “encontro secreto está marcado entre as gerações passadas e a nossa”.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo. A fratura brasileira do mundo. In: ARANTES, Paulo. *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004. p. 25-78.
- ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BASTOS, Élide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p.889-919, 2010.
- BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-245.
- CANDIDO, Antonio. De Cortiço a cortiço. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.30, 1991, p.11-129.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- CANDIDO, Antônio. Sobre Roberto Schwarz. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.13-17.

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria, 1983.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo, v.1, p.61-64, 1976.
- CEVASCO, Maria Elisa. O avesso do atraso: notas sobre Roberto Schwarz. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, n.16, p. 9-26, 2007.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45). In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 69-291.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão Dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. Um crítico na periferia do capitalismo. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.149-152.
- QUERIDO, Fabio Mascaro. Colapso da modernização: Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p.227-233, nov. 2013.
- QUERIDO, Fabio Mascaro. O colapso da modernização periférica: a fratura brasileira do capitalismo mundial. *Aurora*, Marília, n. 6, p.79-88, ago. 2010.
- RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma: ainda as “ideias fora do lugar”. *Lua Nova*, São Paulo, v. 73, p. 59-69, 2008.
- RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v.03-06, p. 525-556, 2013.
- SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARZ, Roberto. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social. Entrevista concedida a André Botelho e Lília Schwarcz. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 67, p.147-194, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio. In: OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da Razão Dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 11-23.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo. Entrevista concedida a Augusto Massi. In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 220-226.

WAIZBORT, Leopoldo. Quem herda não furta. In: CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton. (org.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.33-43.

O *SENTIDO DA COLONIZAÇÃO* E A CONTRIBUIÇÃO DE CAIO PRADO JÚNIOR À REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Anderson Deo

I.

Há um grande risco de reproduzirmos uma série de “lugares comuns” quando tratamos de autores que, de alguma forma, figuram entre aqueles que são identificados como “clássicos” em suas produções teóricas. Isso se deve, talvez, ao fato de que tais autores, ao serem tratados como referenciais, deram origem a um longo debate, e suas obras passaram a ser objeto constante de investigações, de interpretações e polêmicas, contando, portanto, com farto e denso material produzido, refletindo a riqueza de possibilidades a serem exploradas.

O risco que apontamos acima pode ser ainda realçado quando a força do argumento, ou mesmo o estilo da escrita, leva-nos a repetição de informações e dados biográficos que são de conhecimento quase notório, principalmente do público afeito a tais discussões, denominado academicamente como “especializado”.

Tais observações preliminares – por mais que possam soar como *mea culpa* – são importantes para esclarecer ao leitor o que pretendemos com o presente texto. O núcleo da discussão que propomos se concentrará na análise do conceito de *Sentido da Colonização*, a partir de sua elaboração em *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia* (PRADO JR, 2000, p. 13-26), assim como a importância e originalidade que o mesmo representa, como esforço de captura ideocategorial da particularidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Da forma como entendemos, a categoria elaborada por Prado Jr. reproduz o *ser-precisamente-assim* (LUKÁCS, 2011, p. 84), uma forma de universalidade e, portanto, deve ser pensada e refletida a partir da relação expressa com/nas singularidades históricas, produzindo uma particularidade própria. Dessa forma, não se trata de um modelo previamente estabelecido como “construto mental” que comprime a realidade histórica – o real concreto – às suas regras internas, mas sim um esforço de leitura que procura identificar a validade histórica, ou seja, a reprodução de relações sociais que possam ser identificadas e caracterizadas a partir dos elementos que a categorização propõe. Por isso, buscaremos identificar a forma como o *Sentido da Colonização* se reproduz no processo atual de reprodução social brasileira.

Para tanto, sempre que necessário recorreremos ao expediente da exposição de elementos biográficos do autor nos apoiando em referenciais teóricos especializados, mesmo que isso possa significar mera repetição.

Caio Prado Jr. pertenceu a uma primeira geração de grandes intelectuais que se propuseram a compreender o Brasil. Esse esforço, em suas diferentes proposições e fundamentações teóricas e metodológicas, envolveu uma profunda investigação da formação social brasileira, dando origem a interpretações originais que se tornaram leitura obrigatória àqueles

que, de alguma forma ou por algum motivo, pretendem compreender o “que é” o Brasil. Ao lado de nomes como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942, figura como uma das mais importantes leituras marxistas sobre a formação social do Brasil na primeira metade do século XX¹.

Intelectual militante, sua intensa atividade política se vinculou ao movimento comunista brasileiro a partir de 1933, quando passa a compor as fileiras do então Partido Comunista do Brasil, o PCB². Se na juventude participou inicialmente dos núcleos que deram origem ao Partido Democrático (PD), como forma de reação política ao Partido Republicano Paulista (PRP), foi na militância comunista que teve relevante destaque. Participou ativamente da Ação Nacional Libertadora, ocupando o cargo de vice-presidente da seção paulista, o que lhe custou um primeiro encarceramento, em 1935, decorrente da repressão ao levante comunista daquele ano. Com o fim do Estado Novo e o retorno do PCB à legalidade, foi eleito Deputado Estadual pelo partido em 1945, participando da elaboração da Constituição do Estado de São Paulo. Perderia o mandato depois de nova cassação do registro eleitoral do PCB, em 1947. Em 1969 foi aposentado compulsoriamente como docente da USP (cargo que nunca ocupou) pela ditadura militar, sendo levado ao cárcere novamente em 1970, sob acusação de incitação à violência e subversão.

Ao longo desse período, produz uma ampla e profunda discussão sobre o Brasil, sobre o mundo socialista, sobre o método marxista e sobre os caminhos da revolução brasileira. Como analisado por Bernardo Ricupero (2000, p. 106 - 107), a obra caiopradiana se insere como um primeiro esforço de originalidade marxista que buscou compreender a

¹ Não nos é estranho todo o debate que envolve o campo teórico-político marxista sobre a formação social brasileira. O próprio Caio Prado Jr. se envolveu diretamente nesse debate, seja em nível teórico, ou mesmo em seus desdobramentos políticos. Suas formulações resultam em certa medida diretamente de tais discussões. A polêmica que sua obra estabelece com os defensores da tese do feudalismo no Brasil, por exemplo, deriva desse processo. Outros importantes intelectuais marxistas, como Nelson Werneck Sodré, desenvolveram uma vastíssima obra analítica sobre temáticas similares, com leituras bem distintas às de Prado Jr.

² Sempre importante lembrar que o PCB havia sido fundado em 1922 como a seção brasileira da Internacional Comunista. Daí deriva a denominação inicial “do Brasil”. Em 1961 o nome do partido é alterado, como forma de facilitar a legalização e registro do partido, passando a ser denominado Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla PCB. Em 1962, o PCdoB é criado a partir de um grupo dissidente, que discordava da linha política adotada pelo PCB em seu V Congresso. O documento intitulado *Carta dos Cem* se opunha, em linhas gerais, ao posicionamento do PCB pró-reformas iniciadas por Nikita Khrushchov durante o chamado processo de desestalinização – desencadeado no contexto do XX Congresso do PCUS, em 1956 – e criava uma nova organização retomando o nome de Partido Comunista do Brasil.

particularidade brasileira, mesmo que tenha sido negligenciado no interior do PCB, no interior da academia, pois nunca pertenceu aos quadros da universidade, ou mesmo pela sua pouca inserção social. A imbricação entre sua trajetória política e sua produção intelectual é minuciosamente analisada no importante livro de Luiz Bernardo Pericás, *Caio Prado Júnior: uma biografia política*, quando o autor esclarece que a ênfase do trabalho

[...] tem como objetivo principal realizar uma discussão eminentemente política da trajetória do autor de *Dialética do conhecimento*, mostrando sua militância, sua leitura de clássicos marxistas, suas viagens, sua atitude em relação ao golpe militar, os debates sobre a revolução brasileira, seus tempos na prisão, sua relação com intelectuais contemporâneos, assim como apresentar elementos teóricos de seu ideário e o desenvolvimento do pensamento caiopradiano ao longo das décadas. (PERICÁS, 2016, p. 27).

O núcleo constitutivo do argumento de Pericás pode ser ilustrado com alguns exemplos da atividade intelectual de Caio Prado Jr. Quando, em 1943, funda a Editora Brasiliense e em 1955, a Revista Brasiliense, o autor passa atuar diretamente na divulgação do marxismo, como forma de contribuir no campo da “batalha das ideias”, na construção de espaços de cultura que possibilitariam o debate e o aprofundamento dos caminhos da “revolução brasileira”. Esse é o título, inclusive, de uma das mais importantes obras de Caio Prado Jr, com a qual o autor recebeu o Prêmio Juca Pato de Intelectual do Ano, em 1966. Esforço de leitura do Brasil pós-Golpe de Estado de 1964, o autor propõe uma espécie de “autocrítica” à esquerda, apontando os equívocos e limites da tática democrático-burguesa adota pelo PCB. Reforça a crítica às análises que propunham a “transposição mecânica” de modelos de revolução ao caso brasileiro, apontando os equívocos de se comparar o Brasil à China e, mais uma vez, insiste na particular forma de desenvolvimento do capitalismo no país, como elemento fundamental à elaboração de qualquer programa político. Tais análises foram produzidas como forma de contribuição ao debate interno do PCB. Mesmo que suas teses não tenham sido vitoriosas, os impactos produzidos, tanto na luta interna do partido, como nas leituras marxistas sobre os caminhos da revolução brasileira, foram amplos e, de alguma forma, ainda hoje podem ser percebidos. Sobretudo quando se trata de compreender, ao modo leniniano, a realidade concreta dos processos históricos em curso,

como condição fundamental à sua transformação radical. Esse é o esforço intelectual de Caio Prado Jr que buscaremos salientar, o da compreensão da particularidade histórica brasileira, do sentido da colonização que se faz presente, se atualiza e se transforma em sentido da modernização brasileira.

Antes, porém, uma última nota biográfica. Todo escrito que mencione as origens familiares de Caio Prado Jr aponta, com razão, sua ascendência vinculada aos grandes proprietários de terra paulistas, que enriqueceram e se aburguesaram ao longo do período colonial, mas principalmente durante a expansão do café no Estado. Assim como, a longa relação de nomes da família ligados à política institucional, defensores, sobretudo, daquela ordem social que nosso autor tanto se esforçou para compreender e, além de tudo, criticar. Crítica essa pautada numa leitura de mundo que propunha transformá-lo, de forma radical, de tal maneira que a riqueza socialmente produzida possa ser apropriada por quem de fato a produz. Nesse sentido, Caio Prado Jr foi, antes de tudo, um traidor de sua classe social, para aderir conscientemente ao projeto da revolução socialista e da emancipação humana.

II.

A discussão sobre a formação social do Brasil é rica em proposições. A tradição historiográfica brasileira nos oferece várias análises sobre o tema. O debate sobre o desenvolvimento da processualidade histórica brasileira percorreu todo o século XX, sendo que muitas divergências originadas de tal debate estão, até hoje, na ordem do dia. Não temos a pretensão, de forma alguma, de introduzir novas questões a este debate. No entanto, entendemos ser necessário a devida apreensão dos processos particulares do desenvolvimento histórico brasileiro, pois este origina uma forma sociometabólica³ específica, sendo que essa especificidade se coloca como o condicionante do *complexo de complexos* particular dessa processualidade.

Sobre a relação entre universalidade, particularidade e singularidade acima mencionada, Györg Lukács nos alerta para o fato destas categorias serem, em certa medida, distintas e por isso mesmo, a

³ Entendido como uma forma específica de organização material e espiritual da objetividade histórica, cujo caráter dinâmico cria e recria, simultaneamente, tal realidade, obedecendo a características próprias e imanentes, que devem ser – necessariamente – levadas em conta na análise do sistema social do capital. Ver fundamentalmente (MÉSZÁROS, 2002).

captura da relação de reciprocidade – congruências/disjunções – de tais manifestações da totalidade se faz imperativa (LUKÁCS, 1970, p. 5). Dito de outro modo, a devida apreensão, em nível lógico-abstrato, dessas três *dimensões* do real, pode nos proporcionar uma melhor compreensão dos processos históricos concretos, pressuposto esse essencial para uma atuação política (individual/coletiva) revolucionária.

Compreender a real dimensão da totalidade brasileira, bem como a particularidade e as singularidades que as formas capitalistas assumem em sua constituição, pode nos isentar de equívocos teóricos que outras análises cometeram ao tentarem compreender a realidade econômico-política de nosso país.

Segundo Caio Prado Júnior, em *A Revolução Brasileira* (1966, p. 33-34), a teoria da revolução brasileira desenvolvida pelos marxistas estaria fadada ao fracasso desde sua criação, justamente pela incapacidade e insuficiência da análise sobre o real desenvolvimento histórico em nosso país. A partir dessa formulação, podemos constatar que as propostas da esquerda brasileira que resultam de tais análises, basearam-se em abstrações, em modelos e conceitos formulados *a priori*, como verdadeiras construções mentais, desconexas da realidade, sendo que essa – a realidade concreta – é inserida posteriormente ao processo, de forma comparativa, muito mais próxima das análises weberianas do que do arcabouço teórico do próprio Marx. O autor ainda afirma que as práticas políticas que resultaram dessa orientação teórica equivocada, bem como o peso negativo de tais formulações, podem ser observadas até o momento em que tal texto fora publicado⁴.

José Chasin, seguindo o mesmo diapasão de Caio Prado, aponta para dois tipos de erro; de um lado aqueles que, por não compreenderem o que vem a ser o caráter universal do capitalismo, criam um “aglomerado de leis gerais” facilmente aplicáveis a qualquer processualidade histórica; de outro, aqueles que privilegiam as singularidades, sem conectá-las com a totalidade, criando assim uma análise empírica e simplificadora de tais processos. Essas categorias, em ambas as análises, não se relacionam reciprocamente, ou simplesmente não existem. O “vácuo” criado entre

⁴ (PRADO JR., 1966, p. 34): “Mas até hoje pesa ainda consideravelmente na maneira como se interpreta a realidade econômica, social e política brasileira. Pesam negativamente, embaraçando qualquer tentativa de verdadeiro e fecundo trabalho de elaboração científica. (...) A teoria da revolução brasileira (...) se transmitiu assim com todas suas grandes falhas e sem nenhuma revisão radical que se fazia tão necessária.”

universal e singular nunca poderá ser preenchido por tais análises, pois lhes falta a real dimensão da *particularidade* ontogeneticamente constituída do caso brasileiro, “(...) o problema fundamental de colher, à maneira dialética, a entificação do capitalismo no Brasil diz respeito à questão dos particulares (...)” (CHASIN, 1977, p. 151-152)⁵.

A análise caiopradiana parte do pressuposto que a economia colonial nasce como um prolongamento, uma extensão da economia metropolitana. Nesse sentido, o Brasil “surge” economicamente como um apêndice produtor de mercadorias, no contexto da criação do mercado mundial e da expansão do comércio. Ou em outras palavras, o território colonial estava totalmente integrado à lógica do capitalismo comercial (fase da acumulação originária) que se estende do século XV ao XVIII, cumprindo a função de apêndice econômico, fornecedor de gêneros tropicais e produtos agrícolas às economias metropolitanas (PRADO JR, 1957, p. 17-21).

Essa lógica passaria por algumas mudanças no período da emancipação política. A partir da chegada da Família Real, em 1808, as estruturas político-administrativas são modificadas, dando feições de autonomia à colônia brasileira, autonomia esta que se consolidaria politicamente em 1822 (PRADO JR, 1957, p. 44-45).

As mudanças implementadas não afetaram a estrutura do país, ou seja, foram mudanças na forma, na aparência, e não no conteúdo, na essência. A partir dessa constatação, Caio Prado conclui que o *Sentido da Colonização* permanece o mesmo. A economia permanece vinculada aos

⁵ O autor esclarece que: “De uma parte, o insatisfatório entendimento do que venha a ser o **caráter universal** do fenômeno capitalista, conduziu a refletir simplesmente com atributos e leis genéricas, e a ‘constatar’ a **ocorrência necessária** destes a qualquer custo, no interior das fronteiras nacionais. Assim, preservaram-se universais, mas não na condição de universais concretos, e, muitas vezes, singularidades reais foram perdidas. De outra parte, uma forma de incorreção mais recente tem hiper-acentuado as singularidades, mas, tomando-as simplesmente como dados empíricos, isto é, despojadas por inteiro de qualquer espessura ontológica (espessura que, sob feição avariada e debilitada, não importa, restava, ainda assim, no caso anterior), faz com que a universalidade concreta seja completamente diluída. E a relação entre universal e singular, aí, se mostra como uma relação entre categorias exteriores uma a outra, como a subsunção de um amontoado de notas empíricas a um princípio geral”. Sendo assim, conclui que, “(...) enquanto a primeira forma de incorreção acentua o universal e tende a perder o singular, a segunda acentua o que tema pela singularidade e perde completamente o universal. Observa-se, pois, que a lógica destes dois casos manobra na polaridade entre universal e singular, entre os quais habita puramente o vácuo. Numa linguagem lukacsiana, dir-se-ia estar face a teorias fetichizadas, na medida que lidam exclusivamente com as categorias de universalidade e singularidade, eliminando ou não reconhecendo exatamente a categoria da **particularidade** (CHASIN, 1978, p. 152)”. Ainda sobre a relação Universal/Particular/Singular ver (MAZZEO, 1999, p. 108 -109).

mercados externos, como um apêndice produtor, subordinado às variações e fluxos das economias centrais (PRADO JR, 2000, p. 20).

No que diz respeito a formação da burguesia, aponta que os proprietários rurais que aqui se estabelecem, já na fase colonial, desempenham a função econômica de uma burguesia ligada à fase mercantil do capitalismo. Afirma que, no Brasil, não houve distinções sócio-econômicas entre burguesia e grandes proprietários de terras. Pelo contrário, em muitas das vezes são, inclusive, as mesmas pessoas. Ou seja, se constituem como indivíduos sociais pertencentes a uma mesma classe econômica, fracionada em setores produtivos específicos: a burguesia. Como nos aponta Caio Prado (1994, p. 168):

Nada há, em conclusão, nos grandes proprietários brasileiros, e isso tanto mais acentuadamente quanto seu nível financeiro é mais elevado, que os distinga e caracterize como categoria econômica e social à parte. E assim nada autoriza separar, e muito menos extremar e isolar na estrutura sócio-econômica brasileira, uma classe característica e bem diferenciada de “latifundiários” contrastantes com a burguesia e ligada a relações de produção de natureza distinta e específica. Trata-se num e noutro caso de igual categoria social, e no mais das vezes até nos mesmos indivíduos, homens de negócio que aplicam seus recursos e iniciativas tanto em empreendimentos agropecuários como em outros setores, ao sabor unicamente das oportunidades ensejadas e da lucratividade esperada.

Sendo assim, podemos afirmar que Caio Prado nega enfaticamente a existência de um modo de produção escravista, assim como possíveis formas feudais, na organização histórico-social do Brasil.

Passemos à análise do argumento de nosso autor de forma sistematizada. O Brasil “surge” para o mundo ocidental no último ano do século XV, quando os portugueses anunciam a ocupação e a posse do território. Durante as três primeiras décadas do século seguinte, a colonização se restringiu ao reconhecimento da costa e ao estabelecimento de algumas feitorias ao longo do litoral brasileiro; estas foram criadas para armazenar o Pau-brasil e os produtos nativos - os chamados produtos tropicais - que eram extraídos pelos índios em troca das mais variadas quinquilharias.

A partir do terceiro decênio do século XVI surge a real necessidade de ocupar as terras brasileiras, decorrente da ameaça de “invasão” do território por outros povos, tais como franceses e ingleses, e da crise econômica que a coroa portuguesa passa a enfrentar devido à progressiva perda do monopólio comercial com o oriente – Índias Orientais. A questão que se colocava naquele momento é a da forma da ocupação. Como ocupar de maneira economicamente rentável um litoral tão extenso? Para todos os efeitos o interior do território ainda não era conhecido.

A saída encontrada para tal problema se encontrava no modelo de ocupação implantado em outras colônias portuguesas (Madeira e Cabo Verde). Dividiu-se a costa brasileira em “doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 60 léguas”. Esses setores - chamados capitânicas - foram doados a titulares que “gozarão de grandes regalias e poderes soberanos”, os donatários.

A produção agrícola se pautou na exploração monocultora da cana-de-açúcar, cultivada em grandes plantações, os latifúndios. Além do clima e do solo favorecerem esse tipo de gênero agrícola, outro fator era preponderante: a grande rentabilidade que se exigia da produção colonial. Como nos aponta Caio Prado Junior,

A grande propriedade será acompanhada no Brasil pela monocultura; os dois elementos são correlatos e derivam das mesmas causas. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de *grande valor comercial*, e por isso *altamente lucrativos*. [...] É fatal portanto que todos os esforços sejam canalizados para aquela produção; mesmo porque o sistema da grande propriedade trabalhada por mão-de-obra inferior [escrava], como é a regra nos trópicos, e será o caso no Brasil, não pode ser empregada numa exploração diversificada e de alto nível técnico (PRADO JR., 1994, p. 31-37, grifo nosso).

Para completar tal quadro de colonização, a mão-de-obra indígena foi, gradativamente, sendo substituída pela mão-de-obra do negro africano. Os índios passam a se tornar arredios à divisão do trabalho sistematizado, imposto pelo colonizador branco. Mesmo com sua “natureza nômade”, os silvícolas se adaptaram a extração esporádica do pau-brasil; no entanto, não suportaram a “disciplina, o método e os rigores de uma

atividade organizada e sedentária como a agricultura” (PRADO JR., 1994, p. 35). A postura do colonizador diante da resistência foi a escravização do indígena, que de fato aconteceu em algumas regiões até o final do período colonial, porém, não sem uma forte resistência dos nativos. Diante dessa dificuldade de obtenção da mão-de-obra internamente, buscou-se a saída na escravização de populações de estrangeiros, no caso, o negro africano (PRADO JR., 1994, p. 37).

Estavam criados então, os pilares da ocupação e da colonização do território brasileiro: uma ocupação baseada na exploração monocultora dos latifúndios, que utilizou a mão-de-obra escrava (seja ela indígena, seja ela negra) na produção de gêneros agrícolas de alta rentabilidade - inicialmente a cana-de-açúcar - que, invariavelmente, eram destinados aos grandes centros econômicos do período, o mercado europeu (PRADO JR., 1994, p. 32)⁶.

No que diz respeito à organização política do território, esta ficou sob a responsabilidade dos donatários. Estes recebiam a posse das capitâneas através de documentos (Cartas de Doação) que lhes davam o direito de distribuir e legislar sobre os respectivos territórios (Foral). Importante salientar que essa classe de proprietários que se estrutura na colônia assume, desde a origem, feições capitalistas, haja vista que toda a produção colonial estava inserida no contexto de exploração comercial, cujo centro propulsor era a economia europeia. Desde sua gênese, portanto, teria se constituído como uma burguesia agrária ligada diretamente à atividade mercantil mundial.

Essa breve descrição do período inicial da colonização do território brasileiro já nos dá algumas indicações da forma pela qual o Brasil se insere no contexto da divisão internacional do trabalho do século XVI, qual seja, a de apêndice produtor, integrado de forma subordinada aos grandes centros da economia mundial em constituição, com a função exclusiva de fornecedor de gêneros tropicais e agrícolas de alto valor comercial aos centros econômicos europeus.

É importante observar que, nessa fase do desenvolvimento do Capital, a forma universal capitalista ainda não se manifesta hegemonicamente, porém já começa a subordinar as antigas formas de

⁶ Vale acrescentar que os recursos financeiros para tais investimentos agrícolas nessa primeira fase, eram vultuosos, e foram levantados principalmente em Portugal e na Holanda (principalmente banqueiros judeus).

produção – agricultura, manufatura, mão de obra e comércio – lhes imprimindo, progressivamente, um novo caráter. Mas o que isso significa propriamente?

Esse é o momento de desagregação de uma forma sociometabólica específica, o modo de produção feudal. É da crise desse sistema, e das contradições que essa engendrou, que irão ser criadas as bases econômicas e sociais de uma nova totalidade – o capitalismo industrial. Essa fase corresponde ao momento da acumulação originária de capitais, que serviu, posteriormente, como arrimo econômico da burguesia para suas investidas revolucionárias, e correspondente tomada do poder político, em países como a Inglaterra e França, por exemplo.

Todas as formas produtivas nesse período não se constituem como formas capitalistas, por assim dizer “puras”. Porém, o processo de valorização das mercadorias (inclusive da mercadoria força-de-trabalho) converte-se em instrumento do próprio processo de valorização e autovalorização do capital, ou como nos aponta Karl Marx: “O processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital – da fabricação da mais-valia [...]”. Ou seja, o trabalho escravo passa a valorizar o capital investido na produção agrícola, sendo que “[...] O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu próprio processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio” (MARX, 1978, p. 51). Essa é uma característica essencial dessa fase de desenvolvimento do Capital, a qual Marx denominou *subsunção formal do trabalho ao capital*.

Nessa processualidade todas as formas produtivas pré-existentes e não específicas ao capitalismo, são subsumidas (ou subordinadas) ao Capital. A partir de então a força de trabalho é separada, progressivamente, de seus meios de trabalho; o antigo camponês passa a ser desvinculado da terra e de suas ferramentas, o artesão passa a possuir apenas sua mão-de-obra para, “livremente”, vende-la à burguesia, agora proprietária privada dos meios de produção e circulação – terras, oficinas artesanais, comércio, etc – numa clara oposição entre aqueles que produzem e aqueles que se apropriam – de forma privada – do produto do trabalho alheio.

Quando o camponês, antes independente e que produzia para si mesmo, se torna diarista e trabalha para um agricultor; quando

a estrutura hierárquica característica do modo de produção corporativo desaparece ante a simples oposição de um capitalista que faz trabalhar para si os artesãos convertidos em assalariados; quando o escravista de outrora emprega seus ex-escravos como assalariados etc, temos então que processos de produção determinados socialmente de outro modo se transformaram no processo de produção do capital. (MARX, 1978, p. 51).

É nesse contexto que se insere o processo de colonização do Brasil. Toda a estruturação da empresa colonial aqui instalada só pode ser entendida se levarmos em conta os “mecanismos” dessa fase de *subsunção formal do trabalho ao capital*. Só assim podemos entender o porquê da divisão do território em grandes propriedades de terras; o porquê da utilização da mão-de-obra escrava (reativando uma antiga forma de força-de-trabalho). O trabalho escravo, nesse contexto, é força de trabalho que “valoriza e auto valoriza” o processo de produção do próprio capital.

Isso ocorre devido à necessidade que o próprio processo de produção do capital possui de se assentar em formas de trabalho preexistentes – sejam elas quais forem. Ou seja, o Capital como uma nova forma sociometabólica, inserida num determinado processo particular de constituição histórica, se assenta e se sustenta em formas econômicas e sociais já existentes, ou até mesmo “reinventa” formas extintas, que não são as formas particulares do capitalismo. O *novo* elemento que se coloca agora, é o fato de essas formas *antigas* estarem a “serviço” e subsumidas ao processo de valorização do capital. Nos dizeres do próprio Marx:

[...] Pelo contrário, faz parte da natureza da questão o fato de que a subsunção do processo de trabalho ao capital se opere à base de um *processo de trabalho preexistente*, anterior a essa subsunção ao capital, e que se configurou à base de diferentes processos de produção anteriores e de outras condições de produção; o capital se subsume a *determinado processo de trabalho existente*, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura correspondente à pequena economia camponesa autônoma. Se nesses processos de *trabalho* tradicionais, que ficaram sob a direção do capital, se operam modificações, estas só podem ser *conseqüências* paulatinas da subsunção de determinados processos de trabalho tradicionais ao capital. (MARX, 1978, p. 54).

Compreendemos, portanto, como o Capital, no seu processo de constituição, engendra-se a partir de formas preexistentes de produção e, no seu ciclo de auto valorização, subordina essas formas anteriores ao seu próprio processo.⁷

A economia brasileira se estrutura, portanto, inserida nesse processo de *subsunção formal do trabalho ao capital*⁸. Nunca é demais lembrar que, a posição que o país ocupa no interior da divisão internacional do trabalho (em processo de universalização) no período da acumulação originária de capitais, é a de economia subordinada e atuando como apêndice complementar às economias centrais europeias.

Pois bem, essa forma particular de constituição econômico-social engendrou uma forma também particular de organização política. O processo de constituição do Estado nacional brasileiro só pode ser entendido se levado em conta tais particularidades. Os movimentos nacionais pela emancipação política do Brasil, configuram-se no interior e inseridos no processo específico de entificação do capitalismo no país, qual seja, uma forma particular cuja característica principal é o seu caráter de *extração colonial*.

A transferência da Corte Portuguesa em 1808 para o Brasil inaugura um novo momento na vida política no país. As contingências históricas europeias – Invasões Napoleônicas (1803-1815) – vão fazer com

⁷ A esse respeito Mazzeo (1989, p. 72) afirma que: “O caráter universal da produção de amoldar-se as diversas situações concretas é ressaltado por Marx, quando afirma que a produção não é somente particular. Ao contrário, é sempre um organismo social determinado, um sujeito social que atua em um conjunto mais ou menos grande, mais ou menos pobre de ramos de produção, quer dizer, a produção socialmente dada articula-se com formas particulares socialmente dadas de produção. A produção capitalista, ao reproduzir sua própria existência de forma contínua, desintegra, reintegra ou cria novas realidades (particularidades) para se auto-repor”.

⁸ Toda a contextualização histórica da constituição da economia colonial brasileira se faz necessária justamente para não incorrerem em equívocos analíticos já apontados por outros autores, entre eles Caio Prado. Ao criticar a teoria da revolução brasileira, o autor chega a afirmar que não há nada mais estranho à teoria de Marx, do que a ideia *evolucionista* na qual se baseava a esquerda brasileira. Essa análise – equivocada – do caso brasileiro seria o pressuposto para teorias que defendiam – e ainda defendem – a ideia de estruturas feudais no Brasil, que precisariam ser superadas por uma revolução de caráter burguês, para somente então, se iniciar uma luta proletária pelo poder (PRADO JR., 1994, p. 42-44). A tese da “revolução por etapas” foi defendida pelo PCB até 1992. Além de Caio Prado, o debate sobre o “modo de produção escravista colonial” no Brasil, conta com a importante análise de Mazzeo que, a partir do diálogo intelectual com Décio Saes, Jacob Gorender e Flamarion Cardoso, analisa a particularidade histórica brasileira, demonstrando os equívocos de se inserir o Brasil num modo de produção específico – o escravista colonial. (MAZZEO, 1989, p. 55-85) todo o capítulo II: *A formação social colonial como particularidade histórica*.

que a família real portuguesa passe a governar todos os seus territórios do interior de uma de suas colônias. Importante notar que o fato de o Brasil ter sido transformado na sede da Monarquia Portuguesa não foi ocasional. Desde o século XVIII a economia brasileira havia se transformado no principal arrimo do Império Português, que se encontrava em plena crise, sendo esta, reflexo não só das arcaicas estruturas políticas portuguesas, mas também determinada pela respectiva crise do sistema colonial e consecutiva subordinação e dependência em relação aos ingleses.

É nesse século (XVIII), entretanto, que a mineração provocará algumas mudanças no interior da colônia. Não só o centro econômico de nossa economia migra do nordeste para a região sudeste. Internamente a administração política também é deslocada, acompanhando o mesmo eixo territorial. É importante observar que, com o advento da mineração, o país passa por um pequeno, mas sensível crescimento urbano. As cidades vão nascendo e crescendo de acordo com o ritmo exigido pela nova atividade econômica. No seu interior uma “camada média”, cujo caráter urbano é flagrante, também passa a existir no país. Entretanto, quem continuará a dominar a cena político-econômica é a mesma burguesia agrário-exportadora, estruturada a partir do latifúndio e do escravismo.

Voltemos aos fatos. Várias medidas de caráter econômico-político foram implantadas pelo então regente de Portugal Dom João VI logo na sua chegada ao Brasil. No que diz respeito à administração pública era necessário criar uma estrutura político-administrativa para que se pudesse governar todo o Império a partir de uma colônia. A Corte se estabelece na cidade do Rio de Janeiro; D. João criou ministérios, o Banco do Brasil, um Tribunal Superior (Casa da Suplicação), a Imprensa Régia, entre outras repartições. Vale lembrar que em 1815 o Brasil, até então uma colônia (vice-reino), foi elevado à condição de Reino, através de um decreto do príncipe regente. Já na economia a principal medida foi a imediata “Abertura dos Portos do Brasil”, pois agora todo o comércio exterior de Portugal deveria ser controlado do interior de nosso território⁹. A esse respeito, Caio Prado afirma que:

⁹ Cabe lembrar que os grandes beneficiados com tal medida foram os ingleses, pois os tratados assinados entre os dois países, concediam vários privilégios à essa nação. Como exemplo podemos citar os Tratados de 1810, ou Acordos de Strangford, que, entre outras medidas, estabeleceu que os produtos ingleses seriam taxados em 15% sobre seu valor nominal, enquanto os demais países pagavam 24%.

[...] Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o Regente aboliu *ipso facto* o regime de colônia em que o país até então vivera. Todos os caracteres de tal regime desaparecem, restando apenas a circunstância de continuar à sua frente um governo estranho. São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país. São estes os efeitos diretos e imediatos da chegada da Corte (PRADO JR, 1957, p. 44-45).

Em 1818, com a morte de D. Maria – então rainha de Portugal que não governava por problemas de sanidade mental –, D. João VI é aclamado rei. Na Europa, Napoleão havia sido derrotado em 1815, e as ideias liberais avançavam sobre todo o continente. Nesse contexto irrompe em 1820, a Revolução Liberal e Constitucional do Porto (Portugal). Após a derrota de Napoleão, o país havia ficado sob o controle dos ingleses, que governavam o país através de uma ditadura militar (marechal Beresford). Além disso, o fim da exclusividade do comércio brasileiro, levou a burguesia mercantil portuguesa a uma grande crise econômica e conseqüente bancarrota. O movimento de 1820 conseguiu “expulsar” os ingleses e passou a exigir o retorno do rei a Portugal, o que ocorreu no ano seguinte.

A partir de então o governo português passa a tomar várias medidas com o claro intuito de reconduzir o Brasil à antiga condição colonial. As províncias brasileiras foram declaradas independentes do Rio de Janeiro e passaram a ser subordinadas diretamente à coroa portuguesa; outra medida foi a invalidação das decisões dos tribunais brasileiros, anulando assim a autonomia jurídica do Reino. O passo seguinte seria levar de volta a Portugal o Príncipe Regente D. Pedro.

É nesse contexto que a burguesia agroexportadora brasileira passa a se articular com vistas à emancipação política do país. Na verdade, estes já não queriam abrir mão da riqueza produzida internamente, pois no regime de exclusividade comercial a maior parte da renda real aqui produzida refluiu à metrópole. São estes interesses que determinarão a dinâmica do processo de independência política do Brasil; o que de fato ocorre é que os grandes proprietários de terras, que viviam da exportação de suas

mercadorias, percebem a ameaça que o retorno ao “Exclusivo Colonial” representava às possibilidades de aumento de seus lucros. Segundo Mazzeo:

A perspectiva de liberdade comercial, proporcionada pela decadência portuguesa – que materializava o surgimento da maturidade capitalista -, reforçada a partir de 1808, levará essa burguesia a não mais querer que a maior parte da renda aqui produzida reflua à metrópole. Tais interesses específicos determinarão o rompimento dos terratenentes brasileiros com Portugal, isto é, com as correntes do “Exclusivo Colonial” português que amordaçavam as possibilidades de maiores lucros dos poderosos do Brasil. Esse é o “móvel” da emancipação política brasileira, conduzida por competentes membros dessa burguesia “anômala”, determinada muito mais pela crise do sistema colonial mundial e por suas conseqüências imediatas, do que por uma proposta de mudança econômico-social que visasse um desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em moldes plenamente burgueses. A condução política do “Partido Brasileiro”, capitaneado pelos donos de terras e de escravos, não terá assim, em seu conteúdo, nenhuma perspectiva de real ruptura com a estrutura colonial da economia brasileira. (MAZZEO, 1989, p. 90).

Percebemos, portanto, que um dos aspectos que marcou a formação do Estado nacional brasileiro é justamente a inexistência de um projeto político-econômico revolucionário, que rompesse com as determinações estruturais de nossa economia colonial. Dito de outra forma, o que a burguesia agroexportadora brasileira defendia, enquanto projeto econômico, era a continuidade da forma colonial de exploração do território - o que de fato ocorreu -, forma esta pautada na mão-de-obra escrava, no latifúndio e na produção de gêneros agrícolas de grande valor comercial destinados ao mercado externo.

Com relação ao processo de emancipação política, este se dá na forma de uma transição pelo alto, lenta e segura – característica que viria a ser uma das marcas de todos os processos de transformações de nossa estrutura política -, sem qualquer participação das “classes médias” urbanas, e muito menos das camadas populares. Da parte dos grandes proprietários de terras, a habilidade se caracteriza por vislumbrarem na figura de D. Pedro o instrumento político que possibilitaria a emancipação do território

brasileiro em relação a Portugal. Outro fator muito importante é que essa estratégia descartaria definitivamente qualquer interesse de cunho liberal democrático, afastando de vez a possibilidade da participação popular e confirmando a não existência de grandes divergências entre as frações burguesas que compunham o processo, quando se trata de excluir – de maneira segura – todo e qualquer seguimento que pudesse vir a ameaçar de alguma forma sua hegemonia econômico-política.

Nesse sentido é importante salientar que os elementos político-ideológicos, bem como a estrutura econômica que constituíram os contornos e conteúdos do Estado nacional brasileiro, são próprios de formações sociais capitalistas de extração colonial, que trazem consigo, desde seu momento de gênese, elementos que fazem parte de sua forma de ser, e se reproduzem historicamente, sem romper com seus vínculos originários. No caso do Estado nacional brasileiro, a argumentação de Mazzeo (1989, p. 91-92) sinaliza para dois aspectos que comporão a sua “[...] superestrutura: de um lado, elementos ideológicos comuns às formações sociais que vivenciaram situações tardias de desenvolvimento capitalista (onde insere-se Portugal); de outro, aspectos específicos inerentes à situação de particularidade escravista e latifundiária” (MAZZEO, 1989, p. 91 - 92). Mazzeo chama a atenção para o fato de que algumas análises, ao entenderem os latifundiários como meros manipuladores das ideias liberais, reduzem e simplificam a questão. Assim como todo o *complexo de complexos* societal brasileiro, a forma pela qual o liberalismo se manifestou no país traz em sua gênese a particularidade da via colonial, ou seja, a “absorção colonial” do liberalismo é “[...] concretamente, engendrada pela organização produtiva agroexportadora e escravista [...]” (MAZZEO, 1989, p. 92).

A problemática levantada por Mazzeo é de extrema relevância, pois essa revela que a particularidade histórica de Portugal será o elemento norteador da forma como o liberalismo se manifestará em suas colônias, e particularmente no Brasil.

Durante o século XVIII, enquanto a Europa passava por um processo de expansão do capitalismo industrial e do ideário liberal, Portugal ainda sustenta sua economia no então decadente modelo mercantilista. Para completar o quadro de desenvolvimento de um capitalismo tardio no caso português, o país se encontrava num enraizado processo de subordinação de sua economia em relação à Inglaterra, processo esse que se iniciou com

os *Navigation Act* de 1651 e seria reforçado com o Tratado de Methuem, em 1703.

A postura da metrópole portuguesa em relação às suas colônias é a de reforçar os mecanismos da política econômica do mercantilismo, principalmente através das sobretaxas de impostos para os produtos de exportação e importação e da proibição do livre comércio no interior da colônia, bem como, da instalação de manufaturas, posições estas reafirmadas a partir das Reformas Pombalinas¹⁰. Portugal produz assim, uma espécie de “mercantilismo ilustrado”, que é estendido à burguesia agroexportadora brasileira. Este seria uma adequação do pensamento revolucionário burguês ao atraso estrutural da metrópole portuguesa e, conseqüentemente, de suas colônias. Essas “ideias adequadoras” são na verdade, propostas de transformações que não rompem com o historicamente velho, pois mantém os mesmos mecanismos de produção da riqueza. Na verdade, na maioria das vezes, tais proposituras de modernização assumem contornos conservadores e até reacionários. Isso explica, por exemplo, a manutenção da mão-de-obra escrava mesmo depois do processo de independência do país. Apesar de longa a citação a seguir, sedimenta de forma segura o anteriormente afirmado:

As adequações do pensamento revolucionário burguês ao atraso do reino português originaram, então, um tipo de “mercantilismo ilustrado”. Essas “ideias adequadoras” estenderam-se também à “elite” brasileira. Apareciam então como duas faces de uma mesma moeda, quer dizer, o Império Português. Diferenciavam-se no entanto, no que se refere aos aspectos ligados a interesses das atividades econômicas específicas, atividades essas, umbilicalmente interligadas. Alterações de caráter revolucionário que pudessem, de alguma forma, pôr em risco a base das relações de produção existentes, eram temidas tanto pela burguesia metropolitana como pela colonial. Para a primeira, seria o rompimento com a estrutura metropolitana do mercantilismo, com uma desastrosa conseqüência de perda do controle colonial, levando a economia do Império à bancarrota absoluta; para a burguesia colonial brasileira, seria o fim da estrutura latifundiária e escravista e o fim do seu poderio político e econômico no Brasil. [...] Vemos, assim, que tanto em Portugal

¹⁰ Um bom exemplo desse enrijecimento administrativo-fiscal que a metrópole portuguesa exerceu sobre o Brasil, pode ser tomado se analisarmos a estruturação da exploração mineral em nosso país. (PRADO JR, 1994, p. 56-65).

como no Brasil, as ideias reformistas surgem como determinação de um processo de modernização refreadora de mudanças fundamentais na estrutura social e produtiva. Portugueses e luso-brasileiros valem-se das “novas” teorias adequadoras da ilustração à “reação conservadora”, que já se delineava na Europa, indicando a transformação do liberalismo revolucionário em liberalismo conservador e prenunciando a decomposição do pensamento revolucionário burguês (MAZZEO, 1989, p. 99).

Verificamos, portanto, que o *complexo de complexos* que compõe a processualidade histórica, na constituição do Estado nacional brasileiro, expressa especificidades determinadas e determinantes – num verdadeiro movimento *reflexo* – da via particular de entificação/objetivação capitalista no Brasil. Vimos que o movimento pela emancipação do país não rompe com a forma de organização produtiva, mantendo praticamente intacta a estrutura econômica agroexportadora escravista do período colonial. A classe que estará à frente de tal processo – a burguesia agrária que vive da exportação de seus produtos aos núcleos centrais do capitalismo – assumirá uma formulação extremamente conservadora e, em muitas vezes reacionária. Preocupada apenas em se apropriar de uma maior parte da renda produzida internamente, essa se articulou de maneira engenhosa para garantir seus interesses, promovendo a independência política do país, sem, no entanto, sofrer qualquer tipo de ameaça popular, excluindo de seu projeto a grande massa de miseráveis, historicamente característica de nossa composição social.

A grande propriedade rural, bem como a classe social que nessa se sustenta, são decisivas e possuem um papel de grande relevância no país; serão os principais elementos sociais na estratégia de “reformismo pelo alto” implementado no plano político imediato, onde os processos revolucionários serão eficazmente abortados/excluídos. Outra aproximação possível diz respeito ao processo de desenvolvimento das forças produtivas, pois aqui, diferentemente das formas clássicas, a industrialização se dará de forma lenta, retardatária, tardia, e, no caso brasileiro, hiper-tardia.

Outro elemento a ser levado em conta diz respeito à conciliação entre o *historicamente velho* e o *historicamente novo*. No caso brasileiro é preciso atentar para o fato de a burguesia que aqui se forma ser geneticamente

vinculada à estrutura fundiária do país. No Brasil a burguesia tem como origem a estrutura agrário mercantil escravista, estrutura essa associada aos núcleos centrais do capitalismo. Esse fator determinará inclusive a natureza não apenas tardia, mas *hiper-tardia* de nossa industrialização¹¹.

O processo de acumulação e concentração de capitais necessários ao desenvolvimento industrial dar-se-á no Brasil através do campo. Ou seja, os recursos derivados da exportação agrícola foram os responsáveis pela “acumulação originária de capitais” que, posteriormente, foram revertidos no processo industrial. Importante salientar que esse processo se deu de forma lenta, a partir de meados do século XVIII, permeado por grandes variações, próprias de nossa condição de colônia subordinada a uma metrópole em franca decadência econômica. Nesse momento, presenciamos uma verdadeira retomada da produção agrícola no país – pressionada pela crise da mineração –, proporcionando uma “certa diversificação” de nossa produção, pois além da cana-de-açúcar, o algodão, o arroz e a pecuária ganharam espaço em diversos Estados brasileiros (PRADO JR., 1994, p.31-40). Entre 1796 e 1807 a balança comercial brasileira apresentou saldos bastante favoráveis à economia do país (MAZZEO, 1989, p. 117). Também é nesse momento que o café passa a ser introduzido na região Sudeste. A futura produção de tal gênero agrícola e respectiva acumulação/concentração de capitais oriundas dessa atividade, constituir-se-iam na mola propulsora de nossa industrialização.

Segundo João Manuel Cardoso de Mello, a estrutura econômica sustentada na produção cafeeira engendrou as condições básicas e necessárias ao nascimento do capital industrial e da grande indústria. Isso só foi possível devido ao fato de essa estrutura já se basear em relações capitalistas de produção, tais como: o trabalho assalariado estruturado nas fazendas de café – a partir da introdução da mão-de-obra imigrante; promover o desenvolvimento de um mercado interno de proporções consideráveis; e gerar uma “acumulação primitiva” de capitais, concentrada nas mãos de uma determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial (MELLO, 1991, p 55-59).

¹¹ “Desse modo, se aos dois *casos* convém o predicado abstrato de que neles a grande propriedade rural é presença decisiva, somente principiamos verdadeiramente a concreção ao atentar *como* ela se objetiva em cada uma das entidades sociais, isto é, no momento em que se determina que, no caso alemão, se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica propriedade feudal posta no quadro europeu, enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial” (CHASIN, 1978, p. 628-629).

Como dissemos, os capitais provenientes da atividade agrícola mercantil se constituirão no elemento-chave do inicial processo de industrialização no Brasil. Porém, um fator nos parece preponderante para entendermos a gênese de nossa indústria, bem como da fração de classe que dela se origina. Esse diz respeito ao fato de, no Brasil, não haver distinções sócio-econômicas entre burguesia e grandes proprietários de terras. Pelo contrário, em muitas das vezes são, inclusive, as mesmas pessoas. Ou seja, se constituem como indivíduos sociais pertencentes a uma mesma classe econômica, fracionada em setores produtivos específicos: a burguesia. Como nos bem adverte Caio Prado:

Nada há, em conclusão, nos grandes proprietários brasileiros, e isso tanto mais acentuadamente quanto seu nível financeiro é mais elevado, que os distinga e caracterize como categoria econômica e social à parte. E assim nada autoriza separar, e muito menos extremar e isolar na estrutura sócio-econômica brasileira, uma classe característica e bem diferenciada de “latifundiários” contrastantes com a burguesia e ligada a relações de produção de natureza distinta e específica. Trata-se num e noutro caso de igual categoria social, e no mais das vezes até nos mesmos indivíduos, homens de negócio que aplicam seus recursos e iniciativas tanto em empreendimentos agropecuários como em outros setores, ao sabor unicamente das oportunidades ensejadas e da lucratividade esperada (PRADO JR., 1966, p. 168).

Esse fato, além de reafirmar o caráter capital-mercantilista de nossa produção colonial, aponta para outras características que a burguesia industrial que se formou no Brasil vai herdar de (e no) seu processo de constituição, qual seja, sua condição de subordinação estrutural aos polos centrais do capitalismo mundial, decorrência de sua incompletude e incapacidade históricas – caráter *anômalo* – de se constituir como classe essencialmente revolucionária, impulsionadora de processos de transformações sociais.

Nesse sentido dois aspectos assumem contornos de extrema relevância. O primeiro – já discutido anteriormente – é a forma como o ideário liberal será absorvido e colocado em prática no Brasil. O segundo diz respeito à forma como nossa economia, a medida em que passa por

um progressivo processo de industrialização, se insere no contexto do capitalismo mundial.

Para não repetirmos o que já foi dito anteriormente, basta apontar que o processo de formação do Estado nacional brasileiro se insere no contexto de transformações pelas quais a então metrópole portuguesa passava. Todas as determinantes históricas que engendraram a Revolução do Porto não permitem a constituição de uma burguesia revolucionária em Portugal, sendo que no Brasil essa característica se agrava, pois a escravidão se constituiu como o maior entrave para o desenvolvimento das proposituras liberais. Nesse sentido, esse arcabouço teórico-prático, que havia se constituído como o arrimo ideológico dos movimentos revolucionários do século XVIII, revela seus limites históricos ao apresentar seu caráter conservador e reacionário em países de formação “não clássicas”.

No caso do Brasil, durante os processos de emancipação política e respectiva consolidação do Estado nacional, o liberalismo atingiu parcialmente a economia, pois seu itinerário era percorrido apenas no que diz respeito ao direito do livre comércio e produção, se restringindo à produção agrícola – não podemos nos esquecer que quem está à frente do processo de independência política é a burguesia agrário-mercantil. Em nível político, o liberalismo será factível somente àquelas classes – ou classe – que possuem terras, escravos e algumas quantias em riquezas acumuladas na forma monetária, haja vista o regime eleitoral predominante durante todo o período Imperial, cujo critério tanto para elegibilidade quanto para disputa de cargos eletivos, era a equivalência em terras que o indivíduo possuía em dinheiro e ou bens – voto censitário.

Portanto, a base real/material da formação social brasileira se caracteriza pela sua incompatibilidade com o ideário liberal em seu momento de ascensão revolucionária, bem como com os processos revolucionários que este engendra, tal como os ocorridos nas formas “clássicas”.

O segundo aspecto a ser tratado diz respeito às transformações pelas quais a economia brasileira passará durante todo o século XIX e início do século XX.

Como já afirmamos, a economia brasileira colonial é estruturada a partir do século XVI como um apêndice dos grandes centros produtores do período. Sua “função” era fornecer gêneros agrícolas e produtos

tropicais à Europa para que fossem manufaturados e comercializados mundialmente. Observadas as devidas especificidades históricas, esse aspecto não muda durante todo o período colonial, diversificando-se apenas no que diz respeito à mercadoria a ser fornecida. Reafirmamos assim o caráter exportador da economia brasileira como elemento essencial de sua dinâmica, pois este setor se caracterizou como o alicerce da produção da riqueza social brasileira, durante a maior parte de nossa história.

A partir do século XIX essa estrutura passa por algumas alterações. Gradativamente, o complexo econômico brasileiro começou a se diversificar; a economia passou por alterações internas com a abolição da escravatura e com a migração de grandes contingentes de mão de obra oriundas da Europa; conseqüentemente, as demandas internas no que se refere ao consumo também aumentaram. Além disso, nossa economia foi atingida diretamente pela grande crise do sistema capitalista mundial, na última metade do mesmo século. Não podemos nos esquecer que a economia brasileira era (como ainda o é) extremamente vulnerável as oscilações do mercado internacional, posto que nossa base econômica se assentava no setor agrário-exportador. A crise mencionada acima se manifestou no Brasil através de um grande desequilíbrio de nossas contas públicas, de uma constante instabilidade cambial e a conseqüente depreciação da moeda brasileira. A diversificação da produção interna se faz mister, e a industrialização se apresentou como uma necessidade primordial. Porém, as medidas tomadas pelo governo visavam restabelecer a produtividade da atividade cafeeira, em detrimento do setor industrial – ainda em fase embrionária. O projeto de industrialização, portanto, não era uma prioridade da fração burguesa dominante no país, e mais uma vez seria adiado, sendo que poucas foram as fábricas que conseguiram se estruturar.

No entanto, é preciso chamar a atenção para o contexto histórico que essa incipiente diversificação produtiva está inserida. O desenvolvimento do capitalismo mundial explicita de maneira vertiginosa o caráter essencialmente monopolista dessa forma de organização sociometabólica. A forma *Imperialista* de desenvolvimento do Capital é imposta ao mundo como a solução para a crise, sendo que, mais uma vez, o Brasil não passará incólume aos efeitos de tal processualidade. Ao contrário, a diversificação produtiva – e conseqüente industrialização – da

economia de nosso país, seguiu o ritmo ditado, novamente, pelos interesses do capital transnacional, transfigurado agora em grandes trustes e cartéis.

Nessa etapa de internacionalização do capital, os centros industrializados passaram a “exportar” suas fábricas para os antigos núcleos coloniais, de economia predominantemente agrária. Os novos contornos que a Divisão Internacional do Trabalho adquire foram marcados pela expansão das empresas transnacionais em direção a América Latina, África e Ásia, onde desfrutaram de grandes benefícios, tais como baixo valor da matéria-prima, facilidades concedidas pelos governos nacionais para que as empresas instalem suas plantas fabris, potenciais mercados consumidores a serem explorados e, o fator preponderante, o baixo preço da mão-de-obra. Todos esses fatores conjugados foram decisivos para a extração de mais-valia e, conseqüentemente, para um aumento considerável na taxa de lucros médios das empresas, o que possibilitou um novo ciclo de crescimento da economia capitalista mundial.

O que podemos observar com relação ao Brasil é que os antigos fornecedores não perderam seus clientes, pois passam a produzir internamente, com grandes vantagens – diga-se de passagem –, o que antes exportavam para o país¹². Além disso, o agente dinamizador do processo de industrialização no país foi o Estado, ou seja, toda a substituição de importações que passamos a observar será iniciada a partir de medidas político-econômicas (reajustes cambial e fiscal) que possibilitaram a entrada no país dos bens de capital necessários para o início do processo industrial, além de a própria União passar a investir diretamente no setor. Esta se constitui em mais uma característica da nossa forma particular de inserção na fase industrial do capitalismo, fato que reforça o caráter incompleto e débil da burguesia brasileira.

Contraditoriamente, o que deveria ser o pressuposto e condição fundamental para o desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil, rompendo com o antigo sistema de produção colonial, se constituiu como um elemento de reafirmação e renovação do mesmo, assentado agora

¹² “Particularmente a industrialização será nesses últimos tempos, em proporção considerável que se pode avaliar grosseiramente em pelo menos 40%, fruto da implantação no país de subsidiárias e associadas de grandes trustes internacionais interessados em nosso mercado” (PRADO JR, 1966, p. 135). Alguns autores afirmam que Caio Prado comete um equívoco em sua análise desse momento específico do desenvolvimento econômico do país, pois o autor teria atribuído um excessivo valor no papel das demandas de mercado, no processo de industrialização. Para um melhor esclarecimento ver Coutinho, 1989.

sobre novas bases históricas. O sentido original de nossa economia não é rompido. Pelo contrário, os novos elementos da dinâmica econômica interna – principalmente a industrialização – vão estar inseridos numa processualidade histórica que produziu um novo tipo de contradição, porém, o caráter de subordinação da economia brasileira aos centros hegemônicos do capitalismo mundial permanecerá praticamente intacto.

O que mudou é a forma como essa subordinação se consubstancia historicamente, bem como as novas contradições engendradas por esse processo. Os interesses imperialistas serão o norteador do nosso desenvolvimento industrial. As normas, o ritmo e os limites desse desenvolvimento serão estabelecidos pelos trustes e cartéis internamente instalados no país. Mas como isso se reproduziu?

A resposta a esta questão está na capacidade que a economia brasileira possui de remuneração do capital transnacional aqui instalado. Somente através dos saldos oriundos de nossa balança comercial e, mais recentemente, da composição do superávit primário, é que podemos liquidar os lucros auferidos pelos investimentos imperialistas no país. Portanto, temos a reafirmação do caráter exportador de nossa economia como elemento essencial e determinante da dinâmica do desenvolvimento interno. É bem verdade que esse setor – de exportação – vai gradativamente se diversificando; no entanto a exportação de produtos primários continua a ser o principal elemento na constituição de nossa balança comercial (as chamadas *commodities*). A esse respeito, Caio Prado nos oferece a seguinte contribuição:

De fato, o lucro auferido pelos empreendimentos imperialistas no Brasil somente se podem liquidar (e somente então constituirão para eles verdadeiros lucros) com os saldos de nosso comércio exterior, uma vez que é da exportação que provêm nossos recursos normais em moeda internacional. Descontada a parte desses recursos que se destina a pagar as importações, é do saldo restante, e somente dele que poderá sair o lucro dos empreendimentos aqui instalados pelos trustes. Na base do previsível para esse saldo, portanto, fixarão os trustes o limite de suas atividades; e portanto, em consequência, o do desenvolvimento brasileiro que no sistema vigente é por eles enquadrado. Observamos aqui muito bem a ligação do imperialismo com nosso sistema colonial, fundado na exportação de produtos primários, pois é dessa exportação que

provêm os recursos com que o imperialismo conta para realizar os lucros que são a razão de ser de sua existência (PRADO JR., 1966, p. 136)¹³.

Sendo assim, os empreendimentos imperialistas trazem consigo “um novo e poderoso fator de desequilíbrio”, pois a tendência que se apresenta é a de as transações financeiras com o mercado externo se saudarem com *déficit*. Esse nos parece ser um outro elemento de extrema atualidade, presente em nossa dinâmica econômica interna. Como essa tendência tende a se agravar, a saída encontrada é a exportação, pois, à medida que a balança comercial se apresenta deficitária, os empréstimos internacionais se apresentam como a única saída possível; como estes não podem ser permanentes, a necessidade de vender ao mercado externo é cada vez maior. É através dos recursos provenientes desse “esforço exportador” que os governos tentam dar cobertura cambial às remessas de capitais cada vez maiores que os empreendimentos imperialistas enviam ao exterior. Quando esse necessário *superávit* não se confirma, abrem-se períodos de crise econômica e os governos novamente recorrem aos empréstimos junto às instituições financeiras internacionais¹⁴.

Conclusivamente, podemos perceber os elementos que impossibilitam o desenvolvimento de uma política econômica autônoma para o país. Toda processualidade histórica do sistema colonial, qual seja a estrutura agrário-exportadora, bem como as contradições que a movem, se configuram como o elemento de gênese no desequilíbrio de nossas finanças

¹³ Guardadas as devidas características dos diferentes períodos históricos, este nos parece ser, ainda nos dias atuais, um dos elementos essenciais de nossa estruturação econômica. Haja vista todo o esforço do governo de Fernando Henrique Cardoso, principalmente no segundo mandato (1999-2002) de alavancar as exportações brasileiras. Para tanto este governo lançou mão de incentivos e isenções fiscais para o setor. Os resultados de tal esforço puderam ser auferidos somente no atual governo Lula que, dando continuidade de forma “exemplar” às propostas do antigo presidente, pôde contabilizar durante o ano de 2004 a soma de, aproximadamente, 95 bilhões de dólares em exportações. Para maiores detalhes do processo de expansão das exportações em 2004 cf.: AGRONEGÓCIO..., 2004.

¹⁴ Aliás, atualmente os empréstimos angariados junto às instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, só são liberados mediante a garantia que o governo possa oferecer de cumprir vários pacotes de “ajustes”. Para tanto, um conjunto de reformas passam a ser implementadas. Só assim podemos entender a “necessidade” de o governo – no caso brasileiro – elaborar as reformas fiscal e tributária, da previdência, bem como o “enxugamento” e a “diminuição” do tamanho do Estado, tendo como elemento primordial desse processo a privatização das empresas estatais. As consequências de tais medidas são sentidas principalmente pela classe trabalhadora, que padece, a cada dia que passa, diante do desemprego, do arrocho salarial e da “carestia”, elementos estes agravados em nossos dias.

externas, gerando como consequências vários momentos de instabilidade financeira, bem como o processo inflacionário que os acompanha, abrindo longos e devastadores processos de crise interna.

O aspecto periférico e subordinado da economia brasileira se mantém mesmo com o “progresso” e as transformações introduzidas com o advento da indústria, pois toda a diversificação da produção, necessária ao consumo interno, bem como sua consequente diversificação, que pôs fim ao “[...] exclusivismo de atividades econômicas voltadas para exportação, se realizam paradoxalmente por um processo em que a função exportadora conserva de fato sua primazia [...]”, mantendo dessa forma “[...] a economia brasileira dentro de seu velho e aparentemente ultrapassado enquadramento colonial [...]”; some-se a isso o fato de “[...] a liderança naquelas transformações que deveriam significar a libertação da economia brasileira de suas contingências coloniais, se vem concentrando cada vez mais [...] nas mãos de empreendimentos imperialistas e suas iniciativas [...]” (PRADO JR., 1966, p. 141).

São mantidos, portanto, os elementos essenciais do processo histórico colonial. Aquilo que Caio Prado denominou como *Sentido da Colonização* permanece intacto.

REFERÊNCIAS

AGRONEGÓCIO & Exportação. *Revista Veja*, São Paulo, n. 36, out. 2004. Edição especial.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

COUTINHO, C. N. Uma via ‘não-clássica’ para o capitalismo. In: D’INCAO, M. A. (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense; Editora Unesp, 1989. p. 115 - 131.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: escritos políticos (1956-1971)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. Livro Primeiro. Cap. VI (inédito).

- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Unesp-Marília-Publicações; Boitempo, 1999.
- MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- MAZZEO, A. C. *Notas sobre o “modo de produção escravista colonial”*. *Nova escrita ensaio*, São Paulo, ano 4, n. 8, 1980.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: UNICAMP; Boitempo, 2002.
- PERICÁS, L. B. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PRADO JR., C. *A revolução brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP; Ed. 34, 2000.
- SODRÉ, N. W. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

PARTE II

"TEORIA SOCIAL E MILITÂNCIA POLÍTICA NA FORMAÇÃO DAS ESQUERDAS CULTURAIS"

INTELECTUAIS PELA LIBERDADE: CULTURA, POLÍTICA E O DELITO DE OPINIÃO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Rodrigo Czajka

1. ESQUERDAS EM BUSCA DE HEGEMONIA NA PRODUÇÃO CULTURAL?

Na medida em que diversas entidades ligadas à esquerda política eram desarticuladas com o golpe de Estado em 1964, tendo muitos de seus integrantes presos ou cassados por seguidos atos repressivos do governo, outras inúmeras formas de articulação fizeram-se tangíveis no horizonte das oposições ao regime militar no Brasil. Como já apontado em inúmeras análises (FICO, 2004; MOTTA, 2014; NAPOLITANO, 2013; RIDENTI, 2000; STEPHANOU, 2001) a onda repressiva abateu-se, num primeiro momento, diretamente sobre setores que possuíam vínculos orgânicos

e diretos com movimentos sociais, estes, sobretudo contemplados pelas propostas reformistas do governo de João Goulart (1961-1964)¹.

Entretanto, toda uma recomposição das esquerdas se fez noutra esfera de atuação. Se o golpe havia tolhido as possibilidades de articulação no espaço das representações políticas ou mesmo dos movimentos sociais, o mesmo não se aplicou a certos espaços de intelectuais, artistas e produtores culturais no eixo Rio-São Paulo. Responsáveis por inúmeras campanhas em defesa das liberdades de expressão e de criação, investiram num amplo debate sobre seus papéis no processo de construção do projeto nacional e seu desenvolvimento. Tendência que se iniciou mesmo antes de 1964 e proporcionou o surgimento de vários atos em defesa cultural, bem como de fortalecimento de sua dimensão nacional e popular (NAPOLITANO, 2017, p. 59-98). Vale ressaltar, contudo, que essa reconfiguração da cultura por intelectuais e artistas não se deu de forma programática ou organizada no interior de “movimentos culturais”. Houve, por certo, considerável expansão de um mercado de bens culturais na passagem da década de 1950 para 1960 (ORTIZ, 1988), assim como uma diversificação maior dos debates entre as esquerdas que formaram uma oposição e uma resistência à ditadura após 1964.

Evidente que essa fragmentação deve ser compreendida nos termos dos debates que se desdobraram na década de 1960. Que a formação de “grupos” de intelectuais e artistas na construção das oposições ao governo militar também precisa ser problematizada. Quando da disseminação de diferentes propostas e projetos de resistência, intelectuais, artistas e produtores culturais de esquerda operaram a partir daquilo que Raymond Williams denominou de formações culturais². Ou seja, mais que pressupor

¹ Entre os cassados pelo Ato Institucional nº 01, outorgado em 09 de abril de 1964 estavam os nomes de João Goulart, Jânio Quadros, Luis Carlos Prestes, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Rubens Paiva, Plínio Arruda Sampaio, Celso Furtado, Josué de Castro, Almino Afonso, Darcy Ribeiro, Samuel Wainer, Nelson Werneck Sodré entre outros nomes da área política e sindical. Bem como 122 oficiais expulsos das Forças Armadas.

² Segundo Raymond Williams, “nenhum relato completo sobre determinada formação ou tipo de formação pode ser feito sem estender a descrição e análise para a história geral, onde a ordem social como um todo e todas classes e formações podem ser adequadamente tomadas em consideração. [...] Do mesmo modo, nenhum relato completo sobre uma formação pode ser feito sem atentar para as diferenças individuais no seu interior. Pode-se observar que formações dos tipos mais modernos ocorrem, tipicamente, em pontos de transição e intersecção no interior de uma história social complexa, mas os indivíduos que ao mesmo tempo constroem as formações e por elas são construídos têm uma série bastante complexa de posições, interesses e influências diferentes, alguns dos quais resolvidos pelas formações [...] e outros que permanecem como diferenças internas, como tensões e, muitas vezes, como os fundamentos para divergências e rupturas subsequentes, e para ulteriores tentativas de novas formações. [...] É, pois, aprendendo a estudar a natureza e a diversidade das formações culturais

uma unidade e homogeneização das lutas da oposição, configurou-se um diversificado quadro de oposições que, de certa maneira, também representava as revisões e dissidências no quadro político das esquerdas, em especial no interior do partido de esquerda então proeminente: o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Talvez uma das análises mais consagradas, produzida no calor dos eventos daqueles anos exacerbantes da repressão, tenha sido a de Roberto Schwarz. Seu ensaio, intitulado *Cultura e política: 1964-1969*, foi publicado originalmente na revista *Les Temps Modernes* e trazido ao público brasileiro somente em 1978 (SCHWARZ, 1978, p. 61-92)³. Entre as hipóteses desenvolvidas, talvez a mais significativa que permaneceu no núcleo de sua análise, seja o processo de formação daquilo que o autor denominou de “hegemonia cultural de esquerda”. Para Schwarz, o dado mais interessante observado entre as esquerdas, em especial no modo como suas produções artístico-culturais foram concebidas a partir do golpe de 1964, é “que a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer” (SCHWARZ, 1978, p. 62). Ou seja, ainda que a repressão exercida pelos governos militares fosse crescente, que fossem extintas diversas entidades e organizações de esquerda, que houvesse a pulverização do PCB e a fragmentação dos partidos políticos em pequenos grupos de militantes que alimentavam as guerrilhas urbanas, e que, finalmente, ocorresse o fechamento dos espaços de discussão e debate das esquerdas, havia ainda assim uma vasta produção cultural e artística voltada para um público afeito, interessado nas pautas e demandas da esquerda e do seu engajamento cultural. Como escreveu Schwarz (1978, p. 62):

que podemos caminhar na direção de uma compreensão mais adequada dos processos culturais imediatos da produção cultural. (WILLIAMS, 1992, p. 85).

³ A propósito, essa recepção tardia justifica-se basicamente em um aspecto fundamental: com a abertura democrática, a partir da segunda metade da década de 1970, houve também uma abertura ao debate que possibilitou a muitos intelectuais, interpretações e revisões dos postulados políticos e ideológicos sustentados na década anterior. O fortalecimento de novos espaços políticos e a emergência de novos agentes de transformação social, por sua vez, permitiram uma “leitura distanciada” e mais “crítica” sobre os eventos vividos pelas esquerdas durante nos primeiros anos da ditadura militar. Nesse sentido, a estruturação das universidades como polos de pesquisa e o fortalecimento e a autonomia do ambiente acadêmico propiciaram a produção de inúmeras análises acerca da realidade brasileira, da política nacional, da cultura, criando condições para um debate muito rico e importante do ponto de vista científico. O ensaio de Schwarz foi publicado no Brasil nesse contexto de renovação dos debates, na segunda metade da década de 1970.

Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural de esquerda no país. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estreias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia – que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo – é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 1964 e 1969.

Schwarz não foi o primeiro a notar esse entusiasmo das esquerdas em concomitância repressiva dos primeiros governos militares. No jornal carioca *Correio da Manhã*, no ano de 1965, o jornalista Hermano Alves já havido tecido alguns comentários sobre a produção cultural de esquerda, num artigo intitulado “A esquerda festiva”. Em tom confessional, Hermano Alves (1965, p. 6) escrevia:

Faço, agora, por lembrar-me da emoção que causou, outro dia, o espetáculo *Liberdade Liberdade*, encenado aqui no Rio, pelo Teatro de Arena de São Paulo. A liberdade parece renascer no Centro Comercial de Copacabana (não deixa de haver um certo simbolismo em tudo isso), entre quatro paredes de um concreto despido e bruto [...]. Do outro lado da rua, no intervalo, via-se um cartaz [...], recomendam desesperadamente, ao povo, que compre o que puder, enquanto puder [...]. Mas eu não era autor, nem crítico quando entrei no Teatro de Arena [...]. Era um espectador como todos os outros. Talvez mais sofisticado do que muitos deles. Ou politizado, se quiserem. E o que vi e ouvi me causou uma profunda satisfação, animando-me a prosseguir no trabalho que tenho procurado realizar, na imprensa e fora dela. E por isso considero que a esquerda festiva está cumprindo uma tarefa da maior importância. Não sou eu, apenas, que reconhece isso.

A diferença entre as análises de Alves e Schwarz é bastante tênue e auxilia a compreender melhor o fenômeno da produção e circulação culturais entre as esquerdas no contexto repressivo. Embora o ensaio de Schwarz tenha sido consagrado pela acuidade teórica ao abordar tais problemas através de um prisma sociológico, vinculando sua análise a

questões mais amplas da produção cultural na sociedade brasileira na década de 1960, sua escrita, ainda assim, está imersa nos debates polissêmicos sobre o papel da cultura, dos artistas, intelectuais e produtores culturais na oposição ao regime militar. A popularização desse ensaio apenas no final da década de 1970, conferiu à análise um estatuto crítico e revisionista que, de certa forma, imunizou-o no ambiente acadêmico ao considerar a produção e a circulação de bens culturais das esquerdas através do conceito de *hegemonia*. Isso ocorreu devido ao próprio modo como se deu a recepção do ensaio de Schwarz. Ou seja, sua leitura dos fenômenos das esquerdas culturais na década de 1960 coincidiu com a forma pela qual se empreendiam revisões sobre a vida nacional, sobre o papel das esquerdas e dos intelectuais na emergência dos novos movimentos sociais, a abertura democrática, patrocinada pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Esse foi o principal uso conferido ao ensaio de Schwarz por sua geração ao analisar o fenômeno do populismo da esquerda na década anterior⁴.

Entretanto, seu texto também possui o estatuto de fonte ou documento, assim como o de Hermano Alves – e daí a similitude entre ambos no que concerne à análise da resistência e hegemonia culturais. A diferença entre as duas perspectivas está no fato que Schwarz definiu seu objeto a partir da formação de uma *hegemonia cultural* das esquerdas, em vez de constituição da *resistência cultural* ao regime militar, como fez Alves. A questão analisada do ponto de vista da “resistência”, apenas estaria centrada na constatação da contraposição de forças mobilizadas por dois grupos distintos, entre os quais, a disputa em si mesma formaria o núcleo das tensões e da própria resistência. O embate entre tais forças, a saber, o governo militar e as oposições, estaria determinado por disputas localizadas e esgotadas no interior dos grupos onde estas resistências foram gestadas. A resistência exercida dessa maneira, apenas por grupos ou agremiações políticas específicas, não resultaria, na maioria das vezes, num projeto efetivo de enfrentamento que mobilizasse diferentes grupos sociais contra a repressão; a resistência, dessa forma, representaria apenas uma ação (ou intenção?) localizada e situar-se-ia num contexto específico em que a repressão atuaria de forma também específica.

⁴ Sobre o aspecto preciso do populismo como categoria de análise dos movimentos na década de 1960, consultar (SZWAKO; ARAÚJO, 2019).

Quanto ao conceito de “hegemonia”, nele está contido não só a noção de resistência, bem como outros elementos que permitem, por exemplo, entender como foi possível a resistência ser reproduzida social e culturalmente. Noutras palavras, procurou problematizar como grupos sociais não atingidos, num primeiro momento, diretamente pela repressão conceberam a resistência e o engajamento na forma de símbolos de organização política, formulando um aspecto aparentemente homogêneo e unitário de resistência por meio das produções culturais. Assim, a diferença entre *hegemonia cultural* e *resistência cultural* parece estar no fato da primeira trazer consigo um conjunto de valores compartilhados (como de engajamento, protesto, resistência etc.), a partir de uma linguagem comum e pressupondo uma universalidade da cultura e de seus produtos, acessíveis sobretudo num mercado de bens simbólicos e culturais (BOURDIEU, 2004, p. 99-182). Ou seja, considerar a organização das esquerdas culturais na década de 1960 a partir da noção de relativa *hegemonia cultural* é conceber que as resistências culturais desorganizadas faziam-se uniformes e unificadas à medida que essa mesma hegemonia das esquerdas na cultura construía-se pelo viés do mercado ou da indústria cultural incipiente. Este mesmo mercado que transformava a resistência política desorganizada em símbolos culturais de toda uma geração de intelectuais e artistas, através de produtos específicos como a música, o teatro, o cinema, a literatura etc. (NAPOLITANO, 2017, p. 99-150). Por isso o domínio da hegemonia, segundo Schwarz (1978, p. 73),

[...] concentra-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte racionante do clero, arquitetos, etc., – mas não sai daí, nem pode sair, por razões policiais. Os intelectuais são de esquerda, e as matérias que preparam de um lado para as comissões do governo ou do grande capital, e de outro para as rádios, televisões e os jornais do país, não são. É de esquerda somente a matéria que o grupo – numeroso a ponto de formar um bom mercado – produz para consumo próprio.

Dessa forma, a relativa hegemonia cultural de esquerda seria definida a partir de um amplo imaginário, compartilhado por intelectuais e artistas de esquerda no questionamento do imperialismo, no enfrentamento do autoritarismo dos governos militares e em favor do desenvolvimento

da cultura nacional. Ao passo que as resistências estariam submetidas a disputas específicas de setores, também específicos da produção cultural de esquerda⁵.

No entanto, o dado interessante e, muitas vezes não observado pelas pesquisas sobre os movimentos sociais e o processo de organização das esquerdas a partir da década de 1960, é sua associação a um mercado de bens culturais, bem como a estruturação de uma indústria cultural, constituindo a partir dela uma cadeia de comunicação e informação composta por emissoras de rádios e TVs, revistas, jornais, livros, etc. Schwarz não apontava a indústria cultural como elemento aglutinador das atividades de esquerda, mas sugeria a formação de um mercado enquanto “solução formal”, que estruturava a comunicação e reforçava o debate em torno dos temas, como o engajamento cultural. Segundo ele,

[...] o processo cultural, que vinha extravasando as fronteiras de classe e o critério mercantil, foi represado em 64. As soluções formais, frustrado o contato com os explorados, para o qual se orientavam, foram usadas em situação e para um público a que não se destinavam, mudando o sentido. De revolucionárias passaram a símbolo vendável da revolução. Foram triunfalmente acolhidas pelos estudantes e pelo público artístico em geral. [...] Formava-se assim um comércio ambíguo que de um lado vendia indulgência afetivo-políticas à classe média, mas de outro consolidava a atmosfera ideológica. (SCHWARZ, 1978, p. 79-80).

Na grande maioria das análises subsequentes que apreciaram o contexto a que se refere Roberto Schwarz, o problema do mercado de bens culturais ou mesmo da indústria cultural não é considerado no mesmo compasso da formação do movimento político das esquerdas, base desse mercado incipiente. Durante a década de 1970 as investigações que analisaram esse aspecto estiveram, na maioria das vezes, difusas no campo da comunicação de massa e dos meios de comunicação, em geral. Por outro lado, essa associação entre setores da esquerda e o mercado, bem como as ideologias das esquerdas culturais resultantes dessa combinação,

⁵ Essa especificidade pode ser detalhada, por exemplo, na consideração que José Joaquim Brunner faz dos chamados “circuitos culturais”. Segundo ele, “chamamos a combinação típica de agentes e instâncias institucionais de organização um *circuito cultural* que contempla, por sua vez, as fases de produção, transmissão e consumo dos respectivos bens culturais”. (BRUNNER, 1992, p. 252).

foram definidas *pari passu* por uma proposição muito usual nas ciências sociais, empregada para explicar as atipicidades geradas na tensão entre engajamento político e indústria cultural: o populismo (SZAWKO; ARAÚJO, 2019).

Mas se antes, a relativa “hegemonia cultural de esquerda” era apenas uma intenção na composição do amplo e diversificado leque ideológico da Frente Ampla das oposições, a partir de então, o cenário político e cultural sofreu transformações importantes. Ocorreria, pois, uma intensificação da produção cultural em todos os níveis, que favorecia a relação entre produtores culturais de esquerda e as organizações comerciais e de difusão cultural – estas, em expansão comercial nunca antes vista. O teatro, o cinema, as artes plásticas, a música, a literatura foram não somente alimentados por novas ideias e novos projetos políticos, frente à aparente distensão do governo instaurado em 1964, mas também favorecidos pela formação de novos públicos consumidores de cultura, devotados à questão do nacional-popular através do filtro da indústria cultural (NAPOLITANO, 2017, p. 99-150).

2. A EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, ÊNIO SILVEIRA E AS EPÍSTOLAS AO MARECHAL

A editora Civilização Brasileira (ECB), reconhecidamente uma editora que sob direção de Ênio Silveira consolidou-se comercialmente a partir de um projeto editorial de esquerda (HALLEWELL, 1985, p. 431-461), esteve imersa nessa conjuntura política e participou ativamente na constituição de redes intelectuais por toda década de 1960. Sua atuação no mercado editorial, como detalhada anteriormente (CZAJKA, 2010), foi decisiva no sentido da ampliação e fortalecimento de um espaço de debates sobre os rumos da vida nacional e as subsequentes revisões políticas e ideológicas pelas quais passaram as esquerdas naquele mesmo período. Mais que um militante comunista, Ênio foi a personificação do profissional que conseguiu não somente criar uma linha editorial que contemplasse os debates abertos pelos intelectuais de esquerda na década de 1960, mas também organizar no setor editorial seu próprio mercado e público para suas edições. Esse era, aliás, um dos fatores que chamava atenção dos militares para a Civilização Brasileira que, desde 1958, estava

em compasso com inúmeras iniciativas que levaram a cabo a chamada “subversão comunista” (HALLEWELL, 1985, p. 488-497).

Essa importância da editora já aparece, por exemplo, nas investigações que os militares realizaram sobre a empresa de Silveira. Sua intimação para depor num Inquérito Policial-Militar (IPM, 1964-1965) já consta no primeiro volume do IPM do ISEB, um dos primeiros inquéritos instaurados após o golpe militar (CZAJKA, 2012). Sua vida pessoal e profissional é investigada e todo seu trabalho exercido na direção da ECB é colocado sob suspeição. Tamanha era a importância de Ênio no cenário editorial na década de 1960 que ele chegou a ser convocado pelo general Golbery do Couto e Silva para uma reunião no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). A respeito desse encontro, o editor relatava:

Eu fui supondo que ia ser uma conversa formal que ia durar quinze minutos ou meia hora no máximo, e o que aconteceu foi que houve três encontros com Golbery. O primeiro durou quatro horas seguidas, o segundo também e no terceiro encontro ele apresentou seu substituto, que era um coronel que iria ficar em contato comigo. Para dar um resumo da história, ele me disse seguinte: ‘eu sei que o senhor é um adversário coerente e intransigente da Revolução, mas eu lhe chamei aqui para lhe dizer que a Revolução vê no senhor um patriota, que embora com nenhuma sintonia com nossos métodos, tem sintonia com nossos ideais. [...] Queremos que você e seu grupo venham fazer parte do nosso movimento, pois é preciso que compreendam que nós queremos salvar o Brasil, tirar o país do atraso, etc’. (VIEIRA, 1996, p. 55-56).

Um dado interessante desse campo de tensões em torno da defesa de projetos nacionalistas (das esquerdas e dos militares), é que nem o governo determinou o fechamento da editora por suas atitudes “subversivas”, nem o partido conseguiu dirigir sua linha editorial – ainda que Ênio fosse filiado ao PCB desde meados da década de 1950. Aliás, essa condição foi desde cedo colocada por Ênio como forma de evitar as intervenções do partido em sua editora. Ainda que a ECB apresentasse em suas edições uma orientação marxista ou materialista, o objetivo de Ênio, com essa postura, era conduzir os debates para além das estruturas rígidas do partido e além dos limites do nacionalismo conservador e militar. Desse modo, suas publicações estavam balizadas por uma abertura não sectária,

nas quais a propaganda institucional (dos comunistas e dos militares) não seria veiculada pela editora, nem em suas publicações.

Este posicionamento de Ênio em relação as suas edições foi um passo importante na consolidação de um mercado e de um público interessado nas temáticas de esquerda. Mas por questões que envolviam sua segurança e mesmo não ser reconhecido comercialmente como um editor do “partidão”, escolheu não vincular – ao menos explicitamente – seus negócios ao PCB ou a qualquer outro programa institucional. Essa postura distanciada e não sectária determinou praticamente toda linha editorial da ECB, enquanto ele esteve na direção da empresa.

Quanto ao problema da repressão militar e da censura às obras editadas pela Civilização Brasileira, é importante ressaltar o modo pelo qual se procedeu a intervenção militar no campo da produção cultural. A exemplo do que afirma Renato Ortiz, eram, nesse momento, censuradas peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial. Segundo Ortiz, “[...] o ato censor atingia a especificidade da obra, mas não a generalidade de sua produção.” (ORTIZ, 1988, p. 114). Assim ocorreu com a editora: nunca foi colocada sob suspeição (ao menos até 1968), mas muitos de seus editados foram indiciados em IPM’s ou mesmo presos. O próprio Ênio Silveira foi detido quatro vezes entre 1964 e 1969, em virtude da publicação e tradução de obras e classificadas subversivas pelo governo militar⁶ e um total de 13 títulos foram apreendidos e destruídos.

Além de Ênio Silveira, muitos professores, cientistas e servidores públicos foram investigados e perseguidos desde de 1964; também o meio artístico, em especial os profissionais do teatro e a da produção periódica (jornais e revistas) foram alvos de inquéritos e investigações de órgãos militares. Inúmeros manifestos foram publicados na grande imprensa, tais

⁶ A última dessas prisões rendeu-lhe, inclusive um diário escrito nos dias de cárcere. As anotações desse diário foram organizados e publicados por Moacyr Félix em (SILVEIRA, 1998). Foi ainda inquirido em quatro Inquéritos Policiais-Militares: o IPM do ISEB, o IPM da Imprensa Comunista, o IPM da Civilização Brasileira e o IPM do Partido Comunista Brasileiro.

como o Manifesto Nacional pela Democracia e o Desenvolvimento⁷ e o Manifesto dos 1500: intelectuais e artistas pela liberdade⁸.

A prisão de Ênio Silveira motivou a publicação de um manifesto organizado por intelectuais contra a repressão, em maio de 1965. Numa das ocasiões em que depunha para um IPM, foi preso com alegação de que ele havia promovido em sua residência uma reunião com “agentes da subversão comunista”, entre eles o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, então prisão decretada pelos militares. Ênio foi detido no dia 26 de maio de 1965 e sua prisão mobilizou um grande número de intelectuais, profissionais da área cultural, cientistas, professores e amigos em torno de um manifesto publicado como matéria paga nos principais jornais de circulação nacional, no dia 30 de maio: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*. Na época o caso foi ironicamente alcunhado pela imprensa como o “IPM da Feijoada”, por conta da iguaria servida durante a reunião que justificou a prisão do editor.

Esse manifesto, intitulado *Intelectuais e artistas pela liberdade* (1965) apresentou assinatura de 600 nomes do meio artístico e cultural, e trazia uma pequena descrição seguida da imensa lista de nomes que se solidarizaram com o pedido de liberdade do editor:

Os intelectuais e artistas brasileiros abaixo-assinados pedem a imediata libertação do editor Ênio Silveira, preso por delito de opinião. Não entramos no mérito das opiniões políticas de Ênio

⁷ MANIFESTO à nação defende liberdade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 de março de 1965. Segundo Caderno, p. 32. Entre seus signatários estavam nomes de 107 pessoas como os de Paulo Francis, Carlos Heitor Cony, Alceu Amoroso Lima, Antonio Callado, Anísio Teixeira, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Diegues, Cícero Sandroni, Dias Gomes, Domar Campos, Edmundo Moniz, Edu Lobo, Fernando de Azevedo, Flávio Rangel, Flávio Tavares, Florestan Fernandes, Fortuna, Hermano Alves, João do Valle, Joaquim Pedro de Andrade, José Honório Rodrigues, M. Cavalcanti Proença, Márcio Moreira Alves, Mário Martins, Mário Pedrosa, Millôr Fernandes, Moacyr Werneck de Castro, Nelson Pereira dos Santos, Oduvaldo Viana Filho, Oscar Niemeyer, Oswaldo Gusmão, Otto Maria Carpeaux, Roberto Faria, Rui Guerra, Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Cabral, Theresa Cesário Alvim, entre outros. Neste manifesto, curiosamente, não figuravam os nomes de Ênio Silveira, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré ou quaisquer outros envolvidos diretamente em inquéritos policiais-militares.

⁸ UM DIÁLOGO incrível. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2 caderno especial, p.254. Foi uma espécie de carta aberta ao presidente de república. Esse manifesto foi preparado por alguns profissionais do teatro e reuniu um número grande de assinaturas que se solidarizava não somente com o teatro contra a censura a peças, mas com todos os produtores de cultura prejudicados pelo governo por conta do policiamento sobre suas respectivas produções. Autores e atores de teatro foram sistematicamente inquiridos e, por fim, muitos acabavam com suas montagens censuradas ou proibidas. Dentre estes inquiridos, o mais curioso foi o da atriz Glauce Rocha, interrogada acerca da montagem de *Electra*, de Sófocles, sob direção de Antonio Abujamra: o responsável pelo interrogatório perguntara a ela se conhecia Sófocles, ao que ela respondeu que sim. E para reforçar a informação foi lhe perguntado ainda se Sófocles era soviético e subversivo.

Silveira, mas defendemos o seu direito de expressá-lo livremente, direito garantido pelo artigo n. 141, § 8º da Constituição do País: 'por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum de seus direitos [...]...' (INTELECTUAIS..., 1965).

Inúmeras manifestações tornaram-se públicas devido a prisão de Ênio e nelas reivindicava-se a liberdade do editor como uma forma de solicitar, da mesma maneira, a liberdade de expressão de classe cultural e artística. Inclusive, entre setores militares houve manifestações contrárias e discordantes sobre o modo como se procedia nas investigações sobre editor – como demonstrou Elio Gaspari ao apresentar um bilhete enviado pelo presidente Marechal Castello Branco ao então ministro Ernesto Geisel:

Por que a prisão de Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. [...] Há como que uma preocupação de mostrar 'que se pode prender'. Isso nos rebaixa [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. Os resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural. (GASPARI, 2002, p. 231).

Desse episódio, aliás, surgiu a oportunidade do próprio Ênio discorrer sobre o controle militar face às produções culturais no regime de 1964. Sua estratégia de protesto foi a publicação de epístolas dirigidas ao então presidente da república, numa tentativa de estabelecer um diálogo, assim como marcar posição frente aos procedimentos adotados por aquele governo durante as investigações policiais sobre os produtores culturais.

O fato é que as epístolas dirigidas ao marechal Castello Branco contribuíram para a intervenção de Ênio também como um intelectual crítico e não somente o editor, proprietário de sua casa editorial. Seu envolvimento com as questões relativas à censura e à repressão através das epístolas o colocou como um intelectual visado e perseguido pelo regime militar, chegando à situação extrema de sua empresa sofrer inúmeras restrições políticas e orçamentárias – como a não aprovação de financiamento destinado ao custeios de suas edições.

As epístolas – publicadas na Revista Civilização Brasileira no ano de 1965 – reforçaram a figura do intelectual como um agente capaz de condensar em si o engajamento e a expressão da liberdade individual pela opinião. Um sujeito que se apresentava não à sombra de uma instituição política ou partidária, mas a partir da noção e da necessidade de colocar em relevo a liberdade por meio do debate e da reflexão. Numa análise do perfil intelectual de Ênio, Luiz Renato Vieira atenta para essa perspectiva individual do editor e a importância de seus pronunciamentos naquele contexto de organização das esquerdas e a projeção da figura do intelectual de esquerda naquela conjuntura de militarização. Segundo Vieira (1996, p. 105-109),

[...] as célebres Epístolas ao Marechal são textos de grande importância por dois motivos fundamentais. Por um lado, por sintetizar, numa linguagem direta, o espírito de denúncia que presidiu os primeiros volumes da RCB, servindo como uma medida do impacto do golpe de Estado sobre uma sociedade que, malgrado as características populistas do período que antecedeu a ditadura, se encontrava num nível elevado de mobilização popular por questões sociais e econômicas.

Por outro lado, no que se refere às peculiaridades do campo intelectual e particularmente à inserção de Ênio Silveira – que escreve as Epístolas em primeira pessoa. [...] Mais do que nos informar quanto às formas de participação do editor no campo intelectual, as epístolas permitem compreender a inserção pretendida pelo responsável pela RCB no debate político da época e, também, o interesse em estabelecer uma discussão com o poder instituído.

Tais questões, entretanto, eram de natureza subjetiva e refletiam o processo de organização das forças, fragmentadas e dispersas no terreno da política. Ou seja, mais que expressão de um programa de resistência ou de um movimento consolidado por diretrizes políticas, a manifestação da Ênio Silveira sintetizava a expressão das *formações culturais* de esquerda que se desenhavam no horizonte daquela geração de intelectuais, artistas e demais produtores culturais. Apesar de suas cartas adensarem o discurso de oposição e transparecerem uma certa unidade das esquerdas no exercício da reflexão e da crítica ao militarismo e à repressão, nota-se que o ato

deliberado de Ênio restringiu-se ao circuito de seus próprios leitores – daí a pertinência de Roberto Schwarz em asseverar a “relativa hegemonia cultural de esquerda”. A relatividade dessa posição hegemônica confirma-se na medida em que entendemos que as *formações culturais* (WILLIAMS, 1992, p. 85) são capazes de exprimir a heterogeneidade que constituiu aqueles “grupos” de intelectuais e artistas.

Heterogeneidade que encontrou lastro profícuo com uma determinada *estrutura de sentimento* (WILLIAMS, 2011, p. 43-68) própria daquela geração que construiu diferentes formas de oposição ao militarismo, ao mesmo tempo em que construía e organizava seus espaços específicos de representação (SAID, 2005, p. 19-36). Dimensões perceptíveis em vários artigos, ensaios e cartas, assim como as próprias epístolas ao marechal Castello Branco. Ênio Silveira, ao se referir a Castello Branco, por exemplo, demonstrava suas intenções como “cidadão-intelectual” e justificava o modo pelo qual o fazia:

Acredito que seus muitos afazeres [os de Castello Branco], antes e depois do movimento insurrecional que o conduziu à chefia da Nação Brasileira, não lhe tenham permitido tomar conhecimento de um livro curioso, cuja leitura me parece recomendável a todo chefe de governo [...]. Trata-se de *The Presidential Papers*, de Norman Mailer [...]. É um volume de trezentas e tantas páginas, reunindo várias cartas-relatório (papers, como as classifica Mailer, por entendê-las documentos de uma assessoria voluntária, não solicitada, mas nem por isso menos válida ou oportuna) endereçadas publicamente ao presidente John Fitzgerald Kennedy por intermédio de várias revistas em que o autor colaborava [...]. Nesses documentos, em forma de epístola, os mais variados temas são livremente desenvolvidos e investigados: delinquência juvenil, preconceito racial, direitos civis, política externa, [...] liberdade de opinião, a esquerda nos Estados Unidos, o campeonato mundial de boxe, etc., sempre com o intuito de oferecer ao presidente Kennedy uma visão informal, antipalaciana, quase audaciosa dos problemas nacionais e internacionais. (SILVEIRA, 1998, p. 18).

A questão central nesse relato de Ênio era, além de demonstrar o posicionamento de suas intenções e de sua tarefa como interlocutor junto ao presidente, considerar o aspecto – novamente reafirmado – da

formação de um “grupo” de intelectuais que ainda não havia formulado um projeto unificado, a partir do qual todos os seus agentes pudessem igualmente se pronunciar. Assim, a primeira epístola, intitulada *Sobre o delito de opinião*, revelava essa representação individual do intelectual que, na forma de um extenso depoimento, atestava a formação heterogênea, múltipla e não sectária destas formações culturais das quais participavam intelectuais e artistas. Ênio, continuando o relato, descrevia sua atuação, suas experiências e em alguns momentos ressaltava sua formação política e ideológica. A epístola prosseguia com certa pessoalidade e considerando os fatos e as informações sempre na primeira pessoa. No que se referia a sua formação político-ideológica, é interessante o modo como ele se reportava ao Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI)⁹:

Liguei-me a escritores e artistas que se entendiam afastados, como eu, de especulações meramente acadêmicas e idealistas, cidadãos que também estavam dispostos a fazer alguma coisa, abandonando de uma vez por todas posições ora conformistas, ora pessimistas, ora indiferentes. De nossos debates e esforços conjuntos surgiu a ideia de organizar um movimento sistemático, que trouxesse o concurso dos homens de pensamento e cultura aos centros de decisão da vida nacional, tradicionalmente manipulados por figuras de visão imediatista e estreita. Essa iniciativa, sob o Comando dos Trabalhadores Intelectuais, mereceu logo o apoio de centenas de escritores, artistas, professores, estudantes e estava a caminho de sua estruturação jurídica quando foi interrompida pelo movimento insurrecional de que o senhor fez parte. (INQUÉRITO..., 1964-1965).

Essa fase de indefinições quanto ao sentido político e ideológico das organizações de esquerda, do choque com as novas formas de produção e reprodução culturais, marcaria o início da chamada resistência ao “terrorismo cultural”¹⁰. Fase em que a constituição de símbolos da resistência fizeram-se politicamente através das produções artísticas e culturais, colocando em debate a construção de um conceito de democracia que considerasse a complexa conjuntura de organização das esquerdas no campo da cultura. Daí a importância, nas epístolas de Ênio, do debate sobre a liberdade de

⁹ Sobre o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), consultar: Czajka (2011).

¹⁰ Discussão sobre o “terrorismo cultural”, consultar Czajka (2014).

opinião, mesmo num regime autoritário. Liberdade essa, fundada na livre expressão e criação artística e cultural. Isso ficou acentuadamente marcado quando Ênio dirigia-se a Castelo Branco dizendo:

Pois bem, Sr. Marechal: chegamos aqui ao motivo principal desta epístola, que é precisamente o da liberdade de opinião. [...] De fato, admitamos que muitas das violências e injustiças clamorosas dos primeiros meses foram fruto da euforia punitiva que dominou os vencedores. Esqueçamo-nos por instantes, apenas para encaminhamento de raciocínio, das centenas de vítimas do Ato Institucional, da demissão em massa de professores universitários, da aposentadoria ou demissão sumária de funcionários públicos, da reforma de tantos oficiais de nossas Forças Armadas, todos perseguidos e punidos pelo crime de terem pensado. [...] Pensemos nos três rapazes, coautores da série de livros intitulada História Nova, que ficaram presos durante semanas e semanas, por capricho de misteriosas autoridades, acusados de crime de opinião. Pensemos nos livros que estão sendo apreendidos em vários pontos do território nacional pelos agentes da Polícia de Segurança ou pelo próprio Exército Brasileiro. (SILVEIRA, 1998, p. 25).

A questão da liberdade de opinião centrou tanto a primeira epístola (“Sobre o delito de opinião”) quanto a segunda (“Sobre a vara de marmelo”), ainda que esta se detivesse na análise das eleições estaduais, no ano de 1965. Nas duas epístolas ficavam evidente a necessidade do editor em tecer suas considerações a partir de um enfoque pessoal e das experiências vividas por ele em sua condição de intelectual e empresário do ramo editorial. Interessante que essa condição não era oculta no texto, pelo contrário, estava ressaltada como a única forma de fazer oposição ao regime ou pelo menos incitar o debate sobre a repressão à produção cultural. Continuava:

Sou obrigado a voltar, Sr. Marechal, ao trato do caso pessoal, para exemplificar melhor. Desde o movimento insurrecional, várias coisas me aconteceram: a) meus direitos políticos foram suspensos por dez anos, pelo Ato Institucional, sem que eu tenha tido oportunidade de me defender; b) já fui submetido a cinco IPMs, sendo reinquirido em dois deles; c) fui alvo de um processo criminal, no Estado da Guanabara, acusado de “crime

de subversão”; d) fui preso durante nove dias, como suspeito de “crime de subversão”; e) livros editados por minha empresa têm sido apreendidos em vários pontos do território nacional, sob a alegação de que são ou podem ser “subversivos”. E por que tudo isso? Porque autoridades maiores ou menores, subordinados a seu governo, Sr. Marechal, não podem admitir que um homem como eu, cujas origens sejam burguesas, pertença – estatisticamente – àquele percentual mínimo de nossa população que constitui as chamadas classes dominantes, tenha as ideias que defendo e aja em função delas. Não podem entender, igualmente, que a editora Civilização Brasileira esteja trabalhando no intenso ritmo atual movimentada apenas por seus próprios recursos financeiros, proporcionados e a cada instante ampliados pela aceitação popular dos livros que edita. (SILVEIRA, 1965, p. 3-4).

Note-se que a liberdade de opinião, seja em relação ao PCB ou ao governo militar, permeou o projeto editorial da ECB. Apesar dela resultar da articulação de pequenos núcleos intelectuais e de artistas sem vínculos institucionais ou partidários, a produção da ECB apontava para uma institucionalização legitimada no seu potencial de aglomeração das mais variadas tendências políticas e ideológicas – daí a heterogeneidade expressa pela ideia de *formações culturais*.

A dinâmica política do regime, o salto de modernização capitalista ocorrido no período e, por último, porém não menos decisivo, as percepções, ideias e utopias presentes na heterogênea e briguenta família oposicionista, definiram o modo pelo qual tais experiências foram vividas nas fronteiras imprecisas entre o público e o privado.

No caso de Ênio e sua ativa intervenção através dos textos que assinava, talvez desse prosseguimento à publicação das cartas dirigidas ao presidente de República, pois não foi sua prisão que o privou disso. Outro fator mais complexo privou não somente Ênio, mas uma série de intelectuais de manifestarem suas opiniões no segundo semestre daquele ano: a edição do Ato Institucional nº 02, em 27 de outubro de 1965. A editora, como foi visto anteriormente, sofreu uma onda de choque com a promulgação do AI-2. Aliás, segundo depoimentos de alguns amigos, foi em virtude do AI-2 que Ênio, que não era filiado ao PCB, decidiu-se definitivamente pela filiação. Conforme relato de Carlos Heitor Cony,

Depois que demoliram o prédio da Sete de Setembro, Ênio foi para uma sala na Avenida Central junto com Paulo Francis e o Joaquim Inácio Cardoso. Esse grupo começou a tocar a Civilização. Então Ênio fez um jornal chamado Reunião, saíram dois números, com o mesmo grupo. [...] Aí veio o AI-2 e o grupo da Civilização se dispersou ideologicamente. O Ênio fez a escolha dele, entrou para o Partidão, e muita gente se afastou dele. (VIEIRA, 1996, p. 11).

Entre os anos de 1965 e 1967 foram inúmeras as manifestações de intelectuais em defesa do resguardo individual de expressão e criação artísticas. Como se constata em muitos dos artigos, matérias, comentários e até mesmo manifestos, havia projetos para uma ação conjunta na forma de uma “frente ampla” pela cultura. Ênio esteve mergulhado nessa proposta, absorvido pelas tensões e os conflitos vivenciados por aqueles que partilhavam dos mesmos anseios e projetos na esfera da produção cultural. Sua importância esteve, justamente, no modo como conseguiu coadunar, numa só campanha intelectual, a estrutura empresarial de seus negócios e os princípios político-ideológicos que nortearam sua militância. Sua presença foi fundamental para um conjunto de outros intelectuais que viam nele a representação intelectual da liberdade e da realização plena do mundo da cultura, contundente e sem amarras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, H. A esquerda festiva. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 6, 1 jul. 1965.
- BRUNNER, J. J. *América Latina: cultura y modernidade*. México: Grijalbo, 1992.
- CZAJKA, R. Comando dos Trabalhadores Intelectuais e a formação das esquerdas culturais na década de 1960. *Revista Temáticas*, Campinas, n. 37/38, p. 57-80, 2011.
- CZAJKA, R. Intelectuais, imprensa e o delito de opinião (1964-1965). In: FREITAS, A.; KAMINSKI, R.; EGG, A. (org). *Arte e política no Brasil: modernidades*. São Paulo: Perspectivas, 2014. p. 259-288.
- CZAJKA, R. Les enquêtes militaro-policières et la construction de la subversion dans les milieux intellectuelles au Brésil. In: REIS, D. A.; ROLLAND, D. (org.). *Modernités nationales, modernités importées: entre ancien et nouveau monde (XIXe-XXIe siècle)*. Paris: L'Harmattan, 2012. p. 78-95.

- CZAJKA, R. Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 35, p. 95-117, 2010.
- FICO, C. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GASPARI, H. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EdUSP, 1985.
- INQUÉRITO Policial-Militar n. 481. Depoimento de Ênio Silveira. *IPM do ISEB*, Brasília, DF, v. 11, 1964-1965.
- INTELECTUAIS e artistas pela liberdade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 30 maio 1965.
- MOTTA, R. P. S. M. *As universidades brasileiras e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, M. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2013.
- NAPOLITANO, M. *Coração civil: a virada cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985): um ensaio histórico*. São Paulo: Intermeios, 2017.
- ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- RIDENTI, M. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SAID, E. *Representações do intelectual: conferências de Reith*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- SCHWARZ, R. Cultura e política: 1964-1969. In: SCHWARZ, R. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Paz e Terra, 1978. p. 61-93.
- SILVEIRA, Ênio. Epístolas ao Marechal Castelo Branco: sobre o delito de opinião. In: SILVEIRA, Ênio. *Arquiteto de liberdades*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998. p. 165 - 167.
- SILVEIRA, Ênio. Sobre a vara de marmelo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 3-8, set. 1965.
- STEPHANOU, A. A. *Censura no regime militar e a militarização das artes*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.
- SZWAKO, J.; ARAÚJO, R. Quando novos conceitos entraram em cena: história intelectual do “populismo” e sua influência na gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 469-499, maio/ago. 2019.

VIEIRA, L. R. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira*. Brasília. 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1996.

WILLIAMS, R. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HANNAH ARENDT EM DETRIMENTO DA QUESTÃO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REPERCUSSÃO DE SUA OBRA NA ESQUERDA BRASILEIRA¹

Maria Ribeiro do Valle

A LEITURA DAS REVOLUÇÕES MODERNAS POR ARENDT

Em seus mais importantes livros, *A democracia na América* e *O Antigo Regime e a Revolução*, Tocqueville, nostálgico do mundo vencido pela Revolução Francesa, critica tenazmente a inevitável marcha para a igualdade provocada por paixões e ambições desenfreadas, que trazem um grande perigo às democracias. Sua argumentação é herdada por Arendt (1990), principalmente quando extrapola para o campo da liberdade, até então totalmente vinculado à esfera política. Com efeito, a abdicção da liberdade em face dos ditames da necessidade só pode evoluir com o concurso de crimes e criminosos.

Podemos notar nessas argumentações críticas à Revolução Francesa, desencadeada pela questão social, um enaltecimento da Revolução Americana, calcada na implantação da liberdade e no estabelecimento de instituições políticas duradouras. Pois, a primeira, segundo Arendt, por

¹ Este texto é parte das reflexões desenvolvidas por Maria Ribeiro do Valle no livro de sua autoria intitulado *A Violência Revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse – raízes e polarizações* (São Paulo: Editora da UNESP, 2003).

abrir as portas da política às camadas inferiores da população, solapa os fundamentos da liberdade, enquanto, ao contrário, na América, os fundadores da República, por sua superior sabedoria, representam e constituem politicamente uma coletividade onde “o tenebroso espetáculo da miséria humana e as vozes fantasmagóricas da pobreza abjeta” (ARENDR, 1990, p.75) jamais penetram no campo político, onde os homens de ação estão à frente do processo que tem início na declaração da independência e culmina com a elaboração da constituição. Podemos notar como ela se aproxima dos pressupostos de Tocqueville, particularmente no que diz respeito à questão social. Para os dois autores em questão o reino da necessidade deve estar totalmente desvinculada da esfera política, esfera da excelência; e quando esta separação deixa de ser respeitada, como no exemplo da entrada das massas na Revolução Francesa, momento em que é posta em xeque a natural existência da pobreza, apenas haverá como saldo a violência e a destruição. A questão de fundo segundo Arendt é que neste caso a revolução deixa de voltar-se para a fundação da liberdade para buscar a libertação do homem de seu sofrimento e da miséria, trazendo a compaixão para o interior da política:

A vida humana tem sido assoberbada pela pobreza desde tempos imemoriais, e a humanidade continua a trabalhar sob essa maldição em todos os países fora do hemisfério ocidental. **Nenhuma revolução jamais resolveu a ‘questão social’**, libertando os homens do estado de necessidade, mas todas as revoluções, à exceção da Revolução Húngara de 1956, seguiram o exemplo da Revolução Francesa, e usaram e malbarataram as poderosas forças da miséria e da penúria, em sua luta contra a tirania e a opressão. E embora todos os registros das revoluções passadas demonstrem, **sem sombra de dúvida**, que **todas as tentativas para resolver a questão social com meios políticos levaram ao terror**, e que é o terror que condena as revoluções à perdição, dificilmente pode-se negar que é quase impossível evitar esse equívoco fatal, quando uma revolução irrompe sob as circunstâncias de pobreza do povo. [...] Quando a derrocada da autoridade tradicional colocou em marcha os pobres da terra, e eles deixaram a obscuridade do seu infortúnio e irromperam em praça pública, seu furor parecia tão irresistível como o movimento das estrelas, uma torrente precipitando-se com força primordial e engolfando o mundo inteiro (ARENDR, 1990, p. 88-89, grifos nossos).

Nota-se um dogmatismo nas expressões grifadas na citação anterior, demonstrando a desconsideração de Arendt pelos acontecimentos históricos, sendo que, se, por um lado, ela atribui à participação da massa na Revolução Francesa o terror político, por outro ela enaltece a Revolução Americana sem fazer alusão ao fato de que, nela também, os problemas sociais são resolvidos por meios institucionais repressivos, uma vez que, por exemplo, a Constituição proibia o Congresso de interferir no tráfico de escravos, atribuindo-lhe, no entanto, o poder de acabar com as rebeliões daqueles, devendo capturar os fugitivos e processá-los na corte federal (KRAMNICK, 1993). Neste sentido cai por terra o seu argumento de que, se a revolução for conduzida por motivações superiores, como na América, não são necessárias medidas violentas, pois, mesmo quando a escravidão, anteriormente inscrita na Constituição, é abolida no final da guerra civil através da 13ª emenda, de 1865, os sulistas negros são forçados a entrar num sistema de servidão em alguns aspectos muito pior. Eles continuam sendo cidadãos de segunda classe, deixando de servir aos interesses dos senhores de escravos para serem submetidos aos dos barões do norte (LAZARE, 1998).

Para Tocqueville a liberdade aristocrática prospera nos Estados do norte, colonizados pelas classes mais nobres, por indivíduos que tinham apenas a necessidade intelectual, ao contrário do que ocorre no sul, onde as classes mais inferiores da população, “gente sem recursos e sem modos”, introduzem a escravidão que “[...] desonra o trabalho; ela introduz o ócio na sociedade e, com este, a ignorância e o orgulho, a pobreza e o luxo. Ela debilita as forças da inteligência e entorpece a atividade humana.” (TOCQUEVILLE, 1998, p. 39). No norte, além da lei servir de garantia para prevenir e satisfazer as necessidades sociais, há a igualdade entre as fortunas e entre as inteligências, condição imprescindível para o estabelecimento da liberdade.

Encontramos mais uma vez semelhanças com a interpretação de Arendt, segundo a qual os americanos estavam preparados para assumir o poder por sua inabalável fé na elaboração de uma Constituição livre e pela prévia abolição da pobreza absoluta que permitiu a mudança na estrutura de domínio político sem qualquer interferência da questão social, das condições alarmantes de miséria das massas.

O mito da inspiração divina da Constituição americana de 1787 parece ser retomado como verdade absoluta por Arendt, camuflando uma controvérsia que envolve todos os Estados da confederação, representando a difícil vitória de uma interpretação da Revolução Americana sobre outra. Se para grande parte dos americanos o seu significado gira em torno da independência, para vários outros ela é a expressão do repúdio das formas tradicionais de governo, especialmente das elites que estão à frente da vida política e social da América colonial.

Um ideal mais democrático dominava o cenário durante o período conhecido por “política da liberdade”, de 1776-1788, quando entraram em vigor os Artigos da Confederação onde homens novos, bastante humildes chegavam ao poder desenvolvendo programas igualitários, falando em nome dos pequenos agricultores e pelas camadas endividadas, tendo como seu principal ponto de apoio os legislativos estaduais populares. Neste momento o povo resistia em ceder ao governo central o poder de regular o comércio e cobrar impostos, uma vez que a revolução tinha sido feita exatamente contra este domínio exercido pela Grã-Bretanha. Além da ausência de um braço executivo, não existia nenhum poder judiciário central. Merece destaque também, neste período, que todos os senados, apenas de caráter secundário e consultivo, eram eleitos pelo povo em geral, capaz de selecionar os melhores em seu próprio meio. Muitos democratas radicais defendiam que só o povo podia realmente legislar quer através de comitês distritais ou convenções, quer em multidões, reservando para si o direito de fazer e julgar todas as suas leis. Desta forma, o sufrágio foi ampliado na maioria dos Estados sendo que cerca de 70% a 90% dos adultos do sexo masculino tornaram-se elegíveis, causando um acréscimo de 40% no seu comparecimento às eleições. Na maioria dos Estados as exigências de propriedade e recursos para ocupar cargos foram reduzidas.

Estes fatos causaram uma grande oposição à entrada do povo na política, liderada pelos Federalistas, expoentes tradicionais da vida americana, contrários à ambição social e à politização do homem comum propiciadas pela revolução. Eles recusavam terminantemente a natureza redistributiva das legislações estaduais que ameaçavam diretamente os interesses econômicos adquiridos e os direitos privados, especialmente pela grande quantidade de violações públicas do direito da propriedade privada. Para eles a “política da liberdade”, devido aos excessos do povo

em seu exercício, leva à iniquidade, à injustiça e à anarquia, em suma, à degeneração da autoridade legal em tirania. É contra ela e em nome da estabilidade na organização do governo que os Federalistas travaram uma grande batalha conhecida como a “Grande Discussão Nacional” contra os antifederalistas até conseguirem aprovar a Constituição federal de 1787 (KRAMNICK, 1993, p. 1-20).

A omissão deste período da Confederação americana na argumentação de Arendt, centrada no enaltecimento da Constituição Federalista, republicana e não democrática, revela claramente a proximidade de sua argumentação à dos federalistas, empenhados na exclusão do povo, ou seja, na retirada da questão social da esfera política. Torna-se explícito que o mascaramento das profundas divergências características da origem da República americana permite a autora contrapor ao ideal dos revolucionários franceses de mudar a tessitura da sociedade, os da reforma restrita à esfera política – ao seu ver, único fundamento da verdadeira revolução. A sua interpretação da Revolução Americana visa a defesa da “adorável igualdade” do Novo Mundo, em contraposição às revoluções sociais europeias:

[...] podemos ainda ver e ouvir a multidão em marcha, o seu avanço avassalador pelas ruas de Paris, que ainda era, nessa época, não apenas a capital da França, mas a de todo o mundo civilizado – a sublevação da população das grandes cidades, inextricavelmente mesclada ao levante do povo pela liberdade, ambos irresistíveis pela pura força do seu número. E essa multidão, aparecendo pela primeira vez à luz do dia, era na verdade a multidão dos pobres e oprimidos, que em todos os séculos passados tinham estado ocultos na obscuridade e na degradação. O que a partir de então tornou-se irrevogável, e que os protagonistas e espectadores da revolução imediatamente reconheceram como tal, foi que o domínio público – reservado, até onde a memória podia alcançar, àqueles que **eram** livres, ou seja, livres de todas as preocupações relacionadas com as necessidades da vida, com as necessidades físicas – fora forçado a abrir seu espaço e sua luz a essa imensa maioria dos que não eram livres, por estarem presos às necessidades do dia-a-dia. (ARENDDT, 1990, p. 39-40).

Para Arendt, a condição de miséria nunca pode produzir gente de espírito livre, pelo fato de expressar a condição de sujeição à necessidade. Ela não é feita para gerar revoluções, mas apenas acaba por levá-las à ruína. Deparamos com a concepção arendtiana de separação do domínio econômico do político, uma vez que a tentativa de traduzir condições materiais em fatores políticos, ou melhor, da ênfase da mudança das formas de governo para a entrada do povo no domínio público, só pode levar a revolução à falência.

Arendt reitera que a meta da revolução deve estar restrita ao campo político, à determinação da forma de governo, e não vinculada à esfera do social, que tem por objetivo a libertação da pobreza e a felicidade do povo. A questão de fundo que emerge aqui é o fato dela diferenciar o agir violento – como o campo da força – da ação política (ARENDDT, 1999). Para ela a política flui nos espaços livres do pensamento e do diálogo que, ocupados por aqueles que vivem da mão para a boca, transformam-se no lugar da barbárie (ARENDDT, 1990).

O que está em pauta é a defesa da reforma das instituições políticas associadas à liberdade em contraposição ao ódio violento à desigualdade e à paixão pela libertação que, segundo Arendt, acabaram por levar os franceses a não se contentar com que seus negócios fossem melhor dirigidos e a acreditar que eles próprios podiam tomar a sua frente. Arendt está defendendo aqui a igualdade, identificando-a com diversidade, ou seja, a sobreposição de algumas classes a outras, seguindo a ordem natural das coisas, na esteira dos liberais conservadores dos séculos XVIII e XIX. O elogio da diversidade, da tolerância, em todos os planos, no cultural, no político, como também no dos costumes e no das ideias, aparece relacionado com a necessidade da manutenção da desigualdade social. Arendt, em linha de continuidade com Tocqueville, acaba por dissociar a pobreza, a necessidade e a escassez, da exploração e da desigualdade, raciocínio que leva à leitura destas relações sociais como se fossem fenômenos pré-políticos e naturais. Neste sentido, Tocqueville tece uma contundente crítica à revolução: não é mais feita com o apoio do povo, mas pelas suas próprias mãos, destruindo a ordem natural da sociedade que podia ser melhor conservada por um déspota (TOCQUEVILLE, 1997).

Nas seguintes palavras de Arendt podemos encontrar a mesma concepção negativa dos ideais nascidos da pobreza, totalmente distintos daqueles que inspiram a fundação da liberdade, pois, para ela

[...] a abundância e o consumo sem limites são os ideais dos pobres: são a miragem no deserto da miséria. [...] O anseio oculto dos pobres não é ‘a cada um segundo suas necessidades’, mas sim ‘a cada um segundo seus desejos’. E embora seja verdade que a liberdade só pode alcançar aqueles cujas necessidades foram satisfeitas, não é menos verdade que ela fugirá daqueles que são inclinados a viver em função de seus desejos. (ARENDR, 1990, p. 111).

Arendt desconsidera totalmente os ideais nascidos da pobreza, vinculando-os à corrupção política, uma vez que só os homens livres da necessidade não são traídos pelo desejo de enriquecimento, sendo este mais um argumento, sem sustentação histórica, para que as massas sejam mantidas fora da esfera política.

Tocqueville, ao comparar a democracia com a aristocracia, defende explicitamente essa segunda forma de governo pelo fato dos ricos – libertos do reino da necessidade – estarem à frente dos negócios públicos. Sendo assim, eles desejam apenas o poder, não havendo perigo para a emergência da corrupção. Em contrapartida, no mundo democrático os governantes, por serem pobres e terem ainda sua “fortuna por fazer”, são mais suscetíveis de se corromper:

O povo nunca penetrará no labirinto obscuro do espírito cortesão; sempre descobrirá com dor a baixeza que se oculta sob a elegância das maneiras, o requinte dos gostos e as graças da linguagem. Mas roubar o tesouro público, ou vender a preço de dinheiro os favores do Estado, é coisa que o primeiro miserável compreende e pode gabar-se de fazer igual, chegando a sua vez. (TOCQUEVILLE, 1998, p. 257).

Arendt, por sua vez, embora defenda o governo dos melhores como a característica marcante de uma república, uma forma aristocrática portanto, admite que dele podem fazer parte representantes de todas as esferas sociais, desde que se distingam pelo amor e dedicação à liberdade pública. Há aqui uma grande contradição, pois, como sustentar o fato de que os homens públicos poderiam advir de todas as classes, se aquelas

presas ao reino da necessidade não têm tempo nem a superior sabedoria para tanto? Seus pressupostos estão em consonância com as implicações aristocráticas e sacralizadas da Constituição americana de 1787 que autoriza os Estados a determinar quem pode e quem não pode votar para a Casa dos Representantes, privilegiando a vitória dos primeiros homens quer seja do ponto de vista da fortuna quer de sua influência, restringindo a possibilidade de que a grande massa do povo, das classes médias e baixas possam concorrer aos cargos públicos devido aos processos eleitorais indiretos estabelecidos (KRAMNICK, 1993).

Ao advogar em defesa de um mundo comum, Arendt não deixa de apontar para a necessidade da exclusão dos homens ligados ao labor e ao trabalho, fato que legitima uma relação de dominação. Mesmo levando em consideração a possibilidade, por ela admitida, de que alguns homens pobres possam ascender ao corpo dos eleitos, isto só é admitido desde que não signifique, de forma alguma, a emergência do perigo da tirania da maioria ou da soberania popular.

Assim, a crítica à Revolução Francesa através da retomada recorrente da Revolução Americana, mostra que a preocupação central de Arendt é a de como estabelecer e fundar organismos políticos e não a soberania popular. Ela enaltece a elaboração da Constituição americana e os seus fundadores por legitimarem o governo da maioria reflexiva, liderado por aqueles políticos que resistem aos sentimentos irrefletidos, insensatos e injustos do povo.

Arendt legitima um mundo dividido e hierarquizado, opondo-se à transformação social, em defesa da reforma das instituições políticas, da necessidade de um governo civilizado. Sua herança teórica vincula-se estreitamente à temática conservadora e aristocrática de Tocqueville que acentua o perigo permanente do despotismo dos governos revolucionários, defendendo uma concepção de democracia pautada na estabilidade das instituições e dissociada da ideia de abolição das desigualdades sociais. A total recusa à entrada das massas na política por Tocqueville, que vivencia a Revolução Francesa, é corroborada por Arendt nos anos 60, inclusive com a mesma justificativa, a de que a intromissão dos deserdados no espaço público só pode redundar em terror. Com efeito, apenas os libertos do reino da necessidade devem fazer parte da esfera da excelência, a política. A

liberdade e a igualdade confluem na concepção liberal conservadora, onde o governo dos melhores deve ser defendido da onipotência da maioria.

A RECUSA DA TRADIÇÃO HEGELIANO-MARXISTA POR ARENDT

Arendt tematiza a história das revoluções em contraposição à filosofia da história de Hegel, a qual, ao seu ver, encontra desdobramentos em Marx, acusado de circunscrever definitivamente as revoluções à influência da Revolução Francesa e ao predomínio da questão social. Os seus textos *Da Revolução, Entre o Passado e o Futuro* e *A Condição Humana* (1993) trazem para o centro do debate a argumentação teórica que permite o exame da sua crítica à tradição hegeliano-marxista, a partir da leitura sobre a história das grandes revoluções. Discutimos aqui as raízes teóricas da reflexão de Arendt em torno das revoluções modernas, em cujo bojo geraram-se os projetos e experiências de democracia em debate no mundo contemporâneo. Esta concepção segundo a qual a Revolução Francesa significa a invasão do domínio público pela necessidade, fornece o lastro histórico para o contraponto com as interpretações hegeliano-marxistas.

A leitura que Arendt faz dos pressupostos marxistas está atrelada aos seus argumentos teóricos e ao seu posicionamento político frente à história das revoluções. Apesar da Revolução Francesa ter redundado em desastre a partir da entrada do povo em cena, é ela que faz história no mundo, papel que deveria caber à Revolução Americana – triunfantemente vitoriosa. Assim suas análises contrapõem a história destas duas revoluções, criticando com veemência a francesa, particularmente em sua fase jacobina, quando as massas entram na política.

O processo revolucionário americano, ao seu ver, caracteriza-se desde o início pela experiência de participação política direta, por ter articulado um sistema de associações, já existente nas treze colônias, como fonte da legitimidade das autoridades constituídas. Ele não significa um começo radicalmente novo, mas apenas assegura legalmente o modo de comunidade política inventado no Novo Mundo. Já a Revolução Francesa é emblemática dos movimentos libertários que têm seu desfecho na restauração, na tirania e na petrificação, pela tentativa frustrada de criar instituições que permitam a participação política das massas incultas, introduzindo um significado inteiramente novo à ideia de igualdade que

passa a expressar um direito inato, pois as pessoas, pelo simples fato de terem nascido, são consideradas iguais. Esta nova concepção significa, para Arendt, uma mudança radical, pois a concepção de que todos nascem livres e iguais implica em que o exercício da política não é mais reservado apenas aos homens livres do reino da necessidade.

Segundo Arendt, a rebelião legítima, na teoria medieval e pós medieval, é entendida, apenas como uma contestação da autoridade constituída e não da ordem estabelecida e mesmo que

[...] às pessoas fosse reconhecido o direito de decidir quem *não* deveria governá-las, certamente não o tinham para escolher quem *deveria*, e muito menos jamais houve registro de que as pessoas tivessem o direito de se governar a si próprias, ou de indicar aquelas de suas próprias fileiras para os negócios do governo. [...] e não obstante houvesse bastante palavras na linguagem política pré-moderna para descrever a rebelião de súditos contra um governante, não havia nenhuma que descrevesse uma mudança tão radical que os próprios súditos se tornassem governantes. (ARENDR, 1990, p. 32-33).

Arendt condena veementemente, portanto, a guinada na concepção da política provocada pela entrada em cena das massas durante a Revolução Francesa, quando ocorre a abdicação da liberdade em face dos ditames da necessidade:

A realidade que corresponde a essa imaginária moderna é aquilo que, desde o século XVIII, veio a ser chamado de questão social, e que poderíamos, melhor e mais simplesmente, denominar de existência da pobreza. Pobreza é mais do que privação, é um estado de constante carência e aguda miséria, cuja ignomínia consiste em sua força desumanizadora; a pobreza é abjeta, porque submete os homens ao império absoluto da necessidade, como todos os homens a conhecem a partir de sua experiência mais íntima independente de todas as especulações. Foi sob o ditame dessa necessidade que a multidão acudiu ao apelo da Revolução Francesa, inspirou-a, impulsionou-a para a frente e, finalmente, levou-a à destruição, pois essa era a multidão dos pobres. Quando eles surgiram no cenário da política, com eles surgiu a necessidade e o resultado foi que o poder do Antigo Regime tornou-se impotente e a nova república nasceu

morta; a liberdade teve de render-se à necessidade, à urgência do próprio processo vital. [...] Foi a necessidade, as urgentes carências do povo, que desencadeou o terror e levou a revolução à sua ruína. (ARENDDT, 1990, p. 48).

Arendt, ao afirmar aqui que a pobreza é inerente ao mundo administrativo, condena o fato deste problema, por ser de origem doméstica, ser atirado ao espaço público durante a revolução. Assim, para ela, a consequência de maior alcance da Revolução Francesa foi o nascimento do moderno conceito de História na filosofia de Hegel¹⁴, pois a crença deste teórico na irresistibilidade da necessidade “[...] - estando a violência e a necessidade em movimento, e arrastando a tudo e a todos em suas correntezas – era a visão familiar das ruas de Paris durante a revolução, a visão dos pobres que afluíam em torrentes às ruas.” (ARENDDT, 1990, p. 90). Para Arendt, a ideia de que a pobreza deve ajudar os homens a romper as algemas da opressão, embora sendo inconcebível antes do transcurso da Revolução Francesa, torna-se familiar através dos pressupostos de Marx, fato que faz com que a partir de então as revoluções passem definitivamente à influência da Revolução Francesa e ao predomínio da questão social, relegando ao esquecimento “[...] a qualidade [...] do pensamento resultante do curso da Revolução Americana.” (ARENDDT, 1990, p. 48):

[...] não há dúvida de que o jovem Marx convenceu-se de que a razão pela qual a Revolução Francesa falhara em instituir a liberdade foi porque fracassou em resolver a questão social. Daí ele concluir que liberdade e pobreza eram incompatíveis. Sua contribuição mais explosiva e sem dúvida mais original à causa da revolução foi ter interpretado as constrangedoras carências da pobreza do povo em termos políticos, como uma rebelião não apenas por pão ou riqueza, mas também pela liberdade. O que ele aprendeu da Revolução Francesa foi que a pobreza pode ser uma força política de primeira ordem. (ARENDDT, 1990, p. 48- 49).

Arendt defende a separação da economia da política, opondo o pobre - movido pela necessidade - aos homens que desejam a liberdade pública - a cidadania efetiva, a participação na coisa pública. Se, por um lado, a pobreza força o homem a agir como escravo, por um outro e

mesmo lado, a riqueza privada torna-se a condição para a admissão na vida política pelo fato dos proprietários não terem de prover por si mesmos as necessidades mais urgentes da existência e por não estarem empenhados na acumulação de riquezas. Condena, portanto, os revolucionários que buscam associar o reino da liberdade à soberania popular, criando canais de decisão política, voltados para realizar a vontade do povo, manifesta na revolta vinda da necessidade. Segundo Arendt a necessidade não é criadora de novas instituições, estas sim fundamentais - como mostra a Revolução Americana – pois a lei deve ter como fonte não o povo, mas a constituição, algo objetivo, durável e que não pode ser mudado segundo os ventos da vontade popular. Contrariamente, na Revolução Francesa, a vontade absoluta do povo prevalece pois abrange, pela primeira vez, aqueles que não participavam do governo, as classes inferiores da população. A deificação do povo, na França, resulta na tentativa de derivação da lei e do poder desta única fonte:

Os homens da revolução Francesa, não sabendo distinguir entre violência e poder, e convencidos de que todo poder emana do povo, abriram a esfera política para essa força pré-política natural da multidão, e foram arrastados por ela, assim como o rei e os antigos poderes haviam sido anteriormente. (ARENDR, 1990, p. 48).

Em contrapartida, os homens da Revolução Americana

[...] entendiam o poder como o próprio oposto de uma violência pré-política natural. Para eles, o poder surgiu quando e onde o povo passou a se unir e a se vincular através de promessas, pactos e compromissos mútuos; apenas o poder alicerçado na reciprocidade e na mutualidade era poder real e legítimo. (ARENDR, 1990, p. 48).

Há aqui a defesa da versão horizontal do contrato em Locke que, segundo Arendt é edificado sobre a ideia de consentimento, onde todos os contratos e acordos se apoiam na reciprocidade entre aqueles considerados cidadãos, dispensando a noção de governantes e governados. Esta concepção arendtiana está enraizada também na interpretação de Tocqueville sobre o governo republicano existente nos Estados Unidos que, sem disputa ou oposição, por um acordo tácito, chega a uma espécie de *consensus universalis*.

Podemos notar um importante contraponto a esta noção da política, enaltecida por Arendt, na análise de Hegel sobre o Estado burguês, quando ele afirma ser ele uma potência antes de ser poder, não podendo existir qualquer direito que não redunde, mais cedo ou mais tarde, no uso da violência. Se a força não cria o direito, este, contudo, para Hegel, não pode existir sem ela, uma vez que a lei é fundamental para manter os indivíduos dentro dos limites do direito e do reconhecimento da dignidade de homem a todo o ser humano. Desta forma, para Hegel, na Revolução Francesa, é a violência que mantém o Estado, concebido como um todo, sendo ela necessária e justa no sentido de garantir a efetivação da universalidade. O caráter violento assumido pela revolução explica-se pelo fato de que a corte, o clero, a nobreza e o parlamento se opõem a ceder seus privilégios quer pela força quer pelo direito.

Arendt, diversamente, defende a retomada da experiência da Revolução Americana como fruto de um consentimento dos iguais, mesmo sabendo que ele exclui os negros e índios na América por não apresentarem os traços gerais de humanidade. Tocqueville, embora critique este aspecto da democracia na América, acaba defendendo também a não extensão da igualdade do homem aos povos semicivilizados, como é o caso dos árabes, que não podem ser tratados pelos franceses como iguais ou cidadãos (LOSURDO, 1996). Este poder de definir o que é ou não humanidade, ou seja, de afirmar que os americanos são os melhores porque são livres das necessidades, por se identificarem apenas com o bem público, implica no fato de que uma República bem organizada deve ter instituições repressivas que selecione as elites conforme estes critérios, excluindo explicitamente os pobres, não proprietários, de serem dirigentes e eleitores. Arendt evita sempre chegar a esta conclusão normativa, embora se posicione contrariamente à concepção da Revolução Francesa de que todos os homens, pelo simples fato de terem nascido, tornam-se detentores de certos direitos, condenando enfaticamente a equiparação dos direitos do “homem *qua* homem” aos direitos dos cidadãos defendida pela tradição hegeliano- marxista.

Subtraindo a esfera econômica da política e enaltecendo esta última, insiste que o fundamento das revoluções modernas reside no delineamento de uma constituição, tendo como marco a Declaração da Independência, “[...] dando início à elaboração de constituições para cada

um dos Estados americanos.” (ARENDDT, 1990, p. 100). Ela está aqui se referindo ao desfecho do processo da aprovação da Constituição de 1787, que se estende por duas décadas e meia, opondo os federalistas, defensores do governo republicano, e os antifederalistas, que demonstram uma preferência bem mais acentuada pelas noções de democracia representativa. Arendt toma partido explicitamente dos federalistas, sendo que em seus textos privilegia as argumentações de James Madison (ARENDDT, 1999, p. 120-121), considerado o pai da Constituição dos Estados Unidos e responsável pela apropriação da palavra “república”, que carrega diversas conotações políticas, para nomear uma estrutura de governo baseada numa drástica redução da participação do povo nos assuntos do Estado, em contraposição à democracia direta praticada sob os Artigos de 1776 a 1778, período conhecido por “política da liberdade”. No *Federalista* nº63, Madison escreve que o Senado deve ser ocupado por homens sóbrios e respeitáveis que representam a razão, justiça e verdade diante dos erros e enganos do povo (HAMILTON et al., 1993, p. 404-411).

Engels, opondo-se à república americana, na introdução do texto de Marx “A Guerra Civil na França”, mostra a necessidade de superação da velha máquina do Estado pela Comuna de Paris devido ao fato dele ter se convertido na defesa dos interesses específicos daqueles que de servidores da sociedade passam a ser seus senhores. Desta perspectiva não apenas as monarquias hereditárias, mas também as repúblicas democráticas, especialmente a dos Estados Unidos, são consideradas emblemáticas:

Não há nenhum país em que os ‘políticos’ formem um setor mais poderoso e mais desligado da nação do que a América do Norte. Aí, cada um dos grandes partidos que se alternam no governo é, por sua vez, governado por pessoas que fazem da política um negócio, que especulam com as cadeiras de deputados nas assembleias legislativas da União e dos diferentes Estados federados, ou que vivem da agitação em favor de seu partido e são retribuídos com cargos quando eles triunfam. É sabido que os norte-americanos se esforçam, há trinta anos, para libertar-se desse jugo, que chegou a ser insuportável, e que, apesar de tudo, se afundam cada vez mais nesse pântano de corrupção. E é precisamente na América do Norte onde melhor podemos ver como avança essa independização (*sic*) do Estado em face da sociedade, da qual originariamente devia ser um simples instrumento. (ENGELS, 1981, p. 50).

Isto explica o ceticismo dos pais fundadores do federalismo americano quanto à democracia, ao mesmo tempo em que é louvada a sociedade liberal moderna principalmente no que diz respeito à defesa dos direitos pessoais e dos de propriedade, como interpreta Isaac Kramnick (1993, p. 52):

Fazendo lembrar muito o Locke do capítulo 5 ('Sobre a propriedade') do Segundo Tratado, Madison atribui, no nº 10, a posse diferencial de bens às 'diversidades nas faculdades dos homens', a suas 'faculdades diferentes e desiguais de adquirir propriedade'. A 'proteção dessas faculdades' constituía 'a primeira finalidade do governo'. Como para Locke – que escreveu que 'a justiça dá a todo homem o direito sobre o produto de sua indústria honesta' -, assim também para Madison e os federalistas a justiça significava efetivamente o respeito aos direitos privados, especialmente os de propriedade.

O perigo do *demós* apontado em várias passagens de Arendt, está diretamente relacionado com o repúdio à igualdade e a ameaça à liberdade e à propriedade privada. Tanto assim, que a dúvida dos antifederalistas quanto à possibilidade dos proprietários governarem a si próprios e preferir o bem comum aos seus interesses privados é legítima, uma vez que o planejamento da Constituição de 1787 se dá exatamente com o intuito de aumentar a influência, o poder e a fortuna daqueles que já o possuíam, sendo sua ratificação uma grande vitória da aristocracia. O povo pode ter sido a inspiração do novo governo, mas a ideia de que o papel histórico do *demós* é criar uma nova ordem que possa ser mais racional que a precedente permanece totalmente alheia. O *demós*, portanto, tem de ser contido através da lei, pois todas as tendências do espectro liberal-conservador dos EUA têm em comum a crença dos Fundadores de que a ilimitada soberania popular é inerentemente tirânica (LAZARE, 1998).

Nesta linha insere-se a crítica feita por Arendt à participação dos pobres na vida pública, deixando a sua direção para os melhores homens do estado. Para ela, este fenômeno teve por consequência a invasão do domínio político, o único domínio em que os homens podem ser verdadeiramente livres, pela necessidade que está inexoravelmente ligada à violência. Portanto, ela condena o fato de os novos militantes da esquerda,

durante os protestos dos anos 60, particularmente aos dos movimentos de libertação colonial, em pleno século XX, evocarem as experiências da Revolução Francesa, uma vez que, ao seu ver, os revolucionários do século XVIII e XIX,

perpetuamente acoissados pela permanência desesperada da questão social, isto é, pelo espectro das vastas multidões de desvalidos que as revoluções tinham o dever de libertar, [...] se apegaram invariavelmente, e como que inevitavelmente, aos eventos mais violentos da Revolução Francesa, esperando, contra toda esperança, que a violência viesse a triunfar sobre a pobreza. Isso era, sem dúvida, a voz do desespero; tivessem eles admitido que a lição mais óbvia que poderiam ter aprendido com a Revolução Francesa era que *la terreur*, como um meio de atingir *le bonheur*, provocara a derrocada das revoluções, teriam tido também de admitir que nenhuma revolução, nenhuma fundação de um novo corpo político seria viável onde as massas populares vivessem oprimidas pela miséria. (ARENDR, 1990, p. 177).

A CRÍTICA CONTUMAZ DE ARENDR AOS PROTESTOS DOS ANOS 60

No ensaio *Sobre a Violência* de Hannah Arendt e de seu livro *Da Revolução*, as teses por ela desenvolvidas na conjuntura política dos anos 60, argumentam contra as ideias do marxismo clássico sobre a violência e, sobretudo, contra os teóricos seus contemporâneos, particularmente Sartre e Marcuse, que se colocam em linha de continuidade com elas. Tanto assim que Arendt posiciona-se contrariamente ao movimento estudantil e aos movimentos de libertação colonial, negando-lhes qualquer potencialidade transformadora.

Na conjuntura por Arendt analisada e vivida, destacam-se a rebelião estudantil em diversos países do mundo e, especificamente nos EUA onde ela só pode ser entendida relacionada aos confrontos raciais, à escalada da guerra do Vietnã e à opção dos militantes de esquerda por meios violentos. Em seu exame, enfatiza o avanço tecnológico na produção dos meios da violência, que traz à tona o temor de uma guerra nuclear, para refutar a via revolucionária e defender a reforma das instituições frente à impotência e ao desgaste das democracias. As suas reflexões têm como contraponto o posicionamento da Nova Esquerda

sobre o papel dos meios violentos de resistência à opressão, como a emblemática guerra de guerrilhas no processo de descolonização. Arendt condenando totalmente a incitação à violência destes autores, rechaça os movimentos de libertação colonial por colocarem em risco até mesmo o governo constitucional da França, tendo este boas razões para as suas repressões na Argélia. Como ao seu ver o enfraquecimento do poder imperialista francês se manifesta na alternativa entre a descolonização e o massacre, ela justifica a violência da ordem instituída e condena os movimentos de protesto que estão sendo defendidos por Sartre e Fanon. Para a filósofa alemã elas eclodem pela sua fúria demente, tendo como único resultado a destruição.

Arendt posiciona-se também contrariamente à ala esquerda dentre os críticos da guerra do Vietnã que a concebe como fascista ou nazista e iguala os massacres e os crimes de guerra ao genocídio. Ao seu ver, nos Estados Unidos “[...] nunca existiu em nenhum nível do governo [o] desejo de destruição em larga escala, a despeito do atemorizante número de crimes de guerra cometidos durante a guerra do Vietnã.” (ARENDR, 1999, p. 130).

Arendt, com esta justificativa, visa diferenciar a política de guerra dos Estados Unidos dos totalitarismos de Stálin e Hitler que utilizam o medo, isto é, o terror, como princípio de ação, como um cinturão de ferro que destrói a pluralidade, pautado por uma promessa na mão e um chicote às costas. Ao mesmo tempo em que busca livrar a política dos EUA de seus adjetivos totalitários, também diz ter encontrado provas que permitem desvinculá-la de objetivos imperialistas, sendo esse o seu grande aprendizado com as ofensivas norte-americanas no sudeste asiático:

Por fim, há uma lição a ser aprendida para os que, como eu, acreditavam que este país tinha se envolvido numa política imperialista; tinha esquecido completamente seus antigos sentimentos anticolonialistas e talvez estivesse conseguido estabelecer a **Pax Americana** que o presidente Kennedy tinha denunciado. Quaisquer que sejam os méritos destas suspeitas, poderiam ser justificadas pela nossa política latino-americana; se pequenas guerras não- declaradas – operações relâmpagos de agressão em terras estrangeiras – estão entre os meios necessários para se alcançar fins imperialistas, os Estados Unidos estão menos

aptos a empregá-las com sucesso do que qualquer outra grande potência. (ARENDR, 1999, p. 47).

Arendt ao defender o não imperialismo dos EUA, desconsidera todo o significado político e econômico da guerra do Vietnã. Ela nega que um de seus objetivos é criar um campo de provas para as táticas antiguerrilha, contribuindo para a continuidade de práticas neocolonialistas incidentes sobre os povos da África, Ásia e América Latina. E omite o fato de que vários de seus países continuam sendo fonte de matérias primas para o desenvolvimento da grande indústria, como, por exemplo, o petróleo na Venezuela e no Oriente Médio e os metais não-ferrosos na América Latina. A importância econômica da guerra, totalmente minimizada por ela, se faz sentir não apenas externamente, mas também no âmbito interno, onde os prósperos negócios do complexo industrial-militar provam que os bilhões de dólares gastos não estão perdidos para todos, mas pelo contrário, são responsáveis pela orientação dos investimentos norte-americanos. Do ponto de vista das vítimas, ela recusa a existência da organização e da solidariedade da luta contra o colonialismo dos países terceiro-mundistas:

Os únicos que têm um interesse obviamente político em dizer que existe um terceiro mundo, são, é claro, os que estão nos níveis mais baixos – isto é, os negros da África.

A nova esquerda pegou o lema do terceiro mundo do arsenal da velha esquerda. [...] O nivelamento imperialista de todas as diferenças é copiado pela nova esquerda, porém com rótulos trocados. É sempre a mesma velha história: deixar-se levar por qualquer lema; a incapacidade de perceber, ou então a má vontade de ver os fenômenos como realmente são, sem aplicar categorias a eles, na crença de que possam ser dessa forma classificados. É exatamente isto que constitui o desamparo teórico.

O novo **slogan** – Povos de todas as colônias, ou de todos os países subdesenvolvidos, uni-vos! – é mais louco ainda que o antigo de onde foi copiado: Trabalhadores de todo o mundo uni-vos! – que no fim das contas tem sido inteiramente desacreditado. (ARENDR, 1999, p. 180-181).

A seleção dos fatos históricos feita por Arendt, desconsiderando totalmente a existência real do terceiro mundo e a intervenção política americana em seu destino, está estreitamente ligada à sua recusa em admitir quaisquer traços de imperialismo nos EUA. Neste sentido, ela pode ser criticada pelo seu próprio argumento, utilizado para refutar as declarações dos encarregados das relações públicas do governo americano durante a guerra do Vietnã, por sua capacidade de reescrever “[...] a história uma e outra vez para adaptar o passado à ‘linha política’ do momento presente, ou de eliminarem dados que não se ajustam à sua teoria.” (ARENDR, 1999, p. 17).

Seu viés interpretativo do movimento estudantil nos anos sessenta e dos movimentos de libertação colonial, centra-se na esterilidade teórica fundamentalmente pelo fato dele perder seu tempo com categorias do século XIX, mas, é bom frisar, com determinadas categorias deste século, ou seja, com o marxismo clássico. Pois, no que diz respeito a Tocqueville, também do século XIX, notamos não apenas uma substantiva influência de sua interpretação sobre as grandes revoluções na de Arendt, sendo ele também uma referência constante e enaltecida na defesa do mito da liberdade na América. Enquanto a volta à origem proposta por ela reside na retomada dos artigos constitucionais escritos no século XVIII, a recuperação do espaço político deve ser buscada na tradição da Grécia antiga, ao seu ver isenta de violência e nutrida pelo consenso e pela persuasão. Está presente aqui a valorização do passado, da tradição, em detrimento de um futuro incerto e a recusa da solução hegeliano-marxista que coloca no horizonte a construção do novo, a transformação da sociedade.

A REPERCUSSÃO DA OBRA DE ARENDT NO BRASIL

A obra de Hannah Arendt, no início da década de 60, quando escreve *Eichmann em Jerusalém – um relato sobre a banalidade do mal* tem pouca repercussão no Brasil. No final dos anos 60 e início dos 70, continua pouco conhecida e citada no Brasil a não ser por um grupo de intelectuais, diplomatas e homens públicos como Celso Lafer, Marcílio Marques Moreira, José Guilherme Merquior, Hélio Jaguaribe (LAFER, 1994). No meio acadêmico, como mostra Celso Lafer, particularmente na USP, Antonio Candido, um anti-stalinista histórico, apresenta divergências com

relação ao pensamento de Arendt, ao recusar a identificação estabelecida por ela entre nazismo e stalinismo uma vez que para ele o primeiro só comporta a destruição total como alternativa para a sua vitória, enquanto o segundo pode ser modificado por dentro por ser “um projeto de passagem a uma ordem humana” (CANDIDO apud BIGNOTTO, 2001). Em contrapartida, Francisco C. Weffort interessa-se pelos escritos da filósofa alemã, apontando para o

[...] significado de resistência intelectual da obra arendtiana para os que estavam no Brasil enfrentando os ‘tempos sombrios’ do período autoritário. Salientava a importância do resgate arendtiano da *vita activa*; rejeitava a sua qualificação como conservadora; insistia na força de um pensamento aberto e indicava a relevância de sua contribuição para uma teoria da revolução – que era um de seus temas naquela época [1980]. (WEFFORT apud BIGNOTTO, 2001, p. 37).

Na virada do século, os pressupostos reformistas arendtianos atingem grande repercussão no Brasil, o que talvez contribua para a retirada do debate sobre a revolução da agenda acadêmica. A ideologia hegemônica neoliberal é inclusive sustentada por pressupostos deste tipo, que abrem mão da tradição e pregam o conformismo e o derrotismo. Em 2000, 25 anos após a morte de Hannah Arendt, várias comunicações apresentadas no colóquio “Hannah Arendt – 25 anos depois”, ocorrido em junho, na PUC- RJ, organizado pelos Departamentos de Filosofia e de História desta instituição e da UFMG, são publicados em uma coletânea chamada *Hannah Arendt – Diálogos, reflexões, memórias*. Neste mesmo ano são publicados dois livros, *O Pensamento à Sombra da Ruptura Política e Filosofia em Hannah Arent* de André Duarte e *Hannah Arendt & Karl Marx – o mundo do Trabalho* de Eugênia Sales Wagner. Em linhas bastante gerais podemos dizer que este segundo defende a atualidade da argumentação arendtiana sobre a questão do trabalho, em nossa contemporaneidade, voltados a mostrar os limites das teses de Marx em torno de seu caráter emancipatório e civilizador.

Em 2013, a divulgação da obra de Arendt no Brasil toma proporções inusitadas, sendo emblemáticos a “IV Jornadas Internacionais Hannah Arendt – Sobre a Revolução

– 50 anos” no IFCH Unicamp e o “I Colóquio internacional Hannah Arendt – a crise na educação revisitada”, na faculdade de Educação da USP. A repercussão positiva de Hannah Arendt acontece, também, com o lançamento do filme “Hannah Arendt”, sobre a filósofa alemã, que, segundo pesquisa, logo depois da estreia, conquista um público de 94 mil espectadores. Se há uma novidade com relação ao aumento significativo da inserção do pensamento de Arendt quer no âmbito acadêmico, quer nos artigos que analisam o filme, por outro lado, a meu ver, o consenso acrítico (aproximando esquerda e direita) de enaltecimento à obra e à filósofa alemã permanece. Eles são escritos por monges, psicanalistas, professores universitários, homens públicos e enaltecem as reflexões de Arendt. Dos sete artigos que pesquisei, escritos em sua maior parte por professores, de renomadas universidades públicas, apenas um apresenta avaliação desfavorável. As críticas que são feitas ao filme só contribuem para superdimensionar a obra de Arendt ao afirmar que devido à sua complexidade, ela não pode ser abarcada por um longa-metragem.

As legendas do filme Hannah Arendt repercutem na fala dos articulistas que ressaltam uma feliz junção entre a arte, por um lado, e a grandiosidade da vida e a obra da filósofa alemã, por outro. O slogan diz: “No julgamento do século, uma das maiores pensadoras do mundo, confronta o significado do mal – baseado em uma extraordinária história real. As frases em destaque nos periódicos reverberam-no: “Uma vida de resistência”. “Filme ‘Hannah Arendt’ reconstitui episódio crucial não só da vida da filósofa alemã, mas da história das ideias”. “Hannah Arendt sempre defendeu a dignidade da política”. “O extraordinário filme de Margareth von Trotta, ‘Hannah Arendt’ relata um momento crucial na vida da notável filósofa”. “Filme ‘Hannah Arendt’ convida a reflexões que ultrapassam a biografia e os fatos históricos”.

A meu ver, no filme, Arendt seleciona, aspectos da história ao acusar as lideranças judaicas de não organizar seu povo para a insurgência, desconsiderando o registro histórico da resistência de judeus na França, Itália, Bélgica, Holanda e Dinamarca. Por outro lado, morando nos Estados Unidos, ela não faz qualquer menção em 1961 ao fato de que assim como o nazismo instituiu a eliminação possibilitada pela ciência e a tecnologia, o Governo Truman (1945/1952), ao fabricar bombas

atômicas e lançá-las sobre Hiroshima e Nagasaki, mata cerca de 220 mil japoneses. Ambos trazem a guerra para o “horror do extermínio”. Se ela condena os sistemas totalitários, identificando o stalinismo com o nazismo, como vimos, parece totalmente descabido o seu silêncio com relação aos EUA, sendo que nesse momento estamos em plena Guerra do Vietnã. Enquanto no filme ela diz não amar o seu povo, mas amar seus amigos, ela enaltece os EUA como o lugar que ela ama, que a acolhe e, que portanto, ela não pode perder. Além de estar a milhares de quilômetros dos fatos, em segurança, nos Estados Unidos e de ser seguidora de Kant, Tocqueville e Heidegger, ela escolhe ser professora na Universidade de Chicago, centro do conservadorismo estadunidense. Acredito que tais informações podem confirmar o posicionamento político liberal conservador de Arendt não apenas frente ao julgamento de Eichmann, como em toda a sua obra.

O mito da liberdade na América incorporado por Arendt é colocado em xeque a todo momento pela política não apenas interna dos EUA através da reinvenção das formas de segregação racial e do protecionismo econômico, mas também fora de suas fronteiras por sua política imperialista e de extermínio. Contudo, Lazare mostra que as liberdades civis derivadas da Declaração dos Direitos são, portanto, as únicas consideradas válidas pelos americanos, e acredito poder acrescentar que também por Arendt, quando comparadas à história dos países industriais avançados europeus, são crescentemente negativas devido à brutalidade dos EUA na guerra contra as drogas, por ser recordista em números de prisões, pela arbitrariedade da pena de morte, por ser um dos poucos países onde vigora o bipartidarismo, por ser o país mais corrupto do mundo desenvolvido, por ter o Senado menos representativo do Primeiro Mundo e pelo fato de sua lei trabalhista ser extremamente deficitária. Como agravante, há a quase impossibilidade de alterar a Constituição - que permanece praticamente intacta por duzentos anos. A maioria destes fatos, por pertencerem à esfera social, são praticamente inexistentes na argumentação de Arendt que, ao contrário, mostra que a solução dever ser restrita à questão política, ou seja, está na recuperação das origens da Constituição e da sua legitimidade.

Periódicos tais como *Veja*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Zero Hora*, *Outras Palavras*, de diversos matizes e leitores, publicam comentários uníssonos sobre o filme Hannah Arendt ressaltando a importância e originalidade do seu conceito sobre a “banalidade do mal”, bem como a sua atualidade e pertinência para a análise de determinadas conjunturas e realidades sociais brasileiras. Sendo assim, questiono: Como entender o fato de que em 2013, no Brasil, haja esse acolhimento tão favorável dos argumentos arendtianos comprovadamente liberal-conservadores, até mesmo por autores e editoras que há muito se autodenominam de esquerda e marxistas? Essa unanimidade não seria a expressão de uma banalização da crítica em um momento em que o universo acadêmico é marcado cada vez mais pela pasteurização da pesquisa universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que pensam muitos daqueles que retomam o pensamento de Arendt pela importância teórica dada à ação no espaço público, a leitura que fazemos a partir desses seus pressupostos é a participação política nesta esfera é restringida por ela aos livres e iguais que devem ser protegidos da tirania da maioria e não aos excluídos e às minorias do sistema capitalista. O fato dela diferenciar a esfera pública da esfera privada, ou seja, de desvincular totalmente a economia da política, corresponde à prática liberal relegando a questão social aos sentimentos caritativos da sociedade, enquanto a política é exercida pelos talentosos, inteligentes e afortunados em prol da manutenção da propriedade privada, da lei e da ordem que a legitimam. De seu ponto de vista, é a procura do lucro que leva ao aperfeiçoamento dos indivíduos, sendo, portanto, o interesse individual o motor que desencadeia o progresso econômico e social. Estes mandamentos do liberalismo clássico subjazem a toda a argumentação anti-*welfare-state*, anti-keynesiana, anti-planificadora, pela qual ela não recusa apenas o marxismo ou a economia planificada, mas, também, faz uma crítica dura a todo o Estado capitalista regulado, aproximando-se das tendências neoliberais mais extremadas.

Em que medida, então, o pensamento de Hannah Arendt pode lançar luz sobre as questões de políticas sociais, se o seu pressuposto é

de que a solução da questão social não passa pela esfera política? Como recuperá-lo com o intuito de preencher as lacunas “evidenciadas pelo esgotamento da tradição filosófica que vai de Platão a Hegel”, sendo que ela está pautada tanto em uma tradição da antiguidade clássica como na tradição liberal conservadora do século XIX, principalmente no que diz respeito à leitura das grandes revoluções? Se a revolução não se encontra mais na ordem do dia, como não é difícil observarmos, em que sentido um pensamento enraizado na Constituição americana, berço do liberalismo, de um Estado historicamente genocida e imperialista pode ser evocado justamente para dar conta dos desastres sociais provocados pelo neoliberalismo? Como acreditar em seu viés democrático diante de sua defesa de um aparato jurídico-legal que exclui os canais sociais para a efetiva concretização da liberdade e da igualdade de todos? Uma das principais críticas de Arendt à tradição marxista reside na proposição de que, com a revolução socialista, o Estado iria desaparecer, destruindo também a política eleita por ela a esfera superior do diálogo isento de conflito e de violência. Como pensar concretamente uma esfera pública onde os diversos interesses podem ser confrontados e conquistados pelo discurso e pela persuasão num momento em que os conflitos imperialistas, étnicos e raciais continuam responsáveis por guerras insanas que permanecem, inaugurando o século XXI?

Não nos cabe aqui registrar todas as interpretações da produção teórica de Arendt no Brasil, mostrando como ele parecia repercutir positivamente apenas entre aqueles que tomam à frente das decisões políticas neoliberais, relegando a questão social ao esquecimento. Hoje, contudo, essa versão é incorporada a passos largos por parte da esquerda intelectual brasileira que adere acriticamente a este pensamento, deixando de propor alternativas às formas de pensar e agir dominantes.

Nos movimentos de protesto de 68 os debates teóricos da intelectualidade dividem-se com relação ao seu espírito de ruptura e combatividade: se por um lado, parte dela busca nas teorias anticapitalistas do século XIX, a reelaboração de alternativas para explicar e transformar a realidade, outros, em contrapartida, dentre os quais Hannah Arendt, condenam a “[...] lealdade à doutrina típica daquele século já refutada pelo desenvolvimento dos fatos.” (ARENDDT, 1999, p. 111). Contudo as

reflexões da filósofa alemã nesse momento têm muito pouca repercussão no Brasil.

Em 2013, como vimos, há um boom de eventos e publicações que divulgam o pensamento de Arendt no Brasil. E, é nesse ano também que eclodem aqui os protestos de junho que, no entanto, não evoluíram para o discurso claramente anticapitalista que alimentou os de vários países da Europa e o “Occupy Wall Street” em Nova York recentemente. O fato da incorporação dos pressupostos arendtianos, claramente opostos à contestação da ordem existente e construídos a partir da crítica contumaz aos ensinamentos de Marx, pela esquerda brasileira, não poderia explicar a sua dificuldade de estar contribuindo para canalizar tais movimentos à incorporação da questão social; Tal fato poderia, ao meu ver, inclusive elucidar a iminência desses protestos serem cooptados pelos (neo)conservadores da direita organizada que demoniza a entrada das massas na política.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *Crises da República*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- ARENDDT, H. *Da Revolução*. São Paulo: EdUNB; Ática, 1990.
- ARENDDT, H. Da violência. In: ARENDDT, H. *Crises da República*. 2180. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p.180-181.
- BIGNOTTO, N.; MORAES, E. J. (org.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- ENGELS, F. Introdução à As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: ENGELS, F.; MARX, K. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa- Omega, 1981. v. 1.
- HAMILTON, A.; JAY, J.; MADISON, J. *Os Artigos Federalistas – 1787-1788*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- KRAMNICK, I. Apresentação. In: HAMILTON, A.; JAY, J.; MADISON, J. *Os Artigos Federalistas – 1787-1788*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p. 9-11.
- LAFER, C. Prefácio. In: ARENDDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 3-4.
- LAZARE, D. America the Undemocratic. *New Left Review*, London, n. 232, p.484-485, Nov./Dec. 1998.

LOSURDO, D. Marx, a tradição liberal e a construção histórica do conceito universal de homem. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 57, dez. 1996. Especial.

TOCQUEVILLE, A. de. *A Democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TOCQUEVILLE, A. de. *O Antigo Regime e a Revolução*. 4. ed. Brasília, DF: Editora da UnB, 1997.

BRASILIDADE E MODERNIDADE EM FOCO: VISÕES SOCIAIS DO BRASIL NO CINEMA NOVO E NO CINEMA PAULISTA DOS ANOS 1960 E 1970¹

*Caroline Gomes Leme*²

Grande movimento estético-cultural do cinema brasileiro, o Cinema Novo foi também um grupo coeso e relativamente restrito, sediado no Rio de Janeiro, com ascendência sobre instituições estatais e

¹ As considerações aqui apresentadas fazem parte do desenvolvimento da tese de doutorado *Enquanto isso, em São Paulo... : à l'époque do Cinema Novo*, um *cinema paulista* no «entre-lugar», realizada com apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), de 01 de junho de 2011 a 31 de maio de 2012 e da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), processos n.2012/05268-9, de 01 de junho de 2012 a 31 de março de 2016, e n.2013/10883-7, de 01 de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, bolsa de estágio de pesquisa no exterior. A tese deu origem ao livro *Um certo cinema paulista: entre o Cinema Novo e a indústria cultural (1958-1981)*. São Paulo: Alameda, 2019.

² Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Regional do Cariri (URCA). Crato-CE, e-mail: carolinegomesleme@gmail.com. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Autora dos livros *Ditadura em imagem e som: trinta anos de produções cinematográficas sobre o regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2013 e *Um certo cinema paulista: entre o Cinema Novo e a indústria cultural (1958-1981)*. São Paulo: Alameda, 2019.

prestígio intelectual para além do âmbito cinematográfico. Embora sua força enquanto movimento estético tenha se esvaziado no início dos anos 1970, os integrantes de seu núcleo (Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, Gustavo Dahl e Paulo Cesar Saraceni) mantiveram em larga medida coesão de grupo ao longo daquela década, o que contribuiu para a continuidade de suas carreiras, mobilizando e ampliando redes de relações anteriormente tecidas. Com a compreensão das mudanças de significado, é possível, então, estender o epíteto Cinema Novo para os anos 1970.³

Em paralelo à ascensão do Cinema Novo, um conjunto de cineastas estabelecidos em São Paulo produziam seus filmes de maneira relativamente esparsa, sem constituírem grupo coeso e sem integrarem organicamente outros núcleos de cineastas, seja o do próprio Cinema Novo, seja o de outros cineastas estabelecidos em São Paulo, como os “universalistas”⁴ (Rubem Biáfora, Flávio Tambellini, Walter Hugo Khouri, Alfredo Sternheim, entre outros) ou os jovens do Cinema Marginal, movimento emergente no pós-68, afinado com a contracultura. Roberto Santos, Luiz Sérgio Person, Maurice Capovilla, Sérgio Muniz, João Batista de Andrade, Francisco Ramalho Jr. e Renato Tapajós, a quem designamos “paulistas do entre-lugar”, pertenciam à “geração Cinema Novo” – ingressaram na vida adulta antes do golpe de 1964, eram oriundos dos meios universitários e com tendências políticas de esquerda –, mas, não fazendo parte do núcleo do movimento sediado no Rio de Janeiro, produziam conforme as condições disponíveis em São Paulo, o que envolvia recorrer à estrutura da Boca do Lixo paulistana, lócus de produção eminentemente comercial; realizar filmes sob encomenda ou trabalhar para a televisão e a publicidade. Transitando entre o “cinema de autor” e o “cinema comercial”, construíram trajetórias irregulares que os colocaram em posição relativamente secundária na História do Cinema Brasileiro. Sua filmografia, entretanto, abriga algumas obras fortes que por vezes são associadas aos principais movimentos da época, o Cinema Novo

³ Nos anos 1980 a configuração do meio cinematográfico e as condições de produção já são totalmente outras, particularmente após o encerramento da gestão de Celso Amorim (1979-1982) na Embrafilme. Ademais, 1981 é o ano da morte de Glauber Rocha, marco simbólico do fim do Cinema Novo.

⁴ A vertente “universalista” ou “cosmopolita” é entendida por José Mário Ortiz Ramos como aquela que não vê problemas em o cinema brasileiro “absorver, sem críticas, formas de produção e moldes artísticos estrangeiros” (RAMOS, 1983, p. 23). Além de questões estéticas, a temática existencial dos “universalistas” marca o contraponto com a problemática social levantada pela vertente “nacionalista” que está na base do Cinema Novo. Essa dicotomia na prática se apresenta mais matizada, mas o esquema é importante para compreender os polos do conflito que permeava o meio cinematográfico da época.

e o Cinema Marginal, a despeito de nenhum deles ter, efetivamente, feito parte do núcleo de um ou outro desses movimentos.

Pretendo aqui cotejar a abordagem prevalente do Cinema Novo, que ao longo de suas diferentes fases esteve inserido nos debates em torno da “questão nacional”, com a abordagem de determinada fração do cinema dos “paulistas do entre-lugar” que, menos centrada no “povo” e na “nação”, apresenta perspectiva crítica em relação à modernidade urbana capitalista. Ainda que a análise dos filmes constitua importante lastro para o texto, a exposição apresenta caráter mais horizontal de modo a possibilitar o desenvolvimento do argumento, considerando inclusive a ampla fortuna crítica existente sobre o Cinema Novo, com a qual dialogo.

1. O CINEMA NOVO E A QUESTÃO DA NAÇÃO

“O Brasil é um país que não existe (ainda). Por isso mesmo, é necessário lhe inventar um cinema” (DIEGUES, 1968, p.2, tradução nossa). Fragmento de um texto significativamente publicado na revista de cinema francesa *Positif* (de tendência abertamente à esquerda), a frase de Carlos Diegues dá mostra das pretensões do Cinema Novo. Nascido na virada dos anos 1950 para os 1960, o movimento buscou, e de certa maneira conseguiu, alçar o cinema brasileiro a um estatuto de intérprete artístico-cultural da nação, assim como fora a literatura modernista, notadamente aquela do romance social dos anos 1930. Glauber Rocha fala de uma “tomada do cinema pelos intelectuais” (ROCHA apud GERBER, 1982, p. 21) e Nelson Pereira dos Santos considera que “o Cinema Novo representou a descolonização do cinema, como a que tinha acontecido antes com a literatura”. (SANTOS apud RIDENTI, 2000, p. 90). Tratava-se de “redescobrir o Brasil”⁵ por meio do cinema que adquiria legitimidade de obra intelectual capaz de pensar os dilemas do país. A renovação temática, reivindicada desde os anos 1950 por críticos e cineastas de esquerda reunidos em torno da revista *Fundamentos* (entre os quais o veterano Nelson Pereira dos Santos), vai se coadunar com a renovação formal, no bojo do chamado “cinema moderno”⁶, buscando-se a elaboração de uma estética expressiva e

⁵ Eis outra frase significativa de Diegues: “minha geração foi a última safra de uma série de redescobridores do Brasil [...]” (DIEGUES apud RIDENTI, 2000, p. 50).

⁶ Cf. Xavier (2001).

original, em ruptura com a linguagem “clássica” hollywoodiana. Em texto de 1962, Glauber Rocha afirma:

Nosso cinema é novo não por causa da nossa idade. [...] Nosso cinema é novo porque o homem brasileiro é novo e a problemática do Brasil é nova e nossa luz é nova e por isto nossos filmes nascem diferentes dos cinemas da Europa. [...] Para nós a câmera é um olho sobre o mundo, o *travelling* é um instrumento de conhecimento, a montagem não é demagogia mas pontuação do nosso ambicioso discurso sobre a realidade humana e social do Brasil! Isto é quase um manifesto. (ROCHA, 2004b [1962], p. 52).

A luz “nova”, despojada, sem os artifícios de estúdio; a câmera na mão; a filmagem em exteriores; o som direto (quando possível); a montagem discursiva expressando uma interpretação crítica da realidade são todos elementos estéticos que convergem para os objetivos de reflexão político-social dos cinemanovistas. E é interessante observar nos textos de críticos e cineastas entusiastas do movimento, no Brasil e no exterior, palavras-chave intensamente recorrentes: “homem brasileiro”, “realidade social”, “autenticidade nacional”, “povo”, “Terceiro Mundo”, “revolução” (esta num amálgama do estético e do político), um vocabulário sintomático de um período histórico em que a afirmação da identidade nacional se ligava a um sentido político de esquerda no âmbito da luta anti-imperialista e anticolonial.

No Brasil, a problemática do subdesenvolvimento estava na ordem do dia e era informada de diferentes maneiras por discursos como os da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e do PCB (Partido Comunista Brasileiro).⁷ Inserido nesse contexto, o Cinema Novo viu no sertão a imagem síntese dos dilemas do país, aquela que melhor expressava nossa miséria, atraso e subdesenvolvimento. Criava-se a “estética da fome”, como formulou a posteriori Glauber Rocha (2004a [1965]), uma estética que buscava expressar de maneira violenta e não melodramática a condição brasileira. Assim, do precursor documentário *Aruanda* (Linduarte Noronha, 1960) à célebre “trilogia” do sertão com *Vidas Secas* (Nelson Pereira dos Santos,

⁷ Para uma discussão mais ampla e aprofundada sobre cultura e política no Brasil nos anos 1960 e 1970 ver Ridenti (2000, 2010).

1963), *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (Glauber Rocha, 1964) e *Os Fuzis* (Ruy Guerra, 1964), foram colocadas nas telas imagens do sol escaldante, da terra seca e craquelada do nordeste brasileiro, da população à margem da modernidade urbana capitalista.

Paralelamente ao sertão, a favela destaca-se como ambiente privilegiado para o cinema interessado em problematizar a realidade social do país, figurando, por exemplo, nos filmes pioneiros de Nelson Pereira dos Santos, *Rio, 40 graus* (1955) e *Rio Zona Norte* (1957); na obra coletiva em cinco episódios, *Cinco vezes favela* (Marcos Farias, Miguel Borges, Cacá Diegues, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirszman, 1962), realizada pelos jovens cinemanovistas então ligados ao CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE (União Nacional dos Estudantes); e em *A grande cidade* (1965), de Cacá Diegues. Espaços onde a miséria se apresentava de modo mais manifesto, sertão e favela constituíam também a base de um repertório de cultura popular a partir do qual se poderia construir uma identidade nacional forjada para a luta, para a transformação do país e a superação da herança colonial.

Embora em território urbano, a favela por vezes aparece nesses filmes como um lugar ainda não contaminado pela degradação da cidade, um reduto dos valores tradicionais, das relações comunitárias, da solidariedade. Trata-se de uma perspectiva integrada à “estrutura de sentimento da brasilidade (romântico) revolucionária” identificada por Marcelo Ridenti (2000, 2010), para a qual interessava “resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada no *homem do povo*, cuja essência estaria no espírito do camponês e do migrante favelado a trabalhar nas cidades” (RIDENTI, 2000, p. 25, grifo do autor). Assim, mesmo que tais filmes se situem na cidade, a problematização da modernidade urbana capitalista não é o seu eixo fundamental. O que se privilegia é um retrato do “povo”, aquele que compõe “um universo uno e mítico integrado por sertão, favela, subúrbios, vilarejos do interior ou da praia, gafeira e estádios de futebol”, conforme assinala Paulo Emilio Salles Gomes (1996, p. 103).

Quando focalizam o urbano, os cinemanovistas em geral deslocam o foco do outro, o “homem do povo”, para retratar seu próprio meio social, o da burguesia, classe média e intelectualidade. Esse deslocamento é, em larga medida, decorrência do golpe civil-militar de 1964 que abortou o projeto nacional que embalava o Cinema Novo e pôs abaixo as perspectivas

de transformação político-social que estavam no horizonte no início dos anos 1960. Ante a frustração, o Cinema Novo dedica-se a analisar de maneira (auto)crítica a postura do intelectual e da classe média em relação ao “povo” e ao poder, legando obras como *O desafio* (Paulo César Saraceni, 1965); *Terra em transe* (Glauber Rocha, 1967) e *O bravo guerreiro* (Gustavo Dahl, 1968).⁸

Na virada dos anos 1960 para os 1970, após a instauração do Ato Institucional n.5 que marcou o endurecimento do regime militar no Brasil, o Cinema Novo vive um outro momento, denominado por alguns teóricos como fase “tropicalista”, com largo uso da alegoria em filmes como *Brasil ano 2000* (Walter Lima Jr., 1968), *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (Glauber Rocha, 1969) e *Macunaíma* (Joaquim Pedro de Andrade, 1969).⁹ O rural se imbrica ao urbano numa perspectiva desiludida ante a modernização conservadora levada a cabo pelo regime ditatorial. Nesses filmes, conforme Ismail Xavier (2012, p. 434):

[...] o Brasil era uma totalidade em crise, um organismo que dava sinais de estar perdendo de vez a possibilidade de autodeterminação, quando parecia a ponto de ganhá-la. [...] O que está em pauta nesse drama é o que se assume como a vivência de um descaminho na passagem do arcaico ao moderno, embora em tese tal passagem fosse bem-vinda. Convicto desse descaminho, o nacionalismo do cinema novo foi um dilema renovado.

A maioria dos teóricos não considera mais o Cinema Novo como movimento a partir de 1973, mas seus remanescentes continuam filmando, em larga medida apoiados pela Embrafilme, empresa de capital majoritariamente estatal criada no âmbito das iniciativas do regime militar em relação à cultura. O “ciclo histórico do Cinema Novo ainda não havia terminado”, para usarmos as palavras de Randal Johnson (1984, p.3, tradução nossa). O Estado encampava à sua maneira o debate acerca do nacional-popular, formulando a Política Nacional de Cultura (PNC), e os cineastas egressos do Cinema Novo encontravam no auxílio estatal uma via para a industrialização do cinema brasileiro e o alcance da

⁸ Para uma visão geral sobre o Cinema Novo no pós-1964 ver, entre outros, Xavier (2001, 2012); Bernardet e Galvão (1983) e Johnson e Stam (org.) (1995).

⁹ Cf. Johnson e Stam, (1995, p. 37). Ver também Schwarz (1978).

audiência popular.¹⁰ Nem todos os (ex) cinemanovistas integraram-se a esse movimento “conciliatório” – Ruy Guerra, por exemplo, é marcante exceção¹¹ – sendo diferentes os caminhos adotados por cada um deles; contudo, uma tendência que ganhou destaque nesse período foi a elegia da cultura popular brasileira com o abandono das interpretações “sociologizantes”, passando ao largo das contradições sociais e conflitos de classe. Destacam-se nessa linha os longas *O amuleto de Ogum* (Nelson Pereira dos Santos, 1974); *Xica da Silva* (Cacá Diegues, 1976) e *Tenda dos Milagres* (Nelson Pereira dos Santos, 1977).

Em 1980, fechando esse ciclo, temos o lançamento de *Bye bye Brasil*, de Cacá Diegues, filme emblemático da trajetória do Cinema Novo. Por meio do percurso de uma caravana de artistas itinerantes pelo Brasil, o filme lida com o imbricamento entre o rural e o urbano, o sertão e a cidade, a cultura popular e os meios de comunicação de massa, o arcaico e o moderno, o nacional e o internacional e sintetiza de maneira *sui generis* os dilemas de um cinema que se propôs crítico, vislumbrou a transformação e se debateu com a realidade para ao fim, de algum modo, se resignar diante dela. A despedida que se anuncia no título, é a um Brasil que se esvai e também a um projeto de emancipação nacional que movera um segmento considerável da intelectualidade vinte anos antes. Aceita-se a condição nacional, como destino, de maneira resignada ou até mesmo apologética. A avaliação de Cacá Diegues é significativa:

Uma coisa que acho curiosa é a visão que os críticos europeus tiveram do filme em relação aos críticos americanos. Na Europa é visto como um filme muito triste, melancólico, sobre um paraíso que está sendo destruído, que se acabou. Enquanto que nos Estados Unidos é visto como um filme muito feliz, eufórico, cheio de esperança, sobre uma civilização que está começando. Prefiro a visão dos americanos. (DIEGUES apud OROZ, 1984, p. 160).

Ainda que seja necessário considerar as diferenças importantes entre os cineastas do Cinema Novo – Ruy Guerra e Leon Hirszman, por exemplo, realizam no mesmo período *A queda* (1978) e *Eles não usam black-tie* (1981), respectivamente, em caminhos bastante diferentes daquele de

¹⁰ Cf. Ramos (1983) e Jorge (2002).

¹¹ Cf. Johnson (1984).

Bye bye Brasil – o quadro esboçado anteriormente ajuda a compreender as principais linhas de força do movimento e suas características predominantes em cada época. Quando se acompanha, por exemplo, a recepção do Cinema Novo no exterior, percebe-se que Glauber Rocha e Cacá Diegues assumiram posições condutoras do debate, com discursos pautados fortemente nas questões da brasilidade, do anticolonialismo, do anti-imperialismo e do terceiro-mundismo.¹² Ademais, o ensaio *Estética da fome* de Rocha (2004 [1965]) assumiu o papel de manifesto, servindo como guia para a apreensão do Cinema Novo, em contexto nacional e internacional, até os dias atuais. Com um vocabulário de teor político bastante marcado, o texto frisa os embates anticoloniais, a centralidade da fome como emblema do subdesenvolvimento – “nossa originalidade é nossa fome” – e reivindica a violência como força de transformação.

A busca de uma matriz revolucionária original é um traço forte do projeto do Cinema Novo, no qual o estético se imbuí de sentido político e se afina ao contexto das lutas de libertação nacional. As características constitutivas do Brasil – e, mais largamente, do Terceiro Mundo, sobretudo para Rocha em sua obra mais tardia – carregariam em si um potencial revolucionário singular, como defendeu Diegues que, num panorama sobre a produção cinemanovista para a *Positif*, fala da formação de uma nova “consciência popular” que estaria na base de uma:

[...] civilização tropicalista ou antropofágica ou orgiástica, qualquer nome que se dê; uma civilização que não aceita a escolha entre o subdesenvolvimento e a sociedade de consumo mas que se prepara para participar da fundação de uma nova História popular cuja ação sobre o regime social-político-econômico (necessária) é apenas um passo em direção a uma nova humanidade. (DIEGUES, 1970, p. 46, tradução nossa).

É um exemplo claro do que Ridenti (2010) caracterizou como aposta numa “brasilidade revolucionária”.

¹² Trabalhamos diretamente com textos e entrevistas sobre o Cinema Novo publicados em revistas como as francesas *Positif*, *Cahiers du Cinéma* e *Image et son*. Cf. Leme (2015). Para uma visão geral sobre a recepção do Cinema Novo pela crítica francesa ver o trabalho de Alexandre Figueirôa (2004).

2. RIO X SÃO PAULO: “CAPITALIDADE” X COSMOPOLITISMO E A PROBLEMÁTICA DA MODERNIDADE

Carlos Pinto (2013), em sua tese sobre a representação da cidade do Rio de Janeiro pelo Cinema Novo, defende que, ao lado da representação do sertão, uma das faces mais marcantes do movimento é sua vinculação com a vivência urbana carioca. O Rio de Janeiro, conforme diferentes pesquisas já analisaram, foi o berço e a principal sede do Cinema Novo, o lugar onde se constituiu como grupo e também o lugar a partir do qual o grupo estabelecido exerceu influência sobre o Estado por meio de suas redes de relações.¹³ Na perspectiva de Pinto (2013), o fato de vários dos cinemanovistas serem oriundos de outros estados do país atesta o poder de atração que o Rio exercia. Para além das condições de produção cinematográfica da época, de que trataremos mais adiante, o argumento do autor vai no sentido de que a escolha por filmar no Rio, e, sobretudo, filmar *o* Rio, se explica por motivações intelectuais e estéticas. Mesmo após deixar de ser, em 1960, a capital federal, a cidade continuou abrigando instituições nacionais importantes e permaneceu por longo tempo a exercer sua “capitalidade”. No imaginário social, o Rio de Janeiro era sinédoque do Brasil, sintetizando as características contraditórias do país e contendo em si os principais elementos do que se entendia como identidade nacional: “Por um lado, a favela surgia como índice de uma nacionalidade positiva e desejada, por outro, os ícones urbanos eram transmutados em indícios de uma brasilidade difusa, ao mesmo tempo selvagem e moderna [...]”. (PINTO, 2013, p.237).

Características geográficas e condições históricas diferenciam largamente a cidade de São Paulo da cidade do Rio de Janeiro. Principal lócus da industrialização brasileira, polo de atração de imigrantes estrangeiros ou de outras regiões do Brasil, São Paulo se estabeleceu desde cedo como nosso ícone da modernidade¹⁴, signo da metrópole cosmopolita, imagem intensificada após o surto da indústria automobilística e a entrada de empresas multinacionais promovidos pelo governo Juscelino Kubitschek. Enquanto o Rio figura no imaginário social como a “cidade maravilhosa”, vitrine do Brasil, paraíso tropical emoldurado pelas paisagens deslumbrantes

¹³ Cf. Yuta (2004), Simonard (2006) e Fernandes (2008).

¹⁴ Ver, por exemplo, o filme *São Paulo, sinfonia da metrópole* (Rodolfo Lustig e Adalberto Kemeny, 1929), congêneres de *Berlim, sinfonia da metrópole* (Walter Ruttmann, 1927);

e embalado pela cadência alegre do samba, São Paulo é a cidade cinza, de concreto e fumaça, capital do trabalho, do dinheiro e do progresso, não raro comparada a Nova York em suas características cosmopolitas.¹⁵ Abastecidas inclusive pelo cinema, essas visões perduram historicamente.

Para Glauber Rocha: “São Paulo, no Brasil, é um país estranho como cultura. Está além de nossa estrutura geral no que se refere a progresso e muito diferente do resto do Brasil na formação de sua gente. Sua cultura é mais importada e mais desligada de nossa realidade” (ROCHA, 1959 apud YUTA, 2004, p.102). A partir desse “diagnóstico”, a figura maior do Cinema Novo condenou o cinema paulista ao fracasso:

O cinema paulista foi um cinema sem possibilidades: erro de raízes, origens culturais, conhecimento do Brasil e seus problemas. Os cineastas paulistas erram, e errarão sempre, pelo sentido de grandiosidade que marca esta própria civilização. [...] Neste meio difuso, metropolitano e descaracterizado – aberto a todas as correntes culturais do mundo que são importadas mas pessimamente digeridas – é possível a deformação de talentos. *Gimba, presidente dos valentes*, de Flávio Rangel, é um lamentável exemplo disso. (ROCHA, 2003 [1963], p. 116-117).

Para além das características históricas e culturais de São Paulo, a malograda experiência paulista da Companhia Cinematográfica Vera Cruz na década de 1950 era referência a ser superada: cinema de estúdio, empreendido pela burguesia paulistana com pretensões industriais, técnicos estrangeiros, moldes artísticos importados, temáticas “universalistas” ou retratos “inautênticos”, caricaturais e folclorescos do povo brasileiro. O Cinema Novo pretendia caminhar em via diametralmente oposta. E a cidade de São Paulo, onde ainda tinham força críticos e cineastas identificados com as propostas veracruzianas (B.J. Duarte, Rubem Biáfora, José Júlio Spiewak, Alfredo Sternheim, Walter Hugo Khouri), foi considerada “túmulo do cinema”, como a

¹⁵ É interessante, por exemplo, acompanhar a descrição do crítico francês Louis Marcorelles em seu texto de introdução à entrevista conjunta com o carioca Cacá Diegues e o paulista Sérgio Muniz. Enquanto o Rio é “o Brasil para turistas, o Brasil do carnaval, da bossa nova, das mais belas garotas do mundo, uma loucura aceita como o pão de cada dia numa aparente despreocupação”, São Paulo é a “metrópole das metrópoles”, “cidade à americana onde a miséria mais gritante está ao lado dos signos extravagantes da modernidade”; que “imita em pequena medida Nova York com sua gama de comunidades italiana, portuguesa, japonesa, libanesa etc”. (MARCORELLES, 1968, p. 50, tradução nossa).

designou Nelson Pereira dos Santos, paulistano de geração anterior à dos jovens cinemanovistas, que se radicou no Rio de Janeiro e foi incorporado ao movimento do Cinema Novo:

Fui ficando no Rio e também não podia voltar para São Paulo, que não só era o túmulo do samba, como também o túmulo do cinema. Com o fracasso da Vera Cruz e aquelas outras empresas de produção – Maristela, Multifilmes e tal –, a idéia de fazer cinema em São Paulo era coisa ultrapassada. (SANTOS apud D'ÁVILA, 2002, p. 28).

No Rio de Janeiro, Nelson Pereira dos Santos encontrou condições de produção cinematográfica mais favoráveis – especialmente após a criação da CAIC (Comissão de Apoio à Indústria Cinematográfica) em 1963, vinculada ao Estado da Guanabara – e ao mesmo tempo encontrou o cenário que lhe parecia ideal para tratar das questões nacionais. Sobre a escolha da cidade para realizar seus primeiros filmes, *Rio, 40 graus* (1955) e *Rio Zona Norte* (1957) – além do não realizado *Rio Zona Sul*, que completaria a trilogia –, afirma: “Eu sabia, e isso continua hoje, que no Rio encontra-se uma imagem do Brasil inteiro”. (SANTOS apud DE CÁRDENAS; TESSIER, 1972, p. 63, tradução nossa).

Em análise dos já referidos filmes *Rio, 40 graus*; *Rio Zona Norte*; *Cinco vezes favela* e *A grande cidade*, Pinto (2013) nota a mobilização da “capitalidade” do Rio pelo Cinema Novo, em construções fílmicas que salientam os contrastes entre “morro” e “asfalto”, numa dualidade entre a “autenticidade” da favela e a modernidade da cidade. Já no outro conjunto de filmes analisados – *Os cafajestes* (Ruy Guerra, 1959), *O desafio* (Paulo César Saraceni, 1964), *Garota de Ipanema* (Leon Hirszman, 1967) e *Todas as mulheres do mundo*¹⁶ (Domingos de Oliveira, 1967) – o autor observa enfoque maior do meio urbano que é captado numa abordagem mais intimista que parte das vivências privadas dos personagens, próximos ao universo dos cineastas, isto é, da classe média que habita ou circula pela Zona Sul. Roberto Noritomi (1997), ao analisar o *corpus* de quatro filmes – *Os cafajestes* (Ruy

¹⁶ Conforme reconhece Pinto (2013), o filme de Domingos de Oliveira não pertence ao Cinema Novo mas pode ser considerado como “orbitando à volta do movimento” (PINTO, 2013, p. 17).

Guerra, 1959), *São Paulo, Sociedade Anônima* (Luiz Sérgio Person, 1964)¹⁷, *Porto das Caixas* (Paulo César Saraceni, 1963) e *A falecida* (Leon Hirszman, 1965) – que considera constituir “uma alternativa urbana dentro do Cinema Novo”, igualmente observa uma abordagem construída a partir da esfera privada, distanciada do “calor político-ideológico do populismo” (que, nas palavras dele, marcaria os demais filmes da primeira fase do Cinema Novo), dando espaço a questões como a liberação sexual feminina, as relações de gênero e as crises existenciais.

Com esse panorama somado ao exposto no tópico anterior, verifica-se que nas principais linhas de força do Cinema Novo ao longo dos anos 1960 e 1970 não há preocupação central em problematizar as contradições da modernidade urbana capitalista. Embora toda generalização seja questionável por negligenciar singularidades fundamentais¹⁸, meu argumento vai no sentido de que o Cinema Novo guarda uma relação ambígua com a modernidade, oscilando entre uma crítica romântica (a cidade como lugar da dissolução dos valores em contraste com a “pureza” e “autenticidade” das favelas e do campo, etc) e uma visão positiva em que o moderno é o ideal a alcançar, num horizonte de superação do “atraso” e do subdesenvolvimento. No pós-67, sob influxo do tropicalismo, conforme assinala Ismail Xavier (1984, 2001, 2012), o dualismo entre arcaico e moderno se dilui numa imbricação mútua e por vezes ambivalente. E, nessa linha, há críticas e sátiras em relação à modernização conservadora promovida pelo regime militar em filmes como os já mencionados *Brasil ano 2000*; *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* e *Macunaíma*. A questão nacional, entretanto, continua sendo o cerne da discussão nas produções dos principais egressos do Cinema Novo ao longo dos anos 1970 e as contradições próprias da modernidade permanecem em segundo plano. A meu ver, o movimento, em suas faces prevalentes, bem representa uma corrente de pensamento à esquerda, para a qual, conforme observou argutamente Roberto Schwarz, “[...] o problema não estava na marcha do

¹⁷ Tratarei de *São Paulo, Sociedade Anônima* no tópico 4. Não o considero filme do Cinema Novo pois seu realizador, Luiz Sérgio Person, nunca fez parte do grupo sediado no Rio, tendo realizado este e seus outros filmes por caminhos bastante diferenciados, além de ter rejeitado explicitamente em entrevistas aproximações com o movimento. O pertencimento de Ruy Guerra, por exemplo, ao grupo é conturbado, com rejeições recíprocas, porém, houve uma proximidade efetiva no início dos anos 1960.

¹⁸ Penso que notadamente *Os cafajestes* (Ruy Guerra, 1959) e *A falecida* (Leon Hirszman, 1965) – de novo Guerra e Hirszman como exceções – merecem um olhar cuidadoso sob este aspecto.

mundo, mas apenas em nossa posição relativa dentro dela.” (SCHWARZ, 1999, p. 161).

Renato Ortiz em *A moderna tradição brasileira* (1988), desenvolve o argumento de que no Brasil, assim como em outros países subdesenvolvidos, o moderno assumiu em si uma conotação positiva para uma extensa corrente de pensamento que tendeu a associar o projeto nacional a uma “vontade de modernidade” que surge numa estrutura social que ainda não completara o processo de modernização. O autor defende que essa concepção, presente em tendências ideologicamente diversas, teve um papel historicamente progressista quando se contrapôs às forças sociais oligárquicas e conservadoras, assim como ao imperialismo internacional, mas, teve também um resultado negativo: “o de termos mergulhado numa visão acrítica do mundo moderno”. (ORTIZ, 1988, p. 36). Assim, as críticas à modernidade tenderam a vir de intelectuais conservadores, como Gilberto Freyre, que valorizavam o polo tradicional, ao passo que o pensamento progressista se preocupava eminentemente com a superação do “atraso”. Essa tendência geral do pensamento social brasileiro à acriticidade em relação ao mundo moderno seria um dos fatores explicativos para o “relativo silêncio” sobre a “cultura de massa” no Brasil, sendo os primeiros artigos sobre o tema publicados somente no final dos anos 1960 e, mesmo assim sem que a discussão sobre ele adquirisse centralidade, uma vez que o “[...] eixo do debate permanece ainda a questão nacional.” (ORTIZ, 1988, p. 15). Conforme sugere o autor, é possível que a vigência do regime autoritário tenha sido um fator motivador desse silêncio, ao canalizar os debates para as problemáticas políticas nacionais, sendo sintomático que nos anos 1970 o referencial gramsciano tenha ganhado destaque nas análises de cultura no Brasil em detrimento do referencial frankfurtiano.

As considerações de Ortiz (1988) se coadunam com a argumentação aqui esboçada em relação à ênfase predominante na “questão nacional” que atravessa as diferentes fases do Cinema Novo. Essa característica do movimento fica ainda mais realçada quando a contrastamos com a abordagem de determinada fração do cinema paulista na qual está menos em questão a problemática do “povo”, da “nação” e do subdesenvolvimento do que as contradições da própria modernidade, incluindo um olhar agudo sobre o universo da indústria cultural. Antes de passarmos a esses filmes, cabem alguns esclarecimentos

quanto às condições de produção cinematográfica da época e o “lugar” dos cineastas paulistas naquele quadro.

3. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA E OS “PAULISTAS DO ENTRE-LUGAR”

O malogro da experiência da Vera Cruz e de outras produtoras paulistas que surgiram na esteira dela deixou para São Paulo não só um estigma “cultural”, por assim dizer, mas acarretou também consequências econômicas, como a dificuldade de se obter financiamentos junto aos bancos. Relata o cineasta João Batista de Andrade:

[...] aqui em São Paulo a gente lutou muitas vezes para tentar que o Banco do Estado financiasse. Nós tentamos inclusive o Banco Nacional aqui também, mas era muito fechado, e o Banco do Estado não queria nem saber porque ainda tinha dívidas da Vera Cruz. Então havia esse lado econômico negativo. (ANDRADE apud SOUZA; SAVIETO, 1980, p. 37).

Reclamação semelhante faz Maurice Capovilla à reportagem de José de Moura (1966): “só está faltando uma coisa para o cinema paulista: financiamento”. (CAPOVILLA apud MOURA, 1966). A comparação com a conjuntura carioca é inevitável. Ambos os cineastas fazem referência ao apoio da CAIC, vinculada ao Banco do Estado da Guanabara, ao Cinema Novo, que teve ainda o Banco Nacional de Minas Gerais como relevante apoiador. De acordo com Luciano Fernandes (2008) e Júlia Carvalho (2008), as redes de relações dos cinemanovistas abriram caminhos para o acesso a esses financiamentos, contribuindo substancialmente para a viabilidade do movimento¹⁹

Arelação de filmes citados por Carvalho (2008) mostra que o apoio da CAIC beneficiou os principais nomes do Cinema Novo por toda

¹⁹ Segundo Fernandes (2008), no trânsito junto à CAIC teria contribuído o relacionamento do produtor Luiz Carlos Barreto com o vice-governador Rafael de Almeida Magalhães, a amizade de Glauber Rocha com Luís Carlos Mendes, filho do deputado baiano João Mendes que era amigo do governador Carlos Lacerda, bem como o parentesco de Joaquim Pedro de Andrade com Almeida Braga, presidente do Banco do Estado da Guanabara. E o Banco Nacional de Minas Gerais era presidido por Magalhães Lins, casado com uma prima de Joaquim Pedro. Carvalho (2008) assinala a influência direta de Glauber Rocha na escolha de um dos secretários executivos da CAIC, Fernando Ferreira, que atuou de 1966 a 1969.

a década de 1960, sendo que a atuação da comissão se dava não apenas no financiamento aos projetos, mas também na concessão de premiações em dinheiro aos filmes considerados de qualidade, além de colaborar para a realização de eventos como o Festival Internacional do Filme. Desse modo, avalia o cineasta Walter Lima Jr.:

Mais do que financiar, a CAIC fomentou a criação de um pólo de produção cinematográfica no Rio. E eu acho que boa parte do Cinema Novo de então foi produzido pela CAIC. Se não produzido, recebeu de alguma forma os efeitos de sua existência”. (LIMA JÚNIOR, 2005 apud CARVALHO, 2008, p. 9).

Paulo César Saraceni vai na mesma direção ao afirmar: “Com a CAIC e o Banco Nacional estávamos feitos. Foi, de longe, a melhor ajuda governamental que o cinema brasileiro teve em toda a sua trajetória.” (SARACENI, 1993, p. 162).

Em 1966, ainda sob vigência da CAIC, é criado o INC (Instituto Nacional de Cinema) sob hegemonia do grupo “universalista” que até então se organizava em torno do GEICINE (Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica), criado em 1961. Capitaneado por Flávio Tambellini, que se tornou o primeiro presidente do INC, este grupo foi alvo de forte oposição de cinemanovistas, como Glauber Rocha e Nelson Pereira dos Santos que protestaram publicamente contra a criação do Instituto que, de fato, nos primeiros anos de seu funcionamento, privilegiou o grupo “universalista”, embora tenha destinado recursos a alguns filmes ligados ao Cinema Novo.²⁰

Em 1969 é criada a Embrafilme, Empresa Brasileira de Filmes S.A., de capital majoritariamente estatal. Atuando a princípio em complementaridade com o INC, a empresa foi ganhando força e em 1975 absorveu oficialmente as funções daquele instituto, que foi extinto. A nova fase, na qual a Embrafilme teve o orçamento aumentado e assumiu as atividades de coprodução, coincide com a gestão do cineasta Roberto Farias, cuja nomeação para diretoria da empresa, em 1974, passou por influência direta do grupo do Cinema Novo²¹. O setor de distribuição da

²⁰ Cf. Ramos (1983) e Johnson (1987, appendix B, p. 202-204).

²¹ Segundo Fernandes (2008), o pai de Cacá Diegues, Manuel Diegues Jr., dirigente do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, teria indicado, diretamente ao amigo ministro Ney

empresa foi impulsionado e a direção desta área ficou a cargo do egresso do Cinema Novo, Gustavo Dahl. Diversos autores, como José Mário Ortiz Ramos (1983), Randal Johnson (1987), Tunico Amâncio (2000) e Marina Soler Jorge (2002) indicam que particularmente durante o período 1974-1979, a Embrafilme favoreceu em seus aportes produções cariocas, notadamente ligadas a cineastas oriundos do Cinema Novo.

Percebe-se, assim, que o período em que o grupo do Cinema Novo esteve relativamente “desamparado” do apoio de órgãos estatais foi entre 1969 e 1974, período que coincide com o recrudescimento da repressão ditatorial. Em 1969, o então secretário-executivo da CAIC, Fernando Ferreira, apoiador dos cinemanovistas, foi substituído por um militar²² e o INC estava sob hegemonia do grupo “universalista”. Não obstante, mesmo nessa época, verifica-se que a produção dos cinemanovistas não foi interrompida. Alguns filmes receberam recursos do INC e a primeira carteira de financiamentos da Embrafilme, antes da gestão Roberto Farias, também destinou recursos a filmes do grupo²³. Além disso, os cinemanovistas acionaram suas redes de contato no exterior no momento de maior repressão política no Brasil, o que lhes permitiu realizar vários filmes em produção ou coprodução estrangeira²⁴.

Diante do exposto, ainda que não se possa creditar o êxito artístico e o prestígio do Cinema Novo às redes de relações ou à influência de seus integrantes, deve-se considerar a importância significativa ou mesmo decisiva desses fatores na continuidade da sua produção, permitindo aos seus principais membros realizarem em média um longa-metragem a cada dois anos, mesmo nos períodos mais difíceis. Isso esteve longe de ocorrer com outros cineastas brasileiros, sejam aqueles expoentes do chamado “cinema independente” dos anos 1950 que em grande parte deixaram de filmar ao longo dos anos 1960 e 1970, como César Mêmolo Jr., Galileu Garcia,

Braga, o nome de Roberto Farias para a direção da Embrafilme.

²² Cf. Carvalho (2008, p. 8).

²³ Cf. Jorge (2002, p.177).

²⁴ Glauber filma *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1969) com apoio das televisões francesa e alemã realiza na sequência quatro filmes no exterior: *O Leão de Sete Cabeças* (Congo, Itália, França, 1970); *Cabeças Cortadas* (Espanha, 1970); *História do Brasil* (Cuba, Itália, 1972-1974, codireção de Marcos Medeiros) e *Claro* (Itália, 1975), além de montar em Cuba *Câncer* (1968-1974), que fora filmado no Brasil. *Como era gostoso o meu francês* (Nelson Pereira dos Santos, 1971) conta com coprodução francesa, além de recursos do INC; *Quem é beta* (Nelson Pereira dos Santos, 1972) é também uma coprodução francesa e *Os Inconfidentes* (Joaquim Pedro de Andrade, 1972) e *Uirá – um índio em busca de Deus* (Gustavo Dahl, 1973) são realizados em coprodução com a TV italiana.

Rodolfo Nanni e Alex Viany; sejam os “universalistas” que gozaram de um breve período de hegemonia, mas perderam força e tiveram dificuldades para continuar produzindo; sejam os jovens do Cinema Marginal que por vezes filmaram um único longa-metragem ou seguiram carreira aproximando-se do cinema erótico; sejam ainda os “paulistas do entre-lugar” que se dedicaram a atividades alheias à direção cinematográfica, tal como a publicidade e a televisão, construindo trajetórias significativamente irregulares, com afastamento do cinema notadamente no período entre 1971 e 1976.

Nesse sentido, é possível argumentar que, embora a consolidação da indústria cultural no Brasil²⁵ fosse um fator que estava colocado para os artistas e intelectuais brasileiros em geral, os cineastas egressos do Cinema Novo e os “paulistas do entre-lugar” tiveram que lidar com a questão de maneira diferenciada. Enquanto os cinemanovistas se inseriram no “mercado” a partir da relação com a estatal Embrafilme que lhes facultou em larga medida a preservação da dimensão autoral e a continuidade de suas filmografias, mesmo dentro de certos limites tácitos envolvidos, por exemplo, no objetivo comum de alcançar o grande público, os “paulistas do entre-lugar”, com severas dificuldades em levantar recursos para seus projetos autorais, lidaram muito mais de perto com os constrangimentos da indústria cultural, tendo que realizar seus projetos dentro de limites mais estreitos e sendo eles mesmos mão de obra dessa indústria.

Pode-se supor que a visão de dentro, tanto do meio publicitário como televisivo, trouxe a esses “paulistas do entre-lugar” elementos mais concretos para a crítica da indústria cultural, numa perspectiva que não meramente condena a televisão como instrumento de alienação, como num discurso raso de esquerda, mas aponta os mecanismos de reificação que perpassam essas instâncias-chave do capitalismo avançado, como se vê, por exemplo, no episódio de Roberto Santos para *As cariocas* (1966), em *Bebel, a garota-propaganda* (Maurice Capovilla, 1967) e *Os amantes da chuva* (Roberto Santos, 1979).

No ensaio *Operário, personagem emergente*, Jean-Claude Bernardet (1980) esboça a hipótese de que o desenvolvimento do capitalismo no

²⁵ Segundo Ortiz (1988), ainda que nas décadas de 1940 e 1950 se observe uma expansão de empreendimentos relacionados à chamada “cultura de massa”, é somente nas décadas de 1960 e 1970, no contexto de modernização promovida pelo regime militar, que se consolida no Brasil um “mercado de bens culturais” integrado a uma “sociedade de consumo” e pautado por uma racionalidade empresarial.

Brasil e seu avanço sobre a área cultural, incluindo o cinema, foram fatores determinantes para que o personagem operário surgisse com centralidade nos filmes brasileiros dos anos 1970.²⁶ Os cineastas proletarizados – “cada dia mais despossuídos de sua aura de prestígio cultural e cada vez mais assalariados” (BERNARDET, 1980, p. 33) – tornar-se-iam mais aptos a “considerar a sociedade brasileira sob o ângulo da evolução do capitalismo” (BERNARDET, 1980, p. 34), o que os levaria a colocar em tela o operário.

Ainda que seja necessário considerar outras mediações, essa hipótese nos parece sugestiva como ponto de partida para pensar o caso de nossos “paulistas”. No contexto de consolidação da indústria cultural no Brasil, nos anos 1960 e 1970, esses cineastas estiveram no meio do processo. E não só como cineastas – aqui se insere a dicotomia cinema comercial/cinema de autor e é possível supor que os cinemanovistas, mesmo em sua relação com a Embrafilme, se viam como artistas-autores e não como trabalhadores da indústria cultural – mas sobretudo por trabalharem nos âmbitos de menor prestígio cultural dessa indústria: a publicidade e a televisão. Estas eram constituídas não somente por garotas-propaganda e vedetes (figuras recorrentes no cinema paulista, como veremos adiante) mas também por intelectuais, como o jornalista que se converte em publicitário em *Anuska, manequim e mulher* (Francisco Ramalho Júnior, 1968) para aumentar seus ganhos e atender aos desejos de consumo da amada manequim; ou o dramaturgo que complementa seu salário de professor escrevendo, em ritmo industrial, trabalhos medíocres para a televisão em *À flor da pele* (Francisco Ramalho Jr., 1976). Ademais, a cidade de São Paulo parece ser lugar privilegiado para apreender as questões que circundam a modernidade urbana capitalista. Sede do capitalismo industrial brasileiro, São Paulo foi também berço das primeiras grandes produtoras de filmes publicitários que surgiram em 1957, absorvendo mão de obra da falida Companhia Cinematográfica Vera Cruz, e se proliferaram nas décadas seguintes, atingindo, segundo Ramos (2004, p. 64), cerca de 70 a 80% das 150 empresas do ramo nos anos 1980.

²⁶ Remanescentes do Cinema Novo também retrataram o operário no final dos anos 1970, como Ruy Guerra, em *A queda* (1978); Leon Hirszman em *ABC da greve* (1979/1991) e *Eles não usam black-tie* (1981) e Arnaldo Jabor em *Tudo bem* (1978).

4. A MODERNIDADE URBANA CAPITALISTA PELAS LENTES DOS “PAULISTAS DO ENTRE-LUGAR”

Há duas vertentes paralelas na produção dos “paulistas do entre-lugar”, perceptíveis quando suas obras são tomadas em conjunto ou mesmo na trajetória individual de cada cineasta. De um lado, há filmes, não só do início dos anos 1960 mas também dos anos 1970, que colocam em tela o Brasil “profundo”, rural e tradicional, como, por exemplo, *A hora e a vez de Augusto Matraga* (1966) e *Um anjo mau* (1971) de Roberto Santos; *Terra dos Brasis* (1971), *O último dia de Lampião* (1975) e *O boi misterioso e o vaqueiro menino* (1979) de Maurice Capovilla; *Vila da barca* (1964) de Renato Tapajós e a grande maioria dos filmes de Sérgio Muniz, entre os quais, *Roda é outras histórias* (1965); *O povo do Velho Pedro, anotações* (1967) e *De raízes e rezas, entre outros* (1972). De outro lado, há um conjunto de obras que apresentam distanciamento da tônica da “questão nacional” e da problemática do subdesenvolvimento em benefício de um deslindamento das contradições da modernidade urbana capitalista, abordando temáticas como o trabalho alienado, a indústria cultural e a reificação das relações sociais. De maneira consideravelmente distinta das linhas de força do Cinema Novo, essa segunda vertente constitui uma linha singular a perpassar com certa continuidade e coerência a filmografia dos diferentes “paulistas do entre lugar” ao longo dos anos e é ela que nos interessa investigar mais de perto, considerando estar aí a contribuição diferencial desse cinema paulista.

Abre essa vertente *O grande momento* (1958), de Roberto Santos, veterano que está para os “paulistas” assim como Nelson Pereira dos Santos esteve para os cinemanovistas. Assinalado por Bernardet (1967) como um “marco na filmografia brasileira” por focalizar o ambiente urbano e ter o dinheiro como “motor do enredo” numa época em que o nascente cinema de preocupação social voltava-se para a favela ou para o sertão, o filme, de nítida influência neorrealista, gira em torno das dificuldades de um jovem trabalhador para custear as despesas de seu casamento, o “grande momento”. Embora o dinheiro seja o mediador das relações entre os personagens, que se comportam de maneira bastante individualista, são notáveis no filme resquícios de um ethos comunitário e de personalidade nas relações, ainda não pautadas exclusivamente pelo cálculo racional, o que já não se perceberá em *São Paulo, Sociedade Anônima*, no qual os personagens,

atomizados, não fazem parte de um universo compartilhado e estabelecem relações motivadas pelo interesse em detrimento do sentimento.

Esteticamente, o filme de *Person* também se diferencia daquele de Santos. Enquanto *O grande momento* apresenta uma singela narrativa linear, com montagem clássica e tomadas externas entremeadas a cenas filmadas em cenários reconstruídos em estúdio, *São Paulo S.A.* adota características do cinema moderno com narrativa não-linear, fragmentada, marcada por movimentos e enquadramentos de câmera arrojados e pelo corpo-a-corpo com as ruas, inserindo câmera e personagens no fluxo “real” da cidade. Diferentemente de *O desafio*, lançado na mesma época e por vezes objeto de análises aproximativas, o filme de *Person*, embora inclua uma crítica ao capital estrangeiro e à industrialização dependente, centra-se menos na “questão nacional” e mais numa problemática geral concernente à modernidade capitalista. A vida do protagonista Carlos, homem de classe média que trabalha para a indústria automobilística, é uma vida administrada, de relações reificadas e na qual o trabalho não traz realização humana. Ele é mais um na São Paulo caracterizada como “cidade-máquina”, nos termos de Ismail Xavier (2006).

É interessante notar que embora o drama de *São Paulo S.A.* esteja longe de ser privado – desde o título já se remete à moderna configuração econômica em correspondência com a moderna configuração social sob o capitalismo – a recepção europeia do filme o apreendeu como um filme “intimista”, de moldes antonionianos, expressando reservas que contrastam com a recepção entusiasmada ao Cinema Novo, notadamente do ciclo sertanejo.²⁷ O caráter social do filme de *Person* – a meu ver muito mais marcado do que os da “trilogia da incomunicabilidade” de Antonioni com os quais é comparado – é em larga medida negligenciado pela crítica estrangeira, ávida por uma “brasilidade” original e revolucionária.

Outro aspecto relevante de *São Paulo S.A.* e que marca o cinema paulista é a abordagem do universo da indústria cultural e de seu “elixir da vida”²⁸, a publicidade. O filme de *Person* é talvez o primeiro filme brasileiro a trazer como personagem a modelo publicitária, deslindando por meio da personagem Ana um universo de objetificação do corpo e

²⁷ Cf, por exemplo, as observações do crítico Jean Delmas (1967) e do crítico anônimo (assinado “R.P”) em “NOVO...” (1967), assim como as avaliações italianas recolhidas por Moraes (2010, p. 88-91).

²⁸ A expressão é de Adorno e Horkheimer (1985, p. 151).

de relações instrumentais, problemática que será objeto central do longa *Bebel, garota propaganda* (Maurice Capovilla, 1967, baseado no romance *Bebel que a cidade comeu*, de Ignácio de Loyola Brandão). Nesse filme de Capovilla – cineasta que já abordara de maneira crítica os bastidores do espetáculo em *Subterrâneos do futebol* (1964)²⁹ – é bastante evidenciado o processo de reificação por que passa a personagem título. Como garota-propaganda, Bebel vende não apenas a força de trabalho, mas os próprios atributos físicos que conferem valor à mercadoria anunciada e separam-se da sua constituição enquanto sujeito, tornando-a mero objeto a se confundir com a mercadoria: exibida, desejada e consumida. Processo análogo ocorre quando para se tornar “estrelinha” da televisão ela é coagida a manter relações sexuais com o produtor do programa. Ao final do filme, após efêmero sucesso, a personagem volta para o subúrbio da cidade e, sem vislumbrar alternativas, aceita a proposta de ser “rifada” a frequentadores de uma casa noturna, explicitando-se, assim, de maneira exacerbada sua condição objetificada.

É significativa no cinema paulista a recorrência da personagem da modelo publicitária e/ou manequim em papéis relativamente secundários, como Ana de *São Paulo S.A* ou centrais, como a referida Bebel, ou Marlene do episódio de Roberto Santos para o longa *As cariocas* (1966) e Anuska de *Anuska, manequim e mulher*, de Francisco Ramalho Jr. (1968). *O filho da televisão*, de João Batista de Andrade (1969) traz um garoto-propaganda e *Vozes do medo* (1970), longa coletivo coordenado por Roberto Santos, contém um episódio denominado *Produto*, igualmente problematizador da coisificação da mulher pela indústria cultural. Em *Joãozinho*, episódio de Ramalho Jr. para o longa *Sabendo usar não vai faltar* (1976), a garota-propaganda é objeto de fetiche erótico para o personagem-título, *office-boy* numa agência de publicidade, e em *Os amantes da chuva* (1979), de Roberto Santos, a exploração midiática e publicitária traz consequências deletérias para um casal de trabalhadores a cujos encontros são atribuídas as chuvas

²⁹ O enfoque do documentário notabiliza a exploração do trabalho de jovens atletas, “operários de vida curta”, como afirma a narração, cujos corpos, convertidos em mercadorias, rendem lucros aos empresários dessa indústria e oferecem espetáculos que funcionam como “válvula de escape” para outros tantos trabalhadores – o que poderíamos facilmente “traduzir”, em palavras frankfurtianas, como diversão “procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.128).

na cidade.³⁰ *Você também pode dar um presunto legal* (1971), de Sérgio Muniz, é também um caso interessante, pois embora tenha como questão central a problematização política da tortura, coaduna essa discussão com uma crítica da cultura de consumo: “Compre, olhe/Vire e mexa/Não custa nada/ só lhe custa a vida”, canta Gal Costa na canção *Mini-mistério* (Gilberto Gil, 1970) que acompanha imagens de vitrines e *outdoors* na metrópole paulistana. Capovilla ainda volta a essa problemática em dois especiais para a TV Globo, *A indústria da moda e Revolução do consumo*, de 1971/1972, que segundo ele “[...] traziam *insights* dos bastidores do capitalismo florescente”, porém, “não eram filmes críticos do ponto de vista político, mas apenas crônicas atentas à realidade.” (CAPOVILLA apud MATTOS, 2006, p. 169) – ao contrário de seu *Bebel*, cuja perspectiva crítica é bastante clara.

Outro exemplo significativo é o projeto *Os sete pecados capitalistas*. Articulado em 1971 sob coordenação de Person, o projeto previa sete episódios filmados individualmente por Person, Capovilla, Roberto Santos, Anselmo Duarte, John Herbert, Guga (Carlos Augusto de Oliveira, irmão do diretor da TV Globo, Boni) e Olivier Perroy. Em tom de sátira crítica, evidenciado nos roteiros dos episódios “A livre iniciativa”, de Person, e “A publicidade”, de Lauro César Muniz³¹, o projeto, não concretizado, seria realizado no âmbito da Blimp Filmes, empresa de Guga que produzia comerciais e audiovisuais para televisão, fato que em si revela um pouco a posição desses cineastas que, embora críticos à indústria cultural, nela

³⁰ *As amorosas* (1968), do também paulista Walter Hugo Khouri, traz igualmente uma personagem desse universo da indústria cultural, a vedete de televisão Marta. A abordagem do “universalista” Khouri, porém, nos parece diferente daquela dos “paulistas do entre lugar”, pois é antes moral do que social. Ao comparar as personagens Marta e *Bebel*, por exemplo, percebe-se que a personagem do filme de Capovilla tenta a todo momento se preservar – incomoda-se com a presença de homens alheios à equipe na gravação do comercial de sabonete, reluta em tirar fotos nua etc – mas as condições a tornam cada vez mais concretamente objeto dos homens. Já Marta é caracterizada como uma mulher exibicionista e promíscua, traída pela própria vaidade. Seu problema é ser “burra, vulgar e vaidosa”, conforme a adjetivação que lhe faz o protagonista Marcelo. Essa caracterização atinge o ápice na cena em que a moça está prestes a sofrer um estupro coletivo e se mostra lisonjeada quando solicitada a falar de sua performance na televisão.

³¹ Encontra-se na Cinemateca Brasileira o argumento/roteiro, de três episódios: “A publicidade”, de Lauro César Muniz; “A herança”, de Sérgio Porto e “A livre iniciativa” de Person. “A publicidade” focaliza uma agência publicitária ironicamente denominada P.C.B. – Publicidade Comercial Brasileira –, que recebe encomenda para realizar de última hora uma campanha que retrate operários otimistas. Os diretores da agência são todos estrangeiros e só falam em inglês, sendo que o processo criativo na verdade vêm de um simples assistente. Já “A livre iniciativa” previa uma espécie de continuação de *São Paulo S.A.*, com o empresário Arturo, arauto do nacional-desenvolvimentismo, em crise e incitado a vender sua fábrica a uma multinacional. Depois de muito relutar, coagido pelas despesas de sua amante Ana, vende a fábrica e o filme se encerra com os dois dançando alegremente ao som do “iê iê iê”.

estavam fortemente inseridos. A heterogeneidade do grupo de sete diretores é outro elemento que caracteriza a ambiguidade do projeto – entre a crítica e a adesão – sendo significativo que o episódio de John Herbert, que foi concluído, tenha posteriormente integrado a pornochanchada de três episódios, *Cada um dá o que tem* (Adriano Stuart, John Herbert, Sílvio de Abreu, 1975)³².

Todos os nossos “paulistas do entre-lugar” tiveram passagens longas ou breves pela publicidade (Roberto Santos, Luiz Sérgio Person, Sérgio Muniz, Francisco Ramalho Jr. e Renato Tapajós) e/ou pela televisão (Roberto Santos, Luiz Sérgio Person, Sérgio Muniz, Renato Tapajós, João Batista de Andrade e Maurice Capovilla) e valeram-se de seus contatos no *show business* para a realização de filmes críticos a esse universo (O episódio de Roberto Santos para *As cariocas* foi filmado num estúdio da então nascente TV Globo; Bebel é inserida nas filmagens reais de uma campanha publicitária da Lynx Film etc). Trata-se, portanto, de uma crítica feita de dentro, por aqueles que a um só tempo condenavam e colaboravam para edificar a indústria cultural no Brasil, lançando luz à lógica perversa de um sistema do qual dependiam para trabalhar. Permeados por essas contradições, os filmes dos “paulistas do entre lugar” nem sempre são esteticamente vigorosos ou “revolucionários” como são os mais notáveis do Cinema Novo, mas, é interessante observar que, ainda que seja em nível apenas temático, eles estão em sintonia com alguns filmes europeus da época, notadamente da produção de Godard dos anos 1960, no que tange à abordagem do universo da indústria cultural, da publicidade, da sociedade de consumo e da reificação das relações sociais³³.

Elemento também significativo que aparece nessa filmografia paulista é a figura do operário e/ou a problemática do trabalho. É fato que a presença dos trabalhadores urbanos é bastante escassa nas telas brasileiras ao menos até os anos 1970, como bem notou Bernardet (1980) que assinala, por exemplo, a ausência de tematização cinematográfica das grandes greves e mobilizações operárias dos anos 1950 e início dos 1960. Entretanto, é curioso encontrar na filmografia paulista, por exemplo, o registro da realização de *União* (Capovilla, 1962 – inconcluso), único

³² O episódio de Herbert chamou a atenção do produtor da Boca do Lixo Aníbal Massaini por seu conteúdo erótico. Trata-se da história de um engenheiro da Transamazônica que, em seu retorno à “civilização”, encontra-se com uma prostituta que recebe por cartão de crédito. Sobre *Os sete pecados capitalistas*, ver Herbert ([197-]) e Moraes (2010).

³³ Sobre a produção de Godard nos anos 1960, ver Annie Goldmann (1974) e Esquenazi (2004).

filme do núcleo paulista do CPC. Assim como o filme inacabado do CPC carioca, *Cabra marcado para morrer* (Eduardo Coutinho, 1962-1964/1981-1984), *União* foi filmado com os trabalhadores encenando os próprios papéis. Com concepções semelhantes acerca da função político-pedagógica do cinema, esses filmes se diferenciam por o primeiro se voltar às lutas camponesas no nordeste e o segundo aos operários ligados ao sindicato da construção civil em São Paulo.³⁴ Outro filme importante é o documentário *Viramundo* (Geraldo Sarno, 1964)³⁵ que, em moldes “sociológicos”³⁶ trata das condições de vida dos migrantes nordestinos que chegam à São Paulo em busca de trabalho. No referido *São Paulo S.A* o operário não é figura central – apenas uma cena focaliza operários quando estes estão humilhantemente escondidos no banheiro sob ordens do gerente Carlos, que buscava evitar que fiscais trabalhistas descobrissem os funcionários sem registro – porém o filme aborda com centralidade o trabalho, que desempenha papel fundamental nos dilemas do protagonista.³⁷ O também mencionado *Vozes do medo* tem entre seus díspares episódios alguns que tangenciam a temática do trabalho, como *Caminhos*, documentário sobre jovens retratados nas filas por emprego, no juizado de menores, em programas de auditório, trabalhando no comércio, vendendo jornais, limpando para-brisas nos faróis, etc; e *Aquele dia 10*, narrativa ficcional sobre operários da construção civil em dia de pagamento. E, de fato, é nos anos 1970 que proliferam filmes

³⁴ Sobre *União* ver depoimento de Capovilla em Mattos (2006, p.46-48).

³⁵ *Viramundo* integra ao lado do já citado *Subterrâneos do futebol* de Capovilla, *Memória do canção* (Paulo Gil Soares) e *Nossa escola de samba* (Manuel Horácio Gimenez) o primeiro ciclo de filmes produzidos pelo produtor paulista Thomas Farkas. Os quatro médias-metragens formam o longa *Brasil Verdade* lançado em 1968. Embora Geraldo Sarno não componha o nosso conjunto de “paulistas do entre lugar” – o cineasta baiano fixou-se posteriormente no Rio – citamos aqui *Viramundo* como um exemplo da filmografia paulista pelo fato do filme ter sido realizado em São Paulo com participação direta dos “paulistas do entre-lugar” (Sérgio Muniz fez a produção, Capovilla participou do som direto e Batista e Ramalho Jr. foram assistentes nesses primeiros filmes produzidos por Farkas).

³⁶ Cf. “O modelo sociológico ou a voz do dono (*Viramundo*)”, Bernardet (2003, p. 14-39).

³⁷ É emblemática a cena do monólogo interior de Carlos, transitando a pé e apressadamente pelo Viaduto do Chá: “Recomeçar, trabalhar, mil vezes tentar ser um homem. Trabalhar com Arturo, esquecer Ana, apagar Luciana. Não lembrar-se senão do trabalho, das cinquenta obrigações diárias. Lembrar-se somente das mil chateações diárias do trabalho. Lembrar-se de uma engrenagem, e mais outra, e mais outra, e mais outra! De uma engrenagem e depois de um eixo que devem ser entregues dentro do prazo estabelecido. Mil vezes recomeçar. Recomeçar de novo. Recomeçar sempre. Esquecer Ana, apagar Luciana. Lembrar-se das cinquenta obrigações diárias do trabalho. Recomeçar. Recomeçar. Aceitar. Aceitar. Aceitar! Recomeçar, recomeçar... Aceitar! Aceitar!!” – sua voz ecoa pela cena num encadeamento maquínico, em ritmo duro e entrecortado, enquanto a montagem do filme alterna as imagens do personagem caminhando rapidamente entre outros passantes apressados com as imagens das engrenagens fabris em funcionamento, associando-se a situação de Carlos à lógica estrutural do capitalismo industrial.

com essa temática – o que não é exclusividade do cinema paulista, como mencionamos, mas nele se destaca. No documentário *Fim de semana* (Renato Tapajós, 1976) há uma problematização de embasamento marxista na abordagem da condição dos trabalhadores que, em seus dias de folga, não descansam para trabalhar na (auto)construção de suas casas. *Pedreira* (1973); *Bóias Frias* (1975) e *Vidreiros* (1975), documentários curtos de João Batista de Andrade para a televisão, abordam as categorias de trabalhadores explicitadas nos títulos e o longa de ficção *Doramundo* (João Batista de Andrade, 1977) coloca em tela trabalhadores ferroviários. No final da década, os dois cineastas aproximam-se das mobilizações operárias, dando origem a uma série de filmes, como os documentários de média-metragem *Greve!* (1979) e *Trabalhadores, presente!* (1979) de Batista e os curtas e médias-metragens de Tapajós em parceria com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema: *Acidente de Trabalho* (1977); *Trabalhadoras metalúrgicas* (codirigido com Olga Futemma, 1978); *Teatro Operário* (1979); *Greve de março* (1979) que se somam ao longa documentário *Linha de montagem* (Tapajós, 1981), com reflexões a posteriori sobre as greves metalúrgicas da virada da década de 1970 para 1980. Tapajós pretendia realizar ainda o longa de ficção *O silêncio das máquinas* que trataria do movimento operário do final dos anos 1970, relacionando-o com a greve de Osasco de 1968, mas não obteve viabilização financeira para seu roteiro, ao contrário de Batista que conseguiu apoio da estatal Embrafilme para o financiamento de *O homem que virou suco*, filme que também se relaciona com o contexto das mobilizações operárias³⁸.

Pode-se considerar que *O homem que virou suco* encerra um ciclo dessa fração do cinema paulista, assim como seu contemporâneo *Bye bye Brasil* de certa forma fechou o ciclo do Cinema Novo³⁹. No filme de João Batista também estão em questão o encontro do sertão

³⁸ No final dos anos 1970, vários paulistas conseguiram obter recursos da Embrafilme após se organizarem em torno da APACI (Associação Paulista de Cineastas), fundada em 1975, e pressionarem publicamente a estatal. Alguns filmes, como *O homem que virou suco*, contaram com recursos do Polo Cinematográfico Paulista que previa a conjunção de aportes da Embrafilme e do governo de São Paulo.

³⁹ Embora autores como Ramos (1983, p.147-158) e Johnson (1984, p.83-90) apontem *Bye bye Brasil* como uma espécie de ponto de chegada do Cinema Novo, como um filme que assinala o percurso do próprio movimento, sabemos que essa afirmação é um tanto arriscada se pensarmos que caminhos diferentes foram apresentados, por exemplo por Glauber Rocha e Leon Hirszman que chegam ao fim da década com dois filmes bastante significativos: *A idade da terra* e *Eles não usam black-tie*, respectivamente, que merecem uma análise mais detida para a qual não há espaço aqui.

e da cidade, da cultura popular e dos meios de comunicação de massa, do arcaico e do moderno, do nacional e do internacional, porém essa abordagem é realizada por vias bastante distintas. Tal como no filme de Cacá, o protagonista é o artista popular, no caso um poeta nordestino igualmente em confronto com a cidade moderna que rejeita sua cultura. No entanto, neste filme, mais do que a dinâmica da cultura popular desafiada pela cultura importada e pelos meios de comunicação de massa, ganha centralidade a questão do trabalho e da reificação na metrópole capitalista, assinalando uma linha de continuidade com a filmografia que viemos analisando.

No filme de Batista, Deraldo, poeta popular que vive da venda de seus folhetos de cordel e é criticado por ‘não trabalhar’, é confundido com Severino, “operário-símbolo” que assassinara o patrão. Obrigado a fugir e vender sua força de trabalho, como carregador de sacas de batata, operário da construção civil, empregado doméstico e operário na construção do metrô, rebela-se em cada um desses empregos. No mote central da confusão de identidades está a reificação dos migrantes, cuja mão de obra é indistintamente explorada, negando-lhes a individualidade e as características culturais, num processo que visa torná-los uma massa trabalhadora indiferenciada. No contraponto entre Deraldo e Severino estão duas concepções de trabalho: para o primeiro, o sentido de realização humana que ele alcança produzindo seus livrinhos de cordel; para o segundo, uma tentativa de se integrar à sociedade capitalista industrial, esforçando-se para aprender um novo ofício, produzindo o quanto pode, sendo subserviente à chefia e agindo contra as reivindicações dos colegas, o que não impede que ele seja despedido, motivando-o a assassinar o patrão. Investigando a trajetória de Severino e ouvindo os relatos dos colegas do metalúrgico, Deraldo amplia sua consciência sobre as formas de organização coletiva e, quando volta a vender os livrinhos de cordel em praça pública, não é apenas a história de Severino que ele conta em verso, mas a de todos os trabalhadores espremidos até virar suco nas engrenagens da mesma “cidade-máquina” outrora retratada por Person.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- AMÂNCIO, Tunico. *Artes e manhas da Embrafilme*: cinema estatal brasileiro em sua época de ouro(1977-1981). Niterói: EDUFF, 2000.
- BERNARDET, Jean-Claude. *Brasil em tempo de cinema*: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BERNARDET, Jean-Claude. Operário, personagem emergente. In: AVELLAR, José Carlos; BERNARDET, Jean-Claude; MONTEIRO, Ronald. *Anos 70*: cinema. Rio de Janeiro: Europa, 1980. p. 28-47.
- BERNARDET, Jean Claude; GALVÃO, Maria Rita Eliezer. *Cinema, repercussões em caixa de eco ideológica*: as ideias de ‘nacional’ e ‘popular’ no pensamento cinematográfico brasileiro. São Paulo; Rio de Janeiro: Brasiliense; Embrafilme, 1983.
- CARVALHO, Júlia M. *A presença do Estado no Cinema o caso da CAIC*. [Relatório de Pesquisa]. Departamento de Comunicação Social. PUC-Rio, Rio de Janeiro, ago. 2008. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2008/relatorios/ccs/com/com_julia_machado_de_carvalho.pdf. Acesso em: 5 set. 2014.
- D’ÁVILA, Roberto (org.). *Os cineastas*: conversas com Roberto D’Avila. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2002.
- DE CÁRDENAS, Federico; TESSIER, Max. Entretien avec Nelson Pereira dos Santos. *Études cinématographiques*, Paris, n. 93-96, p. 61-74, 1972.
- DELMAS, Jean. Trois brésiliens dans le cinéma novo. *Jeune cinéma*, Paris, n. 22, p. 7-16, avril 1967.
- DIEGUES, Carlos. Brésil: 39 degrés. *Positif*, Paris, n. 116, p. 43-52, maio 1970.
- DIEGUES, Carlos. Géographie et cinéma d’un pays américain. *Positif*, Paris, n. 92, p. 1-4, février 1968.
- ESQUENAZI, Jean-Pierre. *Godard et la société française des années 1960*. Paris: A. Colin, 2004 .
- FERNANDES, Luciano Miranda Silva de Moraes. *O Estado aos cinemanovistas*: inserções em redes sociais e multiposicionalidade. 2008. 474 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- FIGUEIRÔA, Alexandre. *Cinema novo*: a onda do jovem cinema e sua recepção na França. Campinas: Papiurus, 2004.

- GERBER, Raquel. *O cinema brasileiro e o processo político e cultural (de 1950 a 1978)*. Rio de Janeiro: EMBRAFILME/ DAC, 1982.
- GOLDMANN, Annie. *Cinéma et société moderne: le cinéma de 1958 à 1968: Godard, Antonioni, Resnais, Robbe-Grillet*. Paris: Denoël, Gonthier, 1974.
- GOMES, Paulo Emilio Salles. *Cinema, trajetória no subdesenvolvimento*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HERBERT, John. [Entrevista ao] programa Luzes, Câmerada TV Cultura. [S.l.]: [Acervo Cinemateca Brasileira], [197-].
- JOHNSON, Randal. *The film industry in Brazil: culture and the state*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1987.
- JOHNSON, Randal. *Cinema novo x 5: masters of contemporary Brazilian film*. Austin: University of Texas, 1984.
- JOHNSON, Randal; STAM, Robert. (org.). *Brazilian cinema: expanded edition*. New York: Columbia University Press, 1995.
- JORGE, Marina Soler. *Cinema Novo e Embrafilme: cineastas e Estado pela consolidação da indústria cinematográfica brasileira*. 2002. 185 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- LEME, Caroline Gomes. *Um certo cinema paulista: entre o Cinema Novo e a indústria cultural (1958-1981)*. São Paulo: Alameda, 2019.
- LEME, Caroline Gomes. A recepção do cinema brasileiro dos anos 1960 na França: brasilidade e modernidade em pauta. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA ALAS, 30., 2015, San José, Costa Rica. *Anais [...]*. San José, Costa Rica, 2015.
- MARCORELLES, Louis. Anatomie d'une interview. *Image et son*, Paris, n. 218, p. 49-51, juillet 1968.
- MATTOS, Carlos Alberto de. *Maurice Capovilla: a imagem crítica*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- MORAES, Ninho. *Radiografia de um filme: "São Paulo Sociedade Anônima"*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. (Coleção Aplauso. Série Perfil).
- MOURA, José. O cinema novo em São Paulo. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 14 ago. 1966.
- NORITOMI, Roberto Tadeu. *Uma alternativa urbana dentro do Cinema Novo*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- NOVO chez Vigo. *Cinéma* 67, n. 116, p. 13-16, maio 1967.

- OROZ, Silvia. *Carlos Diegues: os filmes que não filmei*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PINTO, Carlos Eduardo Pinto de. *Imaginar a cidade real: o Cinema Novo e a representação da modernidade urbana carioca (1955-1970)*. 2013. 344 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, televisão e publicidade: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- RAMOS, José Mário Ortiz. *Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50, 60, 70*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROCHA, Glauber. Estética da fome (1965). In: ROCHA, Glauber. *Revolução do cinema novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004a. p. 63-67.
- ROCHA, Glauber. *Revolução do cinema novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004b.
- ROCHA, Glauber. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- SARACENI, Paulo César. *Por dentro do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969. In: SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61-92.
- SCHWARZ, Roberto. Fim de século. In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 155-162.
- SIMONARD, Pedro. *A geração do cinema novo: para uma antropologia do cinema*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- SOUZA, Carlos Roberto de; SAVIETTO, Tânia. (org.). *30 anos de cinema paulista (1950-1980)*. São Paulo: Fundação Cinemateca Brasileira, 1980. (Cadernos da Cinemateca, v. 4).
- XAVIER, Ismail. Alegoria, modernidade, nacionalismo. In: XAVIER, Ismail. *Doze questões sobre cultura e arte: seminários*. Rio de Janeiro: Funarte/MEC, 1984. p. 3-27.
- XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- XAVIER, Ismail. *Cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

XAVIER, Ismail. São Paulo no cinema: expansão da cidade-máquina, corrosão da cidade-arquipélago. *Revista Sinopse*, São Paulo, v. 8, n. 11, p. 18-25, set. 2006.

YUTA, Edmar Tetsuo. *Glauber Rocha e a formação do cinema novo*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

IMPASSES IDEOLÓGICOS E MEMÓRIA ESTUDANTIL NO CINQUENTENÁRIO DA OBRA *O PODER JOVEM* DE ARTHUR JOSÉ POERNER

*Thiago B. Castro*¹

INTRODUÇÃO

Arthur José Poerner² publicou seu livro de maior impacto sobre o movimento estudantil – *O Poder Jovem* – em 1968, momento de grande

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp. Mestre em Ciências Sociais (UNESP FFC-Marília). E-mail: thiagobc.castro@gmail.com.

² Arthur José Poerner, nascido em 1939, escritor e jornalista carioca. Bacharel em Direito, com pós-graduação em Comunicação e autor de diversos livros, entre os quais *Argélia: o caminho da independência* (Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966) e *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros* (Civilização Brasileira, 1968), livro que foi proibido pela ditadura após o AI-5, relançado clandestinamente pelo movimento estudantil, em 1977, e reeditado em 1979 pela editora Civilização Brasileira. No jornalismo,

tensão política e de expressivas agitações culturais de caráter oposicionista ao regime ditatorial. O crítico literário e colega de Poerner no *Correio da Manhã* e *Folha da Semana*, Otto Maria Carpeaux, ao escrever uma resenha do livro *O Poder Jovem*, publicada na *Revista Civilização Brasileira*, edição 19/20 de 1968, localizou a obra no interior de uma onda de manifestações estudantis que ocorreram em várias partes do mundo. Conforme Carpeaux:

E essa obra sai no momento em que o movimento estudantil explode e adquire força inesperada no Brasil e no Japão, na Argentina e no México, no Uruguai e nos Estados Unidos, na França e na Espanha, na Polônia e na Itália, na Alemanha e na Holanda e assim em diante. A atualidade do assunto – e do livro – é um fato. (1968, p. 303).

Esta obra pode ser apresentada a partir de uma tripartição, que articula: 1) movimento estudantil – mais precisamente por meio da influência da União Nacional dos Estudantes (UNE) sobre a organização dos estudantes no Brasil – 2) ditadura militar – pela via da censura e repressão ao movimento estudantil e ao próprio livro em questão –, e 3) cultura – tomando por base a emergente indústria cultural, sobretudo o crescente e presente mercado editorial.

O livro em questão conseguiu preencher uma lacuna na bibliografia sobre movimento estudantil ou história dos estudantes no Brasil. Nas palavras de Antônio Houaiss que escreve uma apresentação da obra: “Constitui uma tentativa de balanço do movimento estudantil brasileiro, da colônia aos nossos terríveis dias.” Ora, *O Poder Jovem* se situou num momento de crescente importância dos movimentos estudantis no contexto global, contudo buscando tornar factível uma potencial tomada de consciência do movimento estudantil brasileiro em consonância com os demais em outros países, mas inserido nos limites da realidade social, política, econômica e cultural do Brasil nos anos 1960.

começou em 1962, no jornal do Commercio; foi diretor do semanário *Folha da Semana* (1065/66) e redator do *Correio da Manhã* (1963/70), no Rio de Janeiro. Exilado, após sua prisão em 1970, foi redator e locutor da *Voz da Alemanha*, de Colônia, e correspondente do *Pasquim* (Rio de Janeiro) e revista *Istoé* (São Paulo), na Alemanha. De volta ao Brasil, em 1984, foi editor de cultura da *TV Globo* e colaborador da revista *Cadernos do Terceiro Mundo*, *d'O Estado de São Paulo*, *d'O Pasquim* e do *Jornal do Brasil*. Resumo da trajetória profissional de Arthur José Poerner retirado de seu blog. Disponível em: <http://arthurpoerner.blogspot.com.br/>. Acesso em: 20 out. 2014.

Poerner conduziu sua narrativa de forma linear, com apoio de documentos e depoimentos de ex-integrantes da UNE e se apropriou da história do movimento estudantil, podendo observar de que modo se deu a participação política dos estudantes no decorrer da história do Brasil. O livro está dividido em duas partes, “antes da UNE” e “a partir da UNE”, sendo que esta é a que nos interessa para fins de análise. Muitos dos acontecimentos descritos pelo autor ao longo desta segunda parte são do conhecimento de Poerner pela própria proximidade que ele possuía com os estudantes, uma vez que, era ainda muito jovem quando redigia *O Poder Jovem*. Tal proximidade esteve também expressa no esforço desempenhado por esses mesmos estudantes ao se organizarem para relançarem clandestinamente a referida obra em 1977, se expondo a uma situação de risco que era vivida por militantes de oposição ao regime militar. Portanto, torna-se significativo compreender a forma pela qual as memórias do movimento estudantil deslindadas por Poerner fizeram constituir um instrumento de luta e resistência dos estudantes em diferentes fases da composição e recomposição do movimento estudantil no Brasil. E, da mesma forma, colocar em realce a maneira pela qual a própria UNE aderiu à narrativa elaborada por Poerner, tornando-o um dos principais intelectuais porta-vozes do movimento estudantil nacional.

REPRESENTAÇÕES INTELLECTUAIS: TIPOS E MITOS

De acordo com Ianni (2002, p. 185) os caminhos de uma reflexão que visa uma “‘compreensão’ ou [...] ‘explicação’, pode levar consigo algo, ou muito, de ficção. A realidade transfigura-se em conceito e categoria ou metáfora e alegoria. Estas metáforas são frequentes, às vezes inevitáveis.”.

As representações são desdobramentos das metáforas que intelectuais estabelecem sobre seus objetos de análise, e elas incorrem em linhas de pensamento ou “famílias” de explicações do Brasil. São nas palavras de Octávio Ianni (2002, p. 179)

[...] várias inquietações, interrogações ou mesmo interpretações que se elaboram nesses e em outros estudos e narrativas, destinados a esclarecer a história, descrever as épocas, explicar as raízes ou descobrir as perspectivas do país, sociedade nacional, povo ou Estado-Nação.

Ainda de acordo com Ianni (2002) no imaginário desses intérpretes, de onde emergiram essas “linhas de pensamento”, há pelo menos cinco grandes narrativas que visam compreender e explicar o Brasil. Resumidamente elas compreendem as respectivas noções: 1) Estado como constituidor da sociedade civil, sendo esta pouco organizada e dispersa. Dessa forma, o Estado promove as mudanças e as direções, ou seja, tutela a sociedade em conformidade com as elites; 2) o Brasil como amplamente determinado pelos movimentos dos mercados externos, do colonialismo ao globalismo; 3) país marcado pelo patriarcalismo que se desenvolve no curso dos séculos de escravismo, possuindo diversos desdobramentos. Isso numa contínua associação, mescla ou confusão entre o público e o privado; 4) a singularidade de ser uma “democracia racial”, a despeito dos séculos de escravismo e na forma como são tratados prática e ideologicamente o índio, o negro, o estrangeiro etc., um verdadeiro “laboratório racial”, e 5) um “lusotropicalismo” que fez o Brasil se destacar através de uma “história incruenta”, de “revoluções brancas”, na qual desenvolve-se a “democracia racial” (p. 179).

Inúmeros escritores, historiadores, sociólogos e afins, dos séculos XIX e XX com maior ênfase, tornaram-se representativos das mencionadas interpretações. São alguns poucos exemplos: Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira*; Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*; Euclides da Cunha, *Os Sertões*; Lima Barreto, *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*; Mário de Andrade, *Macunaíma*; Caio Prado Jr., *Evolução Política do Brasil*; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*; Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa*, e outros tantos citados no artigo de Ianni.

Entretanto, o ponto fulcral da análise realizada por Ianni no artigo em questão é o afloramento, a partir das interpretações fornecidas, de outra linha interpretativa: “Trata-se da visão do Brasil, de sua história, como uma constelação de tipos, com alguns dos quais se constroem tipologias, sendo que, em alguns casos, desdobram-se em mitos e mitologias.” (IANNI, 2002, p. 180).

Em tese, a perspectiva tipológica não está desvinculada de alguma grande família de interpretação, pelo contrário, surge em consonância a elas. Ianni (2002, p. 180) esclarece esse processo ao afirmar que:

A perspectiva ‘tipológica’ focaliza a realidade social ou a história do país em termos principalmente culturais, com nítidos ingredientes psicossociais. E focaliza a sociedade, a política e a cultura, seja em termos de estudos de ciências sociais, seja em termos de narrativas literárias, como setores ou círculos que podem ser tratados separadamente, nos quais haveria dinâmicas próprias, certa autonomia. É como se a história do país se desenvolvesse em termos de signos, símbolos e emblemas, figuras e figurações, valores e ideais, um tanto ou muito alheios às relações, processos e estruturas de dominação e apropriação com os quais se poderiam revelar mais abertamente os nexos e os movimentos da sociedade, em suas distintas configurações e em seus desenvolvimentos históricos.

Os “tipos” povoam o pensamento brasileiro por meio da literatura, das artes plásticas e se multiplicam nos estudos de Ciências Sociais, por vezes “conferindo a alguns tipos e mitos outras e novas modulações.” (IANNI, 2002, p. 181). A fim de decifrar as novas modulações faz-se necessário traçar uma “cartografia” dos tipos e mitos no decorrer da nossa história e observar o clima intelectual, no qual um determinado tipo ou mito reaparece ou é inventado. Para Ianni (2002, p. 182), “são frequentes e às vezes, notáveis os tipos que se criam e recriam, taquigrafando a difícil e complexa realidade.”.

Tomando por base as definições expostas por Ianni acerca dos tipos e mitos, torna-se plausível a hipótese, na qual Arthur Poerner, ao redigir e publicar *O poder jovem* no “calor” dos acontecimentos pós-golpe de 1964, tenha recorrido a uma análise sobre a história do movimento estudantil marcada por sua identificação/aproximação com os próprios estudantes, bem como com as diretrizes político-ideológicas que orientaram o movimento, criando um “tipo” explicativo para descrever os estudantes brasileiros e o seu processo de luta contra a repressão militar. A representação de um “despertar espontâneo” presente na tipificação que Poerner elabora em seu texto constata-se quando descreve, por exemplo, a atuação voluntarista dos estudantes na resistência que estes protagonizaram logo após o golpe que depôs João Goulart da Presidência da República. Flávia Santana (2007, p. 61) reforça essa ideia esclarecendo que, de fato, o movimento estudantil representou uma força não desprezível: “Após

o golpe, o movimento estudantil passou a ser considerado pelo regime uma das maiores forças oposicionistas, pela sua capacidade de mobilização popular e suas manifestações reivindicatórias anteriores.” (SANTANA, 2007, p. 61).

Por outro lado, há que se considerar que não se tratou apenas de uma politização espontânea do ME, haja vista o crescimento do número de matrículas no ensino superior entre os anos 1960 e 1980, oferecendo, portanto, uma base numérica significativa para o movimento³, aspecto importante ignorado por Poerner. Seguindo a mesma lógica, se houve numa parcela do movimento estudantil e até mesmo de outros setores sociais, a expectativa de que outros setores como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), se posicionassem de imediato quanto ao golpe de 1º de abril, ela certamente caiu por terra juntamente com o projeto aliancista do Partido. O PCB, que nos campos político e cultural representava uma força significativa, além de estar presente nas instâncias de representação da UNE, não chegava a um caminho comum entre seus membros e não era apenas na cúpula do Partido que havia divergências sobre os rumos a seguir. Para Daniel A. Reis Filho (1990, p. 48):

As bases estudantis, envolvidas nos primeiros movimentos sociais, ganhavam autonomia. Fugiam ao controle das instâncias formais, estabeleciam relações entre si, inclusive no plano interestadual, mantinham contatos e recebiam influências da POLOP e do PC do B.

Na prática isso representou o rompimento com as tradições partidárias, cujos membros sempre dependiam de ordens da cúpula. As bases estudantis, portanto, “formavam um veio próprio desde 1965: a dissidência.”⁴ (REIS FILHO, 1990, p. 49). Em suma: “O PCB [...] atropelado pelos acontecimentos de março de 1964 e preocupado em garantir a integridade mínima dos seus quadros mais importantes,

³ Em estudo apresentado em 2003, o Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior, mostrou que: “O ensino superior universitário e não universitário se ampliou de maneira extraordinária, desde o início do regime, em 1965 até o final da década de 1970. Em cerca de quinze anos, o número de matrículas no ensino superior passou de 95.691 (1960) para 1.345.000 (1980), sendo os anos de 1968, 1970 e 1971 os que apresentaram as maiores taxas de crescimento” (2003, p. 17). Ao analisar especificamente o ensino público a pesquisa constata: matrícula no setor público aumentou, nesse período, de 182.700 a 492.000, ou seja, teve um incremento de cerca de 260,0%. (DURHAM, 2003, p. 18).

⁴ Daniel Aarão Reis Filho se refere à DG (Dissidência da Guanabara) que culminou na formação do MR-8.

só conseguiu ter uma posição oficial diante do golpe em 1965, com a ‘resolução de maio’ do Comitê Central.” (NAPOLITANO, 2011, p. 29).

A maneira como Poerner destacou a figura do jovem juntamente com a sugestão da existência de um “poder jovem” vem ao encontro das concepções que inserem a juventude em representações socioculturais e na sua interação com as instituições.

A juventude é caracterizada a partir de um registro tríplice: o reconhecimento de que se trata de uma fase da vida, a constatação de sua existência como força social renovadora e a percepção de que vai muito além de uma etapa cronológica, para constituir um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal. (AUGUSTO, 2005, p. 6).

A maneira como Poerner destacou a figura do jovem, juntamente com a sugestão da existência daquilo que ele denomina de “poder jovem”, vem ao encontro das concepções que interpretam a juventude a partir de representações de caráter sociocultural para definir, unilateralmente, sua interação com as instituições. Disso se depreende que o trabalho de Poerner se situou na constatação de que a juventude possui uma força social renovadora, pois lhe foi atribuído algum tipo de poder. Como mencionado anteriormente, o modo como se construiu a tomada de consciência dos estudantes do Brasil em consonância com os de outros países, tal como descreve Poerner, supõe de antemão a inata capacidade de organização das massas estudantis no exercício da consciência democrática. Noutras palavras, *O poder jovem* serviu-se de uma narrativa laudatória e endossou uma memória construída sobre a resistência estudantil repleta de saudosismo, e que se desdobrou em simplificações sobre as reais atividades desenvolvidas pelo movimento estudantil. Segundo Poerner:

A história da UNE e do movimento estudantil brasileiro se confunde, inteiramente, a partir de abril de 1964, com a história da repressão às liberdades e da intervenção estrangeira no Brasil. De um lado a Lei Suplicy de Lacerda. De outro, o Acordo MEC-USAID. Os estudantes, que vinham de conquistas como a duplicação de vagas na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) – para isso, o Presidente Goulart liberara, em 10 de março de 1964, uma verba de dois bilhões de cruzeiros (velhos)

–, passaram, automaticamente, à condição de elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, aos olhares ‘eternamente vigilantes’ das novas autoridades. Ser estudante equivalia a ser ‘subversivo’. (POERNER, 1979, p. 218).

Com esta passagem, Poerner nos passa a ideia de que os estudantes sofreram intervenções muito rígidas em suas organizações, o que conseqüentemente teria levado sua entidade máxima – União Nacional dos Estudantes (UNE) – à clandestinidade. Mais do que isso, na concepção de Poerner, que analisou os eventos não por uma ótica crítica, de distanciamento de seu objeto, mas imbuído de sua memória e vivência, o trecho transcrito remete à tentativa de desarticulação dos estudantes universitários, no interior de seu próprio espaço de representação intelectual e profissional, a universidade. Isso porque estes estudantes, dentre os quais emergiram muitos e importantes intelectuais nas décadas de 1960 e 1970, eram o elo entre as classes populares e as classes médias e até elite no Rio de Janeiro e em São Paulo. A memória social colocou os anos 1964 até 1968, como sendo de relativa liberdade de expressão. Para Marcos Napolitano (2011, p. 45) a explicação para isso é que o regime possuía de imediato, duas questões a serem sanadas. A primeira era perseguir os quadros do regime deposto; e a segunda era quebrar os elos existentes entre ativistas políticos culturais de esquerda e os movimentos sociais – movimento estudantil, por exemplo. Inclusive quando a contestação se amplia, principalmente entre a classe média, a começar pelo movimento estudantil que se rearticulou em 1966, passando a realizar vastas passeatas nas ruas (NAPOLITANO, 2011, p. 39).

O regime buscou conter o suposto avanço da ideologia comunista entre os universitários e assegurar o controle administrativo das universidades públicas. Para tal objetivo, no governo do primeiro presidente militar após o golpe, general Castello Branco, foi promulgada a Lei Suplicy de Lacerda⁵ tendo enorme repercussão entre os estudantes. “No primeiro ano de mandato de Castello, circulavam pelo país notícias que informavam sobre o envio de uma mensagem do ministro da Educação, Suplicy de Lacerda,

⁵ “Suplicy, o mais catastrófico ministro da Educação na história da pedagogia nacional, fora até o início de 1964 um modesto reitor da Universidade Federal do Paraná. Viu-se catapultado ao gabinete pelo general Ernesto Geisel, que conhecera anos antes, quando servia em Curitiba. Chamava de ‘escorpíões’ e agitadores e pequenos ladrões transformados em líderes os estudantes que faziam passeatas contra o governo.” (GASPARI, 2002, p. 225).

ao Congresso sugerindo a extinção da UNE⁶ [...]” (SANTANA, 2007, p. 62). Para Arthur Poerner o ponto positivo da iniciativa do ministro Lacerda foi que ela provocou a rearticulação dos estudantes após o golpe e que a lei em questão teria sido o fator determinante para isso. Conforme Poerner: “A Lei Suplicy de Lacerda apresentou, contudo um grande mérito: o de aglutinar, na luta pela sua revogação, o movimento estudantil, que atravessava, naturalmente, uma fase de reorganização, como consequência da perseguição aos seus líderes.” (POERNER, 1979, p. 231).

João Roberto Martins Filho atesta a reorganização do movimento estudantil no imediato pós-golpe de 1º de abril. Segundo ele: “É possível dizer, assim, que, logo nos primeiros meses, o regime deparou-se com uma oposição difusa e não-articulada no meio estudantil, que se aprofundaria depois com a luta contra a ‘Lei Suplicy.’” (1986, p. 97). Martins Filho explicou sobre as dificuldades que a UNE enfrentava para se articular enquanto unidade de representação dos estudantes, a razão para isso viria das disputas entre a esquerda e os liberais pelo controle da entidade. Com isso, “[...] as primeiras manifestações de descontentamento do meio universitário diante das medidas anunciadas pelo governo militar originaram-se das entidades que haviam escapado ao fechamento e à repressão, porque haviam se colocado tacitamente a favor da intervenção militar.” (MARTINS FILHO, 1986, p. 108).

Martins Filho, portanto, conseguiu acrescentar esta informação que não é esclarecida no livro de Poerner, a de que uma parcela de estudantes liberais apoiou o golpe. Para Saldanha de Oliveira, Arthur Poerner ignorou essa questão, porque “esse comportamento não condiz com a ‘tradição estudantil.’” (OLIVEIRA, 2005, p. 51). Mais do que isso, Alberto Saldanha de Oliveira (2005, p. 51), conclui sua tese seguindo ao encontro das hipóteses aqui lançadas acerca dos “tipos e mitos”. Escreve este autor:

A afirmação da UNE e o relato sobre sua trajetória ao longo das várias gerações, em particular o construído por Arthur Poerner, foi se construindo em um mito político. O relato de ‘O Poder Jovem’

⁶ Em 1964 a UNE foi extinta (lei nº 4464). Dessa forma, a entidade deveria ser substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniãos Estaduais pelos Diretórios Estaduais (DEES), extinguindo as entidades estudantis autônomas por outras vinculadas ao regime. A Lei Suplicy de Lacerda concedia a ao Ministério da Educação a convocação dos Diretórios Nacionais e Estaduais, ferindo o princípio da autonomia estudantil (cf. GASPARI, 2002, p. 226; POERNER, 1979, p. 231).

muniu várias gerações de lideranças estudantis de argumentos materiais e simbólicos, capazes de reforçar o sentimento de identidade e ‘pertencimento’ a uma ‘idade de ouro’. A ‘reconstrução’ feita por Poerner demonstra que o projeto histórico da UNE guarda ‘um modelo exemplar’, a defesa dos interesses ‘nacionais, populares e democráticos’.

Essa ideia de uma “idade de ouro” é reforçada por Poerner ao encerrar o capítulo em que trata dos efeitos do AI-5 sobre o movimento estudantil. De acordo com Poerner, o “Poder Jovem” foi reduzido ao silêncio pela ditadura ou em alguns casos desencadeado o processo de luta armada entre os estudantes. E concluí:

[...] fenômeno grave para todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas posições políticas, por haver representado o trágico sacrifício de uma geração heroica e idealista – talvez a melhor e a mais completa das gerações com que o País contou em toda a sua História de quase meio milênio. (POERNER, 1979, p. 307).

Outro ponto acrescentado por Martins Filho se refere aos dados estatísticos que serviram como uma das bases de sustentação do argumento anteriormente transcrito de Poerner. Ele inicia seu questionamento da seguinte forma:

Para fins de análise, interessa sobretudo destacar que o repúdio à política autoritária para a universidade se constitui num ponto comum ao conjunto da categoria estudantil, logo depois do golpe. Desse modo, embora *não atingisse as proporções que a historiografia do movimento tem lhe atribuído*, o plebiscito realizado pela UNE em março de 1965 expressaria uma significativa condenação da ‘Lei Suplicy’ no seio do estudantado. Por outro lado, a luta contra a legislação autoritária se configuraria na motivação inicial para a reaglutinação política e organizativa do movimento, durante o ano de 1965 e, nesse quadro, criam-se as condições iniciais para a gradativa retomada de influência da esquerda. (MARTINS FILHO, 1986, p. 116, grifo nosso).

E o mesmo autor, em nota de rodapé, termina seu raciocínio confirmando:

Num total de 24.513 estudantes universitários da Guanabara, foram consultados 7.584 e os votos contrários à lei atingiram 80%. Estes dados estão em BRITO, Sulamita. 'A juventude universitária e a política' em Cadernos Brasileiros, Rio, julho-agosto de 1968, nº 48, pp. 5-19. Aí, Sulamita afirma que a dificuldade de conseguir dados [...] poderia ser atribuída 'ao receio dos estudantes em fornecer dados exatos da amplitude ou debilidade do movimento estudantil'. Há notícias sobre os resultados de São Paulo em O Estado de S.Paulo, edições de 26 a 31 de março de 1965. O repúdio à lei coincidiria assim com o primeiro aniversário do golpe. Por outro lado, os dados divulgados pela UNE e citados por Poerner, segundo os quais 92,5% dos universitários de todo o país votaram contra a lei parecem bastante improváveis. (MARTINS FILHO, 1986, p. 116, grifo nosso).

A questão que se coloca a partir dessas assertivas de Poerner e da precedente análise é a mesma postulada por Claudia Gusson, na qual a autora questiona: "A militância do movimento estudantil estaria relacionada à condição de ser jovem ou de ser estudante?" (2008, p. 53). De que maneira isso poderia ser respondido à luz da compreensão que Poerner possui sobre a militância estudantil no período após o surgimento da UNE, especialmente nos anos que se sucederam ao golpe de 1964?

O debate proposto lança mão de duas ideias que irão defender a primazia da condição de estudante para a militância estudantil, relegando a um segundo plano a condição juvenil, caracterizada na noção de "poder jovem". "A primeira apresenta o estudante sempre na condição de disponibilidade de engajamento político para a defesa das causas sociais. A segunda encara a atuação reivindicatória do estudante como um trampolim social de suas aspirações de classe de origem." (RESENDE *apud* GUSSON, 2008, p. 57).

A primeira tendência é bastante criticada por alguns historiadores e sociólogos que estudam ou estudaram a atuação do movimento estudantil brasileiro em diferentes contextos, uma vez que relaciona a participação política dos estudantes com a defesa das classes desfavorecidas. Gusson,

resgatou de Martins Filho e Daniel A. Reis Filho as posições críticas frente à esta tendência. Segundo a autora, Martins Filho explica que a visão de um estudante como agente defensor das camadas menos favorecidas não passou de uma “mitologia” estudantil, e que é preciso superar a ideia de que o estudante no Brasil sempre esteve ao lado do povo brasileiro em todas as suas lutas. Reis Filho, segundo Gusson segue o mesmo raciocínio e lembra que a militância estudantil não está predestinada a ser questionadora, tampouco revolucionária. Logo, ambos os autores colocam a origem de classe como influência fundamental na atuação estudantil entre os jovens (GUSSON, 2008, p. 57).

A segunda tendência considera os estudantes não como defensores das camadas pobres da sociedade, mas sim como representantes de uma atuação política que resulte na sua ascensão social, independente da classe social da qual originam. Gusson atenta às possíveis confusões que tal interpretação pode ocasionar. Isso posto, novamente nos conduz a Martins Filho, além de Marialice Foracchi, para os quais a ênfase da análise concentra-se na origem de classe, mas considerando que “existe o risco de entender o engajamento dos estudantes em manifestações políticas como atitudes oportunistas e individuais.” (GUSSON, 2008, p. 58). No entanto, inseridos numa coletividade, os anseios particulares são superados no intuito de concretizarem um projeto maior. “A militância estudantil é uma luta de caráter coletivo, esboça uma ruptura da ordem vigente e não se trata mais da tentativa isolada de ascensão social, através da educação, de indivíduos menos ou mais pobres.” (RIDENTI *apud* GUSSON, 2008, p. 59).

Algumas passagens d’*O Poder Jovem* asseguram o posicionamento de Poerner na defesa dos estudantes como combativos, defensores de ideais nobres em defesa do povo, fazendo reforçar a posição de Martins Filho de que houve uma mitologia estudantil. Algumas das passagens transcritas de Poerner, nas quais ele defendeu a ideia do “poder jovem” em face dos acontecimentos da época serão analisadas.

A interpretação que Poerner ofereceu em sua obra deve ser problematizada no contexto de referência da origem de classe dos estudantes universitários, a “pequena burguesia ascendente” ou simplesmente “nova

classe média”⁷ (FORACCHI, 1965, p. 221). Ridenti acena na mesma direção, pois se deve compreender a especificidade da situação de estudante, esta que se compõe como “transitória entre as classes de origem dos universitários e as classes que ajudarão a constituir depois de formados.” (RIDENTI, 1993, p. 141). O movimento da sociedade de classes é o limiar das lutas estudantis, isso faz do movimento estudantil um indicador dos problemas da sociedade como um todo.

A “nova classe média” está, para Foracchi (1965), numa relação de dependência, com as demais classes, e isto sugere que sua ação seja ambivalente. Por um lado, ao ser assalariada a classe em questão se vincula às camadas populares, compartilhando reivindicações, mas de modo tímido; por outro lado, também se vincula às camadas dominantes, em termos de dependência e subordinação. Desse modo incapacitando-a para uma tomada de posição que exija ruptura. No seio do ME – movimento estudantil – o projeto dos agentes nele envolvidos se norteava com vistas à carreira. Poerner não busca ampliar a ideia de que o ME se empenhou intensamente na luta dos setores médios pela abertura da universidade, o que ele manifesta no trecho a seguir corrobora com tal concepção e serve de parâmetro para uma análise mais abrangente:

É claro que o universitário poderia dizer: ‘Bem, pelo menos o meu diploma está garantido [referindo-se aos dados oficiais apresentados a respeito do número de crianças e adolescentes que conseguem se formar no ensino básico e dos que ingressam nas universidades, além dos investimentos nestas instituições] Quanto menos formados haja, menor a concorrência. Em terra de cego, quem tem olho é rei’. A atitude da maioria deles, no entanto, tem sido diversa. Eles recusam o título de príncipes de uma sociedade subdesenvolvida, lutando para que todos tenham acesso ao ensino, e enfrentam, por conseguinte, a força poderosa dos que precisam de um Brasil atrasado. (POERNER, 1979, p. 302-303).

Marcelo Ridenti procura ir além e vincula a luta dos estudantes ao caráter classista da sociedade brasileira, a passagem que se lê acima considera que “[...] o acesso à universidade seria parte do projeto de ascensão

⁷ Foracchi (1965, p. 221) esclarece em nota a origem da expressão por ela utilizada: Lewis Corey, “The Middle Class”, in. Bendix and Lippsett, *Class, Status and Power*, p. 373; C. Wright Mills, *The White Collar*, The American Middle Classes; David Riesmann, *The Lonely Crowd – A Study of the American Changing Character*.

social dentro da ordem capitalista, projeto da classe média, ou pequeno-burguesa.” (RIDENTI, 1993, p. 144). Não obstante, por melhores que sejam as intenções de Poerner ao descrever a preocupação dos estudantes – que possuem o mérito de terem lutado em prol da educação – não se esclarece os movimentos que a luta em questão fomentou na sociedade brasileira. De forma não acintosa o que as camadas médias estavam fazendo era estimular a ascensão social por meio do acesso à universidade, alimentando a ilusão de elevar-se socialmente, entre os setores menos favorecidos, fazendo assim oposição à ideologia proletária. Ridenti esclarece que a ilusão da ascensão social via estudos é compartilhada por todos os segmentos sociais despossuídos. Alimentar essa ilusão é requisito para a manutenção da ideologia burguesia na sociedade, uma vez que: “A ordem social capitalista é a única que os despossuídos conhecem – nada mais legítimo que procurem ascender dentro dela.” (RIDENTI, 1993, p. 144). A luta pela ascensão social com caráter coletivo assumido pelo ME nos anos 1950/60, apesar de esboçar uma ruptura, ainda se mantém com objetivos visados dentro da ordem capitalista⁸. O que esta luta expressa, de fato, é uma busca conjunta por direitos de cidadãos integrais, que fazia parte das aspirações dos despossuídos (RIDENTI, 1993, p. 144). Ora, a própria luta específica da classe média pela reforma e defesa do ensino não era alheia aos interesses imediatos dos trabalhadores. Grande parte disso que se chamou de “classe média ascendente” era formada pela classe trabalhadora, ainda que não sejam proletários propriamente ditos. Ridenti (1993, p. 144) ressalta que “lutas populares por mudanças econômicas, políticas, educacionais e sociais em geral dentro da ordem capitalista, não são necessariamente revolucionárias, mas fazem parte do processo de constituição da classe trabalhadora”. Na ótica de Foracchi ao reagir contra a influência conservadora sobre as universidades “os estudantes estão tentando desatar os vínculos que prendem sua camada de origem a este tipo de ingerência conservantista e indicando, de certo modo, as potencialidades ‘revolucionárias’ da situação de classe em que se encontram.” (FORACCHI, 1965, p. 224).

Sendo assim, compreendendo que Arthur Poerner não explorou a história do movimento estudantil à luz das teorias sociais e históricas,

⁸ É possível dizer, portanto, que a ruptura é ideológica, mas não estrutural. Afinal, os estudantes coincidem discursos com os despossuídos, mas estruturalmente eles continuam no processo de ascensão socioeconômica, onde as classes desfavorecidas não têm lugar, a exceção dos discursos dos próprios estudantes.

visando esclarecer os vínculos que não saltam aos olhos, presentes nas relações sociais que ele buscou nos expor, é que se identifica seus próprios aspectos de tipificação sobre os estudantes. Por não colocar em evidência a perspectiva de uma sociedade de classes, Poerner não traz ao leitor as aspirações de uma classe média que ascendera há pouco. De acordo com Ridenti (1993, p. 145):

Assim, pode haver muito de mistificação ao se falar em aspiração de acesso ao ensino superior da parte das camadas médias. Tal aspiração é do conjunto dos trabalhadores na busca de direitos integrais do cidadão. (Naturalmente, a identificação de cada um como cidadão e sujeito de direitos tem um caráter ocultador da divisão da sociedade de classes).

Outro aspecto de considerável relevância que pode ser identificado no livro *O Poder Jovem* de Arthur Poerner, e que se afina com o debate colocado anteriormente sobre condição juvenil e condição estudantil, além das questões políticas e ideológicas que a obra apresenta, é a correspondência entre a própria juventude – tema central da obra – e os intelectuais, remetendo ao autor do livro analisado.

Poerner descreveu, por exemplo, a participação dos estudantes secundaristas em contraste com a dos universitários. Este autor se referiu aos secundaristas como sendo a “linha dura” do movimento estudantil, possuidores de tamanha disposição que chegava a assustar os universitários. Arthur Poerner elencou – a partir de sua própria concepção – que estes secundaristas não tinham os medos que tinham os universitários:

Além disso, eles não padeciam do medo de se ‘queimar’, que acometia muitos universitários quando, às vésperas da formatura, começam a se preocupar com a conquista de um lugar ao sol na sociedade que tanto combateram [...] demonstrava também, no mais alto grau, o caráter de generosidade e sadia inquietação da juventude brasileira. (POERNER, 1979, p. 286).

Apesar de saudá-los, Poerner pouco explorou a participação dos secundaristas na luta estudantil dos anos de vigência do regime militar. Com isso, faz-se realmente difícil determinar o grau de envolvimento deste

grupo e suas “armas” para lutar contra um regime repressor. Sem uma direção política estabelecida ou um arcabouço teórico que inspirasse as formas de resistir, estes estudantes poderiam receber a pecha de “rebeldes”, com base em suas ações.

Leandro Konder em artigo publicado na Revista Civilização Brasileira em 1967 trata do tema da rebeldia em sua relação com os jovens e de que maneira os intelectuais estariam envolvidos na questão. No artigo intitulado *A rebeldia, os intelectuais e a juventude*, Konder (1967, p. 136) alerta que “a rebeldia, por si só, não basta para que a conduta humana se torne libertária: é preciso que o inconformismo se exerça na direção certa.”.

O que chama atenção no artigo de Konder é o modo como ele procurou dar conta das dimensões políticas da rebeldia e da ação revolucionária. Leva em conta o fenômeno da inserção dos estudantes no debate político e o papel do intelectual em fornecer os instrumentais necessários para essa luta; isso, para que o jovem pudesse exercer a resistência consciente de sua ação e não simplesmente estagnar permanentemente no estágio da rebeldia, que segundo Konder, não possuía legitimidade política alguma. (CZAJKA, 2015, não paginado).

É neste ponto que Poerner se localiza, juntamente com seu livro, pois resgatou todos os fatos e os ordenou temporalmente. O jornalista Arthur Poerner para alcançar o público pretendido por ele necessitava colocar sua obra em evidência, colocá-la no mercado. A representação social de intelectuais, como Poerner, no âmbito da cultura – através de suas publicações, fosse na forma de livros ou no seu ofício de jornalista – viu-se atrelada à estrutura de mercado. O crescimento do número de publicações durante a primeira metade da década de 1960 deveu-se, sobretudo, a esse aspecto sócio-político importante: o fortalecimento de espaços de debates – aqui expresso pela editora Civilização Brasileira que publicou a obra em questão – a fim de dar continuidade aos projetos outrora propostos no interior de instituições desmanteladas pelo golpe. Por outro lado, havia o aspecto sociocultural que permitiu fazer daqueles espaços o “lugar” das discussões e debates antes em curso, como caracteriza Czajka (2010). Portanto, o livro de Poerner trouxe consigo a característica de fomentador de um debate até aquele momento pouco explorado. Contudo, o valor de

uma instituição estava garantido na sua existência concreta e na sua atuação efetiva na sociedade; um livro, uma revista ou um jornal representa esse valor no processo de recepção dos seus leitores, não à toa o livro recebeu censura já na sua publicação.

É nesse ponto que Konder entra no mérito da função social dos intelectuais – uma preocupação que afligia não somente o autor, mas todo conjunto da intelectualidade de esquerda que se via num processo complexo de organização das *formações culturais* de oposição e a sua inserção no espaço público ou no mercado. Konder, nesse caso, não se preocupava com essa inserção, mas com a maneira pela qual os intelectuais deveriam contribuir para a orientação (como agentes de uma vanguarda revolucionária) daqueles que, na segunda metade da década de 1960 promoviam mudanças significativas nas estruturas políticas e culturais da sociedade brasileira, a saber, os estudantes. (CZAJKA, 2015, não paginado, grifo do autor).

Esta preocupação de Konder a qual Czajka se refere em seu artigo ainda pode ser observada nos parágrafos finais do texto publicado pela Revista Civilização Brasileira (RCB).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poerner não se atenta para as mesmas preocupações de Konder, ao menos isso não acontece em seu livro. *O Poder Jovem* exhibe um caráter panfletário por parte de um jovem jornalista, opositor ao regime instituído em 1º de abril de 1964 e entusiasta do ME. Este autor, tanto pelo livro quanto pela sua participação em projetos editoriais jornalísticos nos anos de 1960, inseriu-se numa rede de intelectuais opositoristas que naquele contexto contribuíam sistematicamente nos debates de assuntos pertinentes ao Brasil.

É inquestionável que o referido autor não se preocupou em pôr em perspectiva as ações de resistência dos estudantes, contribuindo, assim, para que estas ações, bem como seu livro fossem reificados, manipulados ainda hoje para a criação de um personagem com poderes intrínsecos, capazes de transformações dentro e fora das universidades. Portanto, *O Poder*

Jovem, sendo o primeiro estudo sistematizado e aprofundado da história dos estudantes brasileiro, consagra um novo personagem “tipologizado” e mitificado do pensamento brasileiro, o jovem estudante. Personagem, que não havia recebido um tratamento acadêmico, pormenorizado de sua inserção na vida política e cultural do Brasil

Ainda hoje o livro escrito por Arthur Poerner na década de 1960 encontra ressonância e amparo dentre membros da UNE, haja vista a utilização de uma memória de combatividade e o uso político do passado com a finalidade de dar coesão à entidade. No intento de reconstruir a identidade da UNE entre 1978 e 1979, Angélica Müller (2010, p. 206) assevera que: “O resgate da ‘memória’ da entidade, nesse momento, serviu de respaldo para revalorização da UNE. Serviu também como uma estratégia de definição da nova identidade do movimento através da memória⁹. Isso aponta para a decisiva influência que Arthur Poerner e *O Poder Jovem* tiveram nos folhetins e revistas surgidos de DCEs e CAs remontando a história da UNE. Considerado a “Bíblia” do movimento estudantil – inclusive em pronunciamentos de militantes atuais da UNE em eventos que lembraram os 50 anos do golpe civil-militar de 1964 – Poerner (1979) descreve “de forma a enaltecer os agentes do movimento” e exalta o ME, “reafirmando que a UNE e os estudantes são ‘possuidores de um projeto nacional e progressista que, ao longo da história do país, sempre se fez presente.’” (p. 207).

A obra em questão nos ofereceu, portanto, elementos importantes para se refletir sobre a memória construída em torno do ME. A primazia da condição de ser jovem e estudante é a tônica da narrativa presente n’*O Poder Jovem*. Foi a partir disso, que o autor determinou as manifestações de repúdio e resistência dos estudantes contra o regime militar. Também a condição estudantil desses jovens envolveu a condição social dos mesmos, portanto, além de serem jovens, eles também eram estudantes e estavam vinculados a um ambiente que lhes proporcionavam as práticas de resistência, no caso em questão, a universidade.

Entretanto, foi possível desmistificar a figura do estudante como o agente responsável por sempre lutar em prol das causas populares. A origem de classe do estudantado influenciou de forma substancial na sua

⁹ Müller faz referência a RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Seuil, 2000.

representação frente à universidade, ao ME e aos caminhos a seguir após a conclusão da graduação.

Esses indícios que possibilitam uma interpretação da obra *O Poder Jovem* e de seu autor sob a perspectiva formulada por Ianni a despeito da manifestação dos tipos e mitos no pensamento brasileiro, merecem uma análise aprofundada, sobretudo quando a utilização desses tipos ou dos mitos se direcionam ao “esvaziamento político” de fatos que se julga pouco relevantes.

Por fim, a forma pela qual Poerner conduz a premissa do “poder jovem” no interior da sua obra, atesta a necessidade que o autor tem de construir uma determinada imagem do movimento estudantil na década de 1960. O texto traz imprecisões conforme demonstra Martins Filho, mas isso não invalida a obra e aquilo que ela representa enquanto instrumento intelectual de uma resistência à ditadura de 1964. Imprecisões que revelam as escolhas que seu autor fez no momento da composição de uma identidade social e política do estudante e do movimento a que pertencia. E ainda: como o próprio Poerner ver-se-á representado no fluxo dos acontecimentos e dos fenômenos de resistência estudantil, não apenas como observador, mas sobretudo como um ator que fala dos e para os estudantes.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, M. H.O. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 11-33, nov. 2005.
- CARPEAUX, Otto M. Resenha: O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 19/20, p. 303-305, 1968.
- CZAJKA, R. A Revista Civilização Brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 95-117, fev. 2010.
- CZAJKA, R. Do *Pessach* ao *Quarup* ou os impasses ideológicos na literatura do pós-golpe. In: DURÃO, F. A.; MUSSI, D.; MARANHÃO, A. P. (org.). *Marxismo: cultura e educação: contribuições do VII Colóquio Internacional Marx-Engels*. São Paulo: Nankin, 2015. p. 113-128.
- DURHAM, E. R. *O Ensino Superior no Brasil: público e privado*. 2003. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>. Acesso em: 05 out. 2014.

- FORACCHI, M. M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.
- GASPARI, H. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GUSSON, Claudia M. *Movimento estudantil e repressão judicial: o regime militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979)*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- IANNI, O. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 176-187, jan./jun. 2002.
- KONDER, L. A rebeldia, os intelectuais e a juventude. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 15, não paginado, 1967.
- MARTINS FILHO, J. R. *O Movimento estudantil e a militarização do Estado no Brasil (1964-1968)*. 1986. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1986.
- MÜLLER, A. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NAPOLITANO, M. *Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980)*. 2011. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- OLIVEIRA, J. A. Saldanha de. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.
- POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- REIS FILHO, D. A. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, M. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- SANTANA, F. de A. *Atuação política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OS EFEITOS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA IMPLANTADA PELOS MILITARES PÓS-64: A PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL E O ACIRRAMENTO DOS CONFLITOS NO CAMPO

Vitor Machado

1 INTRODUÇÃO

Como 2019 é o ano em que se completam 55 anos de um dos episódios mais tristes, marcantes e nebulosos da sociedade brasileira, devido ao golpe civil-militar, o qual culminou com a implantação de uma ditadura, que perdurou por 21 anos (1964-1985), é que pretendemos discutir neste texto, tomando como referência o pensamento sociológico de esquerda no Brasil, as consequências do processo de transformação pelo qual passou a

agricultura brasileira, com a implementação da política agrícola, desenvolvida pelo regime militar a partir do início da década de 60.

A proposta em elaborar esse recorte histórico dá-se pelo fato de observarmos que a proposta militar, em acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, com base na modernização da agricultura, também denominada por alguns estudiosos como Revolução Verde, provocou um movimento muito intenso de expulsão e expropriação da terra de pequenos e médios agricultores e de trabalhadores rurais e cujas consequências desse processo, permanecem latentes em nossa sociedade até os dias de hoje.

Neste sentido, cumpre recordar aqui que, a proposta em utilizarmos como referência o pensamento sociológico de esquerda no Brasil, para explicarmos as teias de relações que envolvem a questão agrária brasileira, deve-se a nossa intencionalidade em demonstrar, dialeticamente, o desenrolar dos processos sociais, ocorridos durante a ditadura militar instaurada. Tal pensamento nos ajudará a compreender também a biografia e a história e as ligações das duas numa variedade de estruturas sociais, pois “[...] todo estudo social bem considerado - exige uma amplitude de concepção histórica e um uso pleno de materiais históricos.” (MILLS, 1965, p. 71). Assim, acreditamos não correr risco algum de nos aproximarmos, conforme Mills (1965), daqueles sociólogos que abandonaram a história como forma de compreender a realidade e, por isso, a veem como algo estático e já não compreendem mais seus processos de mudança, pois estão fora da realidade histórica.

Isso significa que a história é o movimento de criação e superação das contradições em processos de síntese, que nascem já se fragmentando em novas contradições.

Os indivíduos históricos vivem uma vida que é a própria expressão do desenvolvimento das forças produtivas nesta sociedade. “A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção.” (MARX, 1980, p. 19).

Assim, ocorre uma diferenciação dos agentes no processo produtivo, pois a propriedade privada, responsável direta pelo processo de dominação social de uns homens sobre outros, define a divisão social do trabalho e determina a divisão entre proprietários e não-proprietários.

Temos que nesse processo, a ideologia dominante é constituída pelas ideias dos dominadores. Estes têm a necessidade, para legitimar sua dominação, de apresentar seus interesses não como interesses particulares, mas como interesses gerais, de toda a coletividade.

Fundamentalmente, para muitos sociólogos, a divisão da sociedade e a sua estruturação, são para as Ciências Sociais, um problema ainda não bem resolvido e talvez por isso essas discussões estejam desaparecendo nas dissertações e teses mais recentes da área. Incapazes de compreender exatamente como se dá a relação entre as estruturas e a luta de classes, tais sociólogos chegam a negar esse motor da história. O fato de ser essa luta muito evidente no campo hoje, nos animou a continuar utilizando esse referencial teórico para compreender a questão agrária no Brasil.

Segundo Marx, só existe uma ciência, ou seja, a ciência da história e dentro desta, uma divisão entre a história da natureza e a do homem. Tal história deve ser vista como uma sucessão de fatos no tempo, como um movimento dotado de força interna, criador de acontecimentos. Isso quer dizer que a história deve ser vista “[...] como um processo dotado de uma força e de motor interno que produz os acontecimentos. Esse motor interno é a contradição.” (CHAUÍ, 1984, p. 36).

Desta forma, pretendemos demonstrar a partir de uma totalidade histórica, como José de Souza Martins, Caio Prado Júnior, Otavio Ianni, Bernardo Sorg e outros explicam quais as consequências da política agrária desenvolvida pelos militares e os efeitos do modelo econômico implantado por eles, para o desenvolvimento do campo.

2 O BRASIL AGRÁRIO E A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA COMO PROJETO MILITAR DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO

Quando tratamos de questões que envolvem a política agrária no Brasil e os efeitos dela decorrentes, precisamos reportarmo-nos a um período histórico relevante, que é o pós-1964. Nesta época, como já dissemos anteriormente, os militares, por meio de um golpe e apoiados por uma parcela significativa da sociedade civil, assumiram a administração do governo federal, instituíram uma ditadura que perdurou por vinte e um

anos na história política do Brasil, promovendo, diversas transformações na agricultura brasileira.

Foram justamente essas mudanças no campo, impostas pelo regime militar, que contribuíram de forma significativa para, dentre diversos motivos, favorecer de um lado os grandes grupos empresariais, que passaram a investir na agropecuária e, do outro, para a proletarianização e maior empobrecimento das camadas sociais menos favorecidas da zona rural.

Conforme Fernandes (1996), o regime militar, na incumbência de desenvolver o capitalismo no campo, não mediu esforços para isolar parcialmente o poder dos coronéis, históricos representantes do latifúndio no Brasil, e ainda procuraram conter o avanço dos movimentos sociais no campo.

O fato é que o coronelismo¹, por várias décadas, influenciou de forma significativa o processo político brasileiro, o qual se consagrou, ainda nos primeiros anos da República do Brasil, como um sistema de troca de favores e clientelismos. Porém, os coronéis representavam uma ameaça à política agropecuária que os militares pretendiam desenvolver pois, enquanto detentores das relações de poder estabelecidas no meio rural, não tinham o interesse em dividi-las com outros grupos capitalistas interessados em investir na agricultura brasileira. Não foram permissivos a essa política de desenvolvimento capitalista no campo proposta pelos militares e, por isso, foram por eles isolados.

A efetiva implementação da política econômica de desenvolvimento agrária realizada pelos militares entre 1965 e 1985, conseguiu de um lado enfraquecer o poder dos coronéis, mas do outro possibilitou um fortalecimento dos movimentos de resistência surgidos no campo (MARTINS, 1984).

Todavia, conforme argumentam Martine e Garcia (1987), as modificações promovidas na estrutura agrária brasileira datam dos anos 30, com o processo de substituição de importações de bens de consumo e, dos anos 50, com a implantação de um extenso parque industrial,

¹ O coronelismo se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os “currais eleitorais” e produzindo o chamado “voto de cabresto”. Isto é, o eleitor e o seu voto ficavam sob tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua (MARTINS, 1981, p. 46).

que pretendia acelerar as substituições das importações de bens de capital no Brasil.

Porém, só a partir de 1964, devido a implantação de uma nova visão de desenvolvimento adotada pelos militares, que a transformação das estruturas agrícolas foi realmente efetivada. Tendo uma visão ideológica de modernização conservadora, os militares passaram a promover a industrialização do país, que passava em 1968, por uma grande ascensão econômica, provocada pelo “milagre brasileiro”, período em que a economia brasileira entrou num ciclo de desenvolvimento acelerado (SINGER, 1977). Tal fenômeno permitiu aos militares formar alianças, ou privilegiar as formas modernas de produção agrícola. Para isso, implementaram uma política de desenvolvimento agropecuário que produziu uma grande modernização do campo, o que resultou em alguns efeitos relevantes para a sociedade camponesa.

Segundo Silva (1996), a constituição do processo de modernização da agricultura deve ser analisada a partir de três momentos significativos, para nos ajudar a compreender os rumos do desenvolvimento agrícola da sociedade brasileira.

O primeiro momento deu-se com a constituição dos Complexos Agroindustriais² na década de 70, quando passa a existir uma intensa relação entre a agricultura e os diversos setores industriais que produzem para ela. Os Complexos Agroindustriais só vão se consolidar de fato, através do capital financeiro, com a implementação, pelo governo federal, de uma política de crédito e financiamento direcionada à agroindústria. Essa política inicia-se em 1965, com a criação do FUNAGRI (Fundo Geral para a Indústria e Agricultura) e de outros incentivos fiscais criados no decorrer da década de 70. As relações intersetoriais entre agricultura e indústria só se tornaram intensas e estáveis quando o setor de máquinas e insumos se instalou no país. Nas palavras de Silva (1996), isso significa que a integração entre a agricultura e a indústria, com sua imposição tecnológica sobre a produção agrícola, só foi possível na medida que se pôde assegurar a

² O ponto fundamental que qualifica a existência de um complexo é o elevado grau de relações interindustriais dos ramos ou setores que o compõem. É verdade que desde o final do século XIX já havia segmentos agrícolas com fortes relações com indústrias processadoras (óleos, açúcar, por exemplo); mas quando se fala em complexo agroindustrial, a qualidade dos vínculos intersetoriais também importa, tratando-se agora de relações de dominação (técnica econômica e financeira) do segmento industrial sobre a parte agrícola do complexo (SILVA, 1996, p. 31).

oferta de equipamentos, insumos e variedades agrônômicas compatíveis ao desenvolvimento técnico imposto à agricultura brasileira. Como resultado dessa política de desenvolvimento dos Complexos Agroindustriais, observa-se que a agricultura passa a estar subordinada à dinâmica da indústria, tornando-se mais forte as relações intersetoriais e intensificando-se a união entre a base técnica e o fluxo de capitais entre a indústria e a agricultura.

O segundo momento da modernização do campo surge ao passo em que a indústria vai conquistando o seu espaço na dinâmica da atividade agrícola, marcando assim, a industrialização da agricultura. Esse momento pode ser entendido como o período em que a indústria torna-se essencial para o processo de modernização agrícola, pois é ela que passa a comandar e controlar todo o processo de mudança na base técnica necessária à produção rural, o que só foi possível com a instauração da indústria pesada no Brasil. Para Martine e Beskow (1987), devido a esse processo, a agricultura passou a ter papel muito significativo pois, além de produzir matérias-primas e alimentos, também se constituiu como um importante mercado para o parque industrial produtor de máquinas e insumos agrícolas. Esse processo de mudança na agricultura brasileira, em relação a períodos anteriores, demonstra que ela passou a crescer em função das demandas da industrialização agrícola. Isso quer dizer que este setor da economia nacional sofreu uma intensa transformação, na proporção que toda a produção agrária no Brasil vai ser determinada pelas necessidades de matérias-primas para a agroindústria. Essa situação vai influenciar diretamente o desenvolvimento e a expansão do mercado da indústria de bens de capital, pois o setor industrial passa a produzir máquinas e insumos agrícolas para atender as demandas proporcionadas pelo mercado da agroindústria. De acordo com Silva (1996), a partir desse momento, o desenvolvimento da agricultura passa a depender da dinâmica da indústria, pelo fato de grande parte de seus setores integram-se a ela, promovendo um funcionamento conjunto.

Evidentemente que esses dois momentos pelos quais passou a agricultura brasileira, possibilita afirmarmos que ela sofrera uma grande transformação em toda a sua dinâmica a partir dos anos 60, mais precisamente, a partir de 1965, quando se desenvolveu um novo padrão agrícola decorrente das mudanças na estrutura produtiva em função das novas articulações com a economia global. A efetivação desse novo

modelo agrícola, implementado durante o regime militar, que integrava, consideravelmente, a produtividade agrícola ao parque industrial nacional, só concretizou-se, no entanto, devido à internacionalização de um pacote tecnológico conhecido como “Revolução Verde”³, introduzido no Brasil em meados dos anos 60. Esse pacote chegou num momento importante, pois ele havia se aperfeiçoado, no que diz respeito às pesquisas voltadas para a melhoria das sementes e combinações de fertilizantes. Sua adoção só foi possível porque o parque industrial brasileiro foi suficientemente capaz de atender às exigências técnicas que o pacote determinava. Ainda conforme os autores referendados, além desse fator interno, externamente a agricultura brasileira foi beneficiada pela alta dos preços de alguns produtos comercializados no mercado internacional, o que favoreceu o cultivo de determinadas culturas, fazendo com que passassem a ter maiores demandas de mercado ao sentirem-se atraídas pelos preços praticados no mercado exterior (MARTINE; GARCIA, 1987).

Em outros termos, a Revolução Verde, através do seu discurso ideológico de modernização agrícola, favoreceu apenas o interesse do grande produtor agrícola, detentor de capital, em detrimento do pequeno produtor que, sem o capital necessário para investir no seu processo de produção agrário não possuía as mínimas condições de competir. Submetiam-se às condições do mercado capitalista, permitindo prevalecer as leis do capitalismo selvagem que promovem a exclusão social. Além disso, realmente o que se viu a partir daí, foi uma dependência ao mercado externo, provocada por esse modelo de desenvolvimento, o qual exigia dos produtores agrícolas um aumento na produção e na produtividade. Tal situação provocou o fim de algumas culturas e a substituição por outras que possuíam melhor preço no mercado externo, exigindo uma reestruturação da produção agrícola interna (MARTINE; BESKOW, 1987).

Assim, o resultado desse avanço da industrialização no campo foi a transformação do processo de trabalho agrícola, que vai atingir diretamente o trabalhador rural. As mudanças na base técnica, a necessidade de se reorganizar o processo produtivo, a falta de trabalhador especializado e a substituição do trabalho humano pela máquina vão

³ Revolução Verde foi um pacote tecnológico composto de sementes melhoradas, mecanização, insumos químicos e biológicos que prometia viabilizar a modernização de qualquer país, acelerando a produção agrícola através de sua padronização em bases industriais. Implantado na agricultura norte-americana desde a década de 30. Esse modelo foi parcialmente aplicado no mundo inteiro. (MARTINE; BESKOW, 1987, p. 20).

fazer surgir no campo a mão-de-obra assalariada. Nesse contexto, surge o proletariado rural que, estando vinculado às fases específicas do processo produtivo, manejando máquinas ou exercendo trabalho manual, acabam tendo seu trabalho subordinado diretamente ao capital, os quais, dificilmente conseguirão, pelo fruto do seu trabalho, livrarem-se dessa submissão ao capital e não criarão formas autônomas de controle do processo produtivo (SILVA, 1996).

Já o terceiro momento de modernização da agricultura, surgiu num contexto marcado pela integração do capital financeiro ao setor agrícola. Através de uma política específica de financiamento agrário, o Estado pretendia promover, sustentar e dinamizar a modernização da agricultura.

O problema é que a partir dos anos 80, a política de créditos que o Estado até então adotava, é substituída por um sistema de financiamento geral, atraindo a atenção de setores do mercado financeiro que passam a financiar o setor de produção agrícola. Porém, essa política só contribuiu para promover ainda mais a desigualdade no campo, possibilitando a concentração de riqueza – terras e capitais – nas mãos dos grandes proprietários rurais.

Conforme Ianni (1984) à medida que se desenvolvia e se intensificava a industrialização e a urbanização, a agricultura acabava por se submeter, cada vez mais, às exigências do capitalismo industrial, levando o trabalhador rural a estar diretamente vinculado a essa nova dinâmica, expropriando-o da terra e tornando-o um proletário. Além disso, Martine e Garcia (1987), demonstram ainda que a oferta de empregos estáveis foi reduzida drasticamente, fazendo surgir trabalhadores rurais temporários, categoria dentre os trabalhadores agrícolas que mais cresceu durante a década de 70.

Podemos dizer que o trabalho temporário é um grande indicativo do processo de expropriação que demonstra o desenvolvimento do capitalismo no meio rural na medida em que o trabalhador temporário é representado não só pelos despossuídos de terras, mas também por pequenos proprietários, posseiros, parceiros que se assalariam temporariamente em algumas épocas do ano, devido à impossibilidade de reproduzirem suas necessidades satisfatoriamente (SILVA, 1981).

Na verdade, o que ocorre, é a subordinação da agricultura à indústria e a do campo à cidade pois, ao mesmo tempo em que ocorre o desenvolvimento das classes sociais do campo, multiplicam-se e consolidam-se os laços entre as classes sociais rurais e urbanas. Esse acontecimento faz com que as classes de origem urbano-industrial, preferencialmente burguesia industrial, bancária e comercial acabem por expropriar as classes dos trabalhadores rurais, as quais são levadas a servir de estoque de mão-de-obra para as atividades centradas na cidade (IANNI, 1984).

Devemos entender, então, que a necessidade de se desenvolver uma intensa relação da agricultura com o setor industrial e comercial, provoca uma grande relação de dependência da economia agrícola ao capital financeiro e monopolista. Na medida em que esse fenômeno consolida-se, a proletarianização avança, submetendo o trabalho ao capital e promovendo o desenvolvimento e a redefinição do campesinato, do latifundiário, da burguesia urbano-industrial capitalista e da burguesia nacional e estrangeira. Nota-se, deste modo, que a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no campo, provocou um crescente desenvolvimento das classes sociais rurais, altamente articuladas às classes sociais urbanas.

Por outro lado, Singer apud Ianni (1984), vai chamar a atenção para o avanço do capitalismo no campo e o grande crescimento da força de trabalho familiar⁴. Ele considera que esses fatos fizeram aumentar os arrendatários e ocupantes de terras, sendo que o aumento elevado desses últimos proporcionou o intenso crescimento da agricultura de subsistência.

Ao analisarmos os fatos de maior destaque do processo de modernização da agricultura no Brasil, verificamos que o Estado teve uma ação específica para desenvolver seu projeto modernizante, porém, nenhuma medida compensatória foi tomada em relação aos efeitos sociais, econômicos e naturais que tal processo provocou.

Apesar das mudanças na agricultura, o que não se viu, de fato, foi, por exemplo, a alteração da secular estrutura fundiária, pois o governo militar continuou garantindo totais e irrestritos benefícios econômicos aos grandes produtores e proprietários de terras rurais, os quais, apoiavam, incondicionalmente, sua política agrícola.

⁴ Paul Singer observou um aumento no número dos responsáveis pela exploração agrícola, que saltou de 3 337 769 em 1969 para 4 924 019 em 1970. A proporção de arrendatários cresceu de 17,4% para 20,17% e a de ocupantes de 10,7% para 16,1% (IANNI, 1984).

O processo de modernização implantado pelos militares priorizou a grande propriedade, revelando uma sólida aliança entre essa última e o capital, o que anulou qualquer proposta para democratizar a propriedade da terra. Assim, promoveu-se uma política de subsídios fiscais e financiamento da modernização tecnológica a grupos econômicos interessados em se ocupar da atividade agropecuária no Brasil, iniciando um processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira. O propósito era o de atender aos interesses produtivos do grande latifúndio e do setor empresarial que representava o capital internacional, os quais passaram a comercializar a sua produção com o mercado externo (SILVA, 1982).

A implantação desse modelo procurou estabelecer políticas de favorecimento somente aos grandes grupos econômicos e grandes produtores agrícolas, a fim de que eles pudessem produzir em larga escala, a um custo bastante baixo. A intenção era possibilitar a venda dessa produção ao mercado externo. Nesse caso, o pequeno e médio produtor, órfãos de uma política agrícola e econômica que não era favorável aos seus interesses e suas necessidades, continuavam a produzir de forma arcaica e tradicional, a um custo muito elevado, não tendo as mínimas condições de competir com o grande produtor. Esse, por sua vez, com o auxílio da tecnologia no campo, produzia em grande quantidade e a um custo bem inferior, tornando a concorrência desleal e desigual, eliminando do mercado o pequeno e o médio produtor.

Assim, muitos trabalhadores são expropriados do trabalho e do seu meio de produção e, em pouco tempo, acabam contribuindo para o crescimento e sedimentarização das relações de trabalho assalariado no campo.

3 A LUTA PELA TERRA E A CRIAÇÃO DO ESTATUTO DA TERRA E DO ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL

Quando falamos da política de desenvolvimento agrário implementada pelos militares durante os anos em que governaram o Brasil, as reflexões e os estudos elaborados por diversos estudiosos a respeito do assunto procuram demonstrar, como vimos anteriormente, o grande esforço desses governantes em desenvolver um capitalismo forte no campo, que resultou no processo de modernização da agricultura que, se

por um lado criou uma nova dinâmica na estrutura agrária brasileira, por outro resultou em sérias consequências sociais para os trabalhadores rurais. Excluídos da terra, da qual dependiam exclusivamente para sobreviver, foram transformados em verdadeiros assalariados rurais.

À medida que a exclusão social acaba se estabelecendo no campo e ali se sedimenta, dá-se início a um processo de tensão na sociedade rural, que começa a ser visto com preocupação pelas autoridades militares. Essas tensões, que marcam distintamente os movimentos sociais no campo, passam a ser combatidas pelo regime militar que tinha como alvo, impedir a todo custo, o crescimento das lutas camponesas e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais.

Conforme anuncia Martins (1984), a partir de 1964, aqueles que juntamente com os militares articularam o golpe militar, não estavam também dispostos a pagar o preço de uma mudança na estrutura fundiária nacional, a qual se daria pela intensa modificação do regime de propriedade da terra, exigida incondicionalmente pelos trabalhadores rurais por meio da reforma agrária.

Desta forma, o Estado militar passa a utilizar-se de diversas estratégias de combate, desmobilizando os grupos que surgem nos conflitos, desmoralizando-os, condenando-os, prendendo e até mesmo torturando suas lideranças e os líderes de entidades e instituições que os apoiavam. Passam também a disseminar uma ideologia capaz de intervir diretamente na vida da população rural, por meio da criação de instituições e programas que estavam submetidos diretamente ao controle do Estado.

No início dos anos 60, anteriormente ao golpe militar, o Estado já se preocupava com o crescimento das lutas sociais no campo, em favor da reforma agrária. Exemplo disso foi a criação, em 1962, do GETSOP (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná), organismo que pertencia à Casa Militar da Presidência da República e atuava para combater os graves problemas da luta no campo no Paraná (MARTINS, 1984).

Nesse momento, não podemos deixar também de fazer referência à criação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural. Apesar de ser considerado uma conquista do trabalhador agrícola, na verdade, o Estatuto serviu como instrumento de contenção dos conflitos sociais no campo que se estendiam pelo Brasil. Ele passou a tratar as questões

relativas aos vínculos e posses da terra como questões trabalhistas, visto que os tribunais, na maioria das vezes, ao invés de conceber indenizações pela terra perdida, concebiam indenizações pelo trabalho nela realizado. Além disso, o movimento da luta pela terra envolvia diretamente a clientela eleitoral dos grandes proprietários, que começaram a perder prestígio e a se enfraquecerem politicamente, ao mesmo tempo que passaram a ver o próprio direito de propriedade ameaçado pelo avanço da luta pela reforma agrária. Foi necessário, então, conceber direitos aos trabalhadores rurais para que tivessem os seus direitos à propriedade mantidos e invioláveis. Conceber esses direitos era uma garantia de combater a crescente luta pela reforma agrária (MARTINS, 1986).

Para Gnaccarini (1980) o Estatuto do Trabalhador Rural foi aprovado por segmentos que desejavam uma mudança nas relações sociais do campo e tratou de definir as especificidades do trabalho rural, cindindo o discurso daqueles que lutavam pela reforma agrária. Regionalizou, também, a luta pela terra, pelo fato de contemplar alguns elementos substanciais que determinavam as relações no campo e que eram tidos como bandeiras de luta do movimento reformista.

No entanto, apesar da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural estender para o campo a proteção legal ao trabalhador rural, visto que a legislação trabalhista estava direcionada especificamente ao trabalhador urbano, o documento apresentou diversas falhas na sua elaboração. Conforme explica Prado Júnior (1979, p. 148), “[...] o Estatuto, na forma como ele se apresenta, revela claramente a displicência com que foi elaborado, o que resultou na insuficiente informação e preparação de seus redatores acerca da realidade brasileira.”

De acordo com o autor supra citado, por falta de um debate mais aprofundado das questões centrais de que trata o Estatuto, como por exemplo, o fato de não se levar em conta as diferentes e aviltantes relações de trabalho existentes no setor agrário brasileiro, impediu-se, efetivamente, de se realizar um grande avanço econômico e social da questão fundiária no Brasil. Porém, o autor avalia que, pelo fato do Estatuto do Trabalhador Rural ter sido redigido de forma inadequada, no que se refere às relações de trabalho e exploração no campo, ele revela a falsa ideia de reforma agrária proposta pelo governo militar, o qual, por meio desse documento, adotou medidas para a manutenção do latifúndio. Ainda, de acordo com o autor

em referência, a reforma agrária só se daria na sua plenitude pelo efeito das lutas reivindicatórias dos trabalhadores empregados e explorados pelo grande capital rural, que compõem as estruturas do processo de produção agrícola e determinam as verdadeiras condições sociais e econômicas do trabalhador rural brasileiro.

Como já foi dito, podemos verificar um grande envolvimento do Estado, da burguesia nacional e internacional e dos militares com a questão da luta pela terra no Brasil, antes mesmo do golpe que conduziu esses últimos ao poder em 1964. Nesse mesmo ano, tal envolvimento torna-se ainda maior, quando após o golpe, no Governo do General Castelo Branco, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Terra. Essa legislação, que havia sido elaborada meses antes do golpe de estado efetivado por militares e empresários, representou o interesse desses setores da sociedade, que não pretendiam realizar uma reforma agrária que viesse a ferir seus objetivos. Na opinião de Martins (1984), o Estatuto privilegiava o desenvolvimento e a expansão da empresa rural e se destinava ao empresário, o qual provido de espírito capitalista, organizava sua atividade econômica com base em critérios da racionalidade capitalista.

O Estatuto da Terra não propunha a divisão do latifúndio, mas procurava manter os interesses dos setores capitalistas da sociedade protegendo e preservando a propriedade capitalista e a empresa rural. Fernandes (1996) descreve que o Estatuto da Terra originou-se de um projeto de reforma agrária definido por um grupo de militares e intelectuais ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), cujo objetivo era o de impor uma doutrina ideológica através dos mais diversos meios de persuasão, necessários para combater os movimentos populares que lutavam em torno da realização da reforma agrária.

Desta forma, o Estado, através do Estatuto da Terra, manteve sempre centralizadas as ações referentes às questões agrícolas do país, não permitindo aos camponeses o acesso a terra. Para Martins (1986), isso se confirma pelo fato de que o envolvimento dos militares com a questão agrária foi no sentido de administrar o conflito no campo sem impor aos grandes proprietários o confisco de suas terras, pois isso poderia liquidar a base econômica das oligarquias.

Da mesma maneira, Fernandes (1996) avalia que a reforma agrária proposta pelo Estatuto da Terra favorecia somente aqueles que pretendiam criar a propriedade capitalista, excluindo do trabalhador rural o acesso a terra e a pequena propriedade familiar. Ainda segundo o autor, o Estatuto da Terra foi utilizado também como estratégia para desmobilizar os movimentos de luta pela terra. Ao mesmo tempo, porém, tornou-se contraditório na medida em que propunha a reforma agrária como a solução mais viável e decente para se resolver os problemas dos conflitos sociais no campo, sem que ela se realizasse.

Durante os anos em que os militares mantiveram-se no poder, pouco realizaram, em termos de uma reforma agrária que atendesse aos menos favorecidos. Ao contrário, procuraram dificultá-la o máximo possível, em nome da aliança com os grandes produtores e detentores do capitalismo industrial e rural. Tal aliança tornou-se ainda mais forte, a partir de 1971, com a criação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em substituição ao IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), órgão que havia sido criado pelo Estatuto da Terra e que estava diretamente ligado a Presidência da República. Por apresentar problemas de corrupção interna envolvendo funcionários públicos, o IBRA sofreu intervenção militar e precisou ser substituído. Assim, a nova instituição (INCRA) passou a vincular-se ao Ministério da Agricultura. Como o novo órgão sofria enorme influência dos grandes proprietários de terras e fazendeiros, mais tarde ele passou para a administração do Ministério do Interior e, depois, para a Secretaria do Planejamento. Essa trajetória percorrida pelo INCRA foi muito importante para os empresários rurais e não significou somente uma mudança na estrutura burocrática governista. Ela enfraqueceu a influência dos grandes fazendeiros sobre a política de terras que o governo executava, bem como tratou, cuidadosamente, de não permitir que os pequenos e médios proprietários tivessem acesso a terra.

Assim, Martins (1984, p. 23), diz que “[...] toda a política de terras vinculou-se aos interesses da política econômica e de estabelecimento das grandes fazendas nas áreas pioneiras, aos interesses dos grandes grupos econômicos e não mais dos velhos fazendeiros.”

Neste contexto, é importante observarmos que o Estatuto da Terra propunha a ocupação de terras pioneiras como forma de se resolver as tensões sociais em algumas regiões do Brasil, iniciando-se, a partir daí, o

processo de ocupação da Amazônia, uma região considerada pioneira pelo governo federal e que necessitava ser desbravada.

4 A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA AMAZÔNIA E A VIOLÊNCIA NO CAMPO: A EXPULSÃO DE ÍNDIOS E POSSEIROS

Foi durante o governo militar, precisamente na gestão do General Costa e Silva (1967- 1969), que se procurou resolver o problema da questão agrária através de uma política de integração da Amazônia, que passa a ser incorporada no processo social e nas estruturas das relações sociais, econômicas e de poder que demandavam a luta pela terra no Brasil.

Nesse momento, principalmente na região norte do Brasil, vários conflitos entre proprietários de terras e trabalhadores rurais se sucederam e se generalizaram por diversas regiões do país, provocando muitas mortes e uma violência descabida no campo.

É por isso que, na visão de Martins (1984), a questão da ocupação da Amazônia, além de ser compreendida como resultado do desenvolvimento do capitalismo no campo deve ser também entendida e analisada no contexto da luta pela terra ocorrida em várias regiões do país.

Como os conflitos passam a chamar a atenção dos militares, é através de uma política de ocupação de terras da Amazônia que eles acreditavam poder resolvê-los. A estratégia por eles utilizada, em propor naquela região, uma rigorosa distribuição de terras para acabar com os conflitos gerados no nordeste, motivado pela disputa da terra, significaria a ocupação dos chamados “espaços vazios”, que se tornariam grandes polos de desenvolvimento econômico, com o envolvimento das forças armadas.

Com a finalidade de executar essa política, o governo militar sancionou duas leis que, juntamente com o Estatuto da Terra, tornaram-se os pilares da questão fundiária naquele momento. Uma dessas leis foi a Emenda Constitucional número 18, criada em 1965, que concebia créditos à Amazônia, além de financiamentos e incentivos fiscais⁵, a fim de desenvolver essa região do país. Para administrar todos esses recursos

⁵ A política de incentivos fiscais para a ocupação da Amazônia consistiu basicamente em conceder isenção de 50% no imposto de renda das grandes empresas estabelecidas em outras regiões, particularmente no sul-sudeste, desde que tais recursos fossem investidos na região amazônica, na proporção de 75% de capital subsidiado das novas empresas e 25% de capital próprio (MARTINS, 1986, p. 19).

destinados a Amazônia, um ano depois, em 1966, o governo criou a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que se tornou o principal órgão financiador da política governista, servindo para auxiliar os grandes proprietários, empresários nacionais e internacionais interessados no desenvolvimento da Amazônia.

A outra lei, que como já disse, tornou-se novo pilar da política de desenvolvimento agrário da Amazônia na década de 60, sancionada no mesmo ano de criação da SUDAM, tratou de destinar incentivos fiscais a todo aquele interessado em empreendimentos florestais no país, resultando num progressivo aumento dos conflitos fundiários. Além dos que já existiam em diversos estados brasileiros, com a nova lei, outros conflitos passaram a existir também nas áreas de florestamento, reflorestamento e na região amazônica. Tudo isso ocorreu pelo fato do governo militar estimular a ocupação de terra pelo grande capital. As terras que o governo destinou aos grandes grupos econômicos para o desenvolvimento do capital fundiário foram as mesmas que ele havia definido como terras para o reassentamento dos trabalhadores rurais, expropriados da terra pelas transformações econômicas e sociais que sofreu a agricultura brasileira. Por esse motivo, os conflitos na Amazônia tornaram-se eminentes.

Para os militares, a política de ocupação da Amazônia pressupunha que, na medida em que as grandes empresas detentoras do capital nacional e internacional fossem se estabelecendo no campo, aprofundar-se-ia o processo de concentração fundiária e aumentar-se-ia a eficácia da produção agrícola desejada pelo governo. Conseqüentemente, essa situação forçava o trabalhador a retirar-se da terra, expulsando-o para a cidade, onde lutava para sobreviver, através da venda da sua força de trabalho.

Se por um lado os militares não viam alternativas suficientemente capazes de resolver uma questão social tão grave como a exposta acima, que envolvia diretamente os trabalhadores rurais pobres, por outro não se pode dizer o mesmo em relação aos colonos que viviam do trabalho agrícola, e participavam ativamente dos conflitos pela disputa de terras em várias regiões do país. Isso porque a política militarista previa reassentá-los, o que significava, em certa medida, uma intenção em deslocá-los das regiões dos conflitos e torná-los pequenos empresários rurais, pressupondo que possuíam, enquanto pequenos produtores, um espírito capitalista capaz de transformá-los.

Essa dualidade na política fundiária desenvolvida pelos militares, provocará uma conduta ambígua dos mesmos em relação ao problema da disputa da terra, não só na Amazônia, mas em diversas regiões do Brasil. Podemos dizer que os militares, ao promoverem a reforma agrária, criaram um instrumento de controle das tensões e dos conflitos sociais, gerados pelo processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, provocando a expropriação do trabalhador e a concentração da propriedade da terra e do capital privado nas mãos dos grandes grupos econômicos. Ao mesmo tempo, esse mesmo instrumento garantiu o desenvolvimento crescente da economia agrícola e agropecuária, através dos incentivos fiscais proporcionados (MARTINS, 1984).

O problema é que o resultado dessa ambiguidade da política agrícola multiplicou os conflitos fundiários ao invés de atenuá-los, resultando numa violência sem limites e levando a morte centenas de pessoas. Contribuiu, ainda, de forma substancial, para a expropriação dos trabalhadores rurais.

Conforme já discutido, o governo militar acreditava que, expandindo as fronteiras de regiões inabitadas, poder-se-ia resolver os conflitos de terras provenientes de quase todas as regiões do Brasil. Para isso, tratou de anunciar a Amazônia como uma região próspera ao desenvolvimento e à realização da reforma agrária, criando subsídios e incentivos fiscais que, controlados pela SUDAM, seriam destinados aos empresários do grande capital que lá deveriam se estabelecer. Assim, trabalhadores estimulados pela propaganda oficial, vindos de diversas regiões do país, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais expulsos pelo latifúndio e os do Nordeste expulsos também pela seca, iniciaram uma corrente migratória para a Amazônia em direção à terra prometida e não concedida. Na Amazônia grandes proprietários apropriavam-se de grandes poções de terras, criando ali o latifúndio, através da apropriação de terras que foram destinadas a receber os excedentes populacionais de outras regiões do país.

No entanto, conforme afirma Ianni (1978), os conflitos na Amazônia legal, cresceram e multiplicaram-se na mesma proporção do fluxo de empresas e empresários que para lá se dirigiam em busca de novas terras.

Sorj (1980) explica que, no processo de ocupação da Amazônia, podemos encontrar grupos sociais com interesses bastante distintos. De

um lado estavam os camponeses pobres, principalmente os do nordeste, que deixavam seu local de origem pensando encontrar na

[...] colonização a possibilidade de afirmar suas formas específicas de produção, através da ocupação da terra que permite a reprodução do trabalho familiar [...]. Por outro, estavam os representantes do capital que [...] tratava de canalizar em seu favor a mais-valia que o Estado colocava a sua disposição através de incentivos fiscais e da renda fundiária fundadora e institucional que a implantação de projetos agropecuários possibilitava [...]. (SORJ, 1980, p. 107).

Isso quer dizer que, durante a colonização estabeleceu-se a formação de uma estrutura estatal que prometia garantir títulos de propriedade aos pequenos e grandes proprietários. Porém, só os grandes proprietários conseguiam legalizar suas terras, devido as pressões que exerciam frente ao governo federal, ou até mesmo por meios ilícitos, transformando terras devolutas em propriedades privadas.

Para Ianni (1978), além das várias razões até aqui mencionadas, o rearranjo jurídico da estrutura fundiária na Amazônia, no sentido em que as terras devolutas transformaram-se em propriedade privada, foram responsáveis pelo grande aumento da violência no campo.

Ao estar concentrada nas mãos dos proprietários do capital nacional e internacional, a terra foi transformada em mercadoria, adquiriu valor de troca e foi colocada no mercado para reproduzir o capital da grande empresa e dos grandes grupos econômicos. E tudo isso, foi estimulado e protegido pelo poder do Estado.

Esse processo de violência no campo envolve tanto a violência privada, que é aquela praticada por jagunços e pistoleiros, como a violência estatal, legitimada e praticada por policiais. Na maioria das vezes, essas duas formas de violência são postas em prática para acelerar o processo de apropriação privado da terra, sua transformação em mercadoria, conforme a exigências do grande capital (IANNI, 1978).

Nas regiões mais interioranas da Amazônia, A ordem pública esteve frequentemente subordinada ao poder privado. Esse é um fator que muito contribuiu para a multiplicação dos conflitos pela terra, não sendo raro encontrar o nome de juízes, delegados e policiais constantemente

envolvidos com jagunços, grileiros, grandes proprietários e empresários que, vindos do Sul, promoveram com enorme uso da força e violência, despejos ilegais, aterrorizando lavradores antigos e recém-chegados (MARTINS, 1984).

Cabe-nos aqui um breve comentário acerca das ações dos grileiros na Amazônia, visto que eles encontravam-se em grande número e expulsavam da terra o posseiro. Normalmente, estando bastante articulado com os interesses do empresariado que habitualmente é protegido e apoiado pelo poder dos governantes, o grileiro, conforme afirma Martins (1981), tornou-se um personagem muito comum na história rural brasileira, marcada pela violência no campo. Esse homem apropria-se de uma terra que não é sua e, através de subornos e falsificações de documentos obtém papéis oficiais que o permitem vendê-la para fazendeiros e empresários. Para Ianni (1978), o grileiro é um negociante de terras, que através de operações violentas e fraudulentas, recebe apoio policial ostensivo para expulsar ou até mesmo assassinar os posseiros.

Apesar de haver até um Decreto⁶ que impedia qualquer ação de jagunços para a remoção de posseiros de suas casas ou terras, de nada ele adiantou. Os advogados que solicitavam a aplicação do decreto eram considerados comunistas e fichados pelo Conselho de Segurança Nacional. Mesmo assim, suas ações não impediam que a violência persistisse.

O posseiro, segundo Martins (1981, p. 104),

[...] é lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para o sustento da sua família. [...] Como não possui o título de propriedade da terra em que trabalha, raramente tem acesso ao crédito bancário, à assistência agrônômica ou a qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar a produtividade do seu trabalho. [...] É importante saber que, a rigor, o posseiro não é um invasor da propriedade de outrem. Invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários que o expulsam da sua posse.

É importante saber que na região da Amazônia a maior parte dos estabelecimentos agrícolas pertenciam a posseiros. Infelizmente, eles

⁶ O Decreto nº. 70.430 foi assinado pelo general Costa e Silva em 1972 e estabeleceu que posseiros não podiam ser removidos de suas casas ou terras sem prévia audiência do Ministério da Agricultura (MARTINS, 1984, p. 39).

tinham situação jurídica indefinida e, por isso, não recebiam apoio do Estado ou de qualquer autoridade local. Esse é o motivo que levava os posseiros a serem expulsos de suas terras com muita violência pelos grandes proprietários, grileiros, fazendeiros e pelos detentores do capital nacional ou multinacional. Baseado em decisões judiciais, muitos posseiros foram despejados violentamente por jagunços ou militares e muitos morrem durante as execuções dessas ações. Outros foram presos arbitrariamente e quase sempre submetidos à tortura. Também morreram adultos e crianças que, vitimados por terem sido expulsos da terra, acabaram não tendo recursos para tratamento. Há também aqueles que, por consequência desse processo de luta pela terra, após serem expulsos, acabaram por morrer de malária ao se lançarem ao interior da mata em busca de terras ainda não disputadas por fazendeiros e empresas (SORJ, 1980).

Porém, a violência mostrou-se cada vez mais necessária com o desenvolvimento da Amazônia, pois “[...] a grande empresa passou a expulsar ao mesmo tempo camponeses e índios ou a jogar camponeses contra índios, como forma de se livrar dos dois.” (MARTINS, 1986, p. 19).

Percebe-se, assim, que o conflito de terras na Amazônia não se restringiu unicamente aos posseiros. O índio também foi exposto a esse processo de tensão violenta do campo através da crescente invasão de suas terras o que provocou um grande número de mortes no campo⁷.

Enfim, podemos verificar que o processo de disputa pela terra provocou violentos conflitos no Brasil, resultando num número considerável de mortos e feridos e revelando o verdadeiro fracasso da política militar em conter os conflitos no campo através da reforma agrária. A violência, que foi desencadeada no campo, provocou a expulsão de índios e posseiros e resultou no surgimento de milhões de famílias sem-terras, que sem ter para onde ir acabavam por migrar para as cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os militares promoveram uma intensa transformação na agricultura brasileira entre os anos de 1965 e 1985, privilegiando a

⁷ Sobre esse assunto ver: Martins (1986).

agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa, o que serviu para manter a secular estrutura fundiária do Brasil.

Evidentemente que o modelo de desenvolvimento agrícola proposto pelos militares foi impulsionado por uma política de financiamento de tecnologia, a qual permitiu a modernização do campo e uma intensa transformação no processo produtivo agrícola, bem como a expansão do mercado interno e externo.

Além disso, o avanço da industrialização no campo promoveu, como consequência, o crescimento das relações de trabalho assalariado no campo e o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas. Ao destruir a agricultura camponesa, a modernização do campo acabou expropriando e expulsando uma grande quantidade de famílias de trabalhadores rurais por meio da violência, provocando o surgimento de milhões de famílias sem-terras, que sem ter para onde ir, acabavam migrando para os centros urbanos ou, como última alternativa de sobrevivência, acabavam se tornando trabalhadores assalariados das grandes empresas capitalistas do campo.

O processo de modernização da agricultura e a consequente expropriação da terra, de pequenos proprietários rurais, agravaram ainda mais os conflitos no campo. Como forma de resolver tais conflitos, o governo desenvolveu estratégias e dentre elas a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964). Apesar de ambas as legislações terem sido entendidas como avanços para a melhoria das classes menos favorecidas da zona rural, na verdade, continuaram a favorecer os interesses da elite agrária, tendo como pano de fundo, a manutenção secular da estrutura agrária brasileira.

À medida que os anos passaram, o campo se modernizou ainda mais, intensificando a mecanização agrícola a partir de uma política de desenvolvimento voltada ao grande capital e a manutenção do latifúndio, que promoveu a substituição da mão-de-obra humana pela máquina e provocou, entre meados dos anos de 1970 até meados dos anos de 1980, a expulsão de uma grande quantidade de trabalhadores que exerciam seu trabalho nas grandes propriedades. Expropriou pequenos proprietários que, por não terem as mínimas condições de adquirir tecnologia, não conseguiam competir com o grande produtor agrícola. Engrossaram,

assim, a fileira dos trabalhadores rurais em busca de melhores condições de sobrevivência.

O destino destes trabalhadores foi migrarem para as cidades à procura de emprego. Por sua vez, esses centros urbanos não conseguiu absorver o grande contingente de desempregados, que passaram a viver, normalmente, nas periferias, em plena situação de miséria.

Na cidade, a reunião desse grande número de trabalhadores rurais desempregados favoreceu a sua organização para a luta pela reforma agrária, por verem nela a única solução para os seus problemas de condição de vida e sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- GNACCARINI, José César. *Latifúndio e proletariado: formação de empresa e relações de trabalho no Brasil rural*. São Paulo: Polis, 1980.
- IANNI, Octavio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978. (Coleção Sociologia Brasileira; v. 8).
- IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos posseiros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARTINE, George; BESKOW, Paulo Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987. p. 19-39.
- MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980. v. 1.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, José Graziano da. *Progresso técnico e relação de trabalho na agricultura*. São Paulo: UCITEC, 1981.

SINGER, Paul. *A crise do "Milagre"*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOBRE OS AUTORES

ANDERSON DEO

Doutor em Ciências Sociais. Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília. Pós-Doutorado na Università Degli Studi di Urbino “Carlos Bo”. Líder do Grupo de Pesquisa – Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana-Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/CNPq). E-mail: deoanderson@hotmail.com

CAROLINE GOMES LEME

Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato-CE. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), mestre e doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Autora dos livros *Ditadura em imagem e som: trinta anos de produções cinematográficas sobre o regime militar brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2013 e *Grito dentro d' água: um certo cinema paulista (1958-1981)*, São Paulo: Editora Alameda (no prelo). E-mail: carolinegomesleme@gmail.com

FABIO MASCARO QUERIDO

Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na UNICAMP. Autor do livro *Crise civilizatória e utopia anticapitalista em Michael Löwy* (Boitempo/Fapesp, 2015). E-mail: fabiomascaro@yahoo.com.br

FLÁVIO DA SILVA MENDES

Doutor em Sociologia pela UNICAMP (2015), dedica-se a pesquisas sobre o Pensamento Social na América Latina. É autor do livro *Hugo Chávez em seu labirinto: o Movimento Bolivariano e a política na Venezuela* (Editora Alameda, 2012). E-mail: flavio85@gmail.com

MARCELO AUGUSTO TOTTI

É sociólogo e docente do Departamento de Sociologia e Antropologia da Unesp de Marília, líder do grupo de pesquisa: “Intelectuais, esquerdas e movimentos sociais” e pesquisa temáticas relacionadas ao pensamento social brasileiro. E-mail: marcelo.totti@unesp.br

MARCO ANTONIO ROSSI

Sociólogo e professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). E-mail: travessia21@gmail.com

MARIA RIBEIRO DO VALLE

É professora livre-docente da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - campus de Araraquara. Tem experiência na área de Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: movimento estudantil, ditadura militar no Brasil, 1968: aspectos políticos, violência revolucionária e ditadura militar no Brasil. E-mail: maria.valle@unesp.br

RODRIGO CZAJKA

É doutor em Sociologia (Unicamp) e docente do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPR). Pesquisador nas áreas de sociologia da cultura, intelectuais, ditadura e redemocratização no Brasil. E-mail: rodrigoczajka@ufpr.br

THIAGO BICUDO CASTRO

Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Unicamp. Mestre em Ciências Sociais (UNESP FFC-Marília). E-mail: thiagobc.castro@gmail.com

VITOR MACHADO

É Doutor em Educação pela Unicamp, docente Assistente Doutor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica, da Faculdade de Ciências, da UNESP/Campus de Bauru. Também é docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras, da UNESP/Campus Araraquara. E-mail: v.machado@unesp.br

SOBRE O LIVRO

CATALOGAÇÃO

Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

NORMALIZAÇÃO

Maria Elisa Valentim Pickler Nicolino
CRB - 8/8292
Janaína Celoto Guerrero Mendonça

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Gláucio Rogério de Moraes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Moraes

ASSESSORIA TÉCNICA

Renato Geraldi

OFICINA UNIVERSITÁRIA

Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

FORMATO

16 x 23cm

TIPOLOGIA

Adobe Garamond Pro

Papel

Polén soft 70g/m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g/m2 (capa)

TIRAGEM

100

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica
unesp
Campus de Marília



percurso e atrelada ao campo da cultura e das artes insere-se também os capítulos sobre o Cinema Novo e sua expressão paulista, bem como a reflexão sobre a memória do movimento estudantil a partir da obra *O poder jovem*, de Poerner.

Atualmente, o Brasil vive um momento muito delicado da sua história, em vários campos da vida nacional. Entre estes, a produção acadêmica se encontra desacreditada diante dos injustos ataques que vem sofrendo sistematicamente. A publicação desse livro, portanto, reforça a importância do trabalho coletivo na universidade, de grupos de pesquisa do CNPq como o de “Intelectuais, Esquerdas e Movimentos Sociais”; sem deixar de representar uma forma de resistência ao contexto atual, evidenciando o quanto o Brasil já produziu (e é capaz de produzir hoje) reflexões refinadas sobre os mais diversos aspectos, apesar da ofensiva política empreendida no sentido contrário.

Miliandre Garcia

(Unespar/Curitiba I/Embap)

Falar em Pensamento Social no Brasil hoje tem impelido pesquisadores a expandir os limites teóricos e metodológicos da sociologia na busca de uma abordagem mais pormenorizada do trabalho intelectual, artístico, da militância cultural e da chamada arte engajada. Isto é, além de empreender análises em torno das “teorias do Brasil”, as pesquisas sobre pensamento social têm voltado à atenção sobre as condições diversas nas quais essas “teorias” foram lidas, interpretadas e colocadas em debate, seja por intelectuais ou pelos movimentos sociais aos quais eles estavam atrelados.